



RELATÓRIO E CONTAS

2018

Aprovado
Deliberação do Conselho de Administração

Hospital Distrital da Figueira da Foz, E.P.E. 23.06.19

[Signature]
Prof. Doutor Manuel Teófilo Veríssimo
Presidente do Conselho de Administração

[Signature]
Dra. Ana Raquel Santos
Vogel do Conselho de Administração

[Signature]
Dra. Susana Magalhães
Diretora Clínica

[Signature]
Enfermeiro Rui Miguel Cruz
Enfermeiro-Diretor

ÍNDICE

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES	5
ÍNDICE DE QUADROS	5
ÍNDICE DE GRÁFICOS	11
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	12
MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	15
CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO	17
O HOSPITAL DISTRITAL DA FIGUEIRA DA FOZ, EPE	17
CAPÍTULO II - ATIVIDADE GLOBAL EM 2018	27
1. ATIVIDADE ASSISTENCIAL	27
2. AVALIAÇÃO DA SATISFAÇÃO DOS UTENTES	52
3. RECURSOS HUMANOS	54
4. FORMAÇÃO PROFISSIONAL	60
5. ANÁLISE ECONÓMICO FINANCEIRA	65
6. PRINCIPAIS ATIVIDADES E INVESTIMENTOS REALIZADOS	80
CAPÍTULO III - DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO E ATIVIDADE PARA 2019	84
1. ATIVIDADE PREVISTA PARA 2019	85
2. PLANO DE AÇÃO PARA 2019	88
CAPÍTULO IV – CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS	89
1. OBJETIVOS DE GESTÃO E PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO	92
2. GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO	100
3. LIMITE DE CRESCIMENTO DO ENDIVIDAMENTO	101
4. EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS A FORNECEDORES	102
5. RECOMENDAÇÕES EMITIDAS SOBRE AS CONTAS DE 2017	103
6. REMUNERAÇÕES	104
7. ARTIGO 32.º E 33.º DO ESTATUTO DE GESTOR PÚBLICO	110
8. DESPESAS NÃO DOCUMENTADAS OU CONFIDENCIAIS	111
9. RELATÓRIO SOBRE REMUNERAÇÕES PAGAS A MULHERES E HOMENS	111
10. RELATÓRIO ANUAL SOBRE PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO	112
11. CONTRATAÇÃO PÚBLICA	113
12. SISTEMA NACIONAL DE COMPRAS PÚBLICAS	114

13. MEDIDAS DE REDUÇÃO DE GASTOS OPERACIONAIS.....	115
14. PRINCÍPIO DA UNIDADE DE TESOURARIA DO ESTADO.....	116
15. AUDITORIAS CONDUZIDAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS	117
16. DIVULGAÇÃO DA INFORMAÇÃO NO SITE DO SEE	118
CAPÍTULO V – INFORMAÇÃO ESPECÍFICA PARA O SETOR DA SAÚDE	122
1. PRODUÇÃO SNS	122
2. ÍNDICE DE DESEMPENHO GLOBAL.....	124
3. EXECUÇÃO FINANCEIRA DOS CONTRATOS-PROGRAMA	125
4. CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS COM ENTIDADES SNS.....	125
5. INVESTIMENTOS	125
CAPÍTULO VI – PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	126
CAPÍTULO VII – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	127
1. BALANÇO	127
2. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS.....	129
3. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	130
4. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO DE 2018.....	131
CAPÍTULO VIII – ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	132
CAPÍTULO IX – DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS	176
1. DEMONSTRAÇÕES PREVISIONAIS.....	176
2. DEMONSTRAÇÕES DE RELATO.....	179
CAPÍTULO X – ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS.....	186
1. ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA RECEITA	186
2. ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA DESPESA	187
3. 3. ALTERAÇÕES AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS.....	187
4. OPERAÇÕES DE TESOURARIA.....	189
5. 5. CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA.....	189
6. TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS.....	196
7. OUTRAS DIVULGAÇÕES.....	198
CAPÍTULO X – CONTABILIDADE DE GESTÃO	199
ANEXOS.....	201

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1: Organograma do HDFF, EPE.....	24
---	----

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1: Capacidade Instalada 2018.....	19
Quadro 2: Equipamento Diagnóstico	20
Quadro 3: Indicadores Assistenciais	21
Quadro 4: Indicadores Económico - Financeiros	22
Quadro 5: Indicadores de Movimento Assistencial.....	27
Quadro 6: Indicadores de Atividade Assistencial - Comparação Homóloga	28
Quadro 7: GDH de Internamento mais frequentes	29
Quadro 8: Consulta Externa.....	30
Quadro 9: Consulta Externa por Especialidade	32
Quadro 10: Consulta Externa por Especialidade: Primeiras e Consultas Subsequentes.....	33
Quadro 11: Consulta Externa por Especialidade e Género: Primeiras e Consultas Subsequentes.....	34
Quadro 12: Admissões na Urgência.....	35
Quadro 13: Triagem de Manchester	38
Quadro 14: Evolução da Atividade Cirúrgica	40
Quadro 15: Evolução da Atividade Cirúrgica – Desagregação por Género	40
Quadro 16: Procedimentos cirúrgicos por Especialidade.....	41
Quadro 17: Doentes intervencionados por Especialidade	41
Quadro 18: Anestesias por Tipo	42
Quadro 19: Hospital Dia.....	43
Quadro 20: Hospital Dia por Especialidade	44
Quadro 21: Serviço Domiciliário	45
Quadro 22: Medicina Física e de Reabilitação.....	45
Quadro 23: Medicina Física e de Reabilitação - Tratamentos.....	46
Quadro 24: Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica	46

Quadro 25: Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica realizados no Exterior	48
Quadro 26: TMRG, TRG e TR para 2017 para primeira consulta de especialidade hospitalar	49
Quadro 27: Evolução do TRG para primeira consulta de especialidade hospitalar	49
Quadro 28: TMRG, TRG e TR para 2018 para procedimentos hospitalares cirúrgicos programados ...	50
Quadro 29: Doentes inscritos para cirurgia programada	51
Quadro 30: Avaliação da Satisfação dos Utentes	53
Quadro 31: Evolução dos Trabalhadores e Estrutura por Grupo Profissional/Carreira nos últimos três anos.....	54
Quadro 32: N.º de Trabalhadores por Grupo Profissional e Regime Jurídico de emprego, no ano 2018	55
Quadro 33: N.º de Internos em Formação Específica, por Especialidade, no ano 2018	55
Quadro 34: Nível de escolaridade, no ano 2018	57
Quadro 35: Distribuição dos Trabalhadores por Antiguidade	58
Quadro 36: Taxa de absentismo por Grupo Profissional, no ano 2018.....	58
Quadro 37: Evolução do número de dias de ausência ao trabalho por motivo/causa	59
Quadro 38: Horas de Formação.....	60
Quadro 39: Formação Interna por Grupo Profissional	61
Quadro 40: Formação Interna Co-Financiada	61
Quadro 41: Formação Externa por Grupo Profissional	62
Quadro 42: Evolução Indicadores Económico-Financeiros	65
Quadro 43: Peso dos Gastos Operacionais pelos Rendimentos Operacionais.....	66
Quadro 44: Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas.....	66
Quadro 45: Gastos com Fornecimentos e Serviços Externos.....	67
Quadro 46: Gastos com Pessoal	71
Quadro 47: Outros Gastos e Perdas	73
Quadro 48: Gastos e Perdas por Juros e Outros Encargos	73
Quadro 49: Impostos, Contribuições e Taxas.....	74
Quadro 50: Prestações de Serviços e Concessões.....	74
Quadro 51: Transferências e Subsídios Correntes Obtidos.....	75

Quadro 52: Outros Rendimentos e Ganhos	75
Quadro 53: Juros, Dividendos e Outros Rendimentos Similares	76
Quadro 54: Evolução Posição Financeira 2016-2018	76
Quadro 55: Evolução Indicadores Económico-Financeiros	77
Quadro 56: Rácios de Situação e de Solvabilidade	78
Quadro 57: PMP, PMR e PMRI.....	78
Quadro 58: Investimentos Anuais	83
Quadro 59: Execução do orçamento económico 2018	96
Quadro 60: Execução do orçamento investimentos 2018	97
Quadro 61: Variação do n.º de trabalhadores face ao previsto no orçamento para 2018	98
Quadro 62: Execução do orçamento SIGO/SOE 2018	98
Quadro 63: Gestão de Risco Financeiro	100
Quadro 64: Encargos Financeiros e Taxa Média de Financiamento.....	101
Quadro 65: Passivo Remunerado	101
Quadro 66: Prazo Médio de Pagamentos.....	102
Quadro 67: Atrasos nos Pagamentos (<i>Arrears</i>)	102
Quadro 68: Nomeação dos Membros do Conselho de Administração (mandato 2015/2017).....	104
Quadro 69: Nomeação dos Membros do Conselho de Administração (mandato 2018/2020).....	104
Quadro 70: Remuneração Anual dos Membros do Conselho de Administração (mandato 2015/2017)	104
Quadro 71: Remuneração Anual dos Membros do Conselho de Administração (mandato 2018/2020)	105
Quadro 72: Estatuto do Gestor Público (mandato 2015/2017)	105
Quadro 73: Estatuto do Gestor Público (mandato 2018/2020)	105
Quadro 74: Benefícios Sociais dos Membros do Conselho de Administração (mandato 2015/2017)	105
Quadro 75: Benefícios Sociais dos Membros do Conselho de Administração (mandato 2018/2020)	106
Quadro 76: Encargos com Viaturas atribuídas aos Membros do Conselho de Administração (mandato 2015/2017)	106
Quadro 77: Encargos com Viaturas atribuídas aos Membros do Conselho de Administração (mandato 2018/2020)	106

Quadro 78: Gastos anuais associados a deslocações em Serviço aos Membros do Conselho de administração (mandato 2015/2017).....	106
Quadro 79: Gastos anuais associados a deslocações em Serviço aos Membros do Conselho de administração (mandato 2018/2020).....	107
Quadro 80: Gastos Anuais Associados a Viaturas 2018 (€) mandato 2015/2017	107
Quadro 81: Gastos Anuais Associados a Viaturas 2018 (€) mandato 2018/2020	107
Quadro 82: Nomeação do Fiscal Único (mandato 2015/2017)	108
Quadro 83: Nomeação do Fiscal Único (mandato 2018/2020)	109
Quadro 84: Remuneração Anual do Fiscal Único	109
Quadro 85: Gastos com Comunicações Móveis dos membros do conselho de Administração (mandato 2015/2017).....	110
Quadro 86: Gastos com Comunicações Móveis dos membros do conselho de Administração (mandato 2018/2020).....	110
Quadro 87: Plano de Redução de Custos	115
Quadro 88: Informação constante do Site do SEE.....	118
Quadro 89: Nível de cumprimento da produção SNS	122
Quadro 90: Índice de Desempenho Global 2018	124
Quadro 91: Execução dos Contrato-Programa.....	125
Quadro 92: Saldos com entidade do SNS	125
Quadro 93: Investimentos superiores a €100.000	125
Quadro 94: Reconciliação para o balanço de abertura de acordo com o SNC-AP - Ativo.....	133
Quadro 95: Reconciliação para o balanço de abertura de acordo com o SNC-AP – Património Líquido e Passivo	134
Quadro 96: Reconciliação da Demonstração de Resultados conforme normativo anterior e SNC-AP 31/12/2017.....	136
Quadro 97: Decomposição de Caixa e Depósitos Bancários	139
Quadro 98: Períodos de vida útil esperada dos ativos intangíveis.....	149
Quadro 99: Decomposição de Ativos Intangíveis.....	150
Quadro 100: Variações de Ativos Intangíveis	150
Quadro 101: Períodos de vida útil esperada dos ativos fixos tangíveis	151
Quadro 102: Decomposição de Ativos Fixos Tangíveis	152

Quadro 103: Variações de Ativos Fixos Tangíveis	152
Quadro 104: Propriedades de Investimento	154
Quadro 105: Imparidade de Ativos	155
Quadro 106: Movimentação de Perdas por Imparidade de Clientes, contribuintes e utentes	155
Quadro 107: Movimentação das Rubricas de Inventários	156
Quadro 108: Rendimento de Transações com Contraprestação	157
Quadro 109: Rendimento de Transações sem Contraprestação.....	158
Quadro 110: Movimentação de Provisões no exercício de 2018.....	159
Quadro 111: Natureza das obrigações – processos judiciais em curso.....	160
Quadro 112: Ativos financeiras	161
Quadro 113: Passivos financeiros.....	161
Quadro 114: Clientes, contribuintes e utentes	161
Quadro 115: Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	162
Quadro 116: Estado e Outros Entes Públicos duvidosa.....	162
Quadro 117: Outras contas a receber	163
Quadro 118: Devedores por acréscimos de rendimentos.....	163
Quadro 119: Outras contas a pagar.....	164
Quadro 120: Credores por acréscimos de gastos.....	164
Quadro 121: Fornecedores.....	165
Quadro 122: Dívidas a terceiros com mais de 5 anos	165
Quadro 123: Adiantamento de clientes, contribuintes e utentes.....	166
Quadro 124: Remunerações de pessoas chaves da gestão e membros próximos da família.....	168
Quadro 125: Apuramento do CMVMC	172
Quadro 126: Desagregação das rubricas de Fornecimentos e Serviços Externos.....	172
Quadro 127: Desagregação da rubrica de Gastos com o pessoal	174
Quadro 101: Desagregação das rubricas de Gastos com Pessoal	174
Quadro 129: Desagregação da rubrica de Juros e gastos similares suportados	175
Quadro 130: Resultados por funções	199
Quadro 131: Resultados por funções	200

Quadro 132: Custos por atividade/função	200
---	-----

101
102
103

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Análise Doentes Saídos do Internamento.....	29
Gráfico 2: Peso Primeiras Consultas	31
Gráfico 3: Doentes atendidos na Urgência por concelho de origem	36
Gráfico 4: Doentes atendidos na Urgência por especialidade	36
Gráfico 5: Distribuição de Urgências por Faixa Etária	37
Gráfico 6: Triagem de Manchester - Urgência Geral	39
Gráfico 7: Triagem de Manchester - Urgência Pediátrica	39
Gráfico 8: Tipologias de Análises Realizadas	47
Gráfico 9: Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica por área requisitante.....	48
Gráfico 10: Avaliação da Satisfação dos Utentes	52
Gráfico 11: Tipificação de Exposição / Reclamação.....	53
Gráfico 12: Distribuição dos Trabalhadores por Grupo Etário	56
Gráfico 13: N.º de Trabalhadores por Grupo Profissional e por Género.....	57
Gráfico 14: Formandos por Grupo Profissional	62
Gráfico 15: Formandos por Grupo Etário	63
Gráfico 16: Formandos por Género.....	63
Gráfico 17: Evolução de Gastos com Subcontratos e Concessão de Serviços.....	68
Gráfico 18: Distribuição de Serviços Especializados 2018	68
Gráfico 19: Evolução de Gastos com Materiais de Consumo	69
Gráfico 20: Evolução de Gastos com Energia e Fluídos	69
Gráfico 21: Evolução de Gastos com Deslocações, Estadas e Transportes	70
Gráfico 22: Evolução de Gastos com Serviços Diversos	70
Gráfico 23: Evolução dos Gastos com Abonos Variáveis ou Eventuais	72
Gráfico 24: Evolução das Rubricas de Inventários 2016-2018	157

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACSS, IP	Administração Central do Sistema de Saúde, I. P.
CHUC, EPE	Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, EPE
CMVMC	Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas
CSP	Cuidados de Saúde Primários
CTH	Consulta a Tempo e Horas
CPV	Vocabulário comum para os contratos públicos
EBITDA	Lucros antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações
EPE	Entidade Pública Empresarial
EGP	Estatutos dos Gestores Públicos
ETC	Em tempo completo
FSE	Fundo Social Europeu
GDH	Grupo de Diagnóstico Homogéneo
HDFE, EPE	Hospital Distrital da Figueira da Foz, EPE
ICM	Índice de <i>Casemix</i>
INEM	Instituto Nacional de Emergência Médica
IP	Instituto Público
LOE	Lei do Orçamento de Estado
MCDT	Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica
NCP	Norma de Contabilidade Pública
POCMS	Plano Oficial de Contabilidade do Ministério da Saúde
PO ISE	Programa Operacional de Inclusão Social e Emprego
RCM	Resolução do Conselho de Ministros
RNCCI	Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados
SGREC	Sistema de Gestão de Reclamações
SICA	Sistema de Informação para a Contratualização e Acompanhamento
SIGIC	Sistema Integrado de Gestão de Inscritos para Cirurgia
SIGLIC	Sistema Integrado de Gestão de Lista de Inscritos para Cirurgia
SINAS	Sistema Nacional de Avaliação em Saúde
SNC	Sistema de Normalização Contabilística
SNC-AP	Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública
SNS	Serviço Nacional de Saúde
SPMS	Serviços Partilhados do Ministério da Saúde
TMRG	Tempos Máximos de Resposta Garantidos
TRG	Tempos de Resposta Garantidos
TR	Tempos de Resposta
UGA	Unidade de Gestão do Acesso

UICD	Unidade de Internamento de Curta Duração
UDIA	Unidade de Desenvolvimento Infantil e Adolescente
VMER	Viatura Médica de Emergência e Reanimação





De acordo com a Lei, designadamente quanto ao estabelecido nos artigos 65º, 66º e 66º-A do Código das Sociedades Comerciais, nos artigos 6.º e 20º do Decreto-lei n.º 18/2017, de 10 de fevereiro e no artigo 7º do Anexo II do Decreto-lei n.º 18/2017, de 10 de fevereiro, vimos submeter à apreciação dos Senhores Ministros de Estado e das Finanças e da Saúde, tendo em vista a aprovação dos documentos anuais de prestação de contas, o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras do Hospital Distrital da Figueira da Foz, EPE, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Considerando a complexidade do processo de prestação de contas do ano 2018, o qual foi efetuado pela primeira vez em SNC-AP foi necessário solicitar o adiamento do prazo de submissão ao Tribunal de Contas, tendo resultado na aprovação de contas no período de férias, devidamente aprovado, do elemento do Conselho de Administração, Rui Miguel Dias da Cruz, com funções de enfermeiro Diretor. Por este motivo, este membro do Conselho de Administração não subscreveu as contas conforme o disposto no Código das Sociedades Comerciais.

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



No âmbito da aprovação de contas é tempo de procedermos a uma análise crítica dos acontecimentos do ano e definirmos estratégias conjuntas para a sua melhoria no futuro próximo. A nomeação de um novo conselho de administração ocorreu em 13 de setembro. O primeiro passo realizado baseou-se em ouvir os profissionais, o que permitiu conhecer em profundidade o funcionamento da instituição e as expectativas dos profissionais.

Importa destacar as principais prioridades de atuação do Conselho de Administração:

- Melhorar o acesso aos cuidados de saúde;
- Reforçar a autonomia e responsabilidade da gestão intermédia;
- Adaptar os sistemas de informação às necessidades atuais dos utentes e profissionais;
- Apostar em novas linhas de atividade que privilegiem a autonomia e capacitação dos doentes;
- Contribuir para a melhoria da eficiência energética;
- Prosseguir com a construção do novo bloco operatório;
- Inovar no parque de equipamentos médico-cirúrgicos;
- Aumentar a integração de cuidados.

A área do acesso aos cuidados de saúde constitui uma prioridade do HDFF. Para o efeito foi clarificado o acesso à Lista de Inscritos em Cirurgia, tendo-se criado as condições para que, em 2019, os TMRG fossem cumpridos e os doentes intervencionados no interior do HDFF, garantindo a continuidade do acompanhamento clínico.

A Contratualização Interna continua a ser o elemento estrutural da gestão do HDFF, permitindo o alinhamento estratégico da instituição, a definição de projetos com vista à evolução e melhoria contínua dos diversos serviços, sejam clínicos, de apoio ou logísticos. No último trimestre do ano, foram negociados os objetivos a atingir em 2019, de modo a que no início do ano toda a instituição conhecesse as suas metas.

No que respeita aos sistemas de informação, destaca-se a definição dos objetivos a prosseguir na concretização de projetos co-financiados, nomeadamente, o projeto do Portal do Utente que tem como propósito principal facilitar o contato do doente com a instituição, tornando o processo mais célere.

A Hospitalização Domiciliária foi outro objetivo diferenciador da oferta de cuidados, do qual o HDFF foi precursor a nível nacional. A possibilidade de internamento domiciliário foi uma realidade, quer no domicílio dos utentes, quer em estruturas residenciais para idosos. De modo a melhorar as condições de trabalho dos profissionais foi adquirida, no âmbito do financiamento dos projetos PIIC, uma viatura elétrica que para além de operacionalizar os cuidados a prestar, contribui para a estratégia de energia verde da instituição.

Quanto à Telesaúde manteve-se o projeto da via verde AVC e lançaram-se as bases para que em 2019 seja possível a concretização de outros projetos a este nível, quer com os Cuidados de Saúde Primários, quer com outros Hospitais.

A eficiência energética foi também uma prioridade, pelo que foi efetuada uma auditoria energética que serviu de base para a apresentação de candidatura para atribuição de fundos comunitários ao

abrigo do POSEUR. Com a concretização deste projeto será possível otimizar o consumo de energia e dotar o HDFF das melhores soluções para redução da fatura energética e pegada humana.

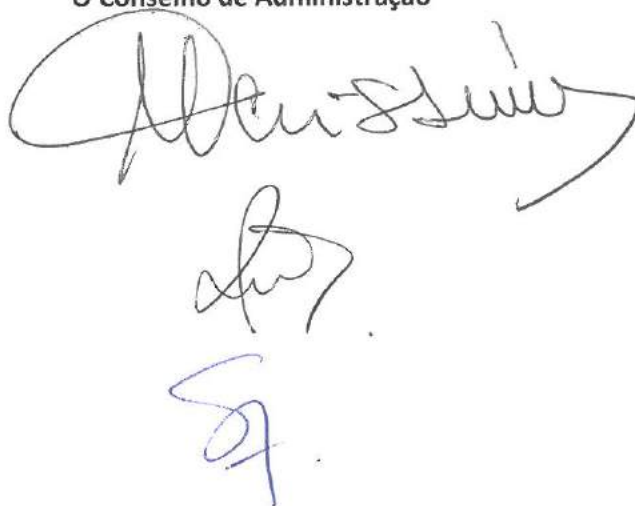
No que respeita à concretização do Novo Bloco Operatório, aprovada ao abrigo do FEDER, prosseguiu-se com o trabalho em curso de preparação para lançamento de concurso, tendo-se diligenciado a operacionalização da necessária revisão do projeto.

A estratégia de integração de cuidados é um eixo basilar da estrutura de atuação do HDFF. Na sua concretização desenvolveram-se iniciativas de aproximação aos CSP, que permitem a transmissão de conhecimentos e melhoria da qualidade da informação clínica em circulação entre os dois níveis de cuidados.

Relativamente a investimentos foi possível viabilizar a aquisição de equipamento médico-cirúrgico que contribuirão para o aumento da capacidade cirúrgica disponível e inovação da prática clínica.

Por fim, importa relembrar que em 13 de outubro o HDFF foi severamente atingido pela tempestade Leslie o que teve implicações temporárias na atividade clínica, bem como consequências na gestão económico-financeira da instituição.

O Conselho de Administração



CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO

O HOSPITAL DISTRITAL DA FIGUEIRA DA FOZ, EPE

MISSÃO, OBJETIVOS E POLÍTICAS

Missão

O HDFF, EPE tem por missão a prestação de cuidados de saúde diferenciados, de qualidade, em articulação com os cuidados de saúde primários e demais hospitais integrados na rede do Serviço Nacional de Saúde, utilizando adequadamente os seus recursos humanos e materiais de acordo com os princípios de eficácia e eficiência, procurando a melhoria contínua dos cuidados tendo em conta as necessidades e as expectativas dos utentes.

Visão

O Hospital e os seus profissionais exercem a sua atividade, através de procedimentos e atitudes assentes em práticas humanistas e princípios estruturais, num quadro de permanente e atuante disponibilidade, de dignificação humana e profissional, de responsabilização e de diálogo.

Tornar o Hospital numa unidade de referência na região pela prestação de cuidados de saúde diferenciados e de qualidade e auto-sustentável económico-financeiramente, com urgência médico-cirúrgica.

Valores

No cumprimento da sua missão, o HDFF, EPE e os seus profissionais perfilham os seguintes valores e princípios:

- a) Respeito pela dignidade humana, diversidade cultural e pelos direitos dos utentes;
- b) Universalidade no acesso a cuidados de saúde e equidade no tratamento;
- c) Primazia à pessoa do utente;
- d) Honestidade, sinceridade e franqueza no relacionamento com os utentes, seus familiares e entre os profissionais;
- e) Elevados padrões de humanização, qualidade e competência técnica e científica dos serviços prestados;
- f) Espírito de equipa, integridade, confidencialidade, privacidade e cordialidade;
- g) A mudança como motor do desenvolvimento, focada nos seus profissionais;
- h) Eficácia e eficiência na utilização de todos os recursos ao seu dispor;
- i) Respeito pela tradição histórica e cultural do HDFF, EPE assumindo cada profissional o dever de contribuir positivamente para o seu engrandecimento;
- j) Responsabilidade social; e
- k) Respeito pelo ambiente.

CARATERIZAÇÃO DO HOSPITAL

O Hospital Distrital da Figueira da Foz, EPE (adiante designado HDFF, EPE) constitui uma entidade pública empresarial, cujos princípios e regras aplicáveis se encontram estabelecidos no Decreto-Lei n.º 18/2017, de 10 de fevereiro que revogou o Decreto-Lei n.º 233/2005, de 29 de dezembro, tem sede social na Gala – Figueira da Foz e número de pessoa coletiva 506 361 527.

ENQUADRAMENTO REGIONAL E ÁREA DE INFLUÊNCIA

A área de influência abrange os concelhos da Figueira da Foz e de Montemor-o-Velho e parcialmente, os concelhos de Soure, Cantanhede, Mira e Pombal, sem prejuízo do disposto pelas redes de referência hospitalar, no contexto do Serviço Nacional de Saúde.

O HDFF, EPE encontra-se integrado na rede de prestadores de cuidados de saúde do Serviço Nacional de Saúde, devendo portanto assumir os compromissos no contexto do SNS, garantir o cumprimento das leis de base para a saúde e alcançar as metas e objetivos estabelecidos com a Tutela.

A base de atuação do Hospital é centrada no doente, pois tem como objetivo central a prestação de cuidados de saúde de qualidade à população em geral, acessíveis em tempo oportuno. Pretende-se, igualmente, garantir a sustentabilidade económica e financeira do Hospital, através da promoção da eficiência na utilização dos recursos e da eficácia nos resultados.

A política de qualidade do Hospital assenta na melhoria contínua dos cuidados, que deverá ser adequada às necessidades e expectativas dos utentes.

No desenvolvimento da atividade do Hospital estão presentes os critérios subjacentes à rede de referência dos doentes, à continuidade de cuidados, à articulação funcional com os cuidados de saúde primários e outras instituições do Serviço Nacional de Saúde, tendo-se como objetivo garantir um melhor acesso aos cuidados de saúde, mais qualidade na prestação, maior satisfação dos utentes, aumento de eficiência e, consequentemente, melhores resultados em saúde e a sustentabilidade do HDFF, EPE.

Dado que a região Centro do país é caracterizada por múltiplas unidades de saúde públicas e privadas que concorrem diretamente com o Hospital, é fundamental a afirmação do HDFF, EPE na região enquanto unidade de saúde de referência, prestadora de cuidados diferenciados, de qualidade e em tempo oportuno.

ORGANIZAÇÃO E CAPACIDADE INSTALADA

O atual modelo organizativo do Hospital assenta numa filosofia departamental, com uma lotação de 154 camas, distribuídas por Área Cirúrgica (70), Área Médica (63), Pediatria (9) e Unidade de Internamento de Curta Duração (12).

A capacidade instalada conta ainda com 43 gabinetes de Consulta Externa, 1 sala de pequena cirurgia da Consulta Externa, 1 sala de Bloco Operatório – Cirurgia Urgente, 2 sala de Bloco Operatório – Cirurgia Convencional, 1 sala de Bloco Operatório – Cirurgia de Ambulatório, 1 sala de pequena cirurgia da Urgência, 3 camas em Hospital de Dia, 10 cadeirões em Hospital de Dia e 3 camas da Unidade de Recobro.

A lotação no ano de 2018 por especialidade foi a que a seguir se apresenta:

Quadro 1: Capacidade Instalada 2018

Serviço	Lotação (N.º Camas)
Especialidade	
Área Cirúrgica	
Cirurgia Geral	28
Ortopedia	32
Especialidades Cirúrgicas	
Ginecologia	4
Oftalmologia	1
Otorrino	1
Urologia	4
Área Médica	
Medicina Interna	38
Especialidades Médicas	
Cardiologia	4
Gastrenterologia	2
Neurologia	4
Oncologia Médica	3
Pneumologia	12
Pediatria	
Pediatria	8
Pediatria Neonatal	1
Unidade de Internamento de Curta Duração (UICD)	
	12
	154

Fonte: SONHO

A Urgência Médico-Cirúrgica, com urgência de adultos e de pediatria, funciona 24/24 horas e integra a VMER.

Na área dos meios complementares de diagnóstico e terapêutica, o HDFF, EPE dá resposta às solicitações em conformidade com os recursos técnicos e humanos existentes.

Quadro 2: Equipamento Diagnóstico

Equipamentos de diagnóstico	
Radiologia	15
Ecografia	8
Serviço de Radiologia	2
ECO com Dopler	2
Serviço de Cardiologia	2
ECO com Dopler	2
Serviço de Obstetrícia/Ginecologia	2
ECO com Dopler	2
Outros Serviços do Hospital	2
ECO com Dopler	2
Mamografia	1
Mamografia Convencional	1
Radiologia Simples	4
Equipamentos Fixos	2
Rx digital	1
Rx Convencional	1
Equipamentos Móveis (transportáveis e blocos operatórios)	2
Rx Móvel Convencional	2
Radiologia Telecomandada	1
Rad. Telecomandada Convencional	1
Tomografia Computadorizada	1
TC Multiplanar (16 cortes)	1
Endoscopia	14
Gastrenterologia	8
Videogastrocópios	4
Video - colonoscópios/sigmoidoscópios	4
Pneumologia	4
Broncofibroscópios	1
Videobroncoscópios	2
Pletismógrafos	1
Outros Serviços do Hospital (Total)	2
Outros Serviços do Hospital	2
PACS	1
Existência de Arquivo Imagiológico Digital (PACS)	1
Equipamentos Neurofisiologia e do Sono	4
Polissonógrafos	4
Telemedicina	1
Existência de Equipamento para Telemedicina (store-and-forward)	1

Fonte: Serviço de Instalações e Equipamentos

199
sf
sf

O HOSPITAL EM NÚMEROS

No ano de 2018 no HDFF, EPE a atividade assistencial distribuiu-se da seguinte forma:

Quadro 3: Indicadores Assistenciais

Indicador	2016	2017	2018	Var. % 2017-2018
N.º Doentes Saídos	6.102	5.833	5.645	-3,2%
N.º Doentes Saídos por cama	40	38	37	-3,2%
Dias de Internamento (Dtes saídos)	44.627	43.993	42.736	-2,9%
Demora Média (dias)	7,34	7,54	7,57	0,5%
Taxa de Ocupação (%)	79,7%	78,2%	76,9%	-1,6%
Taxa de Mortalidade (%)	7,8%	8,5%	8,7%	2,7%
N.º Doentes Intervencionados	5.301	5.620	5.376	-4,3%
N.º Episódios de Urgência	75.470	73.370	74.686	1,8%
N.º Sessões Hdia	8.047	8.507	8.405	-1,2%

Fonte: SONHO

Relativamente à atividade financeira, apresentamos os principais resultados:

Quadro 4: Indicadores Económico - Financeiros

Indicadores	2016	2017	2018
Contas de Resultados			
Volume de negócios	26.045.612,50 €	26.658.044,33 €	25.251.893,15 €
Transferências e subsídios correntes obtidos	90.552,50 €	100.329,37 €	1.760.923,26 €
Resultados Operacionais	225.617,69 €	(1.492.520,84 €)	(2.188.236,12 €)
EBITDA	831.425,94 €	(876.252,69 €)	(1.478.991,80 €)
Resultados Financeiros	(2.640,26 €)	(2.577,28 €)	(29.996,32 €)
Resultado Líquido do Exercício	203.038,69 €	(1.502.178,14 €)	(2.225.698,21 €)
Meios Libertos Brutos Exploração	837.596,28 €	(669.207,40 €)	(1.280.851,80 €)
Meios Libertos Brutos Totais	1.443.404,53 €	(52.939,25 €)	(571.607,48 €)
Meios Libertos Líquidos	815.017,28 €	(678.864,70 €)	(1.318.313,89 €)
Estrutura do Balanço			
Ativo Não Corrente	9.029.170,62 €	9.082.731,96 €	9.631.316,58 €
Ativo Corrente	14.125.858,62 €	9.760.173,89 €	9.543.946,42 €
Ativo Total	23.155.029,24 €	18.842.905,85 €	19.175.263,00 €
Património Líquido	4.737.059,47 €	1.842.712,44 €	3.150.646,87 €
Passivo Não Corrente	281.696,81 €	364.980,19 €	263.517,17 €
Passivo Corrente	18.136.272,96 €	16.635.213,22 €	15.761.098,96 €
Passivo Total	18.417.969,77 €	17.000.193,41 €	16.024.616,13 €
Rácios de Situação ou Estrutura			
Fundo de Maneio	(4.010.414,34 €)	(6.875.039,33 €)	(6.217.152,54 €)
Liquidez Geral	0,78	0,59	0,61
Liquidez Reduzida	0,74	0,54	0,56
Endividamento Total (%)	0,78	0,88	0,82
Endividamento Remunerado (%)	0,00	0,00	0,00
Rácios de Gestão ou Atividade			
Prazo Médio Recebimento de Utentes (dias)	153	93	102
Prazo Médio Pagamento (dias) *	164	190	146
Rotação do Ativo	1,12	1,41	1,32
Prazo Médio de Rotação de Inventários (dias)	59,4	52,7	50,0
Rácios de Solvabilidade e Autonomia			
Autonomia Financeira	0,20	0,10	0,16
Imobilização dos Capitais Permanentes	0,52	0,20	0,33
Solvabilidade Geral	0,26	0,11	0,20
Rácio de Rendibilidade			
Rendibilidade Líquida da Prestação de Serviços (%)	0,01	-0,06	-0,09
EBITDA em percentagem do Volume Negócios (%)	0,03	-0,03	-0,06
Rendibilidade do Ativo (%)	0,01	-0,08	-0,12
Rendibilidade dos Capitais Próprios (%)	0,04	-0,82	-0,71
Outros Rácios			
Valor Acrescentado Bruto (VAB)	17.706.338,75 €	17.307.462,50 €	17.740.473,18 €
Prestações de Serviços per Capita**	39.764,29 €	39.551,99 €	38.266,24 €
VAB/per Capita**	27.032,58 €	25.678,73 €	26.883,58 €
Peso dos CMVMC nos Rendimentos Operacionais	16,9%	17,8%	18,9%
Peso dos Gastos c/Pessoal nos Rendimentos Operacionais	64,1%	67,2%	69,7%
Acréscimo de Dívida Vencida a fornecedores externos (relativo a dez n-1)	(28.430,97 €)	1.946.794,40 €	(2.790.474,40 €)

Fonte: SICG

* De acordo com a RCM n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, com as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril.

** Foi considerado o pessoal em "ETC", excluindo os que pertencem ao quadro mas em funções noutras instituições.

ÓRGÃOS SOCIAIS

Os membros do Conselho de Administração do Hospital Distrital da Figueira da Foz, EPE, foram nomeados por Resolução de Conselho de Ministros n.º 123/2018, de 27 de setembro, sob proposta dos Ministros de Estado e das Finanças e da Saúde para um mandato de três anos, produzindo efeitos a partir de 14 de setembro de 2018.

- Presidente: Prof. Doutor Manuel Teixeira Marques Veríssimo;
- Vogal Executivo: Dr.ª Ana Raquel Farias Correia dos Santos Andrade;
- Diretora Clínica: Dr.ª Maria Susana Ferreira Magalhães;
- Enfermeiro Diretor: Enf.º Rui Miguel Dias da Cruz.

Note-se que o anterior Conselho de Administração terminou o mandato 2015/2017 a 31 de dezembro/2017, continuando em funções (gestão) até nomeação em 13 de setembro de 2018 do atual Conselho de Administração. Os anteriores membros do Conselho de Administração foram nomeados por Resolução de Conselho de Ministros n.º 6/2015, de 23 de janeiro, retificada pela Declaração de Retificação n.º 161/2015, de 05 de março e pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 93/2017, de 03 de julho.

- Presidente: Dr. José António Albino Gonçalves e Silva;
- Vogal Executivo: Mestre Zita Cristina da Costa do Espírito Santo;
- Enfermeira Diretora: Mestre Anabela Martins Moreira Salgado Serra.

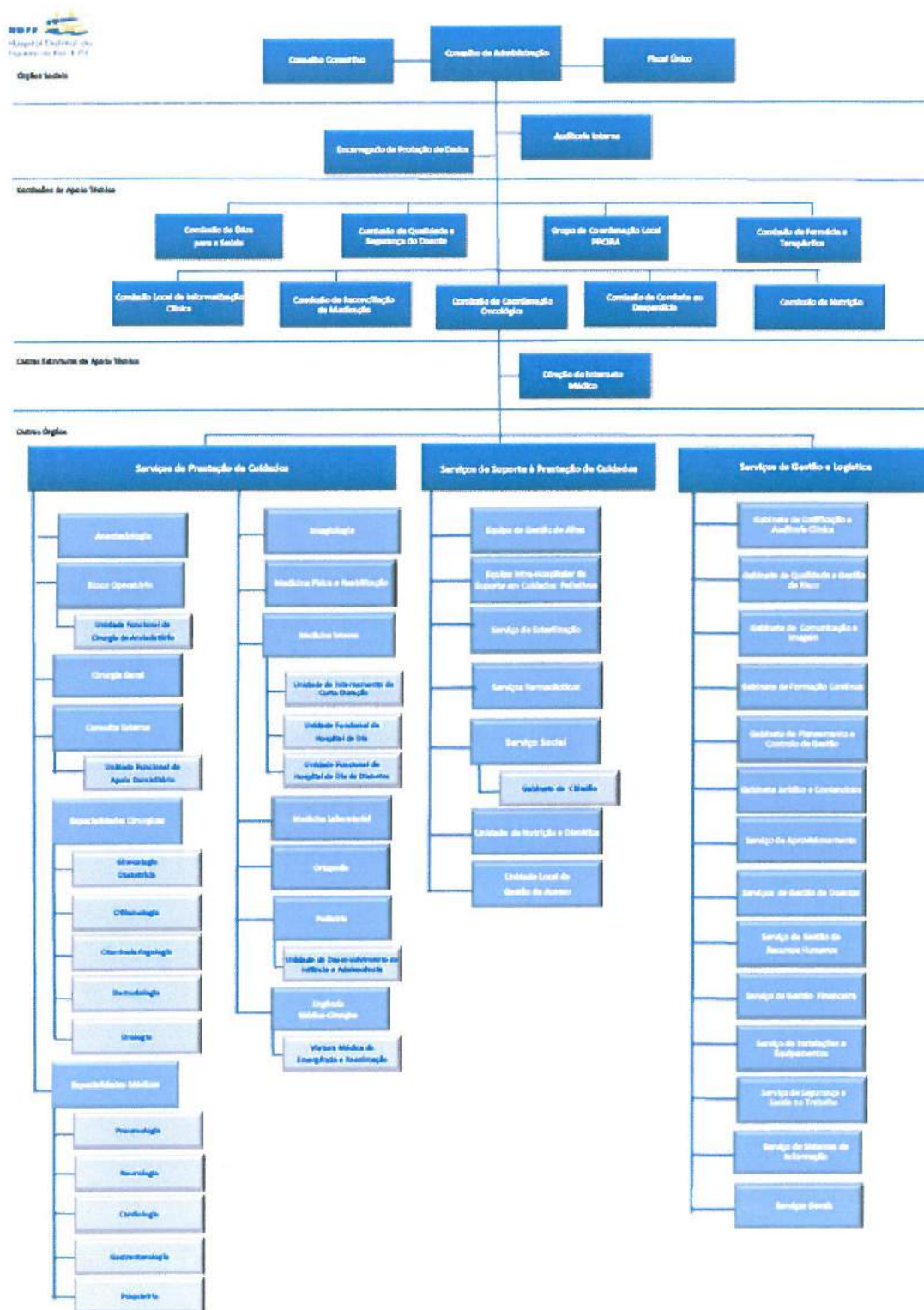
O responsável pelo controlo da legalidade, regularidade e da boa gestão financeira e patrimonial da Instituição foi nomeado, pelo Despacho do Senhor Secretário de Estado do Tesouro n.º 994/2018, de 11 de dezembro, ao abrigo do artigo 15.º dos Estatutos do Hospital Distrital da Figueira da Foz, EPE, para o mandato 2018-2020, o Fiscal Único efetivo e suplente, abaixo designados:

- Fiscal único efetivo: Sociedade Cravo, Fortes, Antão & Associados, Lda., inscrita na OROC sob o n.º 87, e registada na Comissão de Mercado de Valores Mobiliários sob o n.º 20161415, representada pelo Dr. Avelino Azevedo Antão, ROC n.º 589;
- Fiscal único suplente: Dr. Sérgio Renato Dias Marques, ROC n.º 1736.

ORGANOGRAMA

O atual modelo organizativo que suporta a estrutura de funcionamento do Hospital assenta numa filosofia de departamento, estruturado pela afinidade de especialidades.

Ilustração 1: Organograma do HDFF, EPE



Integram a estrutura organizacional do HDFF, EPE as seguintes áreas:

- Serviços Prestadores de Cuidados;
- Serviços de Suporte à Prestação de Cuidados;
- Serviços de Gestão e Logística;



Os **Serviços Prestadores de Cuidados** desenvolvem as suas atividades nas seguintes linhas de produção: internamento, urgência médico-cirúrgica, hospital de dia, ambulatório cirúrgico, consulta externa e serviço domiciliário, podendo, estas variarem em função da Especialidade

A estrutura organizacional do HDFF, EPE é composta pelos seguintes Serviços:

- Medicina Interna;
- Cirurgia Geral;
- Ortopedia;
- Pediatria;
- Especialidades Cirúrgicas (Ginecologia/Obstetrícia, Oftalmologia, Otorrinolaringologia, Dermatologia e Urologia);
- Especialidades Médicas (Pneumologia, Neurologia, Cardiologia, Gastrenterologia e Oncologia Médica);
- Anestesiologia;
- Medicina Física e Reabilitação;
- Imagiologia;
- Medicina Laboratorial;
- Bloco Operatório;

No Hospital existem também **Unidades Funcionais** que resultam da agregação especializada de recursos humanos e tecnológicos, com ganhos de qualidade técnica e assistencial, podendo existir por agregação de recursos de um único serviço ou por agregar recursos oriundos de diversos Serviços. São elas:

- Unidade Funcional de Cirurgia de Ambulatório;
- Unidade Funcional de Hospital de Dia;
- Unidade de Internamento de Curta Duração;
- Unidade Funcional de Serviço Domiciliário.

São Serviços de **Suporte à Prestação de Cuidados**:

- Serviços Farmacêuticos;
- Serviço de Esterilização;
- Unidade de Nutrição e Dietética;
- Unidade Hospitalar de Gestão de Inscritos para Cirurgia;
- Equipa de Gestão de Altas;
- Unidade de Consulta a Tempo e Horas;
- Serviço Social, o qual integra o Gabinete do Cidadão.

No HDFF, EPE existem **Serviços de Gestão e Logística** para intervenção em matérias específicas de interesse comum, a saber:

- Serviço de Gestão de Doentes;
- Serviço de Segurança e Saúde no Trabalho;
- Gabinete da Qualidade e Gestão de Risco;
- Arquivo Clínico e Administrativo;
- Serviço de Gestão Financeira;
- Serviço de Aprovisionamento;
- Serviço de Gestão de Recursos humanos;
- Serviços Gerais;
- Serviço de Instalações e Equipamentos;
- Gabinete de Gestão de Sistemas de Informação;
- Gabinete Jurídico e de Contencioso;
- Gabinete de Planeamento e Controlo de Gestão;
- Gabinete de Formação Contínua e Biblioteca;
- Gabinete de Comunicação e Imagem.

1. ATIVIDADE ASSISTENCIAL

INTERNAMENTO

O internamento dispõe de 154 camas, das quais 70 pertencem à Área Cirúrgica, 63 à Área Médica, 12 à Unidade de Internamento de Curta Duração (UICD) e 9 à Pediatria.

Em junho de 2018, no âmbito do Plano de Adequação de Camas Médicas, o Conselho de Administração do HDFF,EPE, atribuiu a lotação de 9 camas à Pneumologia, sendo que as restantes 3 camas da lotação inicial (12 camas) da Pneumologia, reverteram para a especialidade de Medicina Interna.

Em dezembro de 2018, o Conselho de Administração do HDFF,EPE deliberou autorizar a distribuição, provisória, das camas atribuídas à valência de Cardiologia pelas especialidades de Medicina Interna e Pneumologia, cuja lotação ficou em 43 e 11 camas, respectivamente.

No ano de 2018 foram tratados 5.645 doentes em regime de internamento, tendo-se verificado uma diminuição de 3,2 % face ao período homólogo do ano anterior, justificado pelo desenvolvimento da cirurgia de ambatório, o que também influenciou a demora média, uma vez que o tipo de cirurgia que passou a ser realizada em regime de ambatório implicava internamentos com estadias curtas.

Regista-se que em termos de género, o internamento caracterizou-se do seguinte modo: 52,2% do sexo feminino e 47,8% do sexo masculino.

Quadro 5: Indicadores de Movimento Assistencial

Especialidade	Lotação	Doentes Saídos			Dias de Internamento		Demora Média	Taxa de Ocupação
		Fem	Masc	Total	Internados	Saídos		
Especialidades Cirúrgicas								
Cirurgia Geral	28	662	651	1.313	7.238	7.381	5,62	70,82
Ortopedia	32	424	321	745	8.212	7.811	10,48	70,31
Ginecologia	4	136	0	136	744	757	5,57	50,96
Oftalmologia	1	2	3	5	33	33	6,60	9,04
Otorrino	1	0	2	2	4	4	2,00	1,10
Urologia	4	59	222	281	1.254	1.284	4,57	85,89
Especialidades Médicas								
Medicina Interna	38	771	593	1.364	15.702	16.636	12,20	113,21
Cardiologia	4	48	85	133	727	836	6,29	49,79
Gastroenterologia	2	20	36	56	163	167	2,98	22,33
Neurologia	4	44	41	85	532	632	7,44	36,44
Oncologia Médica	3	50	35	85	527	539	6,34	48,13
Pneumologia	12	113	117	230	2.332	2.431	10,57	53,24
Pediatria	8	149	160	309	1.069	1.055	3,41	36,61
Pediatria Neonatal	1	6	10	16	186	180	11,25	50,96
Unid. Intern. Curta Duração (UICD)	12	461	424	885	4.520	2.990	3,38	103,20
Total:	154	2.945	2.700	5.645	43.243	42.736	7,57	76,93
SO (Serviço de Observação)	-	1.109	1.084	2.193	1.041	1.041	0,47	-
Hospitalização Domiciliária	-	10	0	10	143	148	14,80	-

Fonte: SONHO

As especialidades de Cirurgia Geral e Ortopedia foram as que mais contribuíram para a diminuição do número de doentes saídos (-237 doentes saídos), contrastando com a Medicina Interna na qual se verificou o maior aumento do movimento assistencial do internamento (+ 183 doentes saídos).

Quadro 6: Indicadores de Atividade Assistencial - Comparação Homóloga

Especialidade	Doentes Saídos (n.º)		Demora Média (dias)		Taxa de Ocupação (%)	
	2017	2018	2017	2018	2017	2018
Especialidades Cirúrgicas						
Cirurgia Geral	1.447	1.313	4,90	5,62	70,49	70,82
Ortopedia	848	745	9,88	10,48	71,52	70,31
Ginecologia	107	136	5,38	5,57	38,49	50,96
Oftalmologia	13	5	2,23	6,60	7,95	9,04
Otorrino	0	2	0,00	2,00	0,00	1,10
Urologia	260	281	4,83	4,57	85,82	85,89
Especialidades Médicas						
Medicina Interna	1.181	1.364	11,81	12,20	109,55	113,21
Cardiologia	148	133	6,44	6,29	68,84	49,79
Gastroenterologia	53	56	4,57	2,98	35,07	22,33
Neurologia	95	85	5,95	7,44	39,18	36,44
Oncologia Médica	76	85	7,11	6,34	50,41	48,13
Pneumologia	313	230	9,43	10,57	69,89	53,24
Pediatria	312	309	3,35	3,41	35,10	36,61
Pediatria Neonatal	11	16	11,91	11,25	35,89	50,96
Unid. Intern. Curta Duração (UICD)	969	885	3,09	3,38	108,72	103,20
Total:	5.833	5.645	7,54	7,57	78,21	76,93

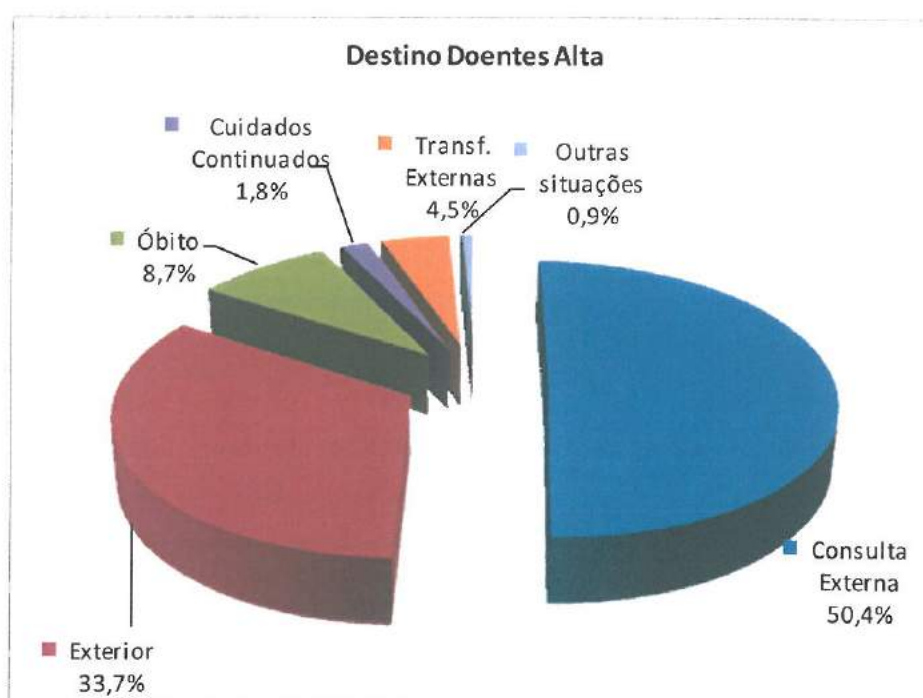
Fonte: SONHO

Quando se procede à análise do indicador taxa de ocupação hospitalar, comparando ambos os períodos da análise, verifica-se uma diminuição de 1,28 p.p., situando-se nos 76,93% no ano 2018.

Refira-se que o HDFF, EPE faz uma gestão integrada das camas, daí que a Medicina Interna apresente uma taxa de ocupação superior a 100% por ter internado doentes sob a sua responsabilidade em camas de outros Serviços.

Do total de doentes saídos do internamento, 50,4% dos doentes tiveram alta para o exterior e com referência para a consulta externa do Hospital, 33,7% para o exterior, 8,7% faleceram, 4,5% foram transferidos para outros hospitais e 1,8% foram integrados na Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI). Os restantes 0,9%, foram encaminhados para tratamentos posteriores em hospital de dia, saíram contra parecer médico, por abandono ou para o Serviço Domiciliário do Hospital.

Gráfico 1: Análise Doentes Saídos do Internamento



Fonte: SONHO

O quadro seguinte mostra a distribuição dos episódios de internamento codificados em GDH cirúrgico e médico mais frequentes, assim como o peso relativo verificado em 2018.

Quadro 7: GDH de Internamento mais frequentes

GDH	Designação do GDH	Fem	Masc	Total	2018 (%)
139	Outras pneumonias	225	224	449	7,95%
194	Insuficiência cardíaca	196	161	357	6,32%
144	Sinais, sintomas e/ou diagnósticos minor respiratórios	187	130	317	5,62%
463	Infeções do rim e/ou vias urinárias	153	86	239	4,23%
263	Colecistectomia laparoscópica	117	60	177	3,14%
45	Acidente vascular cerebral e/ou oclusão pré-cerebral com enfarte	91	67	158	2,80%
284	Perturbações da vesícula e/ou vias biliares	62	58	120	2,13%
720	Septicemia e/ou infeções disseminadas	52	54	106	1,88%
308	Procedimentos na anca e/ou fémur por traumatismo exceto substituído	75	31	106	1,88%
313	Procedimentos no joelho e/ou perna, exceto no pé	51	53	104	1,84%

Fonte: SONHO

CONSULTA EXTERNA

No ano de 2018 foram realizadas 91.762 consultas externas médicas, das quais 33.050 foram primeiras consultas e 58.712 subsequentes. Foram ainda realizadas 4.135 consultas não médicas.

Do total de consultas 58,9% foram realizadas a doentes do sexo feminino e 41,1% a doentes do sexo masculino.

Quadro 8: Consulta Externa

Indicador	2016	2017	2018	Var. % 2017-2018
Primeiras Consultas Médicas	30.487	33.156	33.050	-0,3%
Consultas Médicas Subsequentes	59.852	61.864	58.712	-5,1%
Consultas Não Médicas	5.127	5.150	4.135	-19,7%
Total de Consultas:	95.466	100.170	95.897	-4,3%
% Primeiras Consultas Médicas / Total Consultas Médicas	33,7%	34,9%	36,0%	+1,1 p.p.

Fonte: SONHO

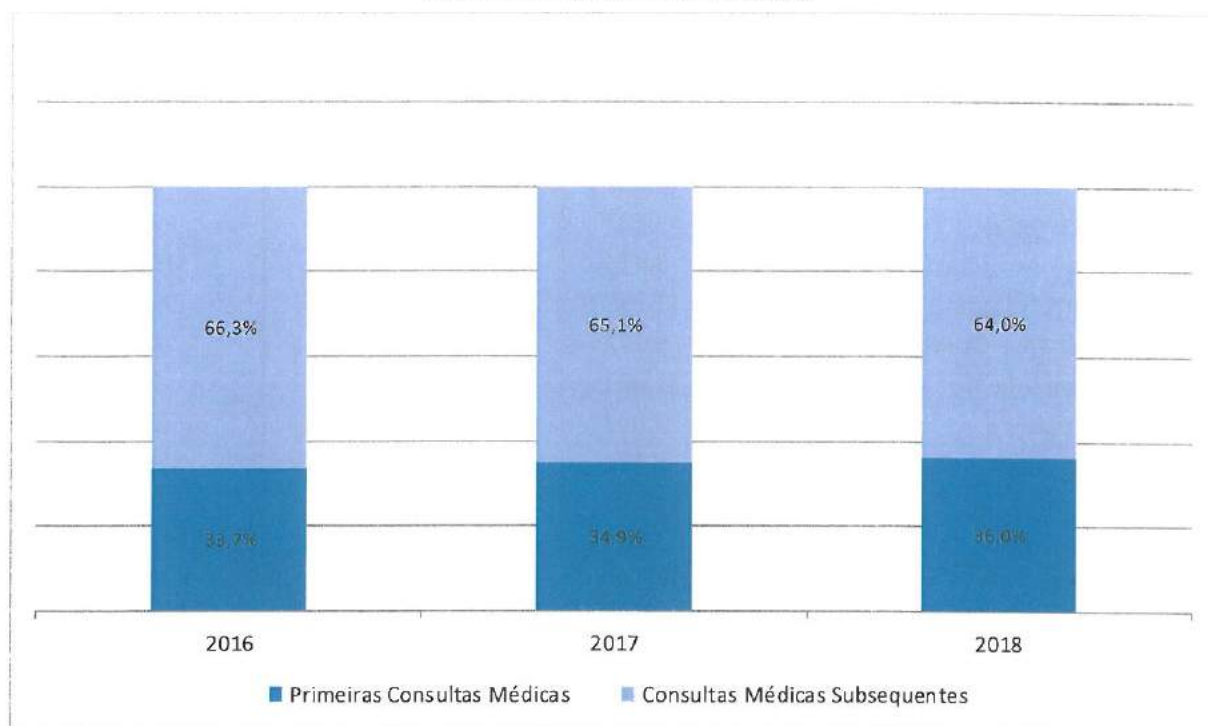
O peso das primeiras consultas médicas no total das consultas médicas (excluindo as consultas de Saúde Ocupacional) atingiu os 36,0%, superior aos 35,0% contratualizado com a Tutela, representando um aumento face aos valores de 2017 (1,1 p.p.).

A média de consultas realizadas por dia útil foi de 382,1 consultas, o que correspondeu a cerca de menos 17,0 consultas realizadas por dia útil face às registadas no ano anterior.

Dificuldades na contratação de pessoal médico, por escassez de recursos no mercado e pela dimensão do Hospital que se torna pouco atrativo aos profissionais, justificam a redução de consultas realizadas face ao ano transacto.

As 4.135 são consultas não médicas, correspondem a consultas de Apoio Nutricional e Dietética, de Enfermagem, de Podologia e de Psicologia Clínica.

Gráfico 2: Peso Primeiras Consultas



Fonte: SONHO

No âmbito do regime de referência eletrónica (Alert) e de gestão do acesso às primeiras consultas de especialidade hospitalar, com origem Cuidados de Saúde Primários, designado por Consulta a Tempo e Horas (CTH), tendo por base critérios de prioridade clínica e de antiguidade do registo do pedido de consulta, foram realizadas 13.096 primeiras consultas, representando 95% do total dos pedidos provenientes das Unidades de Cuidados de Saúde Primários.

Quadro 9: Consulta Externa por Especialidade

Especialidade	2016	2017	2018	Var. % 2017-2018
Anestesiologia	2.812	2.546	3.031	19,0%
Cardiologia	2.695	3.034	2.895	-4,6%
Cirurgia Geral	10.002	10.496	10.225	-2,6%
Dermatologia	3.607	3.636	3.367	-7,4%
Fisiatria	3.434	3.213	2.891	-10,0%
Gastrenterologia	1.853	2.286	2.863	25,2%
Ginecologia / Obstetrícia	9.172	8.375	8.021	-4,2%
Medicina Interna	11.923	12.118	11.775	-2,8%
Neurologia	2.967	2.823	2.743	-2,8%
Oftalmologia	8.763	8.770	10.664	21,6%
Ortopedia	8.497	9.970	9.951	-0,2%
Otorrino	4.758	5.337	3.238	-39,3%
Pediatria	5.579	6.253	5.805	-7,2%
Pneumologia	6.806	6.736	5.339	-20,7%
Psiquiatria	2.831	3.989	3.535	-11,4%
Saúde Ocupacional	556	656	492	-25,0%
Urologia	4.084	4.782	4.927	3,0%
TOTAL:	90.339	95.020	91.762	-3,4%
Apoio Nutricional e Dietética	2.582	2.589	2.487	-3,9%
Enfermagem	1.526	1.479	482	-67,4%
Podologia	180	282	356	26,2%
Psicologia Clínica	839	800	810	1,3%

Fonte: SONHO

A diminuição das consultas externas realizadas na área médica foi superior à da área cirúrgica. Em termos absolutos, as especialidades que apresentaram uma maior diminuição do número de consultas realizadas foram: Otorrino, Pneumologia, Psiquiatria e Pediatria.

No quadro 9 é apresentada a evolução do número de primeiras consultas e do total de consultas, por especialidade.

Quadro 10: Consulta Externa por Especialidade: Primeiras e Consultas Subsequentes

Especialidade	Primeiras Consultas	Consultas Subsequentes	Total Consultas	% Primeiras Consultas
Anestesiologia	2.453	578	3.031	80,9%
Cardiologia	841	2.054	2.895	29,1%
Cirurgia Geral	4.208	6.017	10.225	41,2%
Dermatologia	1.465	1.902	3.367	43,5%
Fisiatria	1.254	1.637	2.891	43,4%
Gastroenterologia	883	1.980	2.863	30,8%
Ginecologia / Obstetrícia	1.965	6.056	8.021	24,5%
Medicina Interna	2.297	9.478	11.775	19,5%
Neurologia	793	1.950	2.743	28,9%
Oftalmologia	4.342	6.322	10.664	40,7%
Ortopedia	4.151	5.800	9.951	41,7%
Otorrino	1.831	1.407	3.238	56,5%
Pediatria	2.059	3.746	5.805	35,5%
Pneumologia	2.550	2.789	5.339	47,8%
Psiquiatria	622	2.913	3.535	17,6%
Saúde Ocupacional	112	380	492	22,8%
Urologia	1.224	3.703	4.927	24,8%
Total:	33.050	58.712	91.762	36,0%
Apoio Nutricional e Dietética	934	1.553	2.487	37,6%
Enfermagem	477	5	482	99,0%
Podologia	38	318	356	10,7%
Psicologia Clínica	122	688	810	15,1%

Fonte: SONHO

A mesma análise poderá ser efetuada em função do género, apresentando-se a distribuição seguinte:

Quadro 11: Consulta Externa por Especialidade e Género: Primeiras e Consultas Subsequentes

Especialidade	Feminino	Masculino	Total Consultas	% Fem/Masc
Anestesiologia	1.826	1.205	3.031	60,2%
Cardiologia	1.312	1.583	2.895	45,3%
Cirurgia Geral	6.528	3.697	10.225	63,8%
Dermatologia	2.076	1.291	3.367	61,7%
Fisiatria	1.822	1.069	2.891	63,0%
Gastroenterologia	1.483	1.380	2.863	51,8%
Ginecologia / Obstetrícia	8.021	0	8.021	100,0%
Medicina Interna	6.651	5.124	11.775	56,5%
Neurologia	1.602	1.141	2.743	58,4%
Oftalmologia	5.980	4.684	10.664	56,1%
Ortopedia	6.287	3.664	9.951	63,2%
Otorrino	1.609	1.629	3.238	49,7%
Pediatria	2.553	3.252	5.805	44,0%
Pneumologia	2.338	3.001	5.339	43,8%
Psiquiatria	2.590	945	3.535	73,3%
Saúde Ocupacional	426	66	492	86,6%
Urologia	911	4.016	4.927	18,5%
Total:	54.015	37.747	91.762	58,9%
Apoio Nutricional e Dietética	1.644	843	2.487	66,1%
Enfermagem	315	167	482	65,4%
Podologia	155	201	356	43,5%
Psicologia Clínica	354	456	810	43,7%

Fonte: SONHO

URGÊNCIA

O Serviço de Urgência do HDFF, EPE, funciona com Urgência Geral e Urgência Pediátrica.

A Urgência Geral destina-se a todas as pessoas com idade igual ou superior a 18 anos. Está integrada na Rede Nacional de Urgências Hospitalares e é definida como uma urgência médico-cirúrgica, o que significa que funciona 24 horas por dia, todos os dias do ano, para as áreas da Medicina Interna, Cirurgia-Geral e Ortopedia.

A Urgência Pediátrica tem como objetivo a prestação de cuidados médicos e cirúrgicos urgentes ou emergentes às crianças e jovens com idade inferior a 18 anos da área de influência do HDFF, EPE. Funciona 24 horas por dia, todos os dias da semana.

A Urgência tem ainda o apoio de médicos das especialidades seguintes: Anestesiologia (24h/dia), Cardiologia, Neurologia, Pneumologia, Otorrinolaringologia, Oftalmologia e Dermatologia, estas últimas dão apoio em horários previamente definidos.

Para além disso, o Serviço de Urgência conta com uma área de triagem, onde os utentes são inicialmente observados por médicos com a especialidade de Medicina Geral e Familiar.

Em 2018 foram atendidos 74.686 doentes no Serviço de Urgência, dos quais 27,00% da Urgência Pediátrica e 73,00% da Urgência Geral.

Quadro 12: Admissões na Urgência

Tipos de Urgência	2016	2017	2018	Var. % 2017-2018
Urgência Geral	54.483	53.458	54.522	1,99%
Urgência Pediátrica	20.987	19.912	20.164	1,27%
Total de Admissões	75.470	73.370	74.686	1,79%
Urgências que geram Internamento	4.067	4.032	4.066	0,84%
% Urgências que geram Internamento	5,4%	5,5%	5,4%	-0,93%
Média por dia	206,2	201,0	204,6	1,79%

Fonte: SONHO

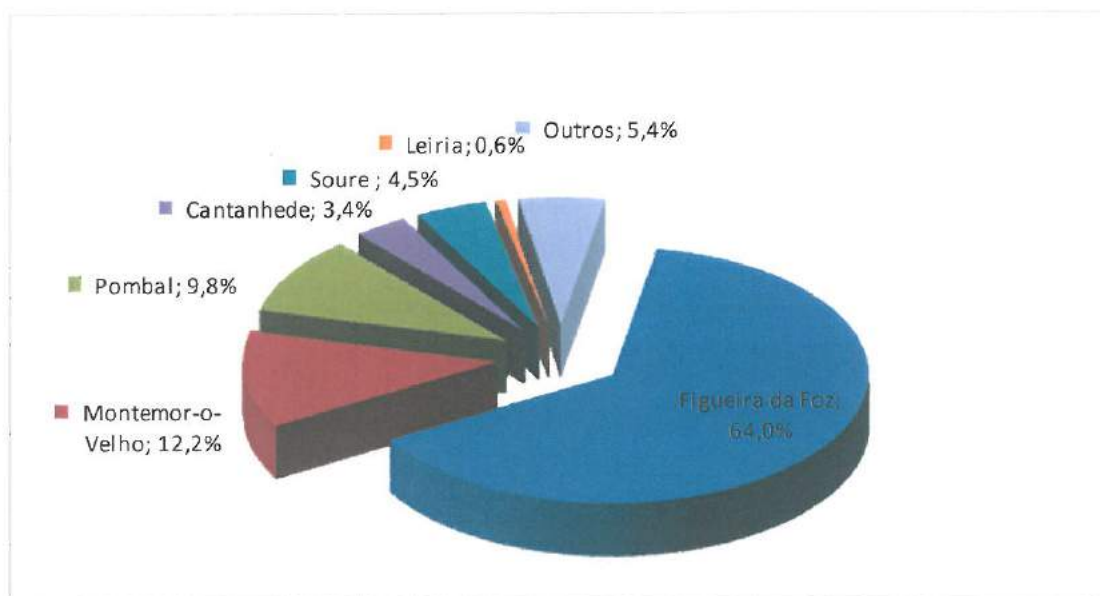
Do número total de doentes atendidos, 53% são do sexo feminino e 47% do sexo masculino.

Em média, foram atendidos 205 doentes por dia no Serviço de Urgência, sendo 150 doentes da Urgência Geral e 55 da Urgência Pediátrica.

No Serviço de Urgência assistiu-se a um aumento de 1,79% no número de episódios, sendo parte deste aumento justificado pelo aumento algo significativo da procura verificada no mês de fevereiro (+15% do que o mês de fevereiro de 2017).

Esse aumento da procura, especialmente no mês de fevereiro, influenciou o aumento do tempo médio de espera entre a triagem e a primeira observação médica (+5 minutos do que no ano anterior). No entanto, a espera média de 39 minutos apresenta-se como um valor favorável, se considerarmos os tempos máximos de espera previstos no Sistema de Triagem de Manchester. De facto, no Serviço de Urgência do HDFF, EPE, 85% dos utentes foram atendidos dentro do tempo máximo de espera previsto para cada uma das prioridades da Triagem de Manchester. Também, se assistiu a um aumento no tempo total de permanência dos doentes no Serviço de Urgência, passando-se de 3:18 horas, em 2017, para 4:30 horas em 2018, o que se apresenta como uma evolução negativa.

Gráfico 3: Doentes atendidos na Urgência por concelho de origem

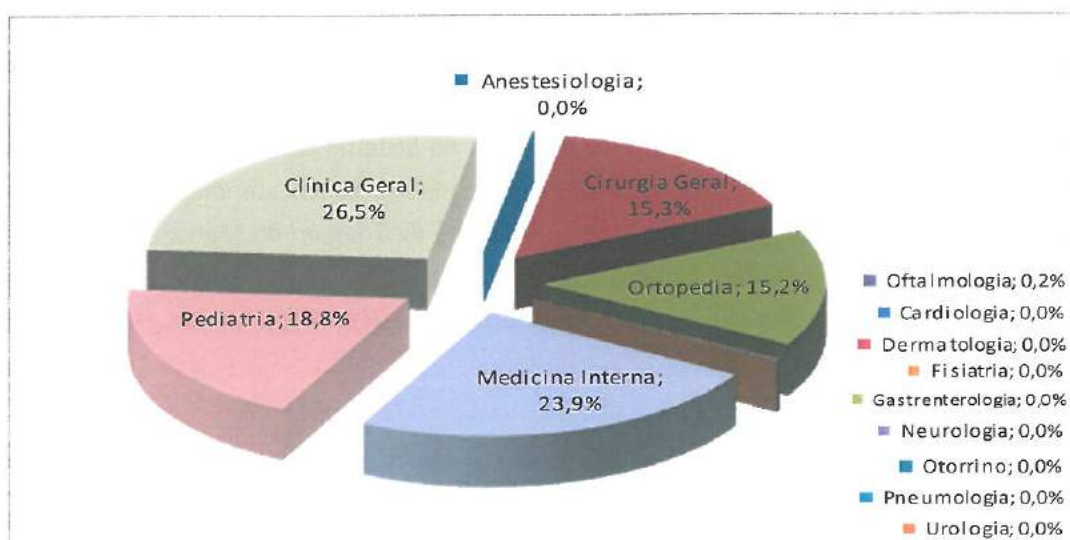


Fonte: SONHO

No que se refere à residência dos doentes atendidos, 64,0% (47.787 doentes) pertencem ao concelho da Figueira da Foz, 12,2% (9.116 doentes), pertencem ao concelho de Montemor-o-Velho, 9,8% (7.307 doentes) são do concelho de Pombal e 8,6% (6.417 doentes) pertencem a concelhos limítrofes como Cantanhede, Soure e Leiria. Os remanescentes 5,4% (4.059 doentes) residem noutros concelhos.

Existe ainda um considerável número de doentes que residem fora da área de influência do Hospital que recorrem ao Serviço de Urgência, pelo facto da sede do HDFF, EPE estar dentro de uma zona balnear mas também, em muitos casos, pela proximidade geográfica e temporal desta unidade de saúde à localidade de residência do utente, apesar de pertencerem à área de influência de outra instituição hospitalar.

Gráfico 4: Doentes atendidos na Urgência por especialidade



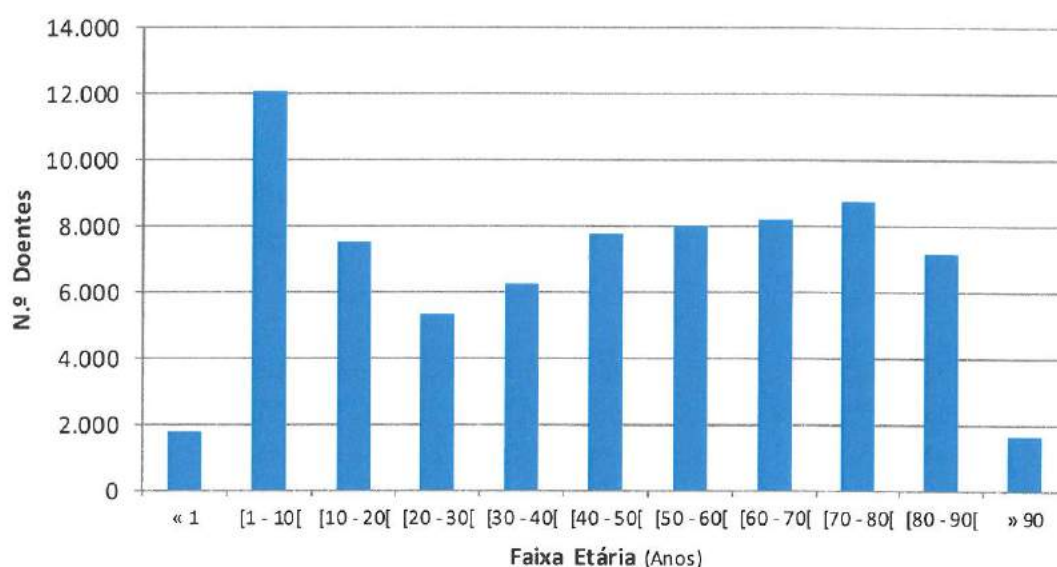
Fonte: SONHO

Comparando com o número de observações realizadas com o ano de 2017, verificou-se um aumento de 5.687 observações. Todas as especialidades com presença física no Serviço de Urgência apresentaram um aumento do número de observações, com exceção de Pediatria.

No que se refere ao destino dos doentes atendidos no Serviço de Urgência, 85,8% dos doentes tiveram alta para o exterior, 5,1% tiveram referência para a consulta externa, 5,4% foram internados, 2,5% foram transferidos para outros hospitais, 1,0% abandonaram o Serviço de Urgência e 0,2% faleceram.

Cerca de 50,5% dos doentes recorreram ao Serviço de Urgência entre as 08-16 horas, 23,2% das 16-20 horas, 16,9% das 20-24 horas e apenas 9,4% entre as 00-08 horas.

Gráfico 5: Distribuição de Urgências por Faixa Etária



Fonte: SONHO

Dos utentes que recorreram ao Serviço de Urgência, 34,6% dos utentes tem idade igual ou superior a 60 anos. O grupo etário com maior número de atendimentos foi o de 1-10 anos com 16,2% (12.100 utentes), seguindo-se o dos 70-80 anos com 11,7% (8.767 utentes).

Do total de doentes atendidos, 82,1% tiveram proveniência do exterior, 12,3% transportados pelo INEM, 3,3% dos Centros de Saúde, 1,2% foram encaminhados pelo serviço "Saúde 24" e 0,6% foram transferidos de outros hospitais. Os restantes doentes foram encaminhados, de entre outros, por outros Serviços internos do Hospital e por clínicas privadas.

Os motivos que conduziram à procura de cuidados de saúde no serviço de Urgência foram maioritariamente por doença (88,2% dos doentes), seguindo-se as quedas (5,2%), os acidentes de trabalho (2,0%), os acidentes domésticos (1,9%), os acidentes escolares (0,7%), os acidentes de aviação (0,6%), e os restantes por causas diversas.

No Serviço de Urgência do HDFF, EPE, é utilizado o Protocolo de Triagem de Manchester, o qual se baseia em critérios clínicos internacionalmente certificados que permitem classificar o risco clínico de cada situação atribuindo-lhe uma cor, assim, a cor Vermelha representa os doentes Emergentes, a cor Laranja representa os doentes Muito Urgentes, a cor Amarela é atribuída aos doentes Urgentes, a cor Verde é dedicada aos doentes Poucos Urgentes e a cor Azul representa os doentes Não urgentes. É ainda atribuída a cor Branca a casos que não se adequam às situações anteriores

Quadro 13: Triagem de Manchester

Prioridade Tipo de Urgência	Geral	Pediátrica	Total	% no Total
Vermelho (emergente)	130	2	132	0,2%
Laranja (muito urgente)	4.394	273	4.667	6,2%
Amarelo (urgente)	33.372	7.853	41.225	55,2%
Verde(pouco urgente)	15.268	11.724	26.992	36,1%
Azul (não urgente)	206	91	297	0,4%
Branco (não classificável)	1.024	195	1.219	1,6%
S/ Triagem Manchester	128	26	154	0,2%
Total:	54.522	20.164	74.686	100,0%

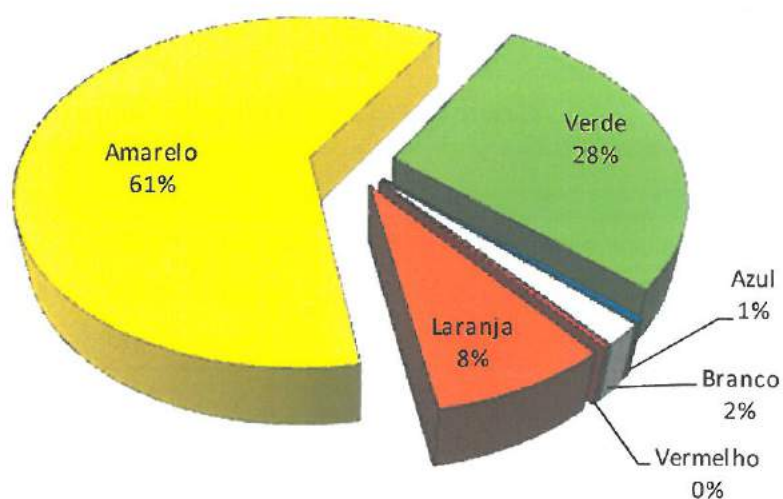
Fonte: SONHO

De acordo com a análise efetuada ao Sistema de Triagem de Manchester, verifica-se que 55,2% dos doentes que recorreram a este serviço foram situações urgentes, 36,1% pouco urgentes, 6,2% muito urgentes, 0,4% não urgentes e 0,2% emergentes. As situações não classificáveis representaram 1,6%. Comparativamente com ano o 2017, verificou-se uma diminuição do número de casos "Pouco Urgentes" (-1.622) e uma discreta diminuição nos casos "Emergentes" (-17). Também se registou uma redução dos episódios sem triagem (-170)

Em contraposição, verificou-se um aumento nas situações "Urgentes" (+2.537), nas situações "Muito Urgentes" (+347), nas situações "Não Classificáveis" (+155) e nas situações, "Não Urgentes" (+86).

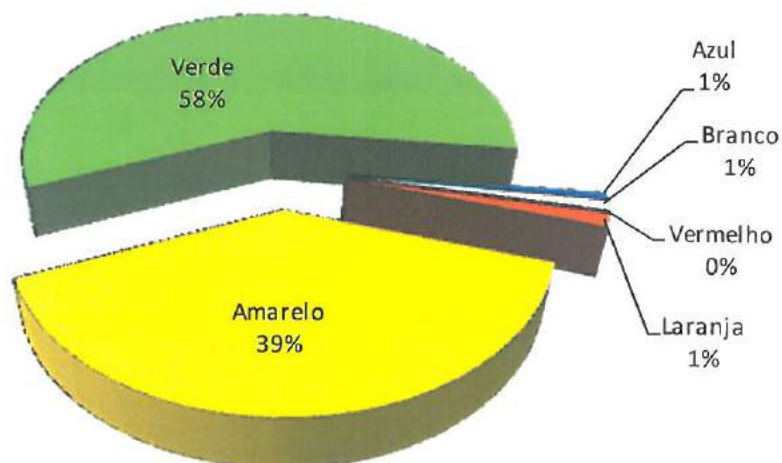
Os seguintes gráficos apresentam a distribuição das ocorrências por prioridades atribuídas na aplicação do Sistema de Triagem de Manchester.

Gráfico 6: Triagem de Manchester - Urgência Geral



Fonte: Sistema Triagem de Manchester

Gráfico 7: Triagem de Manchester - Urgência Pediátrica



Fonte: Sistema Triagem de Manchester

BLOCO OPERATÓRIO

O Bloco Central do HDFF, EPE dispõe de 4 salas operatórias para realização de cirurgia convencional e de ambulatório, uma das quais com prioridade para o Serviço de Urgência. A sala de recobro dispõe de 3 camas e encontra-se integrada no Bloco Operatório.

Quadro 14: Evolução da Atividade Cirúrgica

Tipologia de Cirurgia	2016	2017	2018	Var. % 2017-2018
Cirurgia Convencional	2.262	1.887	1.665	-11,8%
Cirurgia Ambulatório	4.053	4.890	5.063	3,5%
Cirurgia Urgente	783	887	828	-6,7%
Total de Intervenções Cirúrgicas:	7.098	7.664	7.556	-1,4%
Cirurgia Convencional	1.699	1.419	1.225	-13,7%
Cirurgia Ambulatório	2.994	3.499	3.535	1,0%
Cirurgia Urgente	608	702	616	-12,3%
Total de Doentes:	5.301	5.620	5.376	-4,3%

Fonte: SONHO

No ano de 2018 foram operados 5.376 num total de 7.556 intervenções cirúrgicas.

Quadro 15: Evolução da Atividade Cirúrgica – Desagregação por Género

Tipologia de Cirurgia	Femino	Masculino	Total
Cirurgia Convencional	684	541	1.225
Cirurgia Ambulatório	2.016	1.519	3.535
Cirurgia Urgente	293	323	616
Total de Doentes:	2.993	2.383	5.376

Fonte: SONHO

Do total de doentes operados 55,7% são do sexo feminino e os restantes 44,3% do sexo masculino.

Em média, foram operados 448 doentes por mês, o que representa em termos médios 21,4 doentes por dia útil.

Comparando com o ano anterior, o HDFF, EPE operou menos 244 doentes (2017: 5.620). Para esta diminuição contribuiu, essencialmente, a Cirurgia de Convencional uma vez que reduziu 13,7% (-194 doentes) e a Cirurgia Urgente com uma redução de 12,3% (-86 doentes).

A produção cirúrgica programada representou 88,5% do total da atividade do Bloco Operatório, tendo sido operados 1.225 doentes em cirurgia convencional e 3.535 doentes em ambulatório.

Os quadros seguintes mostram-nos a distribuição do número de procedimentos e de doentes intervencionados por especialidade.

Quadro 16: Procedimentos cirúrgicos por Especialidade

Especialidades	Cirurgia Convencional	Cirurgia Ambulatória	Cirurgia Eletiva	Cirurgia Urgente	Total Procedimentos
Cirurgia	622	885	1.507	507	2.014
Dermatologia	0	140	140	0	140
Ginecologia	146	406	552	0	552
Oftalmologia	16	2.829	2.845	0	2.845
Ortopedia	371	430	801	316	1.117
Otorrino	3	232	235	0	235
Urologia	507	141	648	5	653
Total Geral:	1.665	5.063	6.728	828	7.556

Fonte: SONHO

Quadro 17: Doentes intervencionados por Especialidade

Especialidades	Cirurgia Convencional	Cirurgia Ambulatória	Cirurgia Eletiva	Cirurgia Urgente	Total Doentes
Cirurgia	527	818	1.345	346	1.691
Dermatologia		140	140		140
Ginecologia	114	197	311	0	311
Oftalmologia	8	1.716	1.724	0	1.724
Ortopedia	368	429	797	268	1.065
Otorrino	1	119	120	0	120
Urologia	207	116	323	2	325
Total Geral:	1.225	3.535	4.760	616	5.376

Fonte: SONHO

Foi a especialidade de Oftalmologia que mais operou com 32,1% do total dos doentes, seguindo-se a Cirurgia Geral com 31,5%, a Ortopedia com 19,8%, a Urologia com 6,0%, a Ginecologia com 5,8%, a Dermatologia com 2,6% e a Otorrino com 2,2%.

Maioritariamente, as especialidades diminuíram a sua atividade cirúrgica em 2018, apenas Oftalmologia aumentou o número de doentes operados.

O tempo médio de espera para cirurgia, registou um discreto aumento face ao ano transato, sendo de 2,5 meses em 2018 e 2,2 meses em 2017. Na área oncológica em média o tempo de espera foi de 1,2 mês.

No âmbito da análise global de indicadores de Tempos Máximos de Resposta Garantida (TMRG) a nível nacional a 31 de dezembro, 97,9% dos doentes que se encontravam em lista de inscritos para cirurgia estavam dentro dos TMRG.

No caso dos doentes com neoplasias malignas esta percentagem é inferior, cerca de 71% apresentam tempos de espera dentro do previsto, o que se deve à existência e tumores da pele que não exigem intervenção imediata.

A existência de tempos de espera reduzidos para cirurgia levou a que o HDFF, EPE efetuasse um contrato de convenção com o Ministério da Saúde, no sentido de receber doentes com nota de transferência de outros hospitais do SNS, onde os tempos de resposta garantidos foram ultrapassados. Este tipo de atividade é conhecido como SIGIC Externo. Com exceção de Otorrino e Urologia, todas as valências cirúrgicas receberam doentes externos. Efetivamente, esta estratégia tem gerado resultados interessantes, em 2018 no HDFF, EPE foram operados 129 doentes de outros hospitais. Cerca de 25% dos doentes externos vieram do Centro Hospitalar de Leiria EPE, 22% do CHUC, EPE, 19% do Centro Hospitalar Tondela Viseu EPE, 12% do Centro Hospitalar do Baixo Vouga EPE, por outro lado, 37% dos doentes são de Cirurgia Geral e 36% de Ortopedia.

O facto de o Hospital estar a realizar o SIGIC Externo, para além, de rentabilizar a sua capacidade instalada, bem como a do SNS, permite obter um financiamento adicional e projetar a imagem do HDFF, EPE.

No ano de 2018 realizaram-se 5.376 anestésias, menos 4,3% que no período homólogo anterior.

Quadro 18: Anestésias por Tipo

Tipologia de Anestesia	2016	2017	2018	Var. % 2017-2018
Anestesia Geral	2.502	2.143	1.958	-8,6%
Anestesia Regional	533	307	213	-30,6%
Sedação	228	213	281	31,9%
Outro tipo de Anestesia	5	4	52	1200,0%
Anestesia Local (*)	2.033	2.953	2.872	-2,7%
Total:	5.301	5.620	5.376	-4,3%

(*) As anestésias locais não são necessariamente aplicadas por anestesista.

Fonte: SUNHU

No ano de 2018 foram assistidos na Unidade de Cuidados Pós-Anestésicos, 4.084 doentes das diversas especialidades cirúrgicas, o que significa uma diminuição de 6% face ao ano de 2017. A Oftalmologia foi a especialidade que mais recorreu àquela unidade (1.592 doentes), seguida pela Cirurgia Geral (1.019 doentes) e pela Ortopedia com 736 doentes.

A especialidade de Anestesiologia também dá apoio à realização de MCDT's fora do BO, estando também essas sedações e anestésias consideradas nos dados anteriormente apresentados.

HOSPITAL DIA

No Hospital de Dia do Hospital são realizadas sessões das seguintes especialidades: Dermatologia; Gastreenterologia; Ginecologia; Medicina Interna; Pediatria; Pneumologia; Urologia e está dotado com 10 cadeirões e 3 camas.

Foram realizadas no período em análise 8.405 sessões de Hospital de Dia a 2.801 doentes, o que correspondeu a uma média de 33,4 sessões por dia útil e a uma média de 3,0 sessões por doente tratado, conforme a seguir apresentado:

Quadro 19: Hospital Dia

Indicador	2016	2017	2018	Var. % 2017-2018
N.º de Sessões de Hospital de Dia	8.055	8.507	8.405	-1,2%
N.º de Doentes de Hospital de Dia	2.961	3.221	2.801	-13,0%
Média de Sessões / Doente	2,7	2,6	3,0	13,6%

Fonte: SONHO

Da análise comparativa com o ano anterior, podemos constatar uma diminuição do número de sessões realizadas em Hospital de Dia (menos 102 sessões).

A média do número sessões realizadas a cada doente foi de 2,6 e no ano 2017 e de 3,0 no ano 2018.

Do total de doentes que realizaram sessões de hospital dia, 55% são do sexo masculino e 45% do sexo feminino.

As sessões de Pediatria e Imunohemoterapia registaram um aumento (respetivamente mais 154 e 88 sessões), as sessões de Pneumologia apresentam uma redução significativa (menos 386 sessões).

Ao nível do tratamento da patologia oncológica registou-se um aumento das sessões de quimioterapia (mais 12 sessões) e uma diminuição das restantes sessões de oncologia (menos 89 sessões).

As outras especialidades que registaram aumento do número de sessões realizadas foram Gastreenterologia e Diabetes (mais 99 e 121 sessões, respectivamente).

A Dermatologia apresenta uma pequena redução (menos 2 sessões) e as restantes sessões de outras especialidades (menos 99 sessões).

Quadro 20: Hospital Dia por Especialidade

Especialidades	2016	217	218	Var. % 2017-2018
Quimioterapia				
Quimioterapia	1.709	1.808	1.820	0,7%
Oncologia				
Oncologia	1.699	1.795	1.706	-5,0%
Imunohemoterapia				
Imunohemoterapia	355	344	432	25,6%
Pediatria				
Pediatria	483	487	641	31,6%
Pneumologia				
Pneumologia	1.011	1.040	654	-37,1%
Outras Sessões				
Dermatologia	42	24	22	-8,3%
Diabetes	1.823	1.784	1.905	6,8%
Gastrenterologia	133	143	242	69,2%
Outras	800	1.082	983	-9,1%
Sub-total:	2.798	3.033	3.152	3,9%
Total:	8.055	8.507	8.405	-1,2%

Fonte: SONHO

CUIDADOS DOMICILIÁRIOS

No decurso de 2018 foram realizadas 965 visitas domiciliárias de enfermagem, tendo-se verificado um aumento de 8.5% face ao ano anterior.

Cerca de 59% dos doentes foram encaminhados após internamento nos vários Serviços para continuidade de cuidados de enfermagem, embora em número inferior também a consulta externa (18,0%) e outros serviços referenciem para os cuidados domiciliários do HDFF, EPE.

Das visitas domiciliárias registadas, 42% foram realizadas a doentes do sexo feminino e 58% a doentes do sexo masculino.

A média de visitas domiciliárias realizadas a cada doente aumentou face ao ano 2017, de 6,8 registado em 2017 para 7,5 no ano agora findo.

Quadro 21: Serviço Domiciliário

Indicador	2016	2017	2018	Var. % 2017-2018
Visitas Médicas	0	0	0	-
Visitas de Enfermagem	757	889	965	8,5%
Total de visitas:	757	889	965	8,5%
N.º de Doentes	125	130	128	-1,5%
Média de visitas/doente	6,1	6,8	7,5	10,2%

Fonte: SONHO

No ano de 2018, deu-se continuidade (início em 2017, apenas com 1 doente) ao Projeto de Hospitalização Domiciliária desenvolvido em parceria com os centros geriátricos e lares, tendo-se registado hospitalização domiciliária de 10 doentes. O Centro Geriátrico Bissaya Barreto e Cáritas foram as instituições com a hospitalização domiciliária com internamento de 5 doentes cada.

MEDICINA FÍSICA E DE REABILITAÇÃO

No ano de 2018 foram realizados 78.949 tratamentos de Medicina Física e de Reabilitação a um total de 2.085 doentes, o que traduziu uma média de 37,9 tratamentos por doente.

A atividade realizada por este Serviço apresenta uma redução de 2% (menos 1.622 tratamentos) face ao realizado em 2017.

Quadro 22: Medicina Física e de Reabilitação

Indicador	2016	2017	2018	Var. % 2017-2018
N.º de Doentes	2.534	2.188	2.085	-4,7%
N.º de Tratamentos	99.354	80.571	78.949	-2,0%
Média de tratamentos/doente:	39,2	36,8	37,9	2,8%

Fonte: SONHO

Em média, realizaram-se 313 tratamentos por dia útil.

Em termos da tipologia de tratamentos efetuados pela Medicina física e de Reabilitação, os mesmos apresentam-se o quadro seguinte:

Quadro 23: Medicina Física e de Reabilitação - Tratamentos

Indicador	2016	2017	2018	Var. % 2017-2018
Cinesioterapia	47.908	38.024	41.749	9,8%
Electroterapia	9.553	8.539	6.009	-29,6%
Mecanoterapia	4.028	3.168	1.841	-41,9%
Termoterapia	16.894	14.746	11.756	-20,3%
Hidrocinésibalneoterapia	1.604	470	503	7,0%
Outros Tratamentos	19.367	15.624	17.091	9,4%
Total:	99.354	80.571	78.949	-2,0%

MEIOS COMPLEMENTARES DE DIAGNÓSTICO E TERAPÊUTICA (MCDT)

No âmbito dos meios complementares de diagnóstico e terapêutica, durante o ano de 2018 verificou-se um acréscimo global na ordem de 0,3% dos exames/análises realizados, quando comparado com o ano de 2017, o que em termos absolutos representou a realização de mais 3.152 exames/análises.

Quadro 24: Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica

Indicador	2016	2017	2018	Var. % 2017-2018
Análises Clínicas	728.809	760.980	771.657	1,4%
Anatomia Patológica	88	110	120	9,1%
Anestesiologia	1.721	932	1.673	79,5%
Cardiologia	15.078	15.711	15.053	-4,2%
Cirurgia Geral	2.790	3.092	2.609	-15,6%
Dermatologia	2.262	2.345	2.123	-9,5%
Ecografias/Eco-dopplers	9.421	10.016	7.793	-22,2%
Exames Radiológicos e Mamografias	46.651	48.471	49.419	2,0%
Exames de Imunohemoterapia (*)	2.601	2.457	2.875	17,0%
Gastroenterologia	3.218	4.006	3.747	-6,5%
Ginecologia/Obstetrícia	2.790	2.612	2.631	0,7%
Medicina Física e de Reabilitação	99.354	80.571	78.949	-2,0%
Otorrino	2.028	3.732	3.153	-15,5%
Oftalmologia	2.713	2.450	3.474	41,8%
Ortopedia	664	715	811	13,4%
Pediatria	9.209	5.464	1.041	-80,9%
Pneumologia	7.983	7.959	6.991	-12,2%
TAC	8.342	9.836	10.452	6,3%
Urologia	784	906	946	4,4%
Total:	946.506	962.365	965.517	0,3%

(*) Inclui transfusões.

Fonte: SONHO

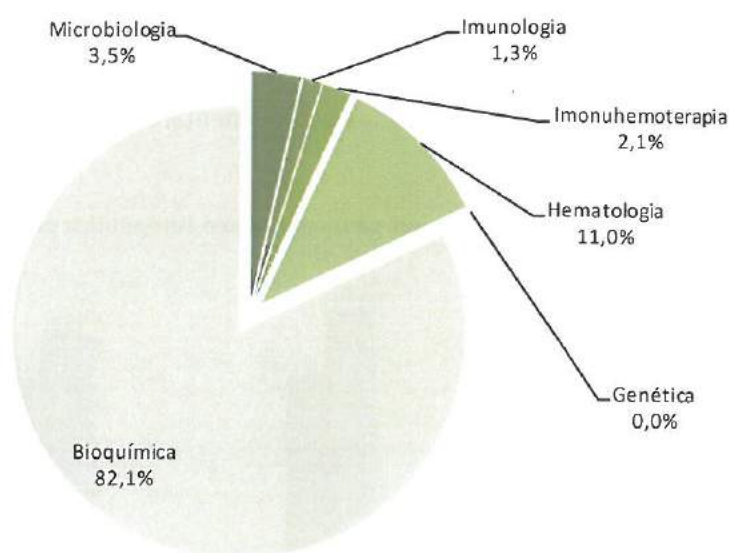
Com especial relevo se ressalta a realização pelo Serviço de Medicina Laboratorial de 771.657 análises clínicas, o que se traduz numa média de 2.114 análises clínicas/dia. Em termos médios constata-se o aumento do número diário de análises clínicas em 29 análises clínicas/dia.

Comparando com o ano anterior, o número de análises realizadas foi superior, apresentando um aumento de 1,4% (+10.677 análises), correspondendo, em parte, aos aumentos de produção verificados nalgumas linhas de atividade assistencial.

Atente-se da importância do Protocolo celebrado em março de 2014 com o CMR Rovisco Pais, para o aumento da atividade verificada (22.010 exames/análises), do Hospital Arcebispo João Crisóstomo de Cantanhede (235 exames) e em 2015 do Projeto Figueira Respira (287 espirometrias por admissão direta).

De acordo com o agrupamento definido na Portaria n.º 207/2017, de 11 de julho, 82% das análises foram de bioquímica e as restantes distribuíram-se nos agrupamentos apresentados no gráfico seguinte.

Gráfico 8: Tipologias de Análises Realizadas



Fonte: SONHO

No ano 2018, foram realizadas 2.703 transfusões de componentes de sangue (+353 transfusões) e 136 flebotomias terapêuticas (+31).

O Serviço de Imagiologia realizou 67.664 exames, traduzindo uma média diária de 185 exames, a atividade deste Serviço regista uma discreta diminuição de 1% (-659 exames) face ao realizado no ano anterior sendo os exames de radiologia convencional os realizados em maior número, representando 72% do total, seguindo-se as ecografias/doppler (12%), os exames de TAC (15%) e as mamografias (1%).

De referir ainda que no HDFF, EPE foram efetuadas 1.624 ecografias de Ginecologia/Obstetrícia, 1.178 ginecológicas e 446 obstétricas. Comparando com o ano de 2017 verificou-se um acréscimo de 5% das ecografias ginecológicas e de 13% nas obstétricas.

Apesar do contínuo esforço no sentido de apetrechar com equipamentos e recursos os Serviços/ Unidades do HDFF, EPE, a sua inexistência e/ou insuficiência de capacidade instalada obriga o Hospital a recorrer a entidades externas para a realização de alguns MCDT.

Relativamente aos MCDT's realizados no exterior, constata-se o aumento geral dos mesmos, conforme quadro seguinte:

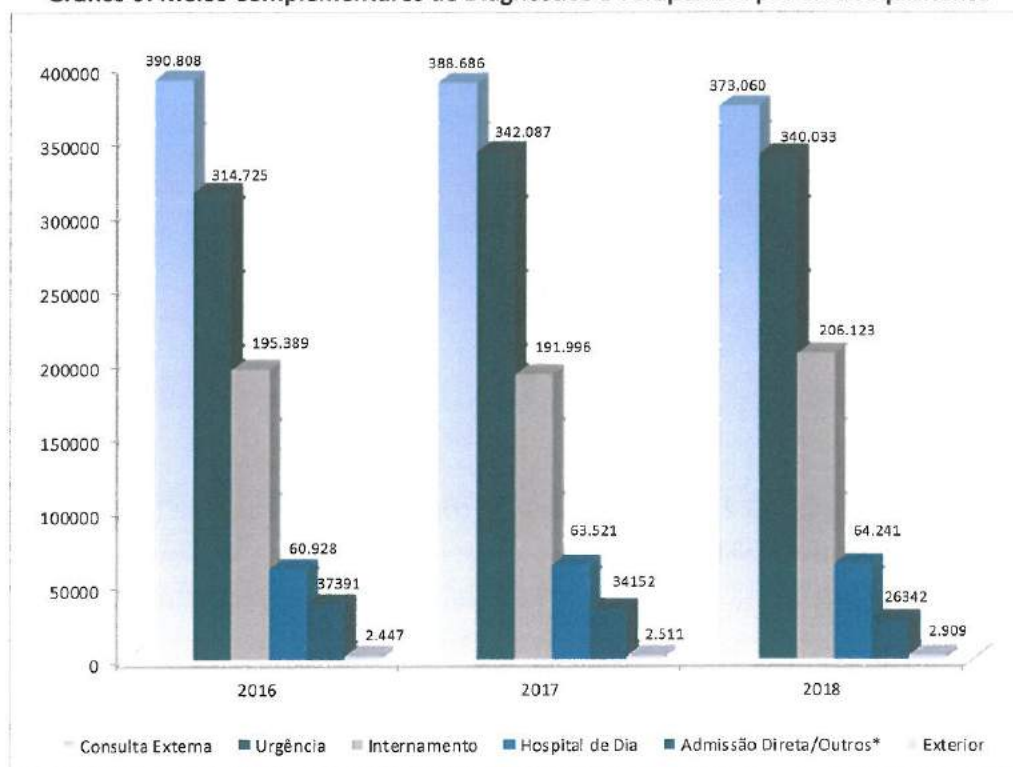
Quadro 25: Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica realizados no Exterior

Indicador	2016	2017	2018	Var. % 2017-2018
Análises Clínicas	3.020	3.582	3.285	-8,3%
Anatomia Patológica	6.536	7.529	6.547	-13,0%
Cardiologia	12	14	12	-14,3%
Gastroenterologia	28	39	6	-84,6%
Medicina Nuclear	464	519	551	6,2%
Neurologia e Neurofisiologia	528	521	499	-4,2%
Oftalmologia	0	3	5	66,7%
Radiologia	700	948	1.045	10,2%
Total:	11.288	13.155	11.950	-9,2%

Fonte: SONHO

O gráfico 9 apresenta a distribuição dos Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica (total), por área requisitante.

Gráfico 9: Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica por área requisitante



* Protocolos Rovisco Pais; Cantanhede

Fonte: SONHO

Conforme anteriormente indicado, importa referir a importância que as duas Instituições com as quais o HDFF, EPE celebrou protocolos para a realização de análises / exames, relevando o acréscimo dos MCDT pela área requisitante “Admissão Direta / Outros”.

ACESSO AOS CUIDADOS DE SAÚDE

Neste capítulo apresentam-se os Tempos Máximos de Resposta Garantidos (TMRG), regulados pela Lei nº 14/2014 de 21 de março, alterada pelo Decreto-Lei nº44/2017, de 20 de abril e pela Portaria n.º 153/2017, de 4 de maio, assim como os Tempos de Resposta Garantidos (TRG) determinados para a entidade e Tempos de Resposta (TR) efetivamente praticados em 2018.

No âmbito da análise global de indicadores de Tempos Máximos de Resposta Garantida a nível nacional, constata-se o cumprimento integral de todos os indicadores relacionados com a Consulta Externa.

Quadro 26: TMRG, TRG e TR para 2017 para primeira consulta de especialidade hospitalar

Primeira consulta de especialidade hospitalar Nível de Acesso (TMRG)	TRG (dias)	TR (dias)		
		2016	2017	2018
Muito Prioritária (30 dias)	30	14	19	19
Prioritária (60 dias)	60	26	40	45
Normal* (120 dias)	120	77	84	108

* 150 dias até 31 de dezembro de 2017

Fonte: Alert P1 - CTH

Tomando em consideração a evolução dos indicadores entre 2017 e 2018, regista-se um aumento do tempo de resposta (média e mediana).

Quadro 27: Evolução do TRG para primeira consulta de especialidade hospitalar

Indicador*	2016	2017	2018
Consultas realizadas - CTH (n.º)	11.705	12.173	13.096
Mediana do tempo até à realização da primeira consulta (dias)	63	70	82
Tempo médio de resposta ao pedido (dias)	70	78	99
Tempo máximo de resposta ao pedido (dias)	322	293	474

* Para cálculo do Indicador considera-se o n.º dias seguidos a partir do registo do pedido da consulta no sistema informático da consulta a tempo e horas (CTH) pelo médico assistente do centro de saúde até ao dia da realização da consulta no hospital

Fonte: Alert P1 - CTH

Destaca-se o acréscimo na procura relativamente às primeiras consultas, quer de utentes da área de influência do Hospital quer de fora desta área, facto que influencia negativamente este indicador.

À data de 31 de dezembro de 2018, existiam 8.149 doentes em lista de espera para a primeira consulta, valor ligeiramente superior ao existente na mesma data no ano transato, correspondendo a um aumento de 3%. Refira-se que os pedidos cuja referenciação foi efetuada no âmbito Alert – CTH registam um valor 4% inferior face a 31 de dezembro de 2017.

No âmbito do agendamento da consulta regista-se uma evolução negativa, constata-se que 53% dos doentes já possuíam agendamento de consulta (4.353 doentes), representa menos 18 p.p. face ao valor do ano anterior.

A referenciação eletrónica dos cuidados primários através do Alert P1 – CTH mantém-se acima dos 60%, superior ao verificado em 2017, sendo 61% dos pedidos existentes no final do ano efetuados por esta via.

Do número de utentes em espera para consulta, constata-se que no final de 2018, é a área cirúrgica que maior peso (66%) assume relativamente a este indicador.

Analisando do ponto de vista global em termos de especialidades, constata-se que as que concentram maior número de utentes em espera para consulta médica são a Otorrino seguida da Dermatologia, da Ortopedia, da Pneumologia e da Cirurgia Geral.

Quadro 28: TMRG, TRG e TR para 2018 para procedimentos hospitalares cirúrgicos programados

Realização procedimentos hospitalares cirúrgicos programados	TRG (dias)	TR (dias)		
		2016	2017	2018
Nível de Acesso (TMRG)				
Patologia Geral				
Urgência diferida (nível 4 - 3dias)	3	2	2	3
Muito Prioritário (prioridade 3 - 15dias)	15	5	10	9
Prioritário (prioridade 2 - 60dias)	60	26	26	30
Normal* (prioridade 1 - 180dias)	180	88	71	89
Doença Oncológica				
Urgência diferida (nível 4 - 3dias)	3	1	2	1
Muito Prioritário (prioridade 3 - 15dias)	15	5	5	9
Prioritário (prioridade 2 - 45dias)	45	23	24	31
Normal (prioridade 1 - 60dias)	60	44	31	47

* 270 dias até 31 de dezembro de 2017

Fonte: UGA - SIGLIC

No âmbito da análise global de indicadores de Tempos Máximos de Resposta Garantida a nível nacional, constata-se o cumprimento integral de todos os indicadores relacionados com procedimentos hospitalares cirúrgicos programados.

No âmbito da análise global de indicadores de Tempos Máximos de Resposta Garantida (TMRG) a nível nacional a 31 de dezembro de 2018, 97,93% dos doentes que se encontravam em lista de inscritos para cirurgia estavam dentro do TMRG.

À data de 31 de dezembro de 2018, existiam 1.977 doentes inscritos para cirurgia, mais 822 doentes que na mesma data de 2017.

A mediana do tempo de espera da lista de inscritos para cirurgia era de 2,90 (meses), quando comparada com a mediana de 2017 apresenta uma variação 0,97 (mês).

Quadro 29: Doentes inscritos para cirurgia programada

Especialidades	2016	2017	2018
Cirurgia Geral	118	243	376
Dermatologia	17	15	14
Ginecologia	96	63	89
Oftalmologia	354	371	582
Ortopedia	280	269	652
Otorrino	51	78	136
Urologia	73	116	128
Total:	989	1.155	1.977

Fonte: UGA - SIGLIC

O tempo médio de espera dos doentes operados, registou um ligeiro aumento face ao ano anterior, sendo de 2,54 meses em 2018 e 2,16 meses em 2017.

No âmbito da análise global de indicadores de Tempos Máximos de Resposta Garantida (TMRG) a nível nacional, 93,29% dos doentes operados estavam dentro do TMRG.

No âmbito das metas definidas no Contrato-Programa para 2018, o HDFF, EPE atingiu as metas em todas as linhas de produção conforme demonstrado no n.º 1 do capítulo V – Informações específicas para o setor da saúde, deste relatório.

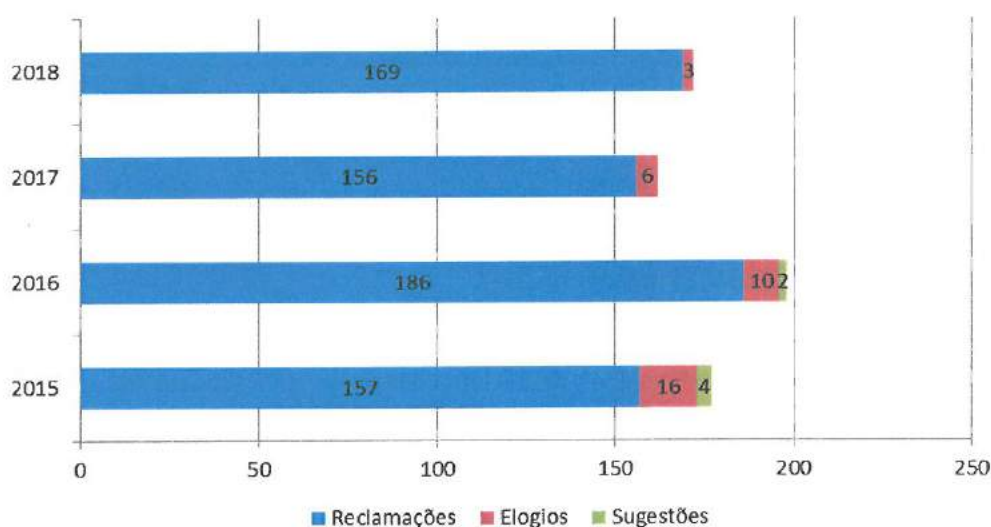
2. AVALIAÇÃO DA SATISFAÇÃO DOS UTENTES

Para a regulação de toda a atividade é indispensável proceder à avaliação sistemática do grau de satisfação dos utentes e das suas expectativas e opiniões sobre o funcionamento do Hospital.

Um dos meios utilizados é o registo e respetivo tratamento de todas as exposições (reclamações, sugestões, opiniões) entradas no Hospital, quer sejam direcionados ao Gabinete do Utente (cartas, e-mails, imprensa), Livro Amarelo, Caixas de Opiniões/Sugestões ou diretamente ao Conselho de Administração.

Estes registos permitem proceder ao acompanhamento dos processos, bem como avaliar os profissionais e o funcionamento dos Serviços, já que nem todas as situações são visíveis pela gestão do Hospital.

Gráfico 10: Avaliação da Satisfação dos Utentes



Fonte: Gabinete do Cidadão

Durante o ano de 2018, verificou-se um aumento do número de reclamações face ao ano anterior. Em sentido contrário evoluíram os elogios e não se verificaram sugestões.

No seguinte quadro é apresentada a distribuição das reclamações por serviço.

Quadro 30: Avaliação da Satisfação dos Utentes

Indicador	2016	2017	2018	Var. % 2017-2018
Serviço de Urgência	100	81	94	16,0%
Consulta Externa	27	34	26	-23,5%
Serviços de Internamento	16	11	13	18,2%
Serviços Administrativos	22	20	9	-55,0%
Outros Serviços	33	16	30	87,5%
Total de Avaliações:	198	162	172	6,2%

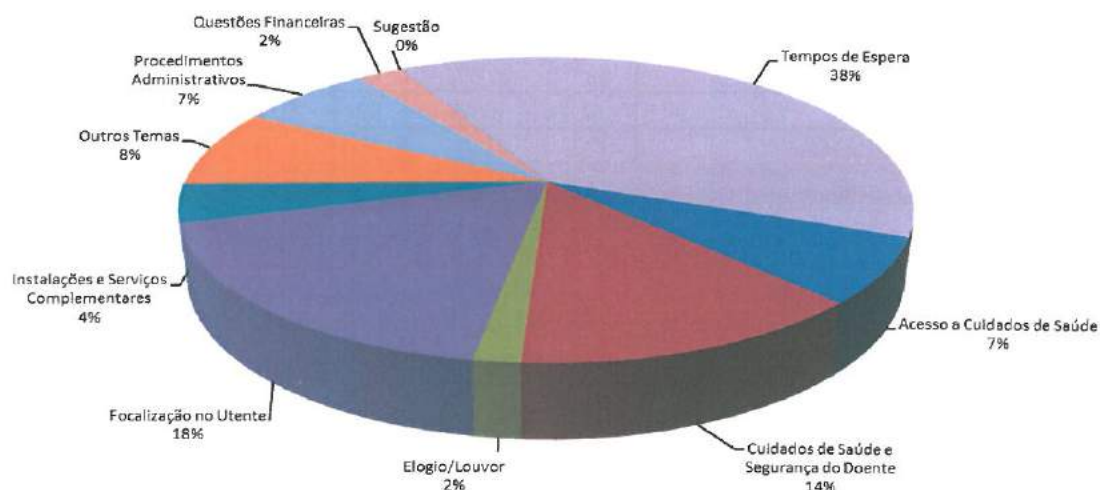
Fonte: Gabinete do Cidadão

Das 172 exposições apresentadas, 94 recaíram sobre o Serviço de Urgência, seguindo-se a Consulta Externa com 26 reclamações, os Serviços de Internamento com 13 e os Serviços Administrativos com 9 reclamações. As restantes 30 repartem-se pelos restantes Serviços do HDFS, EPE.

Desde fevereiro de 2015 que o HDFS, EPE, implementou o Sistema de Gestão de Reclamações (SGREC) no âmbito da monitorização e apreciação das reclamações recebidas pelos Serviços, ao abrigo do Regulamento n.º 65/2015, de 11 de fevereiro emitido pela Entidade Reguladora da Saúde (ERS).

De acordo com a natureza dos dados obtidos desde a entrada em funcionamento do SGREC, os mesmos subdividem-se de acordo com o gráfico seguinte.

Gráfico 11: Tipificação de Exposição / Reclamação



Fonte: Gabinete do Cidadão

As reclamações incidiram maioritariamente sobre os tempos de espera (38%) e focalização no utente (18%), mas foram ainda registadas exposições acerca dos cuidados de saúde e segurança do doente (14%), acesso a cuidados de saúde (7%) e procedimentos administrativos (7%). Os elogios incidiram sobre os serviços de internamento.

3. RECURSOS HUMANOS

Os recursos humanos das instituições prestadoras de cuidados de saúde representam uma despesa avultada, pelo que se torna cada vez mais premente a implementação de um conjunto de medidas de gestão de forma a maximizar a eficiência destes recursos, num contexto de fortes medidas de contenção orçamental, impostas pela lei do Orçamento de Estado, bem como pela obrigatoriedade de obtenção de autorização da tutela, tanto para a renovação dos contratos existentes, como para contratação de novos profissionais.

Neste sentido, a política de recursos humanos desenvolvida pelo HDFF, EPE tem vindo a orientar-se pelo objetivo de ajustar o seu mapa de pessoal às necessidades dos serviços, tendo presente a responsabilidade e o rigor necessários à sua eficiente implementação.

Enquanto serviço certificado pela norma ISO 9001:2008, o serviço de recursos humanos do HDFF, EPE desenvolve a sua atividade obedecendo a padrões de qualidade exigidos por esta norma.

Quadro 31: Evolução dos Trabalhadores e Estrutura por Grupo Profissional/Carreira nos últimos três anos

Grupo Profissional		31-12-2016		31-12-2017		31-12-2018	
		N.º	Peso no total	N.º	Peso no total	N.º	Peso no total
Conselho de Administração		4	0,7%	4	0,60%	4	0,63%
Administração Hospitalar		2	0,3%	2	0,30%	3	0,47%
Pessoal Médico	Especialistas	85	14,0%	88	14,20%	90	14,24%
	Formação Específica	20	3,3%	23	3,70%	25	3,96%
	Ano Comum	20	3,3%	29	4,70%	20	3,16%
Pessoal de Enfermagem		205	33,7%	203	32,80%	207	32,75%
Pessoal Técnico Superior de Saúde		5	0,8%	5	0,80%	1	0,16%
Pessoal Farmacêutico		0	0,0%	0	0,00%	5	0,79%
Pessoal Técnico Diagnóstico e Terapêutica		51	8,4%	49	7,90%	56	8,86%
Pessoal Técnico Superior		20	3,3%	21	3,40%	20	3,16%
Pessoal informática		3	0,5%	3	0,50%	3	0,47%
Pessoal Assistente Técnico		61	10,0%	59	9,50%	61	9,65%
Pessoal Assistente Operacional		132	21,7%	133	21,50%	137	21,68%
Total		608	-	619	-	632	-

Fonte: SGRH

Na leitura do quadro anterior, verifica-se a existência de 632 trabalhadores no final do ano 2018, dos vários grupos profissionais e com diferentes relações jurídicas de emprego.

Durante o ano 2018 e face ao ano anterior, em termos absolutos, verificou-se um aumento de 4 assistentes operacionais, 2 assistentes técnicos, 4 enfermeiros, 2 médicos especialistas, 7 técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica e de 1 farmacêutico, sendo que dos 5 farmacêuticos existentes no mapa de pessoal em 2018, 4 eram técnicos superiores de saúde em 2017. Assistiu-se também a uma diminuição de 7 médicos internos, face a igual período do ano anterior.

O hospital dispõe ainda de trabalhadores em regime de prestação de Serviços, maioritariamente médicos, que asseguram as escalas de trabalho no Serviço Urgência.

Acrescem três profissionais ao abrigo de protocolos de colaboração, celebrados respetivamente, com o Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, EPE, (um médico especialista em Dermatologia),

outro protocolo com a “Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental” (APPACDM) para colaboração de dois Psicólogos.

O HDFS, EPE tem nomeado um Fiscal Único de acordo com a lei vigente, o qual pertence aos Órgãos Sociais do Hospital, mas não está considerado no quadro que se segue.

O Hospital dispõe ainda de um serviço de voluntariado que tem como objetivo apoiar o utente e as atividades em alguns serviços. Conta ainda com A Palhaços d'Opital, associação cultural sem fins lucrativos, que está a implementar um programa de intervenção junto deste e de outros hospitais, que visa desenvolver visitas destes profissionais, levando alegria, afetos e boa disposição aos doentes. O hospital tem ainda uma sala de culto.

Quadro 32: N.º de Trabalhadores por Grupo Profissional e Regime Jurídico de emprego, no ano 2018

Grupo Profissional	Comissão de Serviço	RCTP	Cedência de Interesse Público	Contrato a Termo Resolutivo Incerto	QT s/ termo	Mobilidade Interna	Mobilidade Externa	Cedência Ocasional	CIT c/ termo	Total do Quadro de Pessoal	Trabalhadores Independentes	Empresas	Protocolos
Conselho de Administração	4									4			
Administração Hospitalar		2			1					3			
Pessoal Médico		40			48				2	90	43	7	1
Formação Pré-Carreira				45						45			
Pessoal de Enfermagem		124	1		77	4			1	207			
Pessoal Técnico Superior de Saúde		1								1			
Pessoal Farmacêutico		2	1		2					5			
Pessoal Técnico Diagnóstico e Terapêutica		32	1		21	1	1			56	2	1	
Pessoal Técnico Superior		4			15				1	20			2
Pessoal Informática		2			1					3			
Pessoal Assistente Técnico		34	1		24			2		61			
Pessoal Assistente Operacional		44			92				1	137			
Total	4	285	4	45	281	5	1	2	5	632	45	8	3

Fonte: SGRH

A 31 de dezembro de 2018 o hospital tinha vinte médicos do internato do ano comum e vinte e cinco médicos em formação especializada nas especialidades de Medicina Interna, Cirurgia Geral, Ortopedia e Pediatria, para as quais tem idoneidade formativa.

O quadro seguinte mostra a distribuição do número de médicos em formação especializada, por especialidade.

Quadro 33: N.º de Internos em Formação Específica, por Especialidade, no ano 2018

Especialidade	1.º Ano	2.º Ano	3.º Ano	4.º Ano	5.º Ano	6.º Ano	Total
Cirurgia Geral	1	1	1	1	1	1	6
Medicina Interna	2	2	2	2	2		10
Ortopedia	1	1	1	1	1	2	7
Pediatria	1	1					2
Total	5	5	4	4	4	3	25

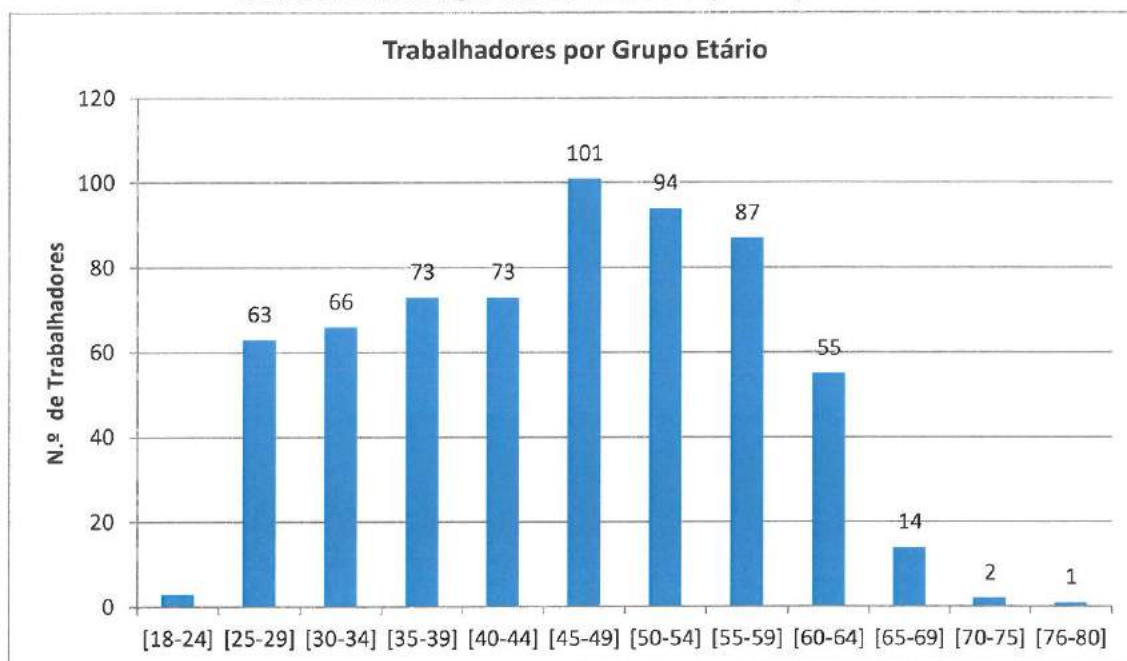
Fonte: SGRH

Relativamente à estrutura etária, a mediana da idade dos colaboradores do mapa de pessoal do HDFS, EPE, situa-se nos 46 anos, existindo 10 colaboradores com mais de 65 anos, dos quais 7 são médicos, que precisarão de ser substituídos num futuro próximo. Destes 7, dois são já aposentados,

com mais de 70 anos, em regime de contrato individual de trabalho com termo resolutivo certo, ao abrigo da legislação em vigor.

19
20
21

Gráfico 12: Distribuição dos Trabalhadores por Grupo Etário



Fonte: SGRH

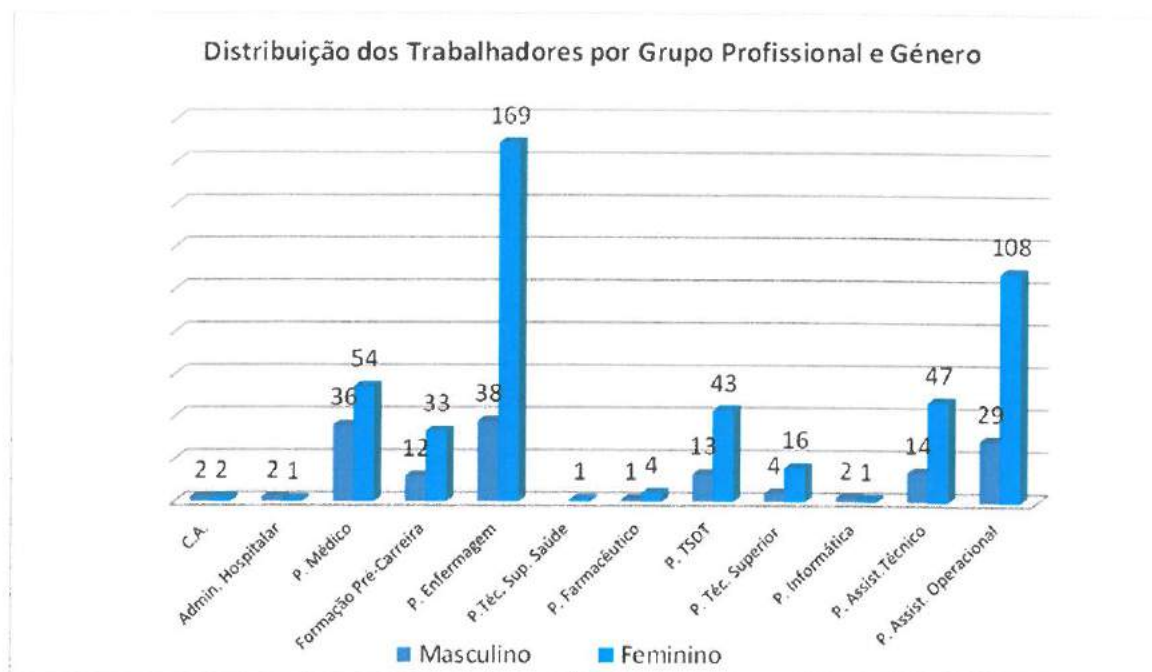
Dos indicadores analisados relativos à estrutura etária dos trabalhadores pertencentes ao mapa de pessoal do hospital, são os escalões etários que medeiam os 45-49 e 50-54 anos os que apresentam o maior número de trabalhadores.

Relativamente ao género, 75,79% dos trabalhadores são do sexo feminino e 24,21% são do sexo masculino.

A análise por grupo profissional permite concluir que o pessoal de enfermagem, o pessoal assistente operacional e o pessoal médico são os grupos profissionais mais significativos, representando 32,75%, 21,68% e 14,24% do total de trabalhadores pertencentes ao mapa de pessoal do hospital.

É nos grupos profissionais dos enfermeiros e dos assistentes operacionais que se regista o maior número de mulheres, tal como é evidenciado no gráfico seguinte:

Gráfico 13: N.º de Trabalhadores por Grupo Profissional e por Género



Fonte: SGRH

Em matéria de nível de escolaridade, cerca de 70,41% dos trabalhadores têm formação superior, sendo que 43,4% são detentores de licenciatura e 14,4% de mestrado. Existem apenas 11,71% com um nível de escolaridade igual ou inferior ao 9.º ano, que justificam uma atenção especial para a formação contínua dirigida aos grupos profissionais cujo nível de habilitações é mais reduzido.

Quadro 34: Nível de escolaridade, no ano 2018

Habilitações	Homens	Mulheres	Total	%
Doutoramento	2	1	3	0,5%
Mestrado	22	69	91	14,4%
Licenciatura	69	205	274	43,4%
Bacharelato	19	58	77	12,2%
12.º ano de escolaridade	16	82	98	15,5%
11.º ano de escolaridade	4	11	15	2,4%
9.º ano de escolaridade	15	36	51	8,1%
6.º ano de escolaridade	2	13	15	2,4%
4.º ano de escolaridade	4	4	8	1,3%
Total	153	479	632	100,0%

Fonte: SGRH

Quanto à antiguidade dos colaboradores no hospital, cerca de 31% dos colaboradores têm um tempo de serviço inferior a 5 anos, o que traduz a existência de renovação do quadro de pessoal da instituição, de acordo com apresentado no quadro que se segue.

Quadro 35: Distribuição dos Trabalhadores por Antiguidade

Antiguidade	Homens	Mulheres	Total	%
< 5 anos	47	149	196	31%
[5 - 9 anos]	20	43	63	10%
[10 - 14 anos]	24	60	84	13%
[15 - 19 anos]	16	66	82	13%
[20 - 24 anos]	21	77	98	16%
[25 - 29 anos]	5	39	44	7%
[30 - 35 anos]	14	29	43	7%
» 36 anos	6	16	22	3%
Total	153	479	632	100,0%

Fonte: SGRH

Quanto ao absentismo, no ano 2018, verificou-se uma taxa global de 7,87%, conforme se pode observar no quadro que se segue.

Quadro 36: Taxa de absentismo por Grupo Profissional, no ano 2018

Grupo Profissional	Taxa de Absentismo
Conselho de Administração	0,97%
Administração Hospitalar	4,63%
Pessoal Médico	7,80%
Formação Pré-Carreira	7,03%
Pessoal de Enfermagem	9,20%
Pessoal Técnico Superior de Saúde	0,16%
Pessoal Farmacêutico	4,45%
Pessoal Técnico Diagnóstico e Terapêutica	9,29%
Pessoal Técnico Superior	9,10%
Pessoal informática	6,62%
Pessoal Assistente Técnico	4,53%
Pessoal Assistente Operacional	7,36%
Pessoal Geral:	7,87%

Fonte: SGRH

A análise da evolução das taxas de absentismo, face ao período homólogo, permite concluir que as taxas de absentismo apresentam uma subida significativa em todos os grupos profissionais, à exceção do pessoal técnico de diagnóstico e terapêutica, pessoal assistente técnico e pessoal assistente operacional. É de referir as elevadas taxas de absentismo do pessoal técnico de diagnóstico e terapêutica (9,29%), do pessoal de enfermagem (9,20%) e do pessoal técnico superior (9,10%).

De entre os motivos que justificam esta subida, destacam-se a parentalidade (+126,6%), as ausências ao abrigo do estatuto de trabalhador estudante (+140,8%) e as greves (+67,6%).

O quadro seguinte apresenta a evolução do número de dias de ausência ao trabalho por motivo/causa, nos últimos três anos.

Quadro 37: Evolução do número de dias de ausência ao trabalho por motivo/causa

Tipos de Faltas	2016	2017	2018	Var. % 2018-2017
Doença	4.951	5.002	5.280	5,6%
Parentalidade	1.993	2.082	4.718	126,6%
Acidente de Trabalho	776	513	636	23,9%
Assistência à Família	405	351	389	10,7%
Trabalhador Estudante	20	86	206	140,8%
Falecimento Familiar	90	123	110	-10,6%
Casamento	80	41	55	34,1%
Greves	775	1.043	1.748	67,6%
Outras	944	1.175	1.431	21,8%
Pena Disciplinar	0	0	0	0,0%
Perda Vencimento	1	29	0	-100,0%
Pessoal Geral:	10.035	10.445	14.573	39,5%

Fonte: SGRH

4. FORMAÇÃO PROFISSIONAL

ASPETOS GERAIS

A aquisição de conhecimentos e competências é, cada vez mais, um fator essencial para o aumento da qualidade do desempenho dos profissionais, constituindo simultaneamente um fator de motivação dos trabalhadores.

Para o ano de 2018, o gabinete de formação contínua e biblioteca do HDFF, EPE definiu um plano de formação com vista a dar resposta às necessidades formativas dos seus profissionais, tendo em conta as opções estratégicas do hospital e as prioridades formativas definidas pelo ministério da saúde. Este gabinete, em colaboração com o gabinete de planeamento e controlo de gestão, formaliza e acompanha, as candidaturas apresentadas, objeto de comparticipação por fundos comunitários.

Os profissionais participam também em congressos, cursos, jornadas, seminários e em outro tipo de ações formativas no exterior da instituição, tais como mestrados, pós-graduações e outros cursos de especialização. O HDFF, EPE tem promovido o acesso à frequência das ações de formação, quer internas, quer externas, tendo sido prática corrente, a autorização de comissões gratuitas de serviço e/ou licenças com remuneração. Também tem sido concedido o Estatuto de Trabalhador Estudante sempre que solicitado, de acordo com a legislação em vigor.

No quadro seguinte, é apresentado o número de horas de formação interna e externa despendidas pelos trabalhadores do HDFF, EPE, desde o ano de 2016.

Quadro 38: Horas de Formação

Horas de Formação	2016	2017	2018
N.º de Horas de Formação Interna	3.787	1.952	4.464
N.º de Horas de Formação Externa	6.975	8.083	11.345
Total Geral:	10.762	10.035	15.809

Fonte: RHV e Gab. Formação Contínua e Biblioteca

FORMAÇÃO INTERNA

Relativamente à formação desenvolvida no hospital, foram ministradas 4.464 horas de formação a 547 formandos. O pessoal de enfermagem foi o grupo profissional que mais beneficiou das ações de formação desenvolvidas, despendendo 2.109 horas em ações de formação.

Recorreu-se principalmente a formadores internos para ministrar as ações de formação, sendo que do total dos 73 formadores envolvidos no plano de formação, 73,97% eram profissionais do hospital.

Quadro 39: Formação Interna por Grupo Profissional

Grupo Profissional	Horas	N.º de Participantes
Conselho de Administração	1	1
Administração Hospitalar	25	3
Pessoal Médico	482	64
Formação Pré-Carreira	189	37
Pessoal de Enfermagem	2109	196
Pessoal Técnico Superior de Saúde	16	5
Pessoal Farmacêutico	32	2
Pessoal Técnico Diagnóstico e Terapêutica	305	49
Pessoal Técnico Superior	185	17
Pessoal informática	12	2
Pessoal Assistente Técnico	200	46
Pessoal Assistente Operacional	908	125
Total Geral:	4464	547

Fonte: RHV e Gab. Formação Contínua e Biblioteca

No âmbito da candidatura apresentada à tipologia 3.30 – Formação de Profissionais do Sector da Saúde do PO ISE – Programa Operacional Inclusão Social e Emprego para pedido de cofinanciamento, para os anos de 2017/2018, na qual foram aprovadas 15 cursos e 37 ações, para a frequência de 551 formandos, até ao final de 2018, realizaram-se 32 ações relativas a 13 cursos, com 517 participações por 280 formandos, 215 (76,79%) do sexo feminino e 65 (23,21%) do sexo masculino.

Quadro 40: Formação Interna Co-Financiada

Formação Financiada	Aprovado em Candidatura	Total de ações concluídas em 2017 e 2018	Taxa de Execução
N.º de Cursos	15	13	86,7%
N.º de Ações	37	32	86,5%
Formandos Abrangidos	551	517	93,8%

Fonte: RHV e Gab. Formação Contínua e Biblioteca

Dada a necessidade de proceder à alteração das datas previstas de algumas ações de formação, foi efetuado e aceite um pedido de alteração à data fim do plano de formação cofinanciado no âmbito desta candidatura, passando algumas das ações previstas a ser realizadas durante o primeiro trimestre de 2019.

FORMAÇÃO EXTERNA

No que se refere à formação externa participaram 212 formandos num total de 11.346 horas de formação.

Quadro 41: Formação Externa por Grupo Profissional

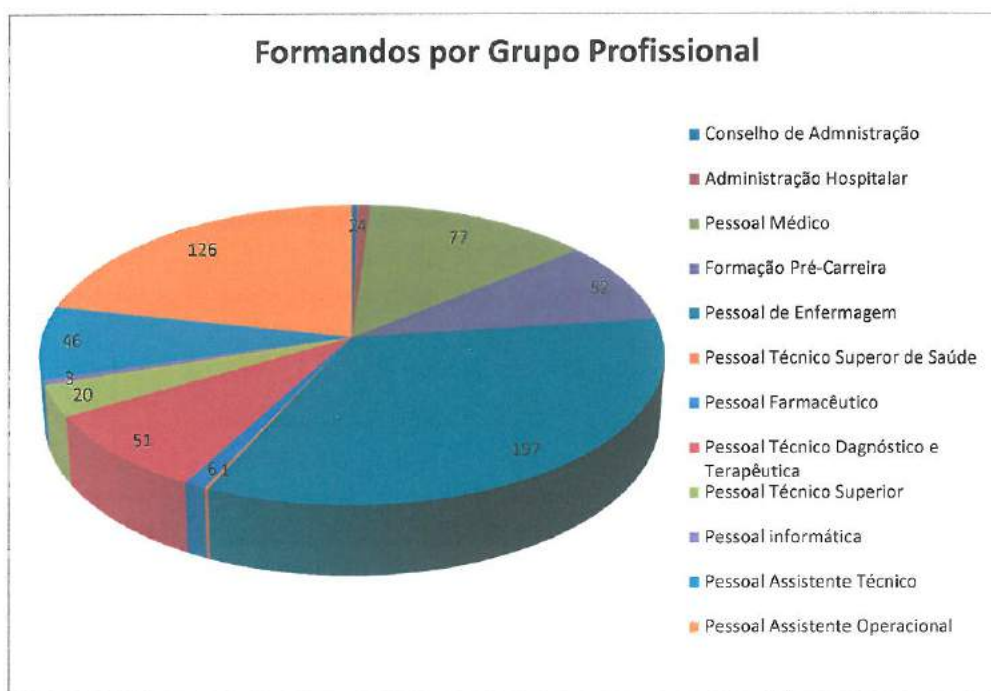
Grupo Profissional	Horas	N.º de Participantes
Conselho de Administração	28	1
Administração Hospitalar	197	4
Pessoal Médico	3.301	60
Formação Pré-Carreira	5.705	54
Pessoal de Enfermagem	1.031	45
Pessoal Técnico Superior de Saúde	28	2
Pessoal Farmacêutico	35	2
Pessoal Técnico Diagnóstico e Terapêutica	354	17
Pessoal Técnico Superior	372	13
Pessoal informática	70	2
Pessoal Assistente Técnico	30	3
Pessoal Assistente Operacional	195	9
Total Geral:	11.346	212

Fonte: RHV

Foram os grupos profissionais do pessoal pré-carreira, dos médicos e dos enfermeiros que mais beneficiaram deste tipo de formação, com 5.705, 3.301 e 1.031 horas, respetivamente.

FORMAÇÃO POR GRUPO PROFISSIONAL

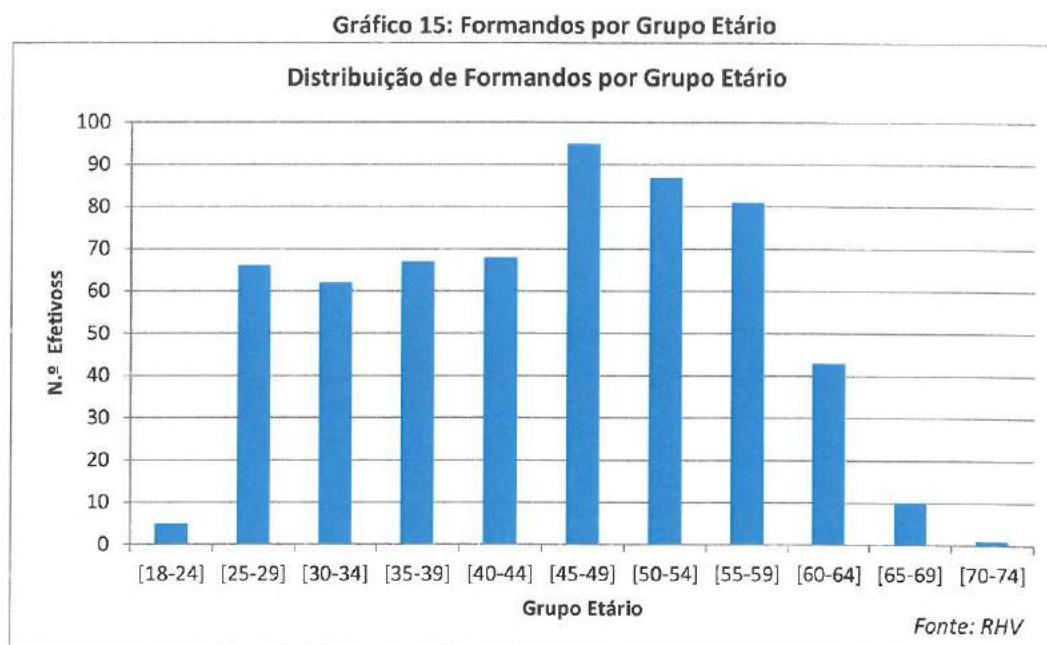
Gráfico 14: Formandos por Grupo Profissional



Fonte: RHV

Considerando toda a formação interna e externa, realizada por profissionais do HDFF,EPE, o grupo profissional com maior número de participantes foi o dos enfermeiros (197), seguido pelo do pessoal assistente operacional (126) e pelo dos médicos (77).

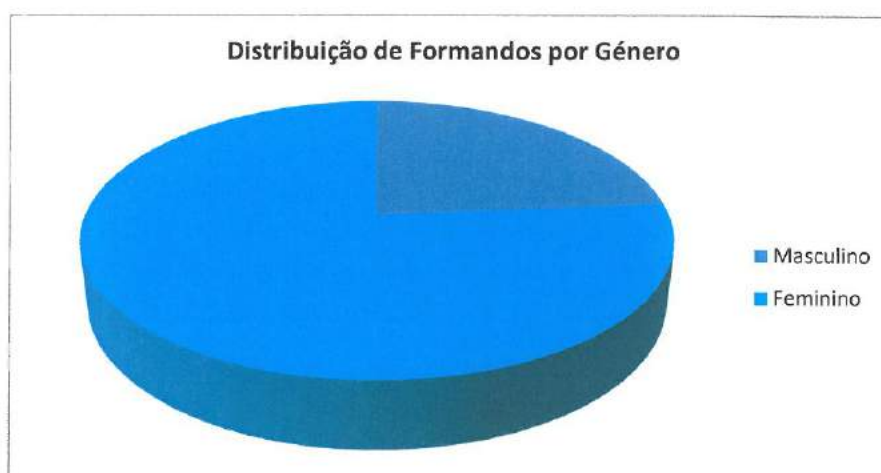
FORMAÇÃO POR GRUPO ETÁRIO



A faixa etária com o maior número de formandos foi a dos 45 aos 49 anos, com 95 participantes (16,24%), logo seguida da faixa etária dos 50 aos 54 anos, com 87 participantes (14,87%).

No que se refere ao género, 138 participantes (25,59%) são do género masculino e 447 participantes (76,41%) são do género feminino.

Gráfico 16: Formandos por Género



Fonte: RHV

Relativamente ao nível de escolaridade, 60,00% dos formandos possuíam o grau superior ao de licenciatura, sendo que apenas 10,60% detinham um nível de escolaridade inferior ao 9.º ano.

Os encargos totais apurados com a formação durante o ano de 2018 foram de 217.755,64€, 89.590,14€ em formação interna e 128.165,50€ em formação externa.

97
S
S

5. ANÁLISE ECONÓMICO FINANCEIRA

O HDFS, EPE vai, pela primeira vez, prestar contas utilizando como referencial contabilístico o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP). O HDFS, EPE aderiu a 01 de janeiro de 2018 a este novo referencial contabilístico, dando assim cumprimento ao artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 85/2016, de 21 de dezembro, que procede à alteração do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.

Os valores apresentados para os períodos homólogos de 2016 e 2017 foram convertidos do referencial contabilístico POCMS para o SNC-AP.

Quadro 42: Evolução Indicadores Económico-Financeiros

Designação	2016	2017	2018	Var 2018 - 2017	Var % 2018 - 2017
Rendimentos Operacionais					
Impostos, contribuições e taxas	956.802,10	958.824,11	951.866,51	(6.957,60)	(0,7%)
Prestações de serviços e concessões	26.045.612,50	26.658.044,33	25.251.893,15	(1.406.151,18)	(5,3%)
Transferências e Subsídios correntes obtidos	90.552,50	100.329,37	1.760.923,26	1.660.593,89	1655,1%
Imparidade de dívidas a receber (reversões)	124.315,07	995,42	5.665,18	4.669,76	469,1%
Provisões (reduções)	0,00	0,00	99.000,01	99.000,01	100,0%
Outros rendimentos e ganhos	605.483,57	448.355,72	731.573,07	283.217,35	63,2%
Subtotal:	27.822.765,74	28.166.548,95	28.800.921,18	634.372,23	2,3%
Gastos Operacionais					
CMVMC	(4.692.976,23)	(5.025.659,02)	(5.431.930,19)	(406.271,17)	8,1%
Subcontratos	(643.223,00)	(796.608,70)	(919.427,20)	(122.818,50)	15,4%
Fornecimentos e Serviços Externos	(3.259.776,82)	(3.401.592,60)	(3.381.452,22)	20.140,38	(0,6%)
Gastos com Pessoal	(17.825.544,57)	(18.935.494,01)	(20.072.191,50)	(1.136.697,49)	6,0%
Imparidade de dívidas a receber (perdas)	(121.681,07)	(124.757,33)	(203.805,18)	(79.047,85)	63,4%
Provisões (aumentos)	(8.804,34)	(83.283,38)	0,00	83.283,38	(100,0%)
Outros gastos e perdas	(439.333,77)	(675.406,60)	(271.106,69)	404.299,91	(59,9%)
Subtotal:	(26.991.339,80)	(29.042.801,64)	(30.279.912,98)	(1.237.111,34)	4,3%
EBITDA	831.425,94	(876.252,69)	(1.478.991,80)	(602.739,11)	68,8%
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	(605.808,25)	(616.268,15)	(709.244,32)	(92.976,17)	15,1%
Resultados Operacionais	225.617,69	(1.492.520,84)	(2.188.236,12)	(695.715,28)	46,6%
Juros e rendimentos similares obtidos	29,14	0,00	0,00	0,00	100,0%
Juros e gastos similares suportados	(2.669,40)	(2.577,28)	(29.996,32)	(27.419,04)	-
Resultado antes de impostos	222.977,43	(1.495.098,12)	(2.218.232,44)	(723.134,32)	48,4%
Imposto sobre o rendimento	(19.938,74)	(7.080,02)	(7.465,77)	(385,75)	5,4%
Resultado Líquido do Período	203.038,69	(1.502.178,14)	(2.225.698,21)	(723.520,07)	48,2%

Fonte: SICG

Da análise ao quadro anterior, concluímos que o EBITDA (Lucros antes de juros, impostos, depreciações e amortizações) no final de 2018 foi de 1 milhão e 479 mil euros, o que representa um agravamento de cerca de 603 mil euros face ao ano anterior. O resultado operacional para o período em análise foi na ordem dos 2 milhões e 188 mil euros negativos, verificando-se igualmente uma redução comparativamente a 2016 de 46,6%.

Apesar de se verificar um aumento dos rendimentos, este não foi suficiente para compensar o acréscimo de gastos, o que se traduziu num resultado líquido do período negativo.

Quadro 43: Peso dos Gastos Operacionais pelos Rendimentos Operacionais

Gastos Operacionais	Gastos Operacionais (€)			% Rendimentos Operacionais		
	2016	2017	2018	2016	2017	2018
CMVMC	4.692.976,23	5.025.659,02	5.431.930,19	16,9%	17,8%	18,9%
Subcontratos	643.223,00	796.608,70	919.427,20	2,3%	2,8%	3,2%
Fornecimentos e Serviços Externos	3.259.776,82	3.401.592,60	3.381.452,22	11,7%	12,1%	11,7%
Gastos com Pessoal	17.825.544,57	18.935.494,01	20.072.191,50	64,1%	67,2%	69,7%
Imparidade de dívidas a receber (perdas)	121.681,07	124.757,33	203.805,18	0,4%	0,4%	0,7%
Provisões (aumentos)	8.804,34	83.283,38	0,00	0,0%	0,3%	0,0%
Outros gastos e perdas	439.333,77	675.406,60	271.106,69	1,6%	2,4%	0,9%
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	605.808,25	616.268,15	709.244,32	2,2%	2,2%	2,5%
Total dos Gastos Operacionais	27.597.148,05	29.659.069,79	30.989.157,30	99,2%	105,3%	107,6%

Fonte: SICCC

Da análise ao quadro anterior, verifica-se um acréscimo dos gastos operacionais em 2018, por via do aumento das principais rubricas nomeadamente consumo de materiais, fornecimento e serviços externos e gastos com pessoal. Analisando o peso dos gastos operacionais face ao total dos rendimentos operacionais, o índice apresenta um aumento de 105,3% para 107,6%. Decompondo o índice pelas várias rubricas, verifica-se que os gastos com pessoal e os custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas são as que apresentam maior peso, com respetivamente 69,7% e 18,9%.

GASTOS

CUSTOS DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

Comparativamente ao ano de 2017, verifica-se um aumento nos gastos incorridos com matérias de consumo em 8,1%, por via do acréscimo dos consumos com produtos farmacêuticos, material de consumo hoteleiro e material de manutenção e conservação.

Quadro 44: Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas

Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	2016	2017	2018	Var 2018 - 2017	Var % 2018 - 2017
Produtos farmacêuticos	2.791.558,56	2.835.086,13	3.136.320,89	301.234,76	10,6%
Material de consumo clínico	1.559.198,35	1.776.339,61	1.775.084,01	(1.255,60)	(0,1%)
Material de consumo hoteleiro	58.693,72	77.637,16	93.410,55	15.773,39	20,3%
Material de consumo administrativo	35.167,84	37.854,67	33.414,36	(4.440,31)	(11,7%)
Material de Manutenção e Conservação	248.357,76	298.741,45	393.700,38	94.958,93	31,8%
CMVMC:	4.692.976,23	5.025.659,02	5.431.930,19	406.271,17	8,1%

Fonte: SICCC

Este aumento é justificado essencialmente pela variação da rubrica dos produtos farmacêuticos em € 301.234,76 (+10,6%), por via da redução dos descontos obtidos em compras, sendo que a maioria destes são negociados centralmente pela Tutela, e aumento dos preços médios de alguns medicamentos adquiridos ao abrigo das compras centralizadas de medicamentos do SNS. Houve também uma variação positiva no consumo de material hoteleiro em € 15.773,39 (+20,3%), por via de uma alteração ao procedimento contratual, o qual prevê que os gastos com os consumíveis relacionados com a limpeza passam a ser da responsabilidade do HDFF, EPE. Relativamente aos

gastos com materiais de manutenção e conservação também se verifica um acréscimo de € 94.958,93 (+31,8%), justificado pelo aumento do preço médio do gás propano bem como do seu consumo.

Os gastos com material de consumo clínico e administrativo apresentam uma redução de 0,1% e 11,7% respetivamente, face ao ano passado.

De salientar que a evolução da produção realizada tem tradução direta nos gastos com consumos de materiais, sendo apenas possível conter estes gastos por via de processos negociais estabelecidos com os fornecedores para redução dos custos médios unitários, quer internamente, quer centralmente através da Tutela e de medidas de racionalização e boas práticas implementadas pela gestão do Hospital.

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Quadro 45: Gastos com Fornecimentos e Serviços Externos

Fornecimentos e Serviços Externos	2016	2017	2018	Var 2018 - 2017	Var % 2018 - 2017
Subcontratos e concessões de serviços	643.223,00	796.608,70	919.427,20	122.818,50	15,4%
Serviços especializados	2.122.673,72	2.293.081,40	2.328.546,59	35.465,19	1,5%
Materiais de consumo	29.702,10	12.753,34	4.310,10	(8.443,24)	(66,2%)
Energia e fluidos	355.700,84	368.360,19	343.369,95	(24.990,24)	(6,8%)
Deslocações, estadas e transportes	155.022,42	176.712,37	151.820,55	(24.891,82)	(14,1%)
Serviços diversos	596.677,74	550.685,30	553.405,03	2.719,73	0,5%
Total:	3.902.999,82	4.198.201,30	4.300.879,42	102.678,12	2,4%

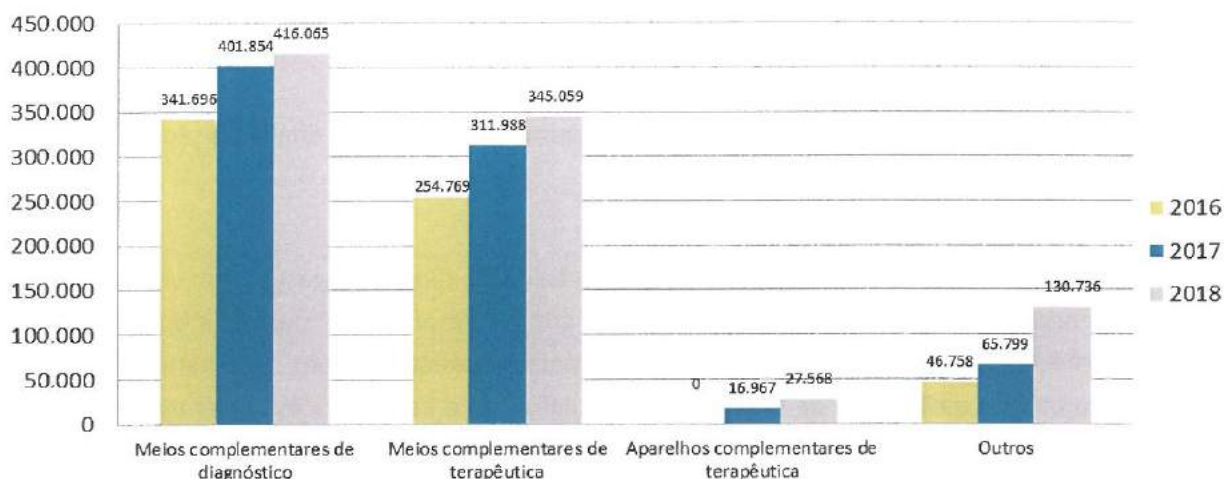
Fonte: SICC

Os fornecimentos e serviços externos registaram um aumento de € 102.678,12, o que se traduz numa variação de 2,4% face ao ano de 2017. Para este resultado contribuiu o crescimento das rubricas de subcontratos, serviços especializados e serviços diversos. As restantes rubricas de materiais de consumo, energia e fluidos e deslocações, estadas e transportes apresentam uma redução face ao exercício de 2017, verificando-se desse modo a obtenção de ganhos.

Perante a existência de dificuldades por parte das entidades subcontratadas para realização de MCDT's e transportes por conta do HDFF, EPE, na emissão de faturação dos mesmos, é efetuado pela Instituição um esforço adicional de modo a repercutir, a cada exercício, a correta especialização dos gastos no período ao qual dizem respeito.

Relativamente a subcontratos a evolução dos mesmos apresenta-se discriminada de acordo com o gráfico seguinte.

Gráfico 17: Evolução de Gastos com Subcontratos e Concessão de Serviços

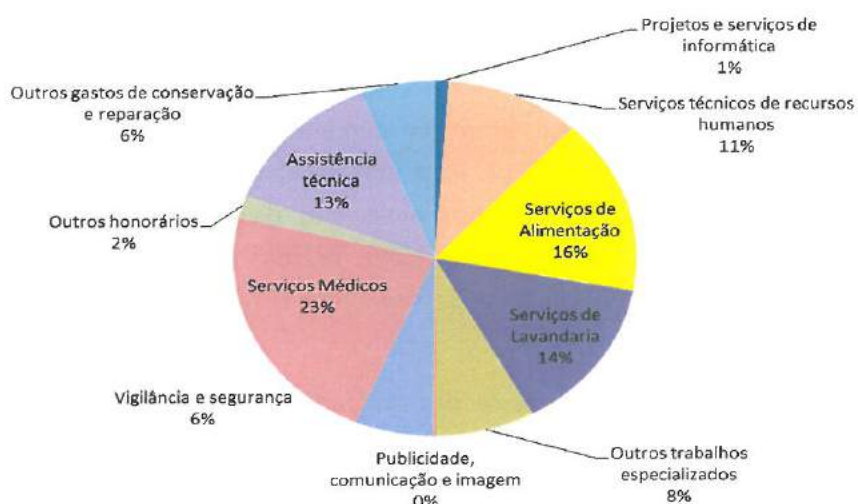


Fonte: SICC

Da análise ao quadro anterior, o crescimento dos gastos com subcontratos deve-se sobretudo à rubrica "Outros" (+ € 64.937), por via do aumento de preços unitários com a subcontratação de serviços de telerradiologia, e da rubrica "Meios complementares de terapêutica" (+ € 33.070), resultado do aumento dos gastos com as unidades terapêuticas de sangue.

Os meios complementares de diagnóstico também apresentam um acréscimo face ao ano passado (+ € 14.211), resultado sobretudo do crescimento da patologia clínica, assim como os aparelhos complementares de terapêutica (+ € 10.601).

Gráfico 18: Distribuição de Serviços Especializados 2018



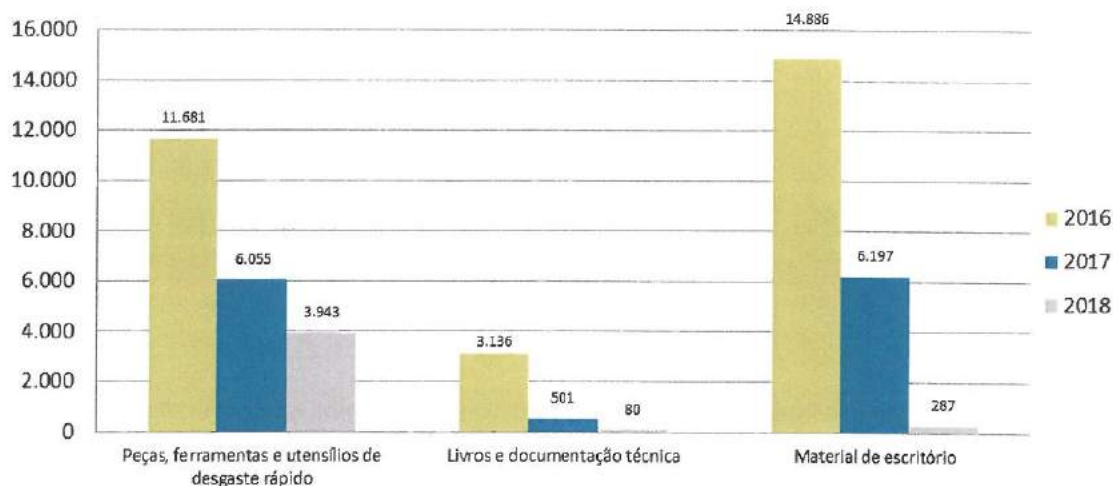
Fonte: SICC

Em 2018, os serviços especializados apresentam um aumento de € 35.465, por via do aumento da rubrica "Serviços técnicos de recursos humanos" e da rubrica "Honorários", no que respeita a serviços médicos. O reforço de algumas escalas médicas, de forma a assegurar o nível de atividade dos Serviços de Urgência, as ausências prolongadas de médicos por licenças de

maternidade/paternidade, redução de cargas horárias semanais médicas e a necessidade de dar resposta ao nível do acesso às consultas, cirurgias e MCDT's são alguns dos motivos que justificam o acréscimo desta rubrica.

Relativamente aos gastos incorridos com "Alimentação", "Lavandaria" e "Vigilância e segurança", verificou-se um decréscimo comparativamente ao exercício de 2017, de 5,6%, 2,5% e 1,6% respetivamente.

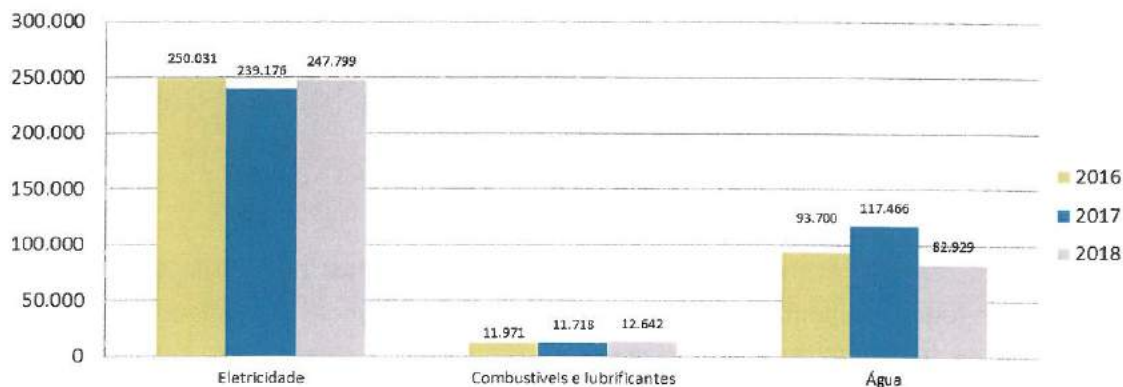
Gráfico 19: Evolução de Gastos com Materiais de Consumo



Fonte: SICC

A rubrica de "Materiais de consumo" inclui essencialmente peças, ferramentas e utensílios de desgaste rápido, livros e documentação técnica e material de escritório necessárias para o funcionamento da atividade hospitalar. Os gastos incorridos com esta rubrica registaram uma diminuição de 66,2% face ao ano passado.

Gráfico 20: Evolução de Gastos com Energia e Fluídos

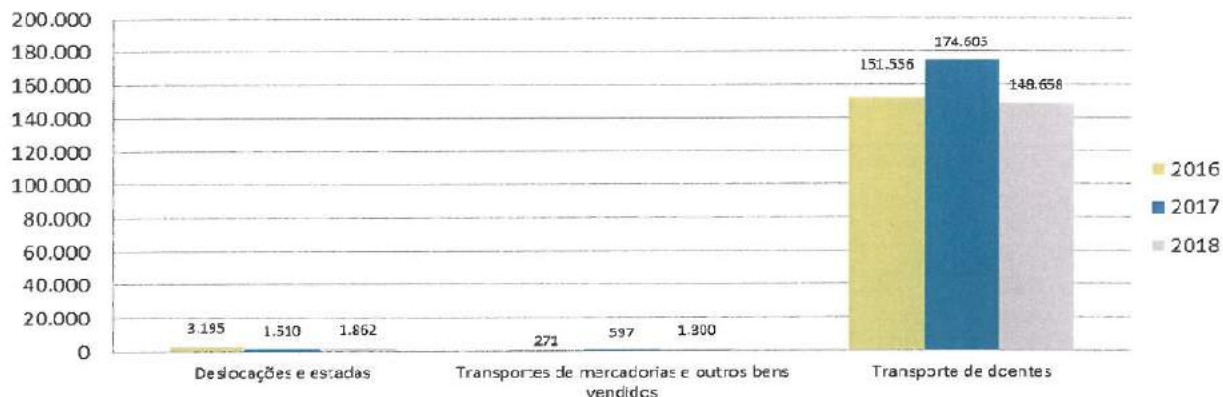


Fonte: SICC

Relativamente à rubrica de “Energia e fluídos”, no ano 2018 verificou-se uma diminuição de € 24.990 (-6,8%) comparativamente ao ano de 2017. Esta redução deve-se à diminuição de gastos com água (-29,4%), contrariando a tendência de crescimento dos últimos anos. As restantes rubricas, eletricidade e combustíveis, apresentam um acréscimo de 3,6% e 7,9% respectivamente, face ao ano passado.

19
sh
9

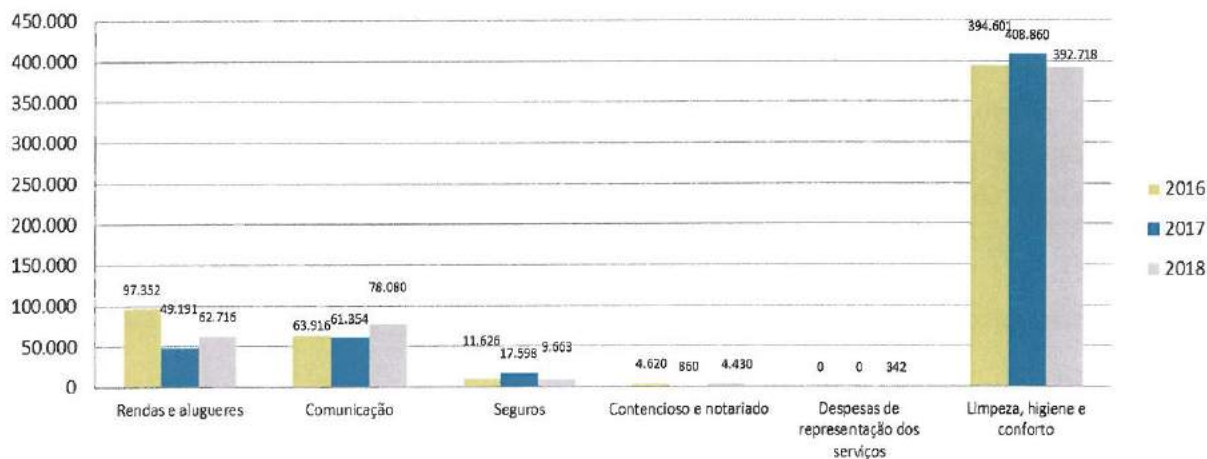
Gráfico 21: Evolução de Gastos com Deslocações, Estadas e Transportes



Fonte: SICC

A rubrica de “Deslocações, estadas e transportes” registou uma diminuição de € 24.892 face ao ano de 2017, por via da diminuição registada nos gastos com transportes de doentes.

Gráfico 22: Evolução de Gastos com Serviços Diversos



Fonte: SICC

Os gastos com serviços diversos registaram uma variação positiva de apenas 0,5% face ao ano passado. De referir o aumento dos gastos relacionados com rendas e alugueres em € 13.525 e comunicação em € 16.725. Em sentido contrário evoluíram os gastos com a limpeza, higiene e conforto (-3,9%) justificado pela alteração ao procedimento contratual, retirando todos os consumíveis relacionados com a limpeza e higiene do âmbito desta prestação de serviços, como já referido anteriormente.

GASTOS COM PESSOAL

A rubrica “Gastos com Pessoal” é a que apresenta um maior peso no total dos gastos operacionais da Instituição e, por essa razão, é sujeita a um acompanhamento constante por parte da gestão do Hospital.

Quadro 46: Gastos com Pessoal

Gastos com Pessoal	2016	2017	2018	Var 2018 - 2017	Var % 2018 - 2017
Remunerações dos órgãos sociais e de gestão	268.225,99	275.398,24	221.185,81	(54.212,43)	(19,7%)
Remuneração base	9.967.390,77	10.579.697,76	10.848.456,81	268.759,05	2,5%
Subsídio de férias e natal	1.752.618,58	1.843.244,31	1.883.236,74	39.992,43	2,2%
Despesas de Representação	2.190,06	2.237,52	4.914,15	2.676,63	119,6%
Subsídio de refeição	515.649,47	589.427,22	618.454,48	29.027,26	4,9%
Abonos variáveis ou eventuais	1.869.150,65	1.996.377,15	2.592.767,83	596.390,68	29,9%
Benefícios pós-emprego	7.414,41	3.581,52	0,00	(3.581,52)	(100,0%)
Indemnizações	8.132,63	2.973,73	2.846,29	(127,44)	(4,3%)
Encargos sobre remunerações	3.243.466,53	3.462.609,17	3.705.102,90	242.493,73	7,0%
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	84.606,40	84.168,36	124.028,16	39.859,80	47,4%
Gastos de ação social	8.249,91	3.683,74	0,00	(3.683,74)	(100,0%)
Outros gastos com o pessoal	47.364,16	49.658,88	31.211,14	(18.447,74)	(37,1%)
Outros encargos sociais	51.085,01	42.436,41	39.987,19	(2.449,22)	(5,8%)
Gastos com Pessoal:	17.825.544,57	18.935.494,01	20.072.191,50	1.136.697,49	6,0%

Fonte: SICG

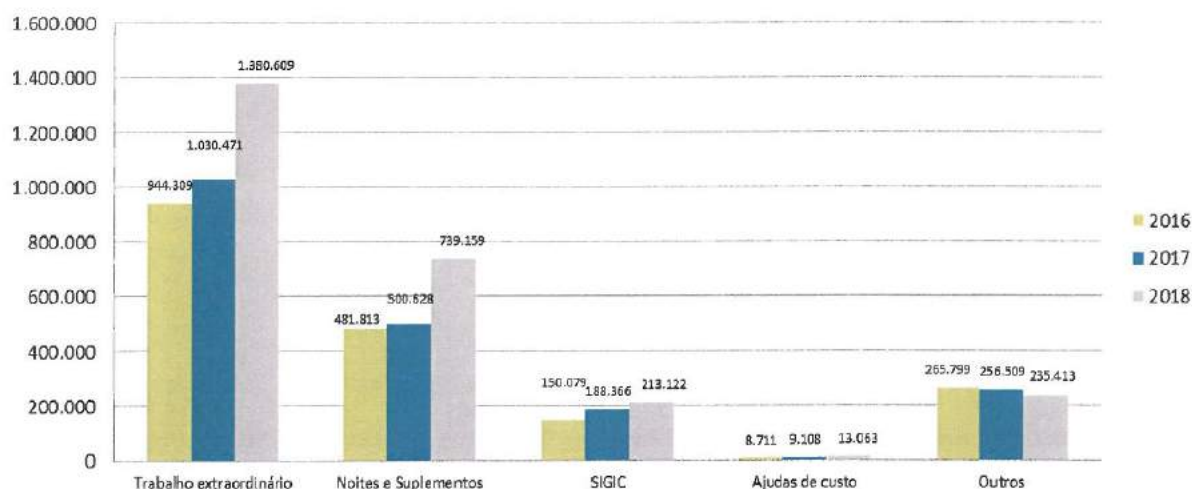
Mantendo-se a tendência dos últimos anos, também no ano 2018 os gastos com pessoal registaram um acréscimo face a 2017, na ordem dos 6%, o que representa em termos absolutos num aumento de cerca de 1,1 milhões de euros. Esta evolução reflete o aumento de gastos com a atualização dos valores do subsídio de refeição em agosto de 2017, do trabalho suplementar ou extraordinário que foi efetuado de forma faseada, a atribuição dos respetivos suplementos remuneratórios aos enfermeiros especialistas e às chefias e a reposição do regime de trabalho no SNS, por aplicação do artigo 41.º da LOE para 2018. Esta rubrica reflete também o descongelamento das carreiras procedendo ao pagamento dos acréscimos remuneratórios a que os trabalhadores das carreiras gerais, carreiras médicas, de enfermagem e técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica em regime de contrato de trabalho em funções públicas tinham direito, em conformidade com o disposto no artigo 18.º da LOE para 2018.

De referir ainda que ao nível da estrutura organizacional e em média, o HDFF, EPE contou em 2016 com 588 trabalhadores do quadro de pessoal, 619 no ano 2017 e com 627 no final do ano de 2018.

O aumento verificado nos gastos com o pessoal efectivou-se essencialmente por via do aumento das rubricas “Remuneração base” (+ € 268.759), “Abonos variáveis ou eventuais” (+ € 596.391) e “Encargos sobre remunerações” (+ € 242.494). Ainda assim, algumas rubricas apresentam uma diminuição face ao ano anterior, nomeadamente “Remunerações dos órgãos sociais e de gestão”, “Benefícios pós-emprego”, “Indemnizações”, “Gastos de acção social”, “Outros gastos com o pessoal” e “Outros encargos sociais”.

No gráfico seguinte é apresentada a evolução da rubrica dos abonos variáveis ou eventuais dos últimos três anos.

Gráfico 23: Evolução dos Gastos com Abonos Variáveis ou Eventuais



Fonte: SICC

Para o crescimento desta rubrica contribuiu essencialmente o aumento do trabalho extraordinário em € 350.139 (+33,98%), noites e suplementos em € 238.531 (+47,65%) e SIGIC em € 24.756 (+13,14%), face ao ano de 2017.

Esta rubrica reflete não só, o impacto das alterações ao valor do trabalho extraordinário por aplicação do artigo 55.º do Decreto-Lei n.º 55/2017, de 5 de junho, do descongelamento das carreiras, mas também com o artigo 41.º da LOE para 2018, que veio repor os regimes de trabalho no âmbito do SNS. Com as ausências pontuais de pessoal e com as saídas cuja substituição ainda não foi autorizada, designadamente de técnicos de diagnóstico e terapêutica, pessoal de enfermagem, assistentes operacionais e assistentes técnicos, tem sido necessário recorrer a trabalho extraordinário para assegurar o normal funcionamento dos serviços.

A evolução dos gastos com SIGIC está relacionada o aumento da atividade cirúrgica adicional realizada em 2018, mas também pela atualização da tabela de preços da produção adicional, segundo a Portaria n.º 207/2017, de 11 de julho, que entrou em vigor a 01 de agosto de 2017.

OUTROS GASTOS E PERDAS

Quadro 47: Outros Gastos e Perdas

Outros gastos e perdas	2016	2017	2018	Var 2018 - 2017	Var % 2018 - 2017
Impostos e taxas	1.366,24	3.734,17	16.748,65	13.014,48	348,5%
Dívidas incobráveis	6.281,17	0,00	0,00	0,00	0,0%
Perdas em inventários	4.005,65	4.705,13	6.703,67	1.998,54	42,5%
Gastos e perdas nos restantes investimentos financeiros	71,85	4,00	1,00	(3,00)	(75,0%)
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	7.111,03	10.398,16	24.286,48	13.888,32	133,6%
Outros	420.487,54	656.513,03	223.240,04	(433.272,99)	(66,0%)
Outros gastos e perdas:	439.323,48	675.354,49	270.979,84	(404.374,65)	(59,9%)

Fonte: SICG

A rubrica de “Outros gastos e perdas”, contempla gastos com impostos e taxas, abates de ativos fixos, correcções relativas a períodos anteriores e quotizações, e apresenta uma redução de 59,9% face ao ano passado.

GASTOS E PERDAS POR JUROS E OUTROS ENCARGOS

Quadro 48: Gastos e Perdas por Juros e Outros Encargos

Gastos e perdas por juros e outros encargos	2016	2017	2018	Var 2018 - 2017	Var % 2018 - 2017
Juros suportados	10,29	52,11	8.079,49	8.027,38	15404,7%
Diferenças de câmbio desfavoráveis na atividade de financiamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%
Outros gastos e perdas de financiamento	2.669,40	2.577,28	22.043,68	19.466,40	755,3%
Gastos e perdas por juros e outros encargos:	2.679,69	2.629,39	30.123,17	27.493,78	1045,6%

Fonte: SICG

A rubrica de “Gastos e perdas por juros e outros encargos” apresenta um acréscimo de 1045,6% face ao ano de 2017, decorrente dos juros de mora pagos pelas correções efetuadas ao IRC de 2014, 2015, 2016 e 2017 e das comissões suportadas pela utilização do SITAM.

RENDIMENTOS

IMPOSTOS, CONTRIBUIÇÕES E TAXAS

Quadro 49: Impostos, Contribuições e Taxas

	2016	2017	2018	Var 2018 - 2017	Var % 2018 - 2017
Impostos, contribuições e taxas	956.802,10	958.824,11	951.866,51	(6.957,60)	(0,7%)

Fonte: SICG

A rubrica de impostos, contribuições e taxas engloba os rendimentos obtidos com taxas moderadoras e apresenta uma diminuição de 0,7% face ao ano passado.

De referir que as taxas moderadoras variam, não só, em função da evolução da atividade assistencial como também das alterações legislativas que ocorrem sobre condições de isenção e dispensa de pagamento a atribuir.

Quadro 50: Prestações de Serviços e Concessões

Prestações de serviços e concessões	2016	2017	2018	Var 2018 - 2017	Var % 2018 - 2017
Internamento	10.206.080,69	10.074.801,17	9.238.741,65	(836.059,52)	(8,3%)
Consulta	3.461.342,94	3.524.637,32	3.495.236,12	(29.401,20)	(0,8%)
URGÊNCIA	3.585.191,53	3.522.814,84	3.449.207,05	(73.607,79)	(2,1%)
GDH AMBULATÓRIO	5.591.820,49	6.073.265,64	5.809.946,13	(263.319,51)	(4,3%)
Hospital de dia	201.319,92	200.350,00	213.083,50	12.733,50	6,4%
Meio Complementares de Diagnóstico e Terapêutica	174.918,58	124.839,16	75.212,68	(49.626,48)	(39,8%)
Serviço Domiciliário	28.493,38	28.588,10	50.225,15	21.637,05	75,7%
Programas de gestão da doença crónica	0,00	0,00	62.298,00	62.298,00	100,0%
Saúde Sexual e Reprodutiva	22.338,11	21.786,50	22.377,90	591,40	2,7%
Medicamentos de Cedência em Ambulatório	282.222,15	316.998,00	319.246,83	2.248,83	0,7%
Internos	500.862,92	694.000,00	716.916,00	22.916,00	3,3%
Outras prestações de serviços	2.011,83	3.621,70	28.844,19	25.222,49	696,4%
Custos de contexto	1.907.744,15	1.866.350,76	1.300.623,22	(565.727,54)	(30,3%)
Prestações de Saúde de Financiamento Vertical (ACSS)	81.265,81	205.991,14	469.934,73	263.943,59	128,1%
Prestações de serviços e concessões:	26.045.612,50	26.658.044,33	25.251.893,15	(1.406.151,18)	(5,3%)

Fonte: SICG

PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS E CONCESSÕES

A rubrica de prestação de serviços e concessões inclui o valor da produção da responsabilidade financeira do SNS e de entidades externas ao SNS. A prestação de serviços da responsabilidade financeira do SNS representa 96,19% do total da rubrica.

Contrariamente aos anos anteriores, os valores relativos à produção da responsabilidade financeira do SNS, não correspondem à execução real, uma vez que a Circular Normativa n.º 6/2019 da ACSS de 21 de março de 2019 estabelece que o acréscimo respeitante à produção deve ser calculado com referência ao melhor desempenho relativamente aos últimos 3 contratos programa encerrados e será resultante da aplicação da taxa de execução mais elevada de entre os contratos programa encerrados, ou seja 100%.

Por outro lado, para efeitos de registo do acréscimo de rendimento respeitante aos incentivos, a mesma circular estabelece que o mesmo deve ser contabilizado numa conta de prestação de serviços e concessões e que o valor deve ser calculado tendo por referência a taxa de execução de incentivos mais elevada, alcançada nos últimos 3 anos, ou seja 99,5%, o que representa um total de € 1.300.623. O valor relativo aos incentivos encontram-se contabilizado na conta de custos de contexto.

Posto isto, a rubrica de “Prestações de serviços e concessões” regista uma diminuição de 5,3%, resultado sobretudo do decréscimo no internamento, dos incentivos institucionais na linha “Custos de contexto” e dos GDH’s de Ambulatório.

Encontra-se lançada por estimativa a produção realizada e não faturada a terceiros responsáveis, com exceção dos meios complementares de diagnóstico e terapêutica dada a dificuldade existente em estimar estes valores.

TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CORRENTES OBTIDOS

Quadro 51: Transferências e Subsídios Correntes Obtidos

	2016	2017	2018	Var 2018 - 2017	Var % 2018 - 2017
Transferências e subsídios correntes obtidos	90.552,50	100.329,37	1.760.923,26	1.660.593,89	1655,1%

Fonte: SICC

O montante reconhecido nesta rubrica respeita aos rendimentos obtidos no âmbito dos protocolos estabelecidos com o INEM.

O crescimento verificado em 2018 deve-se à contabilização dos “Custos de contexto” no montante de € 1.659.421, dando cumprimento às orientações da ACSS.

OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Quadro 52: Outros Rendimentos e Ganhos

Outros rendimentos e ganhos	2016	2017	2018	Var 2018 - 2017	Var % 2018 - 2017
Rendimentos suplementares	115.132,79	84.118,11	82.691,70	(1.426,41)	(1,7%)
Descontos de pronto pagamento obtidos	10.061,23	10.418,88	5.847,61	(4.571,27)	(43,9%)
Ganhos em inventários	286,90	53,89	1.186,51	1.132,62	2101,7%
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	6.743,42	0,00	0,00	0,00	0,0%
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	68,72	0,00	445.575,10	445.575,10	100,0%
Outros	473.190,51	353.764,84	196.272,15	(157.492,69)	(44,5%)
Outros rendimentos e ganhos:	605.483,57	448.355,72	731.573,07	283.217,35	63,2%

Fonte: SICC

No que respeita a “Outros rendimentos e ganhos”, verificou-se um aumento de 63,2% de 2017 para 2018. Esta evolução decorreu do aumento da rubrica “Rendimentos e ganhos em investimentos não

financeiros” no valor de € 445.575, justificado pela especialização do valor do seguro no seguimento dos estragos causados pela tempestade Leslie.

13
sls
sq

JUROS, DIVIDENDOS E OUTROS RENDIMENTOS SIMILARES

Quadro 53: Juros, Dividendos e Outros Rendimentos Similares

	2016	2017	2018	Var 2018 - 2017	Var % 2018 - 2017
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	29,14	0,00	0,00	0,00	0,0%

Fonte: SICC

Na rubrica de “Juros, dividendos e outros rendimentos similares” não foram contabilizados quaisquer valores, à semelhança no ano de 2017.

ANÁLISE POSIÇÃO FINANCEIRA

Quadro 54: Evolução Posição Financeira 2016-2018

Rubricas	2016	2017	2018	Var 2018 - 2017	Var % 2018 - 2017
Ativo Não Corrente					
Ativos fixos tangíveis	8.983.567,08	8.909.097,28	9.296.665,00	387.567,72	4,4%
Propriedades de investimento	0,00	100.338,67	99.102,55	(1.236,12)	(1,2%)
Ativos intangíveis	26.857,33	39.845,65	195.044,67	155.199,02	389,5%
Outros ativos financeiros	18.746,21	33.450,36	40.504,36	7.054,00	21,1%
Total do Ativo Não Corrente:	9.029.170,62	9.082.731,96	9.631.316,58	548.584,62	6,0%
Ativo Corrente					
Inventários	774.814,14	735.540,47	754.834,66	19.294,19	2,6%
Clientes, contribuintes e utentes	8.008.738,97	3.646.918,67	3.681.191,01	34.272,34	0,9%
Estado e outros entes públicos	0,00	59.646,33	92.604,54	32.958,21	55,3%
Accionistas / Sócios / Associados	0,00	2.050.000,00	0,00	(2.050.000,00)	(100,0%)
Outras contas a receber	5.259.212,49	2.808.935,67	4.545.287,12	1.736.351,45	61,8%
Diferimentos	32.378,87	20.303,01	24.431,02	4.128,01	20,3%
Caixa e depósitos	50.714,15	438.829,74	445.598,07	6.768,33	1,5%
Total do Ativo Corrente:	14.125.858,62	9.760.173,89	9.543.946,42	(216.227,47)	(2,2%)
Total do Ativo:	23.155.029,24	18.842.905,85	19.175.263,00	332.357,15	1,8%
Total do Património Líquido:	4.737.059,47	1.842.712,44	3.150.646,87	1.307.934,43	71,0%
Passivo Não Corrente					
Provisões	281.696,81	364.980,19	263.517,17	(101.463,02)	(27,8%)
Total do Passivo Não Corrente:	281.696,81	364.980,19	263.517,17	(101.463,02)	(27,8%)
Passivo Corrente					
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	0,00	31.374,78	0,00	(31.374,78)	(100,0%)
Fornecedores	3.450.081,93	5.056.216,21	2.848.891,86	(2.207.324,35)	(43,7%)
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	7.289.858,16	3.590.292,46	4.600.377,03	1.010.084,57	28,1%
Estado e outros entes públicos	767.738,10	740.447,52	771.297,27	30.849,75	4,2%
Fornecedores de investimentos	268.241,76	492.115,58	774.925,01	282.809,43	57,5%
Outras contas a pagar	6.360.343,01	6.724.766,67	6.765.607,79	40.841,12	0,6%
Total do Passivo Corrente:	18.136.272,96	16.635.213,22	15.761.098,96	(874.114,26)	(5,3%)
Total do Passivo:	18.417.969,77	17.000.193,41	16.024.616,13	(975.577,28)	(5,7%)
Total do Património Líquido e Passivo:	23.155.029,24	18.842.905,85	19.175.263,00	332.357,15	1,8%

Fonte: SICC

A 31 de dezembro de 2018, o total do ativo do HDFF, EPE totalizava € 19.175.263, registrando uma variação positiva de 1,8% face ao período homólogo anterior.

Os ativos não correntes apresentam um aumento de 6%, decorrente do aumento dos ativos fixos tangíveis em € 387.568 e intangíveis em € 155.199, por via do aumento dos investimentos realizados em 2018.

Em 2018, o património líquido sofreu uma variação positiva face ao ano anterior (+71,0%), por efeito da entrada de capital para cobertura de prejuízos transitados, para pagamento de dívida vencida no valor de € 3.547.506.

O valor do passivo diminuiu 5,7% face ao ano anterior, justificado pela redução das provisões no montante de € 101.463 e pela rubrica “Fornecedores” no valor de € 2.207.324, por via dos pagamentos adicionais que ocorreram em 2018. Por outro lado, os adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes contabilizam mais 28,1% face ao ano passado, explicado pelo aumento do valor do duodécimo do Contrato-Programa.

Durante o ano de 2018 não existiram dívidas a instituições de crédito.

Quadro 55: Evolução Indicadores Económico-Financeiros

Indicador	2016	2017	2018	Var 2018 - 2017	Var % 2018 - 2017
EBITDA	831.425,94	(876.252,69)	(1.478.991,80)	(602.739,11)	68,8%
Resultados Operacionais	225.617,69	(1.492.520,84)	(2.188.236,12)	(695.715,28)	46,6%
Resultados Financeiros	(2.640,26)	(2.577,28)	(29.996,32)	(27.419,04)	1063,9%
Resultado antes de impostos	222.977,43	(1.495.098,12)	(2.218.232,44)	(723.134,32)	48,4%
Resultado Líquido do Período	203.038,69	(1.502.178,14)	(2.225.698,21)	(723.520,07)	48,2%
Meios Libertos Líquidos	815.017,28	(678.864,70)	(1.318.313,89)	(639.449,19)	94,2%

Fonte: SICG

O HDFF, EPE atingiu em 2018 um EBITDA negativo, agravando os seus resultados quando comparado a 2017, ainda que este resultado seja em parte justificado por alterações legislativas ao nível dos gastos com pessoal anteriormente referidos.

No final do ano em análise, o HDFF, EPE gerou € 1.318.313,89 negativos de meios libertos líquidos, apresentando uma redução de 94,2% face ao ano de 2017.

Quadro 56: Rácios de Situação e de Solvabilidade

Indicador	2016	2017	2018
Autonomia Financeira	0,20	0,10	0,16
Solvabilidade	0,26	0,11	0,20
Liquidez Geral	0,78	0,59	0,61
Liquidez Reduzida	0,74	0,54	0,56
Endividamento Total (%)	0,78	0,88	0,82
Endividamento Remunerado (%)	0,00	0,00	0,00

Fonte: SICCC

O HDFF, EPE continua a apresentar alguma autonomia financeira face aos capitais alheios (0,16) e demonstra capacidade de solver per si os seus compromissos.

O rácio de solvabilidade (0,20) traduz a proporção relativa dos ativos da empresa financiados por capitais próprios versus financiados por capitais alheios. Apresentando uma melhoria face ao ano de 2017 (0,11), o indicador obtido estabelece os níveis de estabilidade financeira da Instituição.

O rácio de liquidez geral que determina a capacidade do HDFF, EPE fazer face aos seus compromissos a curto prazo, tem um valor de 0,61. Sendo este indicador inferior a 1, traduz o facto de que o HDFF, EPE não possui capacidade de solver as suas dívidas de curto prazo com os seus valores de ativos correntes.

O rácio de liquidez reduzida mede a capacidade do HDFF, EPE para fazer face às suas responsabilidades de curto prazo com liquidez proveniente dos seus ativos líquidos, assumindo que os inventários serão difíceis de converter em dinheiro rapidamente, ou pelo valor que constam no balanço. É desejável que o rácio ultrapasse pelo menos o valor de 1. Sendo o valor deste indicador de 0,56, significa que o HDFF, EPE não tem ativos líquidos, deduzidos dos inventários, para fazer face às responsabilidades de curto prazo.

Os rácios de liquidez apresentados no quadro anterior apresentam uma ligeira melhoria, quando comparados com os valores evidenciados no final do exercício anterior.

Quadro 57: PMP, PMR e PMRI

Indicador	2016	2017	2018
Prazo Médio de Pagamentos	164	190	146
Prazo Médio de Recebimentos	166	100	102
Prazo Médio de Rotação de Inventários	59	53	50

Fonte: SICCC

Verifica-se uma redução do número de dias no prazo médio de pagamentos, passando de 190 dias em 2017 para 146 dias em 2018. O prazo médio de pagamentos é calculado de acordo com a Resolução de Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, com as alterações introduzidas

pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, sendo portanto um valor ponderado dos quatro trimestres do ano. A redução verificada no prazo médio de pagamentos a fornecedores deve-se sobretudo às verbas adicionais recebidas em 2018 para pagamento de dívida vencida.

Relativamente ao prazo médio de recebimentos, registou-se uma melhoria pouco significativa, passando de 100 dias em 2017 para 102 dias em 2018.

Houve uma redução do prazo médio de rotação de inventários para 50 dias em 2018, face aos 53 dias em 2017.

6. PRINCIPAIS ATIVIDADES E INVESTIMENTOS REALIZADOS

ATIVIDADE

Nos últimos anos, o HDFF, EPE tem vindo a delinear uma estratégia focada na melhoria do acesso aos cuidados de saúde, pela humanização, segurança, qualidade e efetividade nos serviços prestados, pela reestruturação organizacional e funcional do Hospital, tornando-o mais eficiente, e pela garantia da sustentabilidade futura.

O desafio que se colocou ao Conselho de Administração foi grande, já que teria que, por um lado, aumentar o nível de serviços para garantir todo o financiamento atribuído e, por outro lado, reduzir significativamente a estrutura de custos, de forma a atingir o desejado equilíbrio orçamental.

De referir algumas iniciativas desenvolvidas em 2018 e que contribuíram no âmbito da gestão do Hospital atingir os resultados já elencados nos capítulos anteriores:

- O processo de contratualização interna continua a ser a base do desenvolvimento e alinhamento organizacional, continuando-se em 2018 a desenvolver esta atividade com os Serviços Clínicos e com os Serviços de Suporte à Prestação de Cuidados e de Gestão e Logística. O processo de contratualização com os Serviços de Apoio Clínico e com os Serviços de Gestão e Logística, que apresenta um carácter inovador, foi iniciado em 2015, e, para além de exigir que cada serviço faça uma reflexão interna, planeie as atividades a desenvolver ao longo do ano, defina os investimentos prioritários e assuma um orçamento setorial, tem também por base um indicador de desempenho do Serviço, que resulta da aplicação de um questionário onde todos os profissionais são convidados a avaliar o desempenho desse Serviço, no que concerne à forma atempada como o mesmo responde às solicitações, à competência como as executa e à cortesia como interage com os outros, sendo o objetivo maior desenvolver o conceito de “cliente interno”;
- Monitorização mensal das metas estabelecidas com a Tutela e trimestralmente com os Serviços Clínicos do Hospital;
- Manutenção da certificação de 12 Serviços do HDFF, EPE segundo a norma NP EN ISO 9001:2008;
- Foi dada continuidade à implementação do Sistema de Gestão da Qualidade do HDFF, EPE em todos os Serviços (normalização de processos e procedimentos);
- A candidatura apresentada ao Centro 2020 para pedido de cofinanciamento do projeto “Remodelação do Bloco Operatório Central do Hospital Distrital da Figueira da Foz, EPE”, estando o Hospital a aguardar pela conclusão da revisão do projeto de execução por terceiros obrigatória para o visto prévio do Tribunal de Contas, para publicar o concurso público;
- O Hospital manteve a sua avaliação pela Entidade Reguladora da Saúde através do projeto SINAS;
- Implementação do projeto da Hospitalização Domiciliária, no âmbito do Programa de Incentivo à Integração de Cuidados e à Valorização dos Percursos dos Utentes no Serviço Nacional de Saúde, assinado com Lares e Residências Geriátricas, apresentando-se este

projeto como mais um veículo de desenvolvimento da prestação de cuidados de saúde em regime de ambulatório;

- Manutenção do Protocolo de Articulação Institucional no âmbito da Via Verde no Pós-AVC/Reabilitação do Doente tendo como objetivo evidenciar os ganhos da inclusão da Medicina Física e de Reabilitação na Via Verde do AVC;
- No âmbito da organização e da melhoria dos cuidados de saúde prestados à população, mantém-se parceria com o IPOC-GF, EPE, em particular a sua colaboração na Comissão Oncológica do HDFF, EPE, onde os médicos do IPO participam nesta comissão por videoconferência;
- Continuação da implementação generalizada do rastreio nutricional (SCORE) a todos os doentes adultos internados pois, acredita-se que a avaliação do risco nutricional e a tomada de medidas corretivas contribuem para que os doentes retirem um melhor proveito das terapêuticas administradas, potenciando, assim, uma reabilitação mais rápida;
- A humanização dos cuidados de saúde é também uma dimensão da qualidade que mereceu intervenção. Realça-se o incentivo ao desenvolvimento do Voluntariado e o aprofundar da mensagem interna sobre a humanização do cuidar.
- Refira-se que a Equipa Intra-Hospitalar de Cuidados Paliativos tem vindo a fazer formação e a criar uma rede interna de elos de ligação para, mais facilmente e com maior eficácia, poder melhorar as práticas nesta área.
- Continuidade do protocolo de colaboração firmado, em 2014, com o Centro de Medicina de Reabilitação do Centro - Rovisco Pais, onde o HDFF, EPE, assume toda a medicina laboratorial, assim como, a realização de exames em diversas especialidades;
- Foi dada continuidade ao protocolo de articulação com o CHUC, EPE, no âmbito da Hemato-oncologia, perspectivando-se uma melhor gestão e referência dos doentes em tratamento no Hospital de Dia de Oncologia;
- No que se refere à articulação com a comunidade, o HDFF, EPE tem vindo a celebrar protocolos de parceria com os Agrupamentos de Escolas do Concelho da Figueira da Foz, que permitem que se desenvolva um trabalho na área do Desenvolvimento Infantil e Adolescente em contexto escolar. As parcerias comprometem a Unidade de Desenvolvimento Infantil e Adolescente (UDIA) do Serviço de Pediatria, a observar as crianças e adolescentes com perturbações de desenvolvimento, tendo como a finalidade de melhorar o seu potencial de aprendizagem. As escolas comprometem-se a encaminhar os casos das crianças e adolescentes para a equipa da UDIA, usando como interlocutores as psicólogas da escola e os professores de ensino especial. O HDFF, EPE considera este projeto particularmente importante, uma vez que promove a integração saudável das crianças em ambiente escolar, tendo impacto concreto na saúde da população, em particular dos jovens adolescentes.
- Continuação do projeto de "Cuidados de Saúde Integrados, Agendas Partilhadas", o qual responsabiliza o Hospital pelo agendamento, após alta hospitalar, no Centro de Saúde de uma consulta ou um tratamento, seja médico ou de enfermagem, caso, haja necessidade de follow up do doente na sua USF ou UCSP, libertando-o ou ao seu cuidador, dessa tarefa.
- Implementação do projeto "Figueira Respira +" no âmbito do Programa de Incentivo à Integração de Cuidados e à Valorização dos Percursos dos Utentes no Serviço Nacional de Saúde. Este projeto foca a gestão da doença crónica, em particular da DPOC, e que é

desenvolvido em parceria com a USF Buarcos, USF São Julião, UCC Farol do Mondego e Câmara Municipal da Figueira da Foz. Destaca-se o facto de este ter permitido que se retirassem barreiras administrativas à realização no Hospital de espirometrias prescritas pelos Médicos de Família. Atualmente, o HDFF, EPE realiza as espirometrias prescritas pelos CSP sem ser necessário uma referência para a Consulta Externa, o que melhorou consideravelmente o nível de diagnóstico e o acesso aos cuidados de saúde;

- Em 2018, continuou-se a desenvolver a atividade da Unidade Coordenadora Funcional da Diabetes, passando a contar com o apoio de Podologia;
- Adesão do HDFF, EPE, em 2016, ao Consórcio Ageing@Coimbra, que visa valorizar o papel do idoso na sociedade e a aplicação de boas práticas em prol do seu bem-estar geral e de um envelhecimento ativo e saudável e que já tem múltiplas instituições associadas. Espera-se que a participação do HDFF, EPE crie oportunidades de desenvolvimento institucional, que melhorem os serviços prestados;
- O HDFF, EPE em 2018 deu início ao projeto “Plataforma de Atendimento e Prestação Digital de Serviços ao Utente”;
- Em 2018, o hospital foi premiado com o “TOP 5'18” dentro do grupo B, sendo este um ranking da responsabilidade da IASIST;
- No mês de outubro de 2018, o HDFF, EPE foi afetado pela Tempestade Leslie, causando inúmeros estragos a nível de instalações e equipamentos o que impossibilitou a atividade no bloco operatório e consulta externa durante vários dias.
- Deu-se início ao processo de descongelamento das carreiras dos trabalhadores em regime de contrato de trabalho em funções públicas, em janeiro de 2018.

INVESTIMENTOS REALIZADOS

Em 2018 os investimentos realizados ascenderam a € 1.278.354, o que se traduz num aumento de 598.126€ face ao ano de 2017. Para este crescimento contribuíram essencialmente os investimentos relacionados com o projecto “Plataforma de Atendimento e Prestação Digital de Serviços ao Utente” e os projetos “Figueira Respira +” e de “Hospitalização Domiciliária” comparticipados pelo Programa de Incentivo à Integração de Cuidados e à Valorização dos Percursos dos Utentes no SNS (PIIC). O financiamento dos investimentos realizados foi assegurado 100% por capitais próprios

De realçar que a localização geográfica do Hospital, nomeadamente a sua proximidade ao mar, obriga a maiores investimentos de natureza estrutural e de manutenção dos edifícios.

Quadro 58: Investimentos Anuais

Rubrica	Investimentos Anuais		
	2016	2017	2018
Investimentos financeiros			
Fundo de Compensação de Trabalho (FCT)	10.044,18	14.704,15	7.054,00
Total dos Outros Ativos Financeiros:	10.044,18	14.704,15	7.054,00
Propriedades de investimento			
Terrenos e recursos naturais	0,00	38.637,69	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	61.803,99	0,00
Total das Propriedades de Investimento:	0,00	100.441,68	0,00
Ativos Fixos Tangíveis			
Edifícios e outras construções	53.325,81	164.948,38	60.291,97
Equipamento básico	401.883,02	235.347,41	933.053,08
Equipamento de transporte	0,00	44.649,00	32.000,00
Equipamento administrativo	35.643,13	84.770,48	49.483,14
Outros ativos fixos tangíveis	0,00	160,62	1.681,98
Investimentos em curso	83.417,83	2.794,62	0,00
Total dos Ativos Fixos Tangíveis:	574.269,79	532.670,51	1.076.510,17
Ativos Intangíveis			
Projetos de Desenvolvimento	12.556,96	5.780,09	0,00
Programas de Computador e sistemas de informação	10.494,85	26.631,22	194.789,61
Total dos Ativos Intangíveis:	23.051,81	32.411,31	194.789,61
Total dos Ativos Não Correntes:	607.365,78	680.227,65	1.278.353,78

Fonte: SICCC

Considerando o peso dos investimentos no total, destacamos:

- Execução de parte do projeto da "Plataforma de Atendimento e Prestação Digital de Serviços ao Utente (€ 157.669);
- Aquisição de equipamento para o bloco operatório de Urologia (€ 139.531);
- Projeto "Figueira Respira +" (€ 101.460);
- Aquisição de motor para o bloco operatório de Ortopedia (€ 35.491)
- Aquisição de um magnetómetro (€ 34.440);
- Investimentos relacionados com o Leslie (€ 33.959);
- Aquisição de uma viatura elétrica (€ 32.000) para a Hospitalização Domiciliária e outras aquisições no âmbito do projeto (€ 121.965,08);
- Aquisição de mesa operatória (€ 30.668);
- Aquisição de um ventilador para a Unidade de Cirurgia de Ambulatório (€ 26.445);
- Aquisição de software de gestão de preparação de citostáticos (€ 24.600);
- Aquisição de um perimetro "CAMPÍMETRO PEC" para a consulta externa do serviço de Oftalmologia (€ 23.370);
- Manutenção à Central Elétrica (€ 20.535);
- Aquisição de máquina de empacotamento de medicamentos (€ 19.803);

Para além dos investimentos elencados, foram ainda realizadas outras aquisições de equipamentos necessários ao desenvolvimento da atividade hospitalar.

CAPÍTULO III - DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO E ATIVIDADE PARA 2019

A estratégia do HDFF, EPE passa por melhorar o acesso aos cuidados de saúde, pela humanização, segurança, qualidade e efetividade dos serviços prestados, pela reestruturação organizacional e funcional do Hospital tornando-o mais eficiente e pela garantia da sustentabilidade futura.

A gestão do Hospital deve promover internamente uma cultura empresarial e de responsabilização pelos resultados, para que todos se envolvam na prossecução dos objetivos estratégicos. Para tal, pretende-se aprofundar um processo de mudança na cultura organizacional instituída, que se focalizou em duas vertentes:

- Aprofundamento de um modelo de contratualização interna no hospital, com um verdadeiro envolvimento da gestão dos serviços através do reforço da autonomia e da responsabilidade dos serviços, fomentando uma filosofia de desempenho por objetivos;
- Desenvolvimento de um modelo de trabalho, promotor de um maior alinhamento organizacional, que envolve e responsabiliza os profissionais e estimula o compromisso e participação das equipas e profissionais na rentabilização da capacidade instalada do HDFF, EPE.

O modelo de governação deve estar focado no utente, mas não pode ficar indiferente às restrições de natureza orçamental e à necessidade de assegurar a sustentabilidade económico-financeira do HDFF, EPE através da melhoria da sua eficiência operacional. Compete aos órgãos de gestão do Hospital encontrar soluções que permitam atingir um equilíbrio entre o financiamento disponível e o nível de resposta a assegurar, em termos de cuidados de saúde à população, sem perda de qualidade. A contenção dos gastos públicos impõe, de facto, um rigor acrescido e responsabilização na gestão do bem público, que apenas será possível com o envolvimento de todos os agentes nos processos.

Com uma melhor afetação de recursos, uma reorganização estrutural e funcional e um aumento da produtividade será possível obter os tão desejáveis ganhos de eficiência, melhorar o acesso à consulta externa, aos MCDT's e à cirurgia programada, consideradas como atividades estratégicas para a sustentabilidade do HDFF, EPE, e eliminar redundâncias e desperdícios, mantendo ou até melhorando a qualidade e segurança dos serviços prestados.

Para a consolidação da estratégia definida para o HDFF, EPE, é então fundamental garantir o seguinte:

- Estabilização do mapa de pessoal;
- Manutenção da carteira de serviços existentes e alargamento à área dos cuidados paliativos;
- Aumento dos níveis de produtividade e da eficiência operacional;
- Incrementar a atividade cirúrgica, com o objetivo de alargar o contrato de convenção existente no âmbito do GPRSNS, recebendo doentes de outras instituições do SNS e aumentando assim receitas extra Contrato-Programa;

- Abertura do Hospital ao exterior através da rentabilização da capacidade instalada;
- Utilização mais racional dos meios colocados à disposição do hospital;
- Consolidação do projeto de Hospitalização Domiciliária;
- Desenvolvimento do projeto "Figueira Respira +";
- Aumentar a integração de cuidados com o ACES Baixo Mondego, em especial no acompanhamento de doentes crónicos.

Para a viabilização estrutural do Hospital, é necessário assegurar a realização dos seguintes investimentos estratégicos, ainda que, de forma faseada, tendo em consideração as limitações existentes para o seu financiamento:

- Construção do novo Bloco Operatório, com candidatura aprovada pelo Centro 2020 (2019);
- Implementar medidas de eficiência energética, que contribuam para a sustentabilidade financeira e ambiental, tendo sido apresentada candidatura para co-financiamento do projecto ao PO SEUR (2019-2020);
- Implementação de uma plataforma de atendimento e prestação digital de serviços ao utente, com candidatura aprovada pelo SAMA 2020 (2018-2020);
- Atualização de equipamento básico de Oftalmologia, Ortopedia, Cardiologia, Dermatologia e renovação de equipamento para o Bloco Operatório e para o serviço de Imagiologia (2018-2020);
- Melhoria das instalações físicas do Serviço de Medicina Interna (2019-2020);
- Aquisição de uma nova Tomografia Axial Computorizada, em substituição da já existente (2020).

1. ATIVIDADE PREVISTA PARA 2019

Em linha com as orientações dadas pela Tutela e com os objetivos que se pretendem alcançar e atendendo ao cenário atual e previsional da procura, aos recursos disponíveis, à estratégia definida e ao objetivo de não comprometer a sustentabilidade económica do HDFF, EPE, foi previsto um aumento considerável da atividade assistencial durante o triénio 2019-2021, que só será possível de concretizar com o ajustamento de recursos.

A atividade assistencial prevista para 2019 e anos seguintes foi, portanto, definida com base nos seguintes pressupostos:

- Manutenção da atual carteira de serviços do HDFF, EPE, com alargamento aos cuidados paliativos já em 2019;
- Disponibilidade dos recursos necessários ao seu desenvolvimento e que aqui são elencados;
- Orientações dadas pela Tutela nos Termos de Referência para a Contratualização de Cuidados de Saúde no SNS param 2019;
- Adequação da produção à procura de cuidados de saúde para as diferentes especialidades e valências disponíveis para a população da sua área de atração.

O HDFF, EPE no desenvolvimento da sua atividade assistencial visa satisfazer as necessidades de saúde da comunidade da sua área de atração, dos utentes que o procuram, em geral, ou através dos protocolos interinstitucionais. Tendo em consideração este pressuposto, a atividade assistencial a desenvolver visa atingir os seguintes objetivos específicos:

- Assegurar um volume de atividade capaz de responder às necessidades em saúde da população, em termos de atividade programada e não programada, tendo presente o impacto do Livre Acesso e Circulação (LAC) no aumento da procura de cuidados prestados por este Hospital;
- Aumentar a atividade programada e, em especial, os cuidados em ambulatório;
- Dar uma resposta adequada e atempada às listas de espera para cirurgia, consulta externa e MCDT's, assegurando que os Tempos Máximos de Resposta Garantidos (TMRG) são respeitados;
- Rentabilizar a capacidade instalada, em termos de equipamentos e recursos humanos;
- Propiciar aos utentes uma resposta de proximidade, pautada pela garantia de segurança clínica e com níveis de eficiência e efetividade adequados, assegurando que a avaliação clínica tem acesso, sempre que necessário, aos meios de diagnóstico em tempo oportuno;
- Oferecer amenidades adequadas a uma melhor prestação de cuidados de saúde, sendo para isso importante continuar a investir na remodelação das instalações e equipamentos;
- Implementar a prestação de cuidados paliativos no Hospital, iniciando pela consulta externa e hospital de dia em 2019 e alargando ao internamento em 2020;
- Promover a telemedicina e a telemonitorização da DPOC, como alternativa às respostas em ambiente hospitalar, com benefícios claros para o utente;
- Realizar os rastreios do cólon e reto, no âmbito do Programa de Apoio Hospitalar aos Rastreios Base Populacional, solicitados pelos Cuidados de Saúde Primários;
- Desenvolver o projeto de hospitalização domiciliária, promovendo uma maior humanização dos cuidados e a participação ativa dos cuidadores, no contexto de vida de cada pessoa;
- Garantir uma rápida integração e reabilitação dos doentes reforçando a intervenção da Equipa de Gestão de Altas e de equipas multidisciplinares, recorrendo sempre que possível a respostas alternativas para prestação de cuidados no domicílio, na comunidade ou na Rede de Cuidados Continuados;
- Dar resposta às situações oncológicas através da adequação da capacidade da oferta de consultas, de sessões em Hospital de Dia ou em serviços domiciliários e mediante articulação com o IPO Coimbra, EPE e o CHUC, EPE;
- Investir em processos de melhoria contínua e na qualidade e segurança em saúde;
- Continuar a promover uma melhor articulação com os Cuidados de Saúde Primários e Hospitalares mais diferenciados;
- Dinamizar a integração entre o setor da saúde, o setor social, as autarquias e os cuidadores formais e informais;
- Melhorar a eficácia e a eficiência da resposta às situações de urgência e emergência e continuar a dinamizar a atividade programada, de forma a dar uma resposta em saúde adequada, tornando assim mais ajustada a procura do Serviço de Urgência;

- Reduzir a utilização de cuidados hospitalares que seriam evitáveis, com destaque para os internamentos médicos evitáveis, por se encontrarem associados a patologias ou condições de saúde que podem e devem ser prevenidas e/ou tratadas ao nível dos cuidados programados de primeira linha;
- Estabelecer mecanismos verticais e horizontais de articulação formal e permanente entre as instituições do SNS, assegurando a utilização dos recursos disponíveis, reservando o acesso aos cuidados hospitalares para as situações efetivamente necessárias e assegurando o cumprimento dos Planos de Contingência para Temperaturas Extremas Adversas - Módulos de Verão e Inverno, coordenado pela DGS;
- Continuar a incentivar a alta clínica nas consultas e a transferência do acompanhamento dos utentes para os cuidados de saúde primários (nomeadamente na área das doenças crónicas), reorientando a procura para respostas de proximidade e estimulando o recurso à referência dos cuidados de saúde primários e à resposta via TeleSaúde;
- Continuar a aprofundar o processo de contratualização interna, baseado na gestão por objetivos e na responsabilização pelos resultados, reforçando a autonomia e a responsabilização dos serviços e estimulando o compromisso e participação das equipas e dos profissionais na rentabilização da capacidade instalada;
- Promover novos protocolos com entidades do sector público, privado e social, para rentabilização da capacidade instalada e aumento das receitas extra Contrato-Programa.

18
19
20

2. PLANO DE AÇÃO PARA 2019

Atendendo às orientações estratégicas setoriais, aos objetos financeiros e restrições orçamentais a vigorar em 2019, aos pressupostos macroeconómicos e considerando o contexto interno e externo, atual e previsional, da instituição, foram definidos os objetivos estratégicos para o triénio 2019-2021. Foram igualmente definidas o conjunto das ações e medidas necessárias para assegurar a sustentabilidade económico-financeira e simultaneamente, tornar o HDFF, EPE num hospital de referência na região pela prestação de cuidados de saúde diferenciados e de qualidade.

Os objetivos estratégicos a seguir no ano de 2019 assentam em 7 eixos distintos, a reforma hospitalar, a excelência na prestação de cuidados, a integração de cuidados, a inovação e diferenciação técnica, a modernização administrativa, a sustentabilidade e a requalificação hoteleira.

Eixo	Ação	Descrição das medidas	Tipo de Impacto
Eixo 1 - Reforma Hospitalar	Ação I - Ajustamento de camas de agudos	Reforçar o número de recursos humanos do quadro do Hospital em função da carteira de serviços	Melhoria do acesso e manutenção da carteira de serviços
		Melhorar o processo de gestão de controlo da assiduidade	Melhoria do acesso e manutenção da carteira de serviços
		Optimizar as escalas dos serviços	
	Ação II - Ajustamento de recursos humanos	Aplicar as valorizações remuneratórias em conformidade com o disposto na LOE	Aumento de gastos
		Atribuição de abonos para falhas para assistentes técnicos dos balcões de atendimento	Aumento de gastos
		Atribuição de abonos para enfermeiros especialistas	Aumento de gastos
		Disponibilizar formação aos trabalhadores para desenvolvimento de competências profissionais e atualização de conhecimentos	Melhoria contínua dos serviços prestados
		Disponibilização de plataforma de gestão de manutenções e pedidos de suporte	Melhoria de processos
	Ação III - Sistemas de informação	Disponibilizar WI-FI aos utentes	Aumento do grau de satisfação dos utentes
		Infraestrutura de rede e hardware para instalação da versão 2 do SONHO	Melhoria de processos
		Consolidação do Sistema de Gestão da Qualidade do Hospital	Melhoria contínua dos serviços prestados
	Ação IV - Qualidade	Divulgar relatório monitorização de qualidade	Melhoria contínua dos serviços prestados
		Promover a realização de Auditorias Clínicas	Prevenir erros e desperdícios e implementar boas práticas
		Envolvimento de indicadores de qualidade à medida de cada Serviço no BIMH	Melhorar o desempenho global dos serviços
	Ação V - Modelo de governação	Implementação gradual de cuidados paliativos no HDFF	Melhoria dos cuidados prestados
		Dar acesso aos Diretores de Serviço e Enfermeiros-chefes à plataforma de Business Intelligence para monitorização da produção, indicadores e custos	Definir atempadamente medidas corretivas aos desvios identificados
		Elaborar plataforma para passagem de informação clínica de enfermagem nos vários serviços do Hospital	Optimização dos recursos e melhoria da performance dos serviços
Eixo 2 - Excelência na Prestação de Cuidados	Reforçar a autonomia da Gestão Intermediária	Acompanhar trimestralmente a Contratualização Interna	Execução Integral do Contrato Programa
		Consolidação do processo de Contratualização Interna com os serviços de apoio à prestação de Cuidados serviços de Gestão e Logística	Melhoria dos processos e eficácia nos resultados
		Contratualizar internamente indicadores de acesso, procedendo à sua monitorização sistemática	Melhoria do acesso e do índice de desempenho global do HDFF
	Garantir o acesso atempado à prestação de cuidados	Desenvolver aplicação para monitorização diária da utilização pelos serviços cirúrgicos do Bloco Operatório	Optimizar os tempos operatórios disponíveis no Bloco Operatório
		Reforçar o contrato de convenção, no âmbito do GPR-SNS, para realização de produção cirúrgica captando utentes de outros hospitais do SNS (SIGIC Externo)	Aumento dos rendimentos e da produtividade
		Negociar produção adicional em função da procura existente	Execução integral do Contrato Programa e melhoria do acesso
	Optimizar a capacidade instalada	Acompanhamento do tempo de turn-over com o propósito de identificar "garrotes" e definir medidas corretivas	Reduzir desperdícios e otimizar os recursos
		Implementar um grupo multidisciplinar para reabilitação de doentes, com intervenções de enfermeiro de reabilitação e fisioterapeuta, mediante prescrição médica	Melhoria na prestação de cuidados
		Garantir avaliação do serviço social no primeiro dia de internamento	Melhoria na prestação de cuidados e redução de demoras médias de internamento
	Melhorar o modelo de admissão e alta	Informar o doente e acompanhantes do planeamento dos cuidados a receber	Melhoria na prestação de cuidados e redução de demoras médias de internamento
		Preparar a alta em conjunto com os cuidadores e CSP	Melhoria na prestação de cuidados e redução de demoras médias de internamento
		Desenvolver projeto de apoio domiciliário a doentes Oncológicos	Melhoria na prestação de cuidados
	Aumentar a humanização e Personalização dos Cuidados	Realização de ensinos a doentes e cuidadores para um maior envolvimento e preparação das altas	Melhoria na prestação de cuidados

Eixo	Ação	Descrição das medidas	Tipo de Impacto
Eixo 3 - Integração de Cuidados	Desenvolver a Saúde Materno-Infantil	Divulgação da Consulta Aberta de Pediatria, com possibilidade do Médico Geral Familiar agendar a consulta no HDFF Aprofundar a articulação de cuidados com as maternidades de referência e CHUC, com recurso à telemedicina	Melhoria do rácio consulta/urgência Melhoria na prestação de cuidados
	Desenvolvimento do projeto "Figueira Respira +"	Desenvolvimento do projeto "Figueira Respira +" no âmbito do "Programa de Incentivos à Integração de Cuidados e à Valorização dos Percursos dos Utentes no SNS para 2017"	Melhorar os cuidados na reabilitação respiratória
	Desenvolvimento do projeto de "Hospitalização Domiciliária"	Desenvolvimento do projeto de "Hospitalização Domiciliária" no âmbito do "Programa de Incentivos à Integração de Cuidados e à Valorização dos Percursos dos Utentes no SNS para 2017"	Aumento de rendimentos pela atividade desenvolvida Aumento dos gastos com materiais de consumo Aumento dos gastos com fornecimentos e serviços externos Reconhecimento dos rendimentos com o subsídio ao investimento
	Introduzir a Telemonitorização da DPOC	Elaborar concurso, através de Acordo-quadro, para aquisição de equipamentos Definir equipa de enfermagem e médica para a telemonitorização	Redução de readmissões hospitalares Redução de readmissões hospitalares
	Promover a telemedicina	Introduzir a telemedicina na Dermatologia Realização de workshops de formação para melhorar a referência das consultas pedidas pelos CSP	Melhoria no acesso Melhoria na prestação de cuidados
	Melhorar na articulação de cuidados com os CSP	Desenvolver protocolos de atuação clínica na gestão da doença crónica Projeto de acompanhamento integrado de doentes ostomizados, em articulação com os CSP	Melhoria na prestação de cuidados Melhoria na prestação de cuidados
	Nova Tomografia Axial Computorizada	Aquisição de uma nova Tomografia Axial Computorizada, em substituição da já existente	Assegurar o nível de serviços prestados
	Implusonar a realização de ensaios Clínicos	Definir um médico dinamizador da área	Melhoria do conhecimento e desenvolvimento da prática clínica
	Desenvolver o tratamento da patologia de artroscopia do ombro	Aquisição dos equipamentos e material necessário	Diferenciação técnica do Hospital
	Inovar na prestação de cuidados através da utilização de técnicas diferenciadas	Introduzir novas técnicas para diagnóstico com utilização de tecnologia de imagem, por médicos de medicina interna e cirurgia	Diferenciação técnica do Hospital
Eixo 4 - Inovação e Diferenciação técnica	Atualização do equipamento básico dos serviços	Atualização do Equipamento de oftalmologia para exames especiais - Aquisição de um Tomógrafo de Coerência Ótica	Melhoria na prestação de cuidados
	Plataforma de atendimento e prestação digital de serviços ao utente	Implementação do projeto "Plataforma de atendimento e prestação digital de serviços ao utente", aprovado pelo SAMA 2020	Informatização de processos e melhoria no relacionamento com o utente
	Projeto Hospital sem papel	Definição de Gestor do Projeto "hospital sem papel" Identificação de processos e circuitos existentes no Hospital com potencial para redução/eliminação papel	Diminuição de gastos e melhoria de processos Diminuição de gastos e melhoria de processos
	Melhorar a sinalética	Definir as soluções mais adequadas para a redução/eliminação papel	Diminuição de gastos e melhoria de processos
Eixo 5 - Modernização Administrativa	Implementação de novo sistema de distribuição de medicamentos (pyxis)	Melhorar a sinalética em todo o perímetro do Hospital Aquisição de sistema de distribuição de medicamentos (pyxis) Abertura de concurso para aquisição de serviços de Transportes de Doentes Abertura de novo concurso público para aquisição de gás	Melhorar a comunicação e imagem Reduzir o erro Reduzir a despesa com transportes de doentes Reduzir a despesa com materiais de consumo
	Analisar recursos ao exterior	Abertura de novos concursos para aquisição de medicamentos e material de consumo clínico, com maior relevância financeira	Reduzir a despesa com materiais de consumo
	Analisar os maiores utilizadores do SU	Desenvolver análise dos maiores utilizadores do SU em conjunto com os CSP	Adequar a prestação de cuidados às necessidades efetivas dos cidadãos
		Celebração de protocolos com entidades privadas para realização de análises Clínicas	Aumento dos rendimentos e da produtividade
	Promover receitas extra Contrato-Programa e aumentar a taxa de cobranças do HDFF	Promover o alargamento, no âmbito do GPR-SNS, de protocolos para realização de MCDT prescritos pelos ACES Aumentar a tempestividade na cobrança de taxas moderadoras	Aumento dos rendimentos e da produtividade Aumento das receitas
		Aumentar a tempestividade na faturação e cobrança da faturação às outras entidades responsáveis	Aumento das receitas
	Implementação de boas práticas na prescrição	Elaboração de protocolos de análises do Serviço de Urgência Desenvolvimento da metodologia de armazéns avançados	Melhorar os níveis de eficiência Diminuição de gastos
	Redefinir processo de abastecimento hospitalar gestão de stocks e reduzir o consumo de plástico	Implementação de plataforma de gestão de stocks Planeamento e operacionalização de projeto para redução de utilização de plástico	Ganhos de eficiência diminuição de gastos
	Introdução de medidas de eficiência energética, no âmbito de candidatura ao POSEUR	Apresentação de candidatura ao POSEUR - Programa Operacional de Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos	diminuição de gastos

Eixo	Ação	Descrição das medidas	Tipo de Impacto
Eixo 7 - Requalificação Hoteleira	Construção do novo Bloco Operatório	Execução da candidatura aprovada pelo Centro 2020 para "Construção do novo Bloco Operatório"	melhorar as condições de assepsia e aumentar a produção cirúrgica
	Fornecimento e instalação do Sistema AVAC	Execução o projeto financiado pela Fundação EDP Solidária, "Conforto térmico-Especialidades Cirúrgicas e Ortopedia	Melhoria do conforto térmico das instalações
		Requalificação da cozinha hospitalar; armazenamento, confeção, empratamento, lavagem e instalações sanitárias	Melhorias das instalações físicas
	Melhorar as instalações de vários Serviços	Criação de sala de pressão negativa para preparação de citostáticos nos Serviços Farmacêuticos	Melhorar os níveis de segurança dos doentes e qualidade e eficácia dos produtos e a segurança dos operadores

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'M' and 'S'.

1. OBJETIVOS DE GESTÃO E PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO

O HDFF, EPE na base da elaboração dos seus orçamentos seguiu o seguinte enquadramento:

- A transformação, pelo Decreto-Lei n.º 233/2005, de 29 de dezembro, do Hospital de sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos em entidade pública empresarial implicou a alteração do processo de elaboração e aprovação do orçamento, que passou a depender da aprovação dos Ministros das Finanças e da Saúde, quando no anterior quadro jurídico era competência do Conselho de Administração;
- No âmbito do definido n.º 5 do artigo 2º da Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto, alterada pela Lei n.º 41/2014, de 10 de julho e que foi revogada pela Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, as entidades do Ministério da Saúde que compõem o Setor Empresarial do Estado passaram a integrar em 2015 o setor institucional das Administrações Públicas, como Entidades Públicas Reclassificadas da Administração Central;
- O Plano de Atividades e Orçamento para 2018 teve como princípios orientadores na base da sua elaboração o enquadramento económico atual, a informação histórica disponível, as necessidades de recursos existentes no hospital, a atividade global proposta, as orientações expressas dadas pelo Ministério da Saúde, designadamente através dos Termos de Referência para contratualização de cuidados de saúde no SNS para 2018, a Circular Série A n.º 1389 da Direção Geral do Orçamento (DGO), o despacho nº111/2017 de 28 julho e ainda, o ofício n.º 7962/2017/DFI/UOC/ ACSS;
- Os instrumentos previsionais de gestão foram elaborados e submetidos a aprovação pela tutela do setor da Saúde, de acordo com o POCMS, através da aplicação SICA, e à tutela do setor das Finanças em conformidade com o SNC, através do SIRIEF;
- O anexo ao Contrato-Programa 2017-2019 que contém as cláusulas específicas para o ano de 2018, tem enquadramento no planeamento estratégico hospitalar trianual definido e integra, à semelhança de anos anteriores, os seguintes documentos:
 - a) Atividade contratada e respetiva remuneração;
 - b) Objetivos de qualidade e eficiência económico-financeira;
 - c) Objetivos de desempenho do Serviço de Urgência;
 - d) Indicadores para avaliação do nível de desempenho relativo (benchmarking);
 - e) Penalizações por incumprimento de obrigações;
 - f) Demonstração previsional de resultados (orçamento económico);
 - g) Demonstração previsional de fluxos de caixa;
 - h) Balanço previsional.

A gestão do Hospital promoveu internamente uma cultura empresarial e de responsabilização pelos resultados, para que todos se envolvessem na prossecução dos objetivos estratégicos. Para tal, a gestão iniciou um processo de mudança da cultura organizacional instituída, que passou pela introdução de um modelo de contratualização interna, com um verdadeiro envolvimento da gestão

dos serviços e pelo desenvolvimento de um modelo de trabalho, promotor de um maior alinhamento organizacional, que envolve e responsabiliza os profissionais.

De acordo com o preconizado nos Termos de Referência para a Contratualização dos Hospitais do SNS, o HDFF, EPE definiu como objetivo para 2018 manter a sua carteira de serviços e aumentar a produtividade, sempre que possível, através da abertura desta unidade hospitalar ao exterior rentabilizando a capacidade instalada.

Na promoção da articulação interinstitucional no âmbito do SNS e que conduziram a ganhos efetivos em saúde e benefícios para os utentes, em particular, mantendo os seguintes protocolos/parcerias:

- Desenvolvimento do projeto "Residência Hospitalar", onde foi cedido uma residência preparada para poder acolher utentes do hospital e os seus cuidadores, tem como objetivo ser mais um veículo de desenvolvimento da prestação de cuidados de saúde em regime de ambulatório.
- Continuação da assinatura de outros protocolos de articulação no âmbito do projeto de hospitalização no domicílio com lares de idosos com o objetivo de "desospitalizar" a prestação de cuidados de saúde. À data de elaboração deste documento já aderiram ao projeto 11 entidades;
- Protocolos de parceria com os Agrupamentos de Escolas do Concelho da Figueira da Foz, que permitem que se desenvolva um trabalho na área do Desenvolvimento Infantil e Adolescente em contexto escolar;
- Protocolo de colaboração com o CHUC, EPE que permitiu a administração da fibrinólise no hospital e garantiu assim a plena implementação da Via Verde do AVC;
- Projeto "Cuidados de Saúde Integrados, Agendas Partilhadas", em que responsabiliza o hospital pelo agendamento no Centro de Saúde de uma consulta, tratamento ou domicílio, seja médico ou de enfermagem, caso, após alta hospitalar, haja necessidade de *follow up* do doente na sua USF ou UCSP;
- Projeto "Figueira Respira", em que este foca a gestão da doença crónica, em particular a DPOC, e é desenvolvido em parceria com a USF Buarcos, USF São Julião, UCC Farol do Mondego e Câmara Municipal da Figueira da Foz;
- Protocolo de colaboração firmado, em 2014, entre o HDFF, EPE e o Centro de Medicina de Reabilitação do Centro - Rovisco Pais, onde o hospital, assume toda a medicina laboratorial dessa unidade, assim como, a realização de exames em diversas especialidades;
- Protocolo de articulação com o CHUC, EPE no âmbito da hemato-oncologia, perspetivando-se uma melhor gestão e referenciação dos doentes em tratamento no Hospital de Dia de Oncologia;
- Contrato de convenção com a UGA para receber doentes para cirurgia de outras instituições de saúde, no âmbito do SIGIC externo e nas especialidades de Cirurgia Geral, ORL, Dermatologia, Urologia, Oftalmologia, Ginecologia e Ortopedia (ambulatório);

Relativamente aos objetivos de gestão de natureza económico-financeira, o HDFF, EPE deu o seguinte cumprimento:

1. Atingir um EBTIDA positivo em 2018

O HDFF, E.P.E apresentou em 2018 um EBITDA de -1.478.991,80 euros, não conseguindo atingir este objetivo. Este ano verificou-se uma diminuição da prestação de serviços e um acréscimo de gastos operacionais, nomeadamente nas rubricas de gastos com pessoal, consumo de materiais e fornecimento e serviços externos. O crescimento na rubrica de pessoal é o reflexo do aumento das contratações de pessoal, que têm vindo a acontecer desde o final do ano de 2016, para estabilização do quadro de pessoal e manutenção da carteira de serviços mas também de decisões governamentais (a atribuição dos respetivos suplementos remuneratórios aos enfermeiros especialistas e às chefias e a reposição do regime de trabalho no SNS, por aplicação do artigo 41.º da LOE para 2018, a atualização do valor do subsídio de refeição em 2017 e do valor do trabalho extraordinário, por aplicação do disposto no artigo 55º do Decreto-Lei n.º 55/2017, de 5 de junho).

2. Aumentar as receitas extra contrato-programa

Verificou-se uma diminuição de 30,13% das receitas extra Contrato-Programa, passando de €2.067.311,87 em 2017 para €1.444.432,51 no ano de 2018, sendo esta diminuição justificado essencialmente pelo redução do número de doentes provenientes de outras instituições de saúde do SNS, para realização de cirurgias.

3. Manter os custos globais com horas extraordinárias e prestações de serviços médicos em valores não superiores aos realizados em 2017

Em 2018 constatou-se um crescimento de 28,8% nos custos com horas extraordinárias e prestações de serviços médicos, decorrente da necessidade do reforço de algumas escalas médicas, de forma a assegurar o nível de atividade dos Serviços de Urgência, das ausências prolongadas de médicos por licenças de maternidade/paternidade, da redução de cargas horárias semanais médicas e a necessidade de dar resposta ao nível do acesso às consultas, cirurgias e MCDT's.

4. Redução do peso dos gastos operacionais, corrigidos das indemnizações, no volume de negócios face a 31 de dezembro de 2017

Não foi possível em 2018, reduzir o peso dos gastos operacionais, corrigidos das indemnizações, no volume de negócios face a 31 de dezembro de 2017. O peso dos gastos no volume de negócios passou de 108,94% em 2017 para 119,91% em 2018. Relativamente a 2017 verificou-se uma diminuição da produção e um aumento dos gastos operacionais, donde se destacam os CMVMC, subcontratos e gastos com pessoal. De realçar, a título de exemplo, no aumento dos gastos, o impacto decorrente das greves na prestação de serviços, sendo que se mantêm custos fixos com pessoal e funcionamento dos serviços sem qualquer contrapartida gerando alguma ineficiência.

5. Os gastos com pessoal, corrigidos dos encargos decorrentes da reposição salarial, das indemnizações por rescisão e dos efeitos decorrentes das valorizações remuneratórias, nos termos do Despacho n.º 3746/2017, dos ministros Adjunto e das Finanças e da aplicação dos artigos 20.º e 21.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, devem ser iguais ou inferiores aos registados em 31 de dezembro de 2017

6. Os gastos com pessoal, com as devidas correcções mencionadas, passam de €18.610.886,82 em 2017 para €19.191.886,78 em 2018. Este aumento já se encontra justificado nos pontos anteriores.

7. O conjunto dos gastos com comunicações, deslocações, ajudas de custo e alojamento, bem como os associados à frota automóvel, com a contratação de estudos, pareceres, projectos e consultoria não devem ser superiores aos realizados em 2017

Em 2018, face ao ano anterior, os gastos com comunicações, deslocações, ajudas de custo e alojamento cresceram 25,76%, enquanto os gastos associados à frota automóvel cresceram 43,65%. O aumento dos gastos com a frota automóvel é justificado pela aquisição, em 2017, de uma Viatura Médica de Emergência e Reanimação dando cumprimento ao Despacho n.º 3350/2017, publicado a 20 de abril de 2017. Tendo em consideração que a viatura anterior era da propriedade do INEM, era esta entidade que suportava os custos associados à viatura, excepto com o combustível que eram suportados pelo HDFF, EPE.

Tanto em 2017 como em 2018 o HDFF, EPE não teve gastos com a contratação de estudos, pareceres, projectos e consultoria

8. O crescimento do endividamento remunerado corrigido de aumentos de capital e líquido do financiamento de novos investimentos, fica limitado a 2%

O endividamento remunerado do HDFF, EPE é de € 0,00.

9. O número de veículos do parque automóvel deve ser igual ou inferior ao registado em 2017

Em 2018, verifica-se o aumento de um veículo face ao ano anterior, pela aquisição de uma viatura eléctrica para apoio na prestação de cuidados de saúde no âmbito do projeto Hospitalização Domiciliária, financiado pelo Programa de Incentivo à Integração de Cuidados e à Valorização dos Percursos dos Utentes no Serviço Nacional de Saúde.

10. Obedecer à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso

O HDFF, EPE continua a desenvolver todos os esforços para dar cumprimento à Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, igualmente designada por Lei dos Compromissos e Atrasos nos Pagamentos (LCPA). No entanto, o HDFF, EPE mantém ainda pagamentos em atraso há mais de 90 dias. Em 2018, as dívidas vencidas há mais de 90 dias (*arrears*) totalizavam € 972.576,72, verificando-se uma diminuição de € 4.156.337,10 face a 2017.

De acordo com o n.º 2 do art.º 24.º do Decreto-Lei de Execução Orçamental (DLEO) para 2018, o HDFF, EPE, tendo um PMP superior a 60 dias, divulga no seu sítio, a lista das dívidas certas, líquidas e exigíveis há mais de 30 dias.

Quadro 59: Execução do orçamento económico 2018

Designação	2018		Desvios	Taxa de Execução (%)
	Realizado	Orçamentado		
Impostos, contribuições e taxas	951.866,51	958.855,83	(6.989,32)	99,3%
Vendas	0,00	0,00	0,00	0,0%
Prestações de serviços e concessões	25.251.893,15	25.699.852,49	(447.959,34)	98,3%
Transferências e Subsídios correntes obtidos	1.760.923,26	1.419.478,97	341.444,29	124,1%
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00	0,0%
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00	0,0%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(5.431.930,19)	(5.080.605,84)	(351.324,35)	106,9%
Fornecimentos e serviços externos	(4.300.879,42)	(4.024.296,95)	(276.582,47)	106,9%
Gastos com o pessoal	(20.072.191,50)	(19.796.251,26)	(275.940,24)	101,4%
Transferências e subsídios concedidos		0,00	0,00	0,0%
Prestações Sociais		0,00	0,00	0,0%
Imparidade de inventários (perdas / reversões)		0,00	0,00	0,0%
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	(198.140,00)	(100.000,00)	(98.140,00)	198,1%
Provisões (aumentos / reduções)	99.000,01	0,00	99.000,01	100,0%
Imparidade de investimentos não depreciáveis / amortizáveis (perdas / reversões)	0,00	0,00	0,00	0,0%
Aumentos / reduções de justo valor	0,00	0,00	0,00	0,0%
Outros rendimentos e ganhos	731.573,07	408.156,21	323.416,86	179,2%
Outros gastos e perdas	(271.106,69)	(444.312,56)	173.205,87	61,0%
Resultado Antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos	(1.478.991,80)	(959.123,11)	519.868,69	154,2%
Gastos/Reversões de Depreciação e de Amortização	(709.244,32)	(719.440,06)	(10.195,74)	98,6%
Imparidade de Investimentos Depreciáveis/Amortizáveis (perdas/reversões)	0,00	0,00	0,00	0,0%
Resultado Operacional (Antes de Gastos de Financiamento e Impostos)	(2.188.236,12)	(1.678.563,17)	509.672,95	130,4%
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	0,00	0,00	0,00	0,0%
Juros e Gastos Similares Suportados	(29.996,32)	(4.382,28)	(25.614,04)	684,5%
Resultado Antes de Impostos	(2.218.232,44)	(1.682.945,45)	535.286,99	131,8%
Imposto sobre o Rendimento do Período	(7.465,77)	(7.470,60)	4,83	99,9%
Resultado Líquido do Período	(2.225.698,21)	(1.690.416,05)	535.282,16	131,7%

Fonte: SICG

A previsão do EBITDA para 2018 era de -959.123,11€, contudo não foi possível dar cumprimento à meta estabelecida, tendo o HDFF, EPE encerrado as contas do exercício com - 1.478.991,80€.

Na rubrica Prestação de Serviços e concessões existiu uma diminuição de € 447.959,34 relativamente ao valor orçamentado para 2018, tendo existido uma taxa de execução de 98,3% face ao orçamentado. Esta diminuição é resultado sobretudo do decréscimo no internamento, dos incentivos institucionais na linha “Custos de contexto” e dos GDH’s de Ambulatório.

Na rubrica Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas constatou-se um aumento de € 351.324,35 face ao valor orçamentado, em que a taxa de execução apresenta um valor de 106,9% que se justifica essencialmente por via do acréscimo dos consumos com produtos farmacêuticos, material de consumo hoteleiro e material de manutenção e conservação.

O aumento dos consumos na rubrica dos produtos farmacêuticos é justificado essencialmente pela redução dos descontos obtidos em compras, sendo que a maioria destes são negociados centralmente pela Tutela, e aumento dos preços médios de alguns medicamentos adquiridos ao abrigo das compras centralizadas de medicamentos do SNS. A variação positiva no consumo de material hoteleiro deve-se a uma alteração ao procedimento contratual, o qual prevê que os gastos com os consumíveis relacionados com a limpeza passam a ser da responsabilidade do HDFF, EPE. O crescimento nos consumos de materiais de manutenção e conservação é justificado pelo aumento do preço médio do gás propano bem como do seu consumo.

Na rubrica Fornecimentos e Serviços Externos existiu um aumento de 276.582,47 relativamente ao valor orçamentado para 2018, sendo a taxa de execução 106,9% face ao orçamentado. Este aumento é justificado pela variação positiva das rubricas de subcontratos, serviços especializados e serviços diversos.

Os Gastos com Pessoal registou um aumento de € 275.940,24 face ao valor orçamentado, em que a taxa de execução situou-se nos 101,4% que se justifica pelo aumento de gastos com a atualização dos valores do subsídio de refeição em agosto de 2017, do trabalho suplementar ou extraordinário que foi efetuado de forma faseada, a atribuição dos respetivos suplementos remuneratórios aos enfermeiros especialistas e às chefias e a reposição do regime de trabalho no SNS, por aplicação do artigo 41.º da LOE para 2018.

Na rubrica Outros Rendimentos existiu um aumento de € 323.416,86 relativamente ao valor orçamentado para 2018, apresentando uma taxa de execução de 179,2% face ao orçamentado. Esta evolução decorreu do aumento da rubrica "Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros" no valor de € 445.575, justificado pela especialização do valor do seguro no seguimento dos estragos causados pela tempestade Leslie.

Quadro 60: Execução do orçamento investimentos 2018

Rubrica	2018		Desvios	Taxa de Execução (%)
	Realizado	Orçamentado		
Activos Fixos Tangíveis				
Edifícios e Outras Construções	60.291,97	50.000,00	10.291,97	120,6%
Equipamento Básico	933.053,08	835.132,00	97.921,08	111,7%
Equipamento de Transporte	32.000,00	13.520,00	18.480,00	236,7%
Equipamento Administrativo	49.483,14	216.865,00	(167.381,86)	22,8%
Outros Ativos Fixos Tangíveis	1.681,98	0,00	1.681,98	100,0%
Investimentos em Curso	0,00	3.527.340,00	(3.527.340,00)	0,0%
Total dos Activos Fixos Tangíveis:	1.076.510,17	4.642.857,00	(3.566.346,83)	23,2%
Propriedades de investimento				
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,0%
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,0%
Total das Propriedades de Investimento:	0,00	0,00	0,00	100,0%
Activos Intangíveis				
Projetos de Desenvolvimento	0,00	5.000,00	(5.000,00)	0,0%
Programas de Computador	194.789,61	34.891,00	159.898,61	558,3%
Total dos Activos Intangíveis:	194.789,61	39.891,00	154.898,61	488,3%
Outros Ativos Financeiros				
Fundo de Compensação de Trabalho (FCT)	7.054,00	14.393,00	(7.339,00)	49,0%
Total dos Outros Ativos Financeiros:	7.054,00	14.393,00	(7.339,00)	49,0%
Total de Investimentos	1.278.353,78	4.697.141,00	(3.418.787,22)	27,2%

Fonte: SICC

O atraso no início da execução do projeto para construção de um novo Bloco Operatório pelo facto de o Hospital estar a aguardar pela conclusão da revisão do projeto de execução por terceiros obrigatória para o visto prévio do Tribunal de Contas, para publicar o concurso público, conduziu a uma taxa de execução substancialmente abaixo do que estava no orçamento de investimentos de 2018. Também a aquisição de uma nova TAC foi adiada para 2020, pela complexidade processual de contratação.

Quadro 61: Variação do n.º de trabalhadores face ao previsto no orçamento para 2018

Variação Efetivos	Executado 2018	Meta 2018	Desvio
Médicos	-5	6	-11
Enfermeiros	4	6	-2
Assistentes Operacionais	4	1	3
Técnicos de diagnóstico e terapêutica	7	4	3
Assistentes Técnicos	2	0	2
Informático	0	1	-1
Administrador Hospitalar	1	0	1
Total:	13	18	-5

Fonte: SGRH

Relativamente à variação do número de trabalhadores, em 2018 houve apenas um aumento de 13 funcionários, ficando um pouco abaixo dos 18 previstos no orçamento.

Quadro 62: Execução do orçamento SIGO/SOE 2018

Rubricas	2018		Em euros	
	Execução	Orçamento (dotações corrigidas)	Desvios €	Taxa de execução (%)
RECEITA				
IRC - total do ag. 01	0	0	0,00	0,0%
Taxas, multas e outras penalidades - Total do ag. 04	838.153	1.259.236	(421.083,29)	66,6%
Rendimentos de propriedades - Total do ag. 05	0	0	0,00	0,0%
Transferências correntes - Total do ag. 06	89.457	101.700	(12.243,00)	88,0%
Venda de bens e serviços correntes - Total do ag. 07	26.493.688	26.652.919	(159.231,10)	99,4%
Outras receitas correntes - Total do ag. 08	47.287	55.705	(8.418,00)	84,9%
Venda de bens de investimento - Total do ag. 09	0	111.700	(111.700,00)	0,0%
Transferências de capital - Total do ag. 10	187.831	2.766.099	(2.578.268,00)	6,8%
Passivos financeiros - Total do ag. 12	5.597.506	5.597.506	0,00	100,0%
Saldo de gerência anterior - Total do ag. 16	262	262	0,00	100,0%
TOTAL DA RECEITA	33.254.184	36.545.127	(3.290.943,39)	91,0%
DESPESA				
Despesa com o Pessoal - Total do ag. 01	19.434.396	19.607.100	(172.704,00)	99,1%
Aquisição de bens e serviços correntes - Total do ag. 02	12.086.378	12.465.837	(379.459,00)	97,0%
Juros e outros encargos - Total do ag. 03	30.144	30.187	(43,00)	99,9%
Taxas, multas e outras penalidades - Total do ag. 04	0	0	0,00	0,0%
Outras despesas correntes - Total do ag. 06	262.448	262.450	(2,00)	100,0%
Aquisição de bens de capital - Total do ag. 07	988.490	4.161.711	(3.173.221,00)	23,8%
Ativos Financeiros - Total do ag. 09	6.725	17.580	(10.855,00)	38,3%
TOTAL DA DESPESA	32.808.581	36.544.865	(3.736.284,00)	89,8%

Fonte: SICG

O desvio face ao orçamento SIGO/SOE é residual, apresentando uma taxa de execução de 91% na receita e de 89.8% na despesa. Os desvios mais significativos encontram-se na receita na rubrica de transferências de capital (€2.578.268) e na despesa na rubrica de aquisições de capital (€3.173,221).

O desvio decorre sobretudo do facto de não ter sido possível avançar com a concretização da empreitada para Construção do Novo Bloco Operatório.



2. GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

Relativamente à gestão do risco financeiro, nos termos do Despacho n.º 101/2009-SETF, de 30 de janeiro, assinala-se:

Quadro 63: Gestão de Risco Financeiro

Gestão de Risco Financeiro - Despacho n.º 101/09-SETF, de 30-01	CUMPRIDO			DESCRIÇÃO
	S.	N.	N.A.	
Procedimentos adotados em matéria de avaliação de risco e medidas de cobertura				
Diversificação de Instrumentos de Financiamento		X		O Conselho de Administração entende não existirem riscos financeiros significativos associados à estrutura financeira do Hospital nesta data, não sendo portanto necessária a implementação de medidas para cobertura destes.
Diversificação das modalidades de taxa de juro disponíveis		X		
Diversificação de entidades credoras	X			
Contratação de instrumentos de gestão de cobertura de riscos em função das condições de mercado		X		
Adoção de política ativa de reforço de capitais permanentes				
Consolidação passivo remunerado: transformação Passivo Curto em M/L prazo, em condições favoráveis	X			Sempre que possível, os ativos fixos são financiados através de financiamento de médio e longo prazo. Ainda assim, o Hospital não recorreu em 2018 a qualquer passivo remunerado para financiamento dos seus ativos fixos.
Contratação da operação que minimiza o custo financeiro (<i>all-in-cost</i>) da operação	X			
Minimização da prestação de garantias reais	X			
Minimização de cláusulas restritivas (<i>covenants</i>)	X			
Medidas prosseguidas com vista à otimização da estrutura financeira da empresa				
Adopção de política que minimize afetação de capitais alheios à cobertura financeira dos investimentos	X			Face à estrutura financeira do Hospital, tem sido difícil minimizar o recurso a capitais alheios para financiamento dos investimentos. Esta situação apenas poderá ser invertida por duas vias: por via do auto financiamento ou por reforço do capital estatutário. Em 2018, o HDFF, EPE não conseguiu gerar meios líquidos com a sua atividade e portanto, reduzir a dependência de capitais alheios. Existiu um reforço do capital estatutário do HDFF, EPE de 2.050.000€, através do Despacho do Senhor Secretário de Estado do Tesouro n.º 1265/2017, de 29 de dezembro e uma entrada de capital no montante de 3.547.506,00€ para cobertura de prejuízos transitados, através do despacho conjunto n.º 1642/2018 de 26 outubro. Os investimentos realizados em 2018 tiveram um crescimento de 598.126€ face ao ano anterior. Para este aumento contribuíram essencialmente os investimentos relacionados com o projecto "Plataforma de Atendimento e Prestação Digital de Serviços ao Utente" e os projetos "Figueira Respira +" e de "Hospitalização Domiciliária" comparticipados pelo Programa de Incentivo à Integração de Cuidados e à Valorização dos Percursos dos Utentes no SNS (PIIC). O financiamento dos investimentos realizados foi assegurado 100% por capitais próprios. As opções de investimentos tomadas, visam assegurar o desenvolvimento da atividade assistencial. Atendendo à dimensão dos prejuízos acumulados entre 2006 e 2012 e ao prejuízo verificado no ano de 2018, a otimização da estrutura financeira através da utilização de auto financiamento tem sido impossível de efetivar. Sempre que possível recorre-se às receitas obtidas de desinvestimento, para financiamento dos investimentos. Em 2018, não foi possível efetuar desinvestimentos.
Opção pelos investimentos com comprovada rentabilidade social/empresarial, beneficiam de Fundos Comunitários e de Capital Próprio	X			
Utilização de auto financiamento e de receitas de desinvestimento	X			
Inclusão nos R&C				
Descrição da evolução taxa média anual de financiamento nos últimos 5 anos	X			A 23 de janeiro de 2014 procedeu-se à liquidação do empréstimo do FASP-SNS, através das unidades de participação detidas pelo estado no Fundo e conceder o perdão de todos os juros vencidos e não pagos (Despacho n.º 14181-A/2013, de 01 de novembro). Os adiantamentos do FASP-SNS venciam juros mensalmente a taxa correspondente à Euribor a 1 mês acrescidos de 5 pontos base. Os adiantamentos que não foram reembolsados no prazo máximo de 180 dias, incorriam em juros de mora, sendo a referida taxa de juro remuneratória acrescida de 0,1% ao mês. Não existem operações de locação financeira desde 2015, sendo que até então as mesmas encontravam-se indexadas à Euribor. Os juros suportados nos últimos 5 anos decorreram do financiamento do FASP-SNS e das operações de locação financeira, já referidas no ponto anterior. Em 2018, não existia qualquer passivo remunerado. O Hospital não utiliza instrumentos de cobertura de riscos financeiros. Toda a política de financiamento está na dependência dos Ministérios da Saúde e das Finanças e da Administração Pública.
Juros suportados anualmente com o passivo remunerado e outros encargos nos últimos 5 anos	X			
Análise de eficiência da política de financiamento e do uso de instrumentos de gestão de risco financeiro		X		
Reflexão nas Demonstrações Financeiras de 2018 do efeito das variações do justo valor dos Contratos de swap em carteira			X	

Legenda: S-Sim; N-Não; N.A.-Não aplicável

Quadro 64: Encargos Financeiros e Taxa Média de Financiamento

Anos	2018	2017	2016	2015	2014	2013
Encargos Financeiros (€)	0,00	0,00	0,00	468,08	9.951,94	120.919,30
Taxa Média de Financiamento (%)	0,00	0,00	0,00	0,63	2,56	1,72

Em 2018 continuou a não se verificar a existência de encargos financeiros associados a financiamento.

3. LIMITE DE CRESCIMENTO DO ENDIVIDAMENTO

Em 2018 não ocorreu qualquer tipo de endividamento, dando cumprimento ao limite de crescimento do endividamento, nos termos definidos no n.º 1 do artigo 45.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro.

Quadro 65: Passivo Remunerado

Anos	2018	2017	Variação 18/17	
	Valores (€)		Valor	%
Financiamento Remunerado (Correntes e Não Correntes)	0,00	0,00	0,00	0,0%
.... dos quais concedidos pela DGTF	0,00	0,00	0,00	0,0%
Aumentos de Capital por dotação	2.050.000,00	0,00	2.050.000,00	100,0%
Aumentos de Capital por conversão créditos	0,00	0,00	0,00	0,0%
Endividamento Ajustado	0,00	0,00	0,00	0,0%

* Segundo o Despacho n.º 1265/17-SET, do Senhor Secretário de Estado do Tesouro, o HDFF, EPE teve lugar a um aumento de capital estatutário no valor de 2.050.000 €, sendo em 2017 a sua subscrição e em 2018 a sua realização.

4. EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS A FORNECEDORES

O prazo médio de pagamentos (PMP) a fornecedores é calculado em conformidade com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, com a alteração introduzida pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril. Tal como previsto, no n.º 2 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 33/2018, 15 de maio (DLEO 2018), o HDFF, EPE divulgou no seu *site* da Internet, uma lista das dívidas certas, líquidas e exigíveis há mais de 30 dias no final do 4.º trimestre de 2018, uma vez que apresenta um prazo médio de pagamentos superior a 60 dias. Em 2018, o PMP diminuiu 44 dias comparativamente com 2017.

Quadro 66: Prazo Médio de Pagamentos

PMP	2018	2017	Variação 18/17	
			Valor	%
Prazo (dias)	146	190	-44	-23%

O Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio obrigou a divulgação das dívidas a fornecedores com atrasos nos pagamentos à data de 31 de dezembro de 2018. Logo, o HDFF, EPE considerou pagamento em atraso, toda a conta a pagar que permaneça em dívida há mais de 90 dias, posteriormente à data de vencimento acordada ou especificada na fatura, contrato, ou documentos equivalentes.

Quadro 67: Atrasos nos Pagamentos (*Arrears*)

Dívidas Vencidas	Valor (€) 0-90 (dias)	Valor das dívidas vencidas de acordo com o artigo 1.º do DL 65-A/2011 (€)			
		90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	>360 dias
Aquisição de Bens e Serviços	786.022,11	60.072,82	120.865,20	27.847,99	722.642,02
Aquisição de Capital	137.581,57	12.433,85	28.714,84		
Total	923.603,68	72.506,67	149.580,04	27.847,99	722.642,02

Em 2018, a dívida vencida até 90 dias diminuiu 662.444,35€ comparativamente a 2017, cujo valor foi de 1.586.048,03€.

5. RECOMENDAÇÕES EMITIDAS SOBRE AS CONTAS DE 2017

O Relatório de Gestão e Contas do HDFF, EPE referente ao exercício de 2017, bem como a proposta de aplicação de resultados, apresentada pelo Conselho de Administração encontra-se por aprovar pelos acionistas.



6. REMUNERAÇÕES

a) Conselho de Administração

O ano de 2018 foi um ano de mudança de Conselho de Administração (CA) no HDFF, EPE, tendo um dos CA, o seu mandato terminado a 31 de dezembro de 2018, mas permaneceu em gestão corrente até 13 de setembro de 2018.

De acordo com o referido, mencionam-se nesta alínea os dois Conselhos de Administração que exerceram funções.

Quadro 68: Nomeação dos Membros do Conselho de Administração (mandato 2015/2017)

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Designação		Remuneração	
			Forma (1)	Data	[Entidade pagadora]	[O/D] (2)
2015/2017	Presidente	José António Albino Gonçalves e Silva	Declaração retificação nº.161/2015 da Resolução nº 6/2015; Resolução do Conselho de Ministros n.º 93/2017	05-03-2015; 23-06-2017	HDFF, EPE	D
	Vogal Executivo	Zita Cristina Costa Espírito Santo			HDFF, EPE	D
	Diretor Clínico *					
	Enfermeira Diretora	Anabela Martins Moreira Salgado Serra			HDFF, EPE	D

O Conselho de Administração terminou o mandato 2015/2017 a 31 de dezembro/2017, continuou em funções (gestão) até nomeação em 13 de setembro de 2018 do atual Conselho de Administração.

* Renúncia de mandato do vogal/Diretor Clínico a 31/12/2017 - não substituído.

Legenda: (1) Resolução (R) / Assembleia Geral (AG) / Deliberação Unânime p Escrito (DUE) / Despacho (D)
(2) O/D - Origem / Destino

Quadro 69: Nomeação dos Membros do Conselho de Administração (mandato 2018/2020)

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		Remuneração	
			Forma (1)	Data	[Entidade pagadora]	[O/D] (2)
2018/2020	Presidente	Manuel Teixeira Maques Veríssimo	Resolução do Conselho de Ministros n.º 123/2018, DR, 1.ª série, n.º 187 de 27 de setembro	27-09-2018	HDFF, EPE	O
	Vogal Executiva	Ana Raquel Farias Correia dos Santos Andrade			HDFF, EPE	D
	Diretora Clínica	Maria Susana Ferreira Magalhães			HDFF, EPE	O
	Enfermeiro Diretor	Rui Miguel Dias da Cruz			HDFF, EPE	D

Atual Conselho de Administração iniciou funções a 14 de setembro de 2018.

Número estatutário mínimo e máximo de membros - [número mínimo]/ [número máximo]

Legenda: (1) Resolução (R) / Assembleia Geral (AG) / Deliberação Unânime p Escrito (DUE) / Despacho (D)

(2) O/D - Origem / Destino

Os montantes da remuneração auferidos por cada um dos membros do Conselho de Administração que exerceram funções durante 2018 resumem-se nos quadros seguintes:

Quadro 70: Remuneração Anual dos Membros do Conselho de Administração (mandato 2015/2017)

Membro do Órgão de Administração [Nome]	Remuneração Anual 2018 (€) - até 13 de setembro/2018		
	Fixa*	Variável	Bruta (€)
José António Albino Gonçalves e Silva	46.060,82 €	0,00 €	43.757,76 €
Zita Cristina Costa Espírito Santo	38.110,45 €	0,00 €	35.809,13 €
Anabela Martins Moreira Salgado Serra	38.110,45 €	0,00 €	36.204,91 €
		Total	115.771,80 €

* Rem base + Despesas de Representação

Quadro 71: Remuneração Anual dos Membros do Conselho de Administração (mandato 2018/2020)

Membro do Órgão de Administração	Remuneração Anual 2018 - a partir de 14 de setembro/2018(€)		
[Nome]	Fixa*	Variável	Bruta (€)
Manuel Teixeira Maques Veríssimo	28.768,31 €	0,00 €	27.329,90 €
Ana Raquel Farias Correia dos Santos Andrade	17.835,13 €	0,00 €	16.943,37 €
Maria Susana Ferreira Magalhães	21.035,41 €	0,00 €	19.983,63 €
Rui Miguel Dias da Cruz	17.835,13 €	0,00 €	16.953,37 €
		Total	81.210,27 €

* Rem base + Despesas de Representação

Quadro 72: Estatuto do Gestor Público (mandato 2015/2017)

Membro do Órgão de Administração - até 13 de setembro/2018	Estatuto do Gestor Público			
	Fixado	Classificação	Remuneração mensal bruta (€)	
[Nome]	[S/N]	[A/B/C]	Vencimento	Despesas de Representação
José António Albino Gonçalves e Silva	S	C	3.719,08 €	1.301,68 €
Zita Cristina Costa Espírito Santo	S	C	2.975,83 €	1.190,33 €
Anabela Martins Moreira Salgado Serra	S	C	2.975,83 €	1.190,33 €

O Concelho de Administração terminou o mandato 2015/2017 a 31 de dezembro/2017, continuou em funções (gestão) até nomeação em 13 de setembro de 2018 do atual Conselho de Administração.

Quadro 73: Estatuto do Gestor Público (mandato 2018/2020)

Membro do Órgão de Administração - a partir de 14 de setembro/2018	Estatuto do Gestor Público			
	Fixado	Classificação	Remuneração mensal bruta (€)	
[Nome]	[S/N]	[A/B/C]	Vencimento	Despesas de Representação
Manuel Teixeira Maques Veríssimo	S	C	5.282,99 €	1.301,68 €
Ana Raquel Farias Correia dos Santos Andrade	S	C	2.975,83 €	1.190,33 €
Maria Susana Ferreira Magalhães	S	C	3.676,62 €	1.190,33 €
Rui Miguel Dias da Cruz	S	C	2.975,83 €	1.190,33 €

Em matéria de remunerações, cumpre referir, ainda que aos membros do Conselho de Administração referentes ao mandatos 2015/2017 (até 13/09/2018) e 2018/2020, não foram atribuídos em 2018 quaisquer prémios de gestão, cumprindo-se, assim, o estabelecido que no artigo 41.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro. Assim como, desde a Lei n.º 47/2010, de 7 de setembro que se mantém a redução remuneratória mensal de 5% sobre o rendimento bruto, aplicável aos gestores públicos.

Quadro 74: Benefícios Sociais dos Membros do Conselho de Administração (mandato 2015/2017)

Membro do Órgão de Administração - até 13 de setembro/2018	Benefícios Sociais 2018 (até 13 de setembro)(€) *							
	Valor do Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Seguro de Vida	Seguro de Saúde	Outros	
	Diário	Encargo anual do HDFF, EPE	Identificar	Encargo anual do HDFF, EPE	Encargo anual do HDFF, EPE	Encargo anual do HDFF, EPE	Identificar	Encargo anual do HDFF, EPE
José António Albino Gonçalves e Silva	4,77 €	672,57 €	CGA	10.392,47 €	- €	- €	Acidente Trabalho	298,55 €
Zita Cristina Costa Espírito Santo	4,77 €	739,35 €	CGA	8.571,81 €	- €	- €	Acidente Trabalho	258,74 €
Anabela Martins Moreira Salgado Serra	4,77 €	787,05 €	CGA	8.598,67 €	- €	- €	Acidente Trabalho	310,59 €
		2.198,97 €		27.562,94 €				867,87 €

* Até 13 de setembro de 2018 - data do término de funções

Quadro 75: Benefícios Sociais dos Membros do Conselho de Administração (mandato 2018/2020)

Membro do Órgão de Administração	Benefícios Sociais 2018 - a partir de 14 de setembro/2018(€) *							
	Valor do Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Seguro de Vida	Seguro de Saúde	Outros	
	Diário	Encargo anual do HDFF, EPE	Identificar	Encargo anual do HDFF, EPE	Encargo anual do HDFF, EPE	Encargo anual do HDFF, EPE	Identificar	Encargo anual do HDFF, EPE
Manuel Teixeira Marques Veríssimo	4,77 €	352,98 €	CGA	6.490,85 €	- €	- €	Acidente Trabalho	164,50 €
Ana Raquel Farias Correia dos Santos Andrade	4,77 €	352,98 €	Seg. Social	4.024,05 €	- €	- €	Acidente Trabalho	108,31 €
Maria Susana Ferreira Magalhães	4,77 €	352,98 €	Seg. Social	4.746,11 €	- €	- €	Acidente Trabalho	161,91 €
Rui Miguel Dias da Cruz	4,77 €	352,98 €	CGA	4.026,43 €	- €	- €	Acidente Trabalho	110,38 €
		1.411,92 €		19.287,44 €		- €		545,09 €

* A partir de 14 de setembro de 2018

Quadro 76: Encargos com Viaturas atribuídas aos Membros do Conselho de Administração (mandato 2015/2017)

Membro do Órgão de Administração até 13 de setembro de 2018	Encargos com Viaturas								
	Viatura atribuída	Celebração de contrato	Valor de Referência da viatura	Modalidade	Ano início	Ano termo	Valor da Renda Mensal	Gasto Anual c/ rendas	Prestações Contratuais Remanescentes
	(S/N)	(S/N)	(€)	(Identificar)			(€)	(€)	(N/)
José António Albino Gonçalves e Silva	N	-	-	-	-	-	-	-	-
Dra Cristina Costa Espinho Santo	S	S	3.000,00 €	Afetação	14.07.2017	13.09.2018	-	-	-
José Alves Gil e Gonçalves	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Anabela Martins Moreira Sagado Seabra	N	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Serviço de Gestão de Recursos Humanos

Quadro 77: Encargos com Viaturas atribuídas aos Membros do Conselho de Administração (mandato 2018/2020)

Membro do Órgão de Administração após 14 de setembro de 2018	Encargos com Viaturas								
	Viatura atribuída	Celebração de contrato	Valor de Referência da viatura	Modalidade	Ano início	Ano termo	Valor da Renda Mensal	Gasto Anual c/ rendas	Prestações Contratuais Remanescentes
	(S/N)	(S/N)	(€)	(Identificar)			(€)	(€)	(N/)
Manuel Teixeira Marques Veríssimo	S	S	3.394,00 €	Afetação	14.09.2018	31.12.2020	-	-	-
Ana Raquel Farias Correia dos Santos Andrade	N	-	-	-	-	-	-	-	-
Maria Susana Ferreira Magalhães	N	-	-	-	-	-	-	-	-
Rui Miguel Dias da Cruz	N	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Serviço de Gestão de Recursos Humanos

Quadro 78: Gastos anuais associados a deslocações em Serviço aos Membros do Conselho de administração (mandato 2015/2017)

Membro do Órgão de Administração até 13 de setembro de 2018	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço 2018 (€)					Gasto total com viagens (€)
	Plafond Mensal definido	Custo com alojamento	Ajudas de custo	Outras		
				Identificar	Valor	
José António Albino Gonçalves e Silva	-	- €	- €	Km	130,32 €	130,32 €
Zita Cristina Costa Espírito Santo	-	- €	- €	Bilhete combustível	42,00 €	42,00 €
José Alves Grilo Gonçalves	-	- €	- €	-	- €	- €
Anabela Martins Moreira Salgado Serra	-	- €	- €	Km	673,20 €	673,20 €

Fonte: Serviço de Gestão de Recursos Humanos

Quadro 79: Gastos anuais associados a deslocações em Serviço aos Membros do Conselho de administração (mandato 2018/2020)

Membro do Órgão de Administração após 14 de setembro de 2018	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço 2018 (€)					
	Plafond Mensal definido	Custo com alojamento	Ajudas de custo	Outras		Gasto total com viagens (€)
				Identificar	Valor	
Manuel Teixeira Marques Verissimo	-	- €	- €	-	- €	- €
Ana Raquel Farias Correia dos Santos Andrade	-	- €	- €	-	- €	- €
Maria Susana Ferreira Magalhães	-	- €	- €	Km	130,32€	130,32 €
Rui Miguel Dias da Cruz	-	- €	- €	-	- €	- €

Fonte: Serviço de Gestão de Recursos Humanos

Quadro 80: Gastos Anuais Associados a Viaturas 2018 (€) mandato 2015/2017

Membro do Órgão de Administração até 13 de setembro de 2018	Plafond Mensal Combustíveis e Portagens	Gastos Anuais Associados a Viaturas 2018 (€)				Observações
		Combustível	Portagens	Outras Reparações	Seguro	
José António Albino Gonçalves e Silva	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
Zita Cristina Costa Espírito Santo	282,70 €	1.446,22 €	818,55 €	0,00 €	334,59 €	Até 13/09/2018
José Alves Grilo Gonçalves	-	-	-	-	-	
Anabela Martins Moreira Salgado Serra	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	

Fonte: Serviço de Gestão de Recursos Humanos

Quadro 81: Gastos Anuais Associados a Viaturas 2018 (€) mandato 2018/2020

Membro do Órgão de Administração após 14 de setembro de 2018	Plafond Mensal Combustíveis e Portagens	Gastos Anuais Associados a Viaturas 2018 (€)				Observações
		Combustível	Portagens	Outras Reparações	Seguro	
Manuel Teixeira Marques Veríssimo	309,15 €	910,63 €	433,00 €	868,42 €	405,74 €	C/ efeitos a 25/09/2018
Ana Raquel Farias Correia dos Santos Andrade	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
Maria Susana Ferreira Magalhães	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
Rui Miguel Dias da Cruz	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	

Fonte: Serviço de Gestão de Recursos Humanos

b) Conselho Fiscal

Em 2018, a estrutura do HDFF; EPE não contempla a existência de um Conselho Fiscal.

c) Fiscal Único

O HDFF, EPE rege-se pelo Estatutos dos Hospitais, Centros Hospitalares e Institutos Portugueses de Oncologia, EPE, aprovados pelo artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 18/2017, de 10 de fevereiro e, pelo regime jurídico do Setor Público Empresarial, nos termos do artigo 70.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro.

Os Estatutos determinam que o Fiscal Único é nomeado por Despacho do membro do Governo responsável pela área das Finanças, obrigatoriamente de entre Revisores Oficiais de Contas ou Sociedades de Revisores Oficiais de Contas, por um período de três anos, apenas renovável uma vez.

Neste enquadramento, através do Despacho n.º 1221/15-SET, de 4 de agosto da Secretaria de Estado do Tesouro, foi nomeado como Fiscal Único do HDFF, EPE para o triénio 2015-2017, a CFA – Cravo, Fortes, Antão e Associados, SROC, Lda., representada pelo Dr. Avelino Azevedo Antão, estando em exercício de funções no HDFF, EPE há 3 anos. No entanto, através do Despacho n.º 994/18-SET, de 11 de dezembro da Secretaria de Estado do Tesouro, foi renomeado como Fiscal Único do HDFF, EPE para o triénio 2018-2020, a CFA – Cravo, Fortes, Antão e Associados, SROC, Lda., representada pelo Dr. Avelino Azevedo Antão.

O estatuto remuneratório do Fiscal Único fixa um limite máximo equivalente a 22,5% da quantia correspondente a 12 meses da remuneração global média ilíquida atribuída ao Presidente do Conselho de Administração.

Quadro 82: Nomeação do Fiscal Único (mandato 2015/2017)

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC - até 13 de setembro/2018			Designação			Nº de Anos de funções exercidas no grupo	Nº de Anos exercidos na entidade
		Nome	Nº Inscrição na SROC	Nº Registo da CMVM	Forma	Data	Contratada		
2015-2017	Fiscal Único - Efetivo	CFA - Cravo, Fortes, Antão e Associados, SROC, Lda	87	2977	Despacho 1221/15-SET de 04/Ag/2015	04-08-2015	09-10-2015	-	3
2015-2017	Fiscal Único - Suplente	Paulo Jorge de Sousa da Fonseca Ferreira	781	-	Despacho 1221/15-SET de 04/Ag/2015	04-08-2015	-	-	3

* Até 13 de setembro de 2018 - data da transferência de funções

Legenda: (1) Assembleia Geral (AG) / Deliberação Unânime por Escrito (DUE) / Despacho (D)

Nota: Mencionar o efetivo (SROC e ROC) e o suplente (SROC e ROC)

Fonte: SGRH

Quadro 83: Nomeação do Fiscal Único (mandato 2018/2020)

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC - a partir de 14 de setembro/2018			Designação			Nº de Anos de funções exercidas no grupo	Nº de Anos exercidos na entidade
		Nome	Nº Inscrição na DROC	Nº Registo da CMVM	Forma	Data	Contratada		
2018-2020	Fiscal Único - Efetivo	CFA - Cravo, Fortes, Antão e Associados, SROC, Lda	87	2977	Despacho 994/18 SET de 11/dez./2018	11-12-2018	11-12-2018	-	3
2018-2020	Fiscal Único - Suplente	Sérgio Renato Dias Marques	1736	-	Despacho 994/18 SET de 11/dez./2018	11-12-2018	-	-	3

Legenda: (1) Assembleia Geral (AG) / Deliberação Unânime p Escrito (DUE) / Despacho (D)

Nota: Mencionar o efetivo (SROC e ROC) e o suplente (SROC e ROC)

Fonte: SGRH

Quadro 84: Remuneração Anual do Fiscal Único

Nome	Remuneração Anual 2018 (€)
	Bruta
CFA - Cravo, Fortes, Antão e Associados, SROC, Lda	12.878,28 €
	12.878,28 €

Fonte: SGRH

O valor contratado com o Fiscal Único cumpre o limite estabelecido.

d) Auditor Externo

A estrutura do Hospital Distrital da Figueira da Foz, EPE não contempla a existência de um Auditor Externo.

e) Restantes trabalhadores

O HDFF, EPE cumpriu com a Lei n.º 159-A/2015, de 30 de dezembro, que extinguiu a redução remuneratória prevista na Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro. Estas reduções remuneratórias foram progressivamente eliminadas ao longo do ano de 2016, tendo em consideração as reversões trimestrais previstas no art.º 2.º da Lei n.º 159-A/2015, de 30 de dezembro.

No ano de 2018, o HDFF, EPE deu cumprimento a todas as orientações legais aplicáveis relativas às remunerações dos trabalhadores.

7. ARTIGO 32.º E 33.º DO ESTATUTO DE GESTOR PÚBLICO

No âmbito da aplicação do disposto no artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público, conforme a quinta alteração, através do Decreto-Lei n.º 39/2016, de 28 de julho, informa-se que no decurso do ano de 2018, os elementos do Conselho de Administração do Hospital Distrital da Figueira da Foz, EPE não usufruíram quaisquer benefícios a título de:

- Utilização de cartões de crédito nem de outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da Instituição, e;
- Reembolso de quaisquer despesas que incidam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal. Todavia, são abonados mensalmente, conjuntamente com a remuneração que lhe é devida, de montante fixado legalmente a título de despesas de representação.

Quadro 85: Gastos com Comunicações Móveis dos membros do conselho de Administração (mandato 2015/2017)

Membro do Órgão de Administração até 13 de setembro de 2018	Gastos com Comunicações Móveis (€)		
	Plafond Mensal definido	Valor Anual	Observações
José António Albino Gonçalves e Silva	80,00 €	303,19 €	Até 13 de setembro de 2018
Zita Cristina Costa Espírito Santo	80,00 €	132,36 €	
José Alves Grilo Gonçalves *	- €	- €	
Anabela Martins Moreira Salgado Serra	80,00 €	228,98 €	

* Renúncia de mandato a 31 de dezembro de 2017

Fonte: Serviço de Gestão de Recursos Humanos

Quadro 86: Gastos com Comunicações Móveis dos membros do conselho de Administração (mandato 2018/2020)

Membro do Órgão de Administração após 14 de setembro de 2018	Gastos com Comunicações Móveis (€)		
	Plafond Mensal definido	Valor Anual	Observações
Manuel Teixeira Marques Veríssimo	80,00 €	26,22 €	A partir de 14 de setembro de 2018
Ana Raquel Farias Correia dos Santos Andrade	80,00 €	38,73 €	
Maria Susana Ferreira Magalhães	80,00 €	32,82 €	
Rui Miguel Dias da Cruz	80,00 €	28,86 €	

Fonte: Serviço de Gestão de Recursos Humanos

8. DESPESAS NÃO DOCUMENTADAS OU CONFIDENCIAIS

O Hospital Distrital da Figueira da Foz, EPE informa que cumpre na íntegra o disposto no n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro e o artigo 11.º do Estatuto do Gestor Público, o qual determina a proibição da realização de quaisquer despesas não documentadas ou confidenciais.



9. RELATÓRIO SOBRE REMUNERAÇÕES PAGAS A MULHERES E HOMENS

Dando cumprimento ao n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março, em 2018 o Hospital Distrital da Figueira da Foz, E.P.E. procedeu à atualização do Relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens, divulgado internamente e disponibilizado na Internet do HDFF, EPE. O relatório em questão é elaborado de três em três anos, tendo como base de trabalho, os montantes referentes às remunerações e ganhos dos trabalhadores, processadas no mês de dezembro.

O relatório disponibilizado no site do hospital foi elaborado com informação disponibilizada a 31 de dezembro de 2018. O link de acesso ao relatório é o seguinte:

<http://www.hdfigueira.min-saude.pt/wp-content/uploads/sites/12/2018/12/Relatorio-sobre-Diferenca-Salarial-H-e-M-2018.pdf>

10. RELATÓRIO ANUAL SOBRE PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO

Dando cumprimento ao n.º 13 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 18/2017, de 10 de fevereiro, o Serviço de Auditoria Interna do Hospital Distrital da Figueira da Foz, EPE, anualmente procede à elaboração de relatório anual de execução do Plano de Gestão de Riscos e Corrupção e Infrações Conexas (PGRCIC).

O Relatório de Execução do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas de 2018 ainda se encontra em fase de elaboração.

11. CONTRATAÇÃO PÚBLICA

No que respeita às normas de contratação pública, o HDFF, EPE tem adotado os seguintes procedimentos:

1. Em qualquer contratação deve estar subjacente o cumprimento dos princípios da transparência, da concorrência, da igualdade, da legalidade e da prossecução do interesse público;
2. O HDFF, EPE rege-se pelo disposto no Código dos Contratos Públicos (Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro e respetivas alterações introduzidas), que estabelece a disciplina aplicável à contratação pública e o regime substantivo dos contratos públicos que revistam a natureza de contrato administrativo;
3. O procedimento de ajuste direto apenas é utilizado para atos ou contratos cujo valor seja inferior ao limite máximo estabelecido na lei e tem em consideração os seguintes aspetos:
 - a) A adjudicação é sempre precedida de documento justificativo da necessidade de contratar, que corresponde a um pedido de autorização formal para abertura de procedimento;
 - b) Os resultados obtidos são devidamente fundamentados, com base na avaliação dos critérios previamente estabelecidos;
 - c) Sempre que se verifiquem desvios quanto à realização temporal e financeira, o júri/comissão de escolha do procedimento apresenta a justificação para a existência dos mesmos.

O Hospital utiliza uma plataforma eletrónica para formalização dos procedimentos, ferramenta de uso obrigatório não só para os procedimentos para os quais é exigida a sua utilização, como também para os que eventualmente estariam dispensados (por exemplo, o ajuste direto simplificado).

No que se refere, à regulamentação interna, existe um Manual de Procedimentos Administrativos e Contabilísticos que contempla a Gestão de Compras com os procedimentos e controlos identificados para a minimização dos riscos inerentes a esta área. Este Manual foi definido a partir das orientações da ACSS, tendo sido atualizado em 2018 pelo Serviço de Aprovisionamento. E em 2016 existiu uma atualização do Manual de Procedimentos Administrativos e Contabilísticos da Gestão de Medicamentos e Produtos Farmacêuticos. Os Manuais têm vindo a ser revistos para cumprimento do Despacho 851-A/2017, de 16 de janeiro do Gabinete do Ministro da Saúde.

Em 2018, não foram celebrados quaisquer atos ou contratos com valor superior a 5 milhões de euros.

12. SISTEMA NACIONAL DE COMPRAS PÚBLICAS

A Lei n.º 66-A/2012, de 31 de dezembro, estabelece orientações com vista à racionalização da política de aprovisionamento de bens e serviços, designadamente a adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) e/ou a outras Centrais de Compras e alargamento do Parque de Veículos do Estado ao Setor Empresarial do Estado.

O HDFF, EPE como entidade aderente voluntária, adquire os bens que necessita através dos acordos quadro em vigor no SNCP, no Catálogo de Aprovisionamento dos Serviços de Saúde, na Unidade Ministerial de Compras do Ministério da Saúde e ainda, através das Compras Agregadas de Medicamentos para a Região Centro, exceto se existirem condições no mercado economicamente mais vantajosas, as quais são comunicadas aos respetivos sistemas de aprovisionamento.

13. MEDIDAS DE REDUÇÃO DE GASTOS OPERACIONAIS

Quadro 87: Plano de Redução de Custos

PRC	2018 Execução	2018 Orçamentado	2017 Execução	2016 Execução	Variação 2018/2017	
					Δ Absol.	Var. %
(0) EBITDA	-1.478.991,80	-963.505,40	-876.252,69	831.425,94	-602.739,11	68,8%
(1) CMVMC	5.431.930,19	5.080.605,85	5.025.659,02	4.692.976,23	406.271,17	8,1%
(2) FSE	4.300.879,42	4.027.059,39	4.198.201,30	3.902.999,82	102.678,12	2,4%
(3) Gastos com o pessoal corrigidos dos encargos i), ii) e iii)	19.191.886,78	19.321.605,17	18.610.886,82	17.818.232,42	580.999,96	3,1%
(3.i) Indemnizações pagas por rescisão	1.489,35	2.970,10	1.780,70	7.312,15	-291,35	-16,4%
(3.ii) Valorizações remuneratórias nos termos da LOE 2018	199.466,29	0,00	0,00	0,00	199.466,29	100,0%
(3.iii) Impacto da aplicação do disposto no artigo 20º e 21.º da Lei n.º 42/2016, de 29 de dezembro	679.349,08	471.676,00	322.826,49	0,00	356.522,59	100,0%
(4) Gastos Operacionais = (1) + (2) + (3)	28.924.696,39	28.429.270,41	27.834.747,14	26.414.208,47	1.089.949,25	3,9%
(5) Volume de Negócios (VN)	25.251.893,15	27.965.867,34	26.658.044,33	26.045.612,50	-1.406.151,18	-5,3%
(6) Peso dos Gastos / VN = (4)/(5)	1,15	1,02	1,04	1,01	0,10	9,7%
(i) Gastos com Deslocações (FSE)	1.862,22	1.357,80	2.106,93	3.466,33	-244,71	-11,6%
(ii) Gastos com Ajudas de custo e Alojamento (G c/ Pessoal)	14.038,44	10.335,37	9.108,09	8.711,48	4.930,35	54,1%
(iii) Gastos associados à frota automóvel	32.096,26	19.882,91	24.968,73	29.029,01	7.127,53	28,5%
Total = (i) + (ii) + (iii)	47.996,92	31.576,08	36.183,75	41.206,82	11.813,17	32,6%
(7) Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	25.760,40	0,00	25.758,24	25.688,93	2,16	0,0%
Número Total de RH (OS+CD+Trabalhadores)	633	639	620	609	13	2,1%
N.º Órgãos Sociais (OS)	5	5	5	5	0	0,0%
N.º de Cargos de Direção (CD)	0	0	0	0	0	-
N.º Trabalhadores (sem OD e sem CD)	628	634	615	604	13	2,1%
N.º Trabalhadores/N.º CD	-	-	-	-	-	-
N.º de viaturas	6	5	5	4	1	20,0%

Fonte: SICC e SGRH

Os gastos com pessoal, corrigidos dos encargos decorrentes das valorizações remuneratórias, das indemnizações pagas por rescisão e dos efeitos decorrentes da aplicação do disposto nos artigos 20.º e 21.º da Lei do Orçamento do Estado, apresentam um aumento em relação ao mesmo período do ano anterior. Esta situação é justificada pelas contratações efetuadas, para reforçar e consolidar o quadro da instituição bem como compensar a reposição do horário de 35 horas de trabalho semanal e ainda com as ausências pontuais de pessoal e com as saídas cuja substituição ainda não foi autorizada, designadamente de técnicos de diagnóstico e terapêutica, pessoal de enfermagem, assistentes operacionais e assistentes técnicos, tem sido necessário recorrer a trabalho extraordinário para assegurar o normal funcionamento dos serviços.

Relativamente ao conjunto dos gastos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, bem como os associados à frota automóvel, não foi possível a sua diminuição face a 2017 tendo ocorrido um aumento em 2018.

Houve uma diminuição do volume de negócios por parte do HDFF, EPE na ordem dos 5,3% relativamente a 2017.

Não foi possível desta forma reduzir o peso dos gastos operacionais, corrigidos dos encargos decorrentes das valorizações remuneratórias, das indemnizações pagas por rescisão, e dos efeitos decorrentes da aplicação do disposto nos artigos 20.º e 21.º da Lei do Orçamento do Estado, no volume de negócios face a 31 de dezembro de 2017.

14. PRINCÍPIO DA UNIDADE DE TESOURARIA DO ESTADO

O HDFF, EPE no âmbito da sua atividade deu cumprimento ao Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, conforme previsto no artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, e artigo 86.º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, tendo apenas utilizado a conta bancária na Banca Comercial apenas para as operações que o IGCP não disponibiliza o Serviço ou sobre os quais acrescem custos pela sua utilização, sendo que estas operações são residuais.

À data de 31 de dezembro de 2018, 100% das disponibilidades do HDFF, EPE encontravam-se depositadas no IGCP, não tendo sido auferidos quaisquer juros financeiros em incumprimento da unidade de tesouraria do Estado.

O HDFF, EPE solicitou ao IGCP um pedido de exceção do cumprimento do princípio de unidade de tesouraria, invocando a necessidade de proceder ao depósito de cheques "não à ordem" emitidos em nome do hospital e que portanto, são não endossáveis ao IGCP. Apesar de todos os esforços desenvolvidos pelo Serviço de Gestão Financeira deste Hospital, para que os clientes/utentes emitam os cheques à ordem do IGCP ou, em alternativa, procedam a transferência bancária, o HDFF, EPE ainda continua a receber diariamente cheques "não à ordem", motivo pelo qual mantém movimento de disponibilidades numa conta do sistema bancário nacional. Tendo em conta os problemas de liquidez deste hospital, os custos associados à devolução destes cheques e ao custos a suportar pelo cliente/utente com a emissão de novo cheque, não seria viável proceder à devolução sistemática dos mesmos, razão pela qual o HDFF, EPE não cumpre na íntegra o princípio de unidade de tesouraria do Estado.

15. AUDITORIAS CONDUZIDAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS

No decurso do ano de 2018, ao HDFF, EPE foi solicitada informação relativamente a dois processos:

1. Processo n.º 03/2019 – SIPAG Auditoria à conta consolidação do Ministério da Saúde de 2017;
2. Processo n.º 07/2018 Audit- 2.ª S- Auditoria à execução do contrato de gestão à execução do Contrato de Gestão da PPP do Hospital Distrital de Vila Franca de Xira.

No entanto, o HDFF, EPE ainda não recebeu qualquer informação Adicional.

Mas, em 2016, o HDFF, EPE possuiu em sua posse o Relatório da “Auditoria orientada a procedimentos de contratação pública das unidades de saúde do sector empresarial do Estado” (relatório n.º 18/2016 2.ª secção), da qual fazia parte como entidade auditada. Neste relatório, o Tribunal de Contas emitiu duas recomendações ao HDFF, EPE, nomeadamente:

1. **“Executar, regularmente, uma avaliação dos serviços contratados externamente, acionando, tempestivamente, mecanismos contratuais de penalização em caso de incumprimento pelo fornecedor.”**

O Conselho de Administração propôs como medida tomada que “os serviços são avaliados pela aposição do responsável de área relativamente aos serviços contratados se os mesmos se coadunam com o contratualmente estipulado, assim como avaliação de fornecedores externos.”

2. **“Assegurar o controlo da execução dos contratos, planeando, orçamentando e programando, adequadamente, as aquisições de bens e serviços que constituem necessidades correntes e continuadas, por forma a não existirem falhas ou interrupções no seu fornecimento e o recurso a ajustes diretos.”**

O Conselho de Administração propôs como medida tomada que “os procedimentos a abrir, assim como contratos de mandato e agregações de necessidades incluem cálculos que por regra são suficientes para os períodos de abrangência contratual, no entanto e por carência de utilização, a introdução de novos artigos na base de dados implica um período temporal mais lato, de modo a proceder a estimativas mais precisas de consumo.”

16. DIVULGAÇÃO DA INFORMAÇÃO NO SITE DO SEE

Quadro 88: Informação constante do Site do SEE

Informação a constar no Site do SEE	CUMPRIDO		Comentários
	S/N/N.A.	Data Atualização	
Estatutos	S	15.02.2017	
Caraterização da Empresa	S	22.03.2011	
Função de tutela e acionista	S	19.07.2011	
Modelo de Governo/Membros dos Órgãos Sociais:			
- Identificação dos Órgãos Sociais	S	15.05.2019	
- Estatuto Remuneratório Fixado	S	15.05.2019	
- Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	S	15.05.2019	
- Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	S	15.05.2019	
- Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais	S	15.05.2019	
Esforço financeiro público	S	12.10.2018	
Ficha Síntese	S	21.01.2019	
Informação Financeira histórica e atual	S	12.04.2018	
Princípios do Bom Governo:			
- Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita	S	15.05.2019	
- Transações relevantes com entidades relacionadas	S	15.05.2019	
- Outras transações	S	15.05.2019	
- Análise da sustentabilidade da empresa nos domínios:			
Económico	S	15.05.2019	
Social	S	15.05.2019	
Ambiental	S	15.05.2019	
- Avaliação do Cumprimento dos Princípios de Bom Governo	S	15.05.2019	
- Código de ética	S	15.05.2019	

Cumprimento das Orientações Legais - 2018	Cumprimento S/N/A.	Quantificação/Identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório
Objetivos de Gestão:			
I. Atingir um EBITDA positivo em 2018	N	Em 2018 não foi possível atingir um EBITDA positivo (€ - 1,478.991,80).	Este ano verificou-se uma diminuição do valor da prestação de serviços e um acréscimo dos gastos operacionais. O incremento dos gastos é justificado essencialmente pelo aumento dos gastos com pessoal, dos subcontratos e consumos de materiais. Relativamente ao pessoal, o aumento justifica-se sobretudo pelo reforço do número de colaboradores para consolidar o quadro da instituição e pelo efeito das alterações legislativas designadamente a atribuição dos respectivos suplementos remuneratórios aos enfermeiros especialistas e às chefias, a reposição do regime de trabalho no SNS, a atualização do valor do subsídio de refeição em agosto de 2017 e do valor do trabalho extraordinário. Ver ponto 1 do capítulo IV - Cumprimento das Orientações Legais
II. Aumentar as receitas extra contrato-programa	N	Verificou-se uma diminuição das receitas extra Contrato-Programa, passando de € 2.057.311,87 no ano de 2017 para € 1.444.432,51 no ano de 2018.	Esta diminuição é justificada essencialmente pela redução do número de doentes provenientes de outras instituições de saúde do SNS, para realização de cirurgias.
III. Manter os custos globais com horas extraordinárias e prestações de serviços médicos em valores não superiores aos realizados em 2017	N	Constatou-se um crescimento de 28,8% nos custos com horas extraordinárias e prestações de serviços médicos.	Este aumento é justificado pela necessidade de reforço de algumas escalas médicas, de forma a assegurar o nível de atividade dos serviços de Urgência, das ausências prolongadas de médicos por licenças de maternidade/paternidade, da redução de cargas horárias semanais médicas e a necessidade de dar resposta ao nível de acesso às consultas, cirurgias e MCDT's.
IV. Redução do peso dos gastos operacionais, corrigidos das indemnizações por rescisão, no volume de negócios face a 31 de dezembro de 2017	N	O peso dos gastos operacionais, corrigidos das indemnizações, no volume de negócios passou de 108,94% em 2017 para 119,91% em 2018.	O aumento dos gastos operacionais e a diminuição verificada no volume de negócios (prestação de serviços) traduziu-se numa perda de eficiência. De realçar, por exemplo o impacto decorrente das greves na prestação de serviços, sendo que se mantêm os custos fixos com pessoal e funcionamento dos serviços sem qualquer contrapartida gerando ineficiência.
V. Os gastos com pessoal, corrigidos dos encargos decorrentes da reposição salarial, das indemnizações por rescisão e dos efeitos decorrentes das valorizações remuneratórias nos termos do Despacho n.º 3746/2017, dos artigos 20.º e 21.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro devem ser iguais ou inferiores aos registados em 31 de dezembro de 2017	N	Em 2018, os gastos com pessoal, com as devidas correções, aumentaram € 258.175,47 comparativamente a 2017.	O aumento verificado, corrigido dos encargos decorrentes da reposição salarial e dos efeitos das valorizações remuneratórias, justifica-se pelo aumento do trabalho extraordinário e da prestação de serviços médicos já justificado no ponto III.
VI. O conjunto dos gastos com comunicações, deslocações, ajudas de custo e alojamento, bem como os associados à frota automóvel, com a contratação de estudos, pareceres, projectos e consultoria não devem ser superiores aos registados em 31 de dezembro de 2017	N	Em 2018, os gastos com comunicações, deslocações, ajudas de custo e alojamento aumentaram 25,76%, enquanto os gastos com a frota automóvel aumentaram 43,65%. Relativamente aos gastos com a contratação de estudos, pareceres, projectos e consultoria não tiveram qualquer evolução relativamente a 2017.	O aumento dos gastos com a frota automóvel é justificado pela aquisição, em 2017, de uma Viatura Médica de Emergência e Reanimação dando cumprimento ao Despacho n.º 3350/2017, publicado a 20 de abril de 2017. Tendo em consideração que a viatura anterior era de propriedade do INEM, era esta entidade que suportava os custos associados à viatura, excepto com o combustível que eram suportados pelo HDFF, EPE.
VII. Crescimento do endividamento remunerado corrigido de aumentos de capital e líquido do financiamento de novos investimentos, fica limitado a 2%	S	Não existiu endividamento remunerado no ano de 2018.	
VIII. Redução do número de veículos do seu parque automóvel	N	No ano de 2018, foi adquirida uma nova viatura.	Em 2018, verifica-se o aumento de um veículo face ao ano anterior, pela aquisição de uma viatura eléctrica para apoio na prestação de cuidados de saúde no âmbito do projeto Hospitalização Domiciliária, financiado pelo Programa de Incentivo à Integração de Cuidados e à Valorização dos Percursos dos Utentes no Serviço Nacional de Saúde.
Metas a atingir constantes no PAO 2018:			
I. Principais Financeiros de Referência:			
EBITDA	N	A previsão do EBITDA para 2018 era de € -959.123,11 contudo não foi possível dar cumprimento à meta estabelecida, tendo o HDFF, EPE encerrado as contas do exercício com € -1.478.991,80.	
Obedecer à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso	N	Em 2018, as dívidas vencidas há mais de 90 dias totalizavam € 3.287.629,77, verificando-se uma diminuição de € 1.841.284,05 face a 2017.	O HDFF, EPE continua a desenvolver todos os esforços para dar cumprimento à Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, igualmente designada por Lei dos Compromissos e Atrasos nos Pagamentos (LCPA). No entanto, o HDFF, EPE mantém ainda pagamentos em atraso há mais de 90 dias. Em 2018, as dívidas vencidas há mais de 90 dias totalizavam € 3.287.629,77, verificando-se uma diminuição de € 1.841.284,05 face a 2017.
Aumentar as receitas extra Contrato-Programa	N	Em 2018, não foi possível aumentar as receitas extra Contrato-Programa.	As greves ocorridas durante o ano de 2018 assim como a ausência prolongada de alguns médicos, condicionaram o cumprimento das metas de produção, verificando-se uma diminuição do número de doentes provenientes de outras instituições de saúde do SNS, para realização de cirurgias.

Cumprimento das Orientações Legais - 2018	Cumprimento S/N/N.A.	Quantificação/Identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório
II. Gastos com o Pessoal	N	A taxa de execução orçamental situou-se nos 101,4%.	Este crescimento justifica-se pelo aumento de gastos com a atualização dos valores do subsídio de refeição em agosto de 2017, do trabalho suplementar e extraordinário que foi efetuado de forma tasenda, a atribuição dos respetivos suplementos remuneratórios aos enfermeiros especialistas e às chefias e a reposição do regime de trabalho no SNS, por aplicação do artigo 41.º da LOI para 2018.
Grau de execução do orçamento carregado no SI(SO/SO E):	S	O orçamento de 2018 apresenta uma execução de 91% na receita e 85,8% na despesa.	O decréscimo decorre do facto de não ter sido possível concretizar a aquisição dos bens de capital relacionados com os projetos já enumerados no ponto relacionado com a execução do orçamento de investimentos.
Gestão de Risco Financeiro	N		Ver ponto 2 do capítulo IV - Cumprimento das Orientações Legais
Limites de Crescimento do Endividamento	S	O endividamento do HOFF, EPE é de 0,00€.	Em 2018, continuou a não se verificar a existência de encargos financeiros associados a financiamento. Ver ponto 3 do capítulo IV - Cumprimento das Orientações Legais
Evolução do PMP a fornecedores	S	Em 31/dez/2018, o PMP a fornecedores situou-se nos 146 dias, menos 44 dias que em igual período de 2017.	Em 2018, ocorreu um aumento de capital de €3.597.506,00, que permitiu reduzir o PMP a fornecedores. Este aumento ocorreu em duas fases: em janeiro o aumento de capital estatutário no valor de € 2.050.000,00, resultante do Despacho n.º 1265/2017-SET, de 29 de dezembro, e em outubro o aumento de capital para cobertura de prejuízos transitados no valor de €3.547.506,00 por via do despacho de 26 de outubro de S. Exa. o Secretário de Estado do Orçamento, o Secretário de Estado do Tesouro e o Secretário de Estado Adjunto e da Saúde.
Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	N	Em 2018, as dívidas vencidas há mais de 90 dias totalizavam € 3.287.629,77, verificando-se uma diminuição de €1.841.284,05 face a 2017.	
Recomendações do adonista na última aprovação de contas			
Reforçar os sistemas de controlo interno com vista a obtenção de resultados no processo de circularização de saldos de terceiros	S	Em 2017, o HOFF, EPE procedeu à circularização de saldos com a ACS, sendo que esta entidade representava grande parte do valor a reconciliar. Foi ainda feita uma tentativa de circularização de saldos com a ARS, que apesar de não ter sido possível de realizar na totalidade, foi regularizada a divergência com valor mais relevante relacionada com os créditos do HOFF relativos a faturação de prestação de serviços referentes a convenções internacionais, que passaram para a responsabilidade financeira da ACS. Quanto à circularização de saldos com as restantes entidades, o Serviço de Gestão Financeira promoveu com regularidade a mesma. Em 2018 o HOFF, EPE deu continuidade a estes procedimentos.	A última aprovação de contas foi em 28 de fevereiro de 2018, relativamente aos exercícios de 2014, 2015 e 2016.
Cumprir com o disposto no art.º 238 do DEO de 2017, no que concerne à divulgação no respetivo sítio da Internet a lista das dívidas certas, líquidas e exigíveis há mais de 30 dias.	S	Em 2018, o HOFF, EPE deu cumprimento a esta recomendação.	
Aplicar o Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, sendo que as empresas públicas devem manter as suas disponibilidades e aplicações financeiras, junto do IGC.	S	O HOFF, EPE no âmbito da sua atividade deu cumprimento ao Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, conforme previsto no artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, e artigo 86.º da Lei n.º 7-A/2015, de 30 de março, tendo apenas utilizado a conta bancária na Banca Comercial apenas para as operações que o IGC não disponibiliza o Serviço ou sobre as quais acrescem custos pela sua utilização, sendo que estas operações são residuais.	Ver ponto 5 do capítulo IV - Cumprimento das Orientações Legais.
Remunerações			
Não atribuição de prémios de gestão	S	Aos membros do Conselho de Administração, não lhes foram atribuídos em 2018 quaisquer prémios de gestão.	Ver ponto 6 do capítulo IV - Cumprimento das Orientações Legais.
CA - reduções remuneratórias vigentes em 2017	S	Em 2018, a redução remuneratória da CA foi de €10.733,63.	O valor corresponde às reduções remuneratórias previstas no artigo 12.º da Lei nº 12-A/2010, de 30 de junho. Ver ponto 6 do capítulo IV - Cumprimento das Orientações Legais.
Fiscalização (CF/ROC/FU) - reduções remuneratórias vigentes em 2017	S	Em 2018, o Fiscal Único teve 677,80€ de reduções remuneratórias.	O estatuto remuneratório do Fiscal Único fixa um limite máximo equivalente a 22,5% da quantia correspondente a 12 meses da remuneração global média ilíquida atribuída ao Presidente do Conselho de Administração. O valor das reduções remuneratórias decorre do artigo 12.º da Lei nº 12-A/2010, de 30 de junho. Ver ponto 6 do capítulo IV - Cumprimento das Orientações Legais.
Auditor Externo - redução remuneratórias vigentes em 2017	N.A.		A estrutura do Hospital Distrital da Figueira da Foz, EPE não contempla a existência de um Auditor Externo.
EGP - artigo 32.º e 33.º do EGP			
Não utilização de cartões de crédito	S		O CA não usufrui de cartões de crédito nem de outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da Instituição. Ver ponto 7 do capítulo IV - Cumprimento das Orientações Legais.
Não reembolso de despesas de representação pessoal	S		Reembolso de qualquer despesas que incidam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal. Todavia, são abonados mensalmente, conjuntamente com a remuneração que lhe é devida, de montante fixado legalmente a título de despesas de representação. Ver ponto 7 do capítulo IV - Cumprimento das Orientações Legais.
Valor máximo das despesas associadas às comunicações	S	Em 2018, o CA gastou com comunicações móveis um valor anual de 792,18 €.	Ver ponto 6 do capítulo IV - Cumprimento das Orientações Legais.
Valor máximo de combustíveis e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	S	Em 2018, o CA teve gastos correspondentes a combustível e a portagens associados às duas viaturas num valor de €3.608,40.	Ver ponto 6 do capítulo IV - Cumprimento das Orientações Legais.

Cumprimento das Orientações Legais - 2018	Cumprimento S/N/A.	Quantificação/identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório
Despesas não documentadas ou confidenciais - nº 2 do artigo 16.º do RJSP e artigo 11.º do EGP	S		O HDFF, EPE cumpre na íntegra o disposto no n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 135/2013, de 3 de outubro, o qual determina a proibição de realização de despesas não documentadas. Ver ponto 8 do capítulo IV - Cumprimento das Orientações Legais.
Promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens - nº 2 da RCM nº 18/2014	S	O HDFF, EPE elaborou e disponibilizou no seu site o relatório sobre as retribuições pagas a mulheres e homens em 2018. http://www.hdfigueira.min-saude.pt/wp-content/uploads/sites/12/2018/12/Relatorio-sobre-Diferenca-Salarial-M-e-M-2018.pdf	Dando cumprimento ao n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março, em 2018 o Hospital Distrital da Figueira da Foz, EPE procedeu à elaboração do Relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens, divulgado internamente e disponibilizado na Internet do HDFF, EPE. O relatório em questão é elaborado de três em três anos, tendo como base de trabalho, os montantes referentes às remunerações e géneos dos colaboradores, processadas no mês de dezembro. Ver ponto 9 do capítulo IV - Cumprimento das Orientações Legais.
Elaboração e divulgação do relatório anual sobre prevenção da corrupção	N	O Serviço de Auditoria Interna do Hospital Distrital da Figueira da Foz, EPE, anualmente procede à elaboração de relatório anual de execução do Plano de Gestão de Riscos e Corrupção e Infrações Conexas (PGRCIC), anualmente ainda publicado o relatório de 2017, no site na Internet do HDFF, EPE em: http://www.hdfigueira.min-saude.pt/NR/rdonlyres/EB7D3ECD-5E14-4C35-8C0F-B4745576B728/30965/RelatorioPlanoCorrupcaoCA74C8FA3a0eInfraCA89A74C38B5e42017.pdf . O relatório de 2018 encontra-se em fase de elaboração.	Dando cumprimento ao n.º 1 do artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 135/2013, de 3 de outubro, informa-se igualmente que o Hospital Distrital da Figueira da Foz, EPE, anualmente procede à elaboração de relatório identificativo das ocorrências, ou risco de ocorrências, de factos mencionados no n.º 13 do artigo 19.º do DL n.º 18/2017 de 10 de fevereiro. Ver ponto 10 do capítulo IV - Cumprimento das Orientações Legais.
Contratação Pública			
Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa	S	1. Em qualquer contratação deve estar subjacente o cumprimento dos princípios de transparência, da concorrência, da igualdade, da legalidade e da prossecução do interesse público; 2. O HDFF, EPE rege-se pelo disposto no Código dos Contratos Públicos, que estabelece a disciplina aplicável à contratação pública e o regime substantivo dos contratos públicos que revistam a natureza de contrato administrativo; 3. O procedimento de ajuste direto apenas é utilizado para atos ou contratos cujo valor seja inferior ao limite máximo estabelecido na lei e tam em consideração os seguintes aspetos: a) A adjudicação é sempre precedida de documento justificativo da necessidade de contratar, que corresponde a um pedido de autorização formal para abertura de procedimento; b) Os resultados obtidos são devidamente fundamentados, com base na avaliação dos critérios previamente estabelecidos; c) Sempre que se verifique desvio quanto à realização temporal e financeira, o júri/comissão de escolha do procedimento apresenta a justificação para a existência dos mesmos. O Hospital continua a utilizar uma plataforma eletrónica para formalização dos procedimentos, ferramenta de uso obrigatório para valores acima dos limites comunitários estabelecidos no Código dos Contratos Públicos, mas que também é utilizada para contratações abaixo daqueles valores. A Lei n.º 66-A/2012, de 31 de dezembro, estabelece algumas orientações com vista à racionalização da política de aprovisionamento de bens e serviços, designadamente a adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) e/ou a outras Centrais de Compras e alargamento do Parque de Veículos do Estado ao Setor Empresarial do Estado. O HDFF, EPE adquire, por norma, os bens que necessita através dos acordos quadro em vigor no SNCP, no Catálogo de Aprovisionamento dos Serviços de Saúde, na Unidade Ministerial de Compras do Ministério da Saúde e ainda, através das Compras Agregadas de Medicamentos para a Região Centro, exceto se existirem condições no mercado economicamente mais vantajosas, as quais são comunicadas aos respetivos sistemas de aprovisionamento.	Ver ponto 11 e 12 do capítulo IV - Cumprimento das Orientações Legais.
Aplicação das Normas de contratação pública pelas entidades	N.A.		De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 164.º da LOE para 2018, ficam isentos de fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas, no ano de 2018, os atos e contratos, considerados isolada ou conjuntamente com outros que aparentem estar relacionados entre si, cujo montante não exceda o valor de € 350 000 (artigo 48.º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26 de agosto), nação pela qual não foram submetidos contratos a visto prévio pelo TC.
Contratos submetidos a visto prévio do TC	S	Em 2018, não foram submetidos contratos a visto prévio do TC.	
Auditoria do Tribunal de Contas: Recomendação I do Relatório n.º 18/2018 2ª Seção: Executar, regularmente, uma avaliação dos serviços contratados externamente, incluindo, tempestivamente, os encargos contratuais de penalização em caso de incumprimento pelo fornecedor. Recomendação II do Relatório 18/2018 2ª Seção: Assegurar o controlo da execução dos contratos, planeando, orçamentando e programando, adequadamente, as aquisições de bens e serviços que constituem necessidades correntes e continuadas, por forma a não existirem falhas ou interrupções no seu fornecimento e o recurso a ajustes diretos.		Os serviços são avaliados pela aposição do responsável de área relativamente aos serviços contratados se os mesmos se coadunam com o contratualmente estipulado, assim como avaliação de fornecedores externos. Procedimentos a abrir, assim como contratos de mandato e agregações de necessidades incluem cálculos que por norma são suficientes para os períodos de abrangência contratual, no entanto a porcarência de utilização, a introdução de novos artigos na base de dados implica um período temporal mais lato, de modo a proceder a estimativas mais próximas de consumo.	Ver ponto 15 do capítulo IV - Cumprimento das Orientações Legais.
Parque Automóvel			
Nº de Viaturas	N	Em 2018, o HDFF, EPE adquiriu uma viatura.	O HDFF adquiriu uma viatura elétrica para apoio na prestação de cuidados de saúde no âmbito do projeto Hospitalização Domiciliária, financiado pelo Programa de Incentivo à Integração de Cuidados e à Valorização dos Recursos dos Utentes no Serviço Nacional de Saúde.
Gasto Operacional das Empresas Públicas	N	Previdido quadro "medidas de redução dos gastos operacionais"	Ver ponto 13 do Capítulo IV - Cumprimento das Orientações Legais.
Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 28.º do DL 133/2013)			
Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP	S	100,00%	À data de 31 de dezembro de 2018, 100% das disponibilidades do HDFF, EPE encontravam-se depositadas no IGCP, não tendo sido auferidos quaisquer juros financeiros.
Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial	N	0,00%	Ver ponto 14 do capítulo IV - Cumprimento das Orientações Legais.
Juros auferidos em cumprimento da UTE e entre guias em Receita do Estado	S	0,00%	

a) Indicar cada objetivo de gestão de empresa.

b) Deverão ser indicadas também recomendações resultantes de auditorias transversais ao setor de atividade e/ou SEE.

CAPÍTULO V – INFORMAÇÃO ESPECÍFICA PARA O SETOR DA SAÚDE

Neste capítulo é apresentada informação relativa ao cumprimento da produção SNS, dos indicadores de acesso, desempenho assistencial e desempenho económico e financeiro, bem como dos indicadores regionais, e ainda informação relativa à execução financeira dos Contratos Programa e à faturação líquida emitida no ano.

1. PRODUÇÃO SNS

Quadro 89: Nível de cumprimento da produção SNS

	Contratado		Produção		Marginal/Adicional		Estimativa do valor da produção ⁽³⁾	Nível de cumprimento CP 2018
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor		
Consultas Externas								
Nº 1as Consultas Médicas (s/ majoração)	19.918	753.084,00 €	19.818	753.084,00 €			753.084,00 €	100%
Nº 1as Consultas referenciadas (CTH)	12.910	542.220,00 €	12.910	542.220,00 €			542.220,00 €	100%
Nº Consultas Médicas Subsequentes (s/ majoração)	57.979	2.203.202,00 €	57.979	2.203.202,00 €			2.203.202,00 €	100%
Internamento								
Nº Doentes Equivalentes								
GDH Médicos	3.601	6.562.057,29 €	3.600	6.560.235,00 €			6.560.235,00 €	100%
GDH Cirúrgicos	980	1.785.841,75 €	979	1.784.019,46 €			1.784.019,46 €	100%
GDH Cirúrgicos Urgentes	550	952.254,88 €	549	950.523,50 €			950.523,50 €	100%
Total do Internamento		9.300.153,92 €		9.294.777,96 €		- €	9.294.777,96 €	
Episódios de GDH de Ambulatório								
GDH Cirúrgicos	3.028	4.257.248,39 €	3.028	4.257.248,39 €			4.257.248,39 €	100%
GDH Médicos	2.873	1.294.579,55 €	2.873	1.294.579,55 €			1.294.579,55 €	100%
Total dos GDH de Ambulatório		5.551.827,94 €		5.551.827,94 €		- €	5.551.827,94 €	
Urgências								
Atendimentos SU - Médico - Cirúrgica	66.708	3.335.400,00 €	66.708	3.335.400,00 €			3.335.400,00 €	100%
Sessões em Hospital de Dia								
Base	5.435	108.700,00 €	5.435	108.700,00 €			108.700,00 €	100%
Imuno-Hemoterapia	411	120.834,00 €	411	120.834,00 €			120.834,00 €	100%
Total do Hospital de Dia		229.534,00 €		229.534,00 €		- €	229.534,00 €	
Programas de Gestão da Doença Crónica								
Hepatite C (doentes tratados)	9	62.298,00 €	9	62.298,00 €			62.298,00 €	100%
Rastreios - Nº de Rastreios								
Rastreio do Cancro do Cólon e Reto	3	1.135,23 €	3	1.135,23 €			1.135,23 €	100%
Saúde Sexual e Reprodutiva								
IVG até 10 semanas								
Medicamentosa (n.º IVG)	110	31.130,00 €	110	31.130,00 €			31.130,00 €	100%
Diagnóstico Pré-Natal								
Protocolo I	81	3.078,00 €	81	3.078,00 €			3.078,00 €	100%
Protocolo II	57	3.705,00 €	57	3.705,00 €			3.705,00 €	100%
Serviços Domiciliários								
Consultas Domiciliárias	965	36.670,00 €	965	36.670,00 €			36.670,00 €	100%
Hospitalização Domiciliária	10	13.669,15 €	10	13.669,15 €			13.669,15 €	100%
Outros								
Medicamentos de cedência hospitalar em ambulatório		368.453,62 €		368.453,62 €			368.453,62 €	100%
Sistema de Atribuição de Produtos de Apoio		27.776,07 €		27.776,07 €			27.776,07 €	100%
Programa de Incentivo à Integração de Cuidados		217.111,18 €		217.111,18 €			217.111,18 €	100%
Internos		716.916,00 €		716.916,00 €			716.916,00 €	100%
VALOR DA PRODUÇÃO		23.397.364,11 €		23.391.988,15 €		0,00 €	23.391.988,15 €	100%
TOTAL		23.397.364,11 €		23.391.988,15 €		0,00 €	23.391.988,15 €	100%
Incentivos Institucionais		1.307.159,02 €						

1) Valor contratado apresentado de acordo com o contrato e de acordo com o Acordo de Execução do Contrato Programa para 2018;

2) Todos os preços a extração de 1.º de Janeiro de 2019;

3) Faturação emitida de 2018, no montante de 25.857.000,00 €, incluindo o contributo para a informação e o painel de dados de 18.611.2019, e a estimativa de preços do SIC.

Os dados da estimativa da especialização dos proveitos referentes ao Contrato-Programa de 2018, apresentados no quadro, foram extraídos do SICA a 9 de maio de 2019. A fatura emitida à ACSS no montante de €23.387.669,34 foi elaborada com base nos dados SICA à data de 18 de janeiro de 2019, tendo ocorrido posteriormente correções aos registos da produção SNS.

As metas de produção aqui apresentadas resultam de uma proposta de adenda ao Acordo Modificativo de 2018 feita pelo HDFF, EPE à ARS Centro, uma vez que durante o ano ocorreram várias condicionantes que impediram o cumprimento das metas que tinham sido estabelecidas inicialmente. Apesar da referida adenda ainda não ter sido aceite, o portal SICA, na estimativa de proveitos, apresenta valores em conformidade com a mesma, com exceção do valor dos incentivos institucionais, uma vez que este não corresponde ao valor real. O valor apresentado para os incentivos institucionais está de acordo com as orientações dadas pela ARS Centro, por e-mail no dia 9 de abril de 2019, no âmbito da elaboração da Adenda ao Acordo Modificativo de 2018.

As ausências prolongadas de médicos por licença de maternidade/parentalidade ou gravidez de risco, as saídas de pessoal médico sem que tenha ocorrido a sua substituição, os problemas que ocorreram nas infraestruturas do Bloco Operatório e em equipamento específico, a tempestade Leslie que afetou o instalações do HDFF, EPE e as greves que ocorreram durante o ano são alguns dos motivos pelos quais houve a necessidade de proceder a ajustamentos das quantidades contratadas nas diferentes linhas de produção.

Posto isto, o nível de cumprimento do Contrato-Programa de 2018, tendo em conta a Adenda ao Acordo Modificativo, é de 100%.

2. ÍNDICE DE DESEMPENHO GLOBAL

Quadro 90: Índice de Desempenho Global 2018

Objetivos	Peso Relativo Indicador (%)	2018				
		Meta	Real	Grau de Cumprimento (%)	Grau de Cumprimento Ajustado (%)	Índice de Desempenho
Objetivos Nacionais						
Acesso	15					14,5
Percentagem das primeiras consultas médicas no total de consultas médicas (%)	3	35,0	36,1	103,1	103,1	3,1
Peso das consultas externas médicas com registo de alta no total de consultas externas médicas (%)	3	16,0	17,8	111,3	111,3	3,3
Mediana de tempo de espera da LIC, em meses	3	2,0	2,8	60,0	60,0	1,8
Percentagem de episódios de urgência atendidos dentro do tempo de espera previsto no protocolo de triagem	3	88,0	84,6	96,1	96,1	2,9
Percentagem de doentes referenciados para a RNCCI, avaliados/confirmados pela EGA até 2 dias úteis após a referência, no total de doentes referenciados para a RNCCI	3	80,0	91,9	114,9	114,9	3,4
Desempenho Assistencial	25					24,6
Percentagem de doentes saídos com duração de internamento acima do limiar máximo	3	1,25	1,47	82,4	82,4	2,5
Percentagem de cirurgias realizadas em ambulatório, para procedimentos tendencialmente ambulatorizáveis	3	15,0	18,6	124,0	120,0	3,6
Percentagem de cirurgias da anca efetuadas nas primeiras 48 horas (%)	3	60,0	39,5	65,8	65,83	2,0
Índice de risco e segurança do doente	2	6	4	66,7	66,7	1,3
Índice PPCIRA	8	5	5	100,0	100,0	8,0
Quota de Biossimilares em unidades, por DCI (Infliximab, Rituximab, Etanercept), em 2018						
Quota Biossimilares por DCI (Infliximab)	2	30	59	196,7	120,0	2,4
Quota Biossimilares por DCI (Rituximab)	2	15	92	613,3	120,0	2,4
Quota Biossimilares por DCI (Etanercept)	2	15	23	153,3	120,0	2,4
Desempenho económico-financeiro	20					11,0
Percentagem de Custos com Horas Extraordinárias, Suplementos e FSE (selecionados), no Total de Custos com Pessoal (%)	5	14,0	16,9	79,3	79,3	4,0
Custos com pessoal por doente padrão ⁽¹⁾	5	valor do melhor do grupo	1.967,1	70,5	70,5	3,5
Custos com produtos farmacêuticos por doente padrão ⁽¹⁾	5	valor do melhor do grupo	307,4	30,2	0,0	0,0
Custos com material consumo clínico por doente padrão ⁽²⁾	5	valor do melhor do grupo	174,0	69,2	69,2	3,5
Objetivos Regionais Centro	40					37,9
Percentagem de pedidos muito prioritários atendidos acima do tempo máximo de espera (%)	5	5,00	8,3	34,0	0,0	0,0
Faturação de medicamentos cedidos em farmácia de oficina (€)	5	1.800.000,00	2.057.860,20	85,1	85,12	4,30
Episódios cirúrgicos em espera há mais de 12 meses	5	10	39	390,0	120,0	6,0
Nº de Pedidos em Espera para consulta acima de 150 dias	5	100	1.162	1.162,0	120,0	6,0
Tempo médio de codificação e agrupamento em GDH	5	70,00	100,1	143,0	120,0	6,0
Percentagem de cirurgia urgente no total de cirurgias realizadas	5	11,0	11,0	100,0	100,0	5,0
Percentagem de consultas de tele dermatologia no total de consultas de dermatologia (CTH) ⁽²⁾	5	10,00	0,0	100,0	100,0	5,0
Percentagem de registos oncológicos completos no total de registos oncológicos	5	90,00	100,00	111,1	111,1	5,6
Índice de Desempenho Global		88,0				
Valor Incentivos Contratados (€)		1.307.159,02 €				
Valor Incentivos Realizados (€)		1.150.299,94 €				

(1) A meta para estes indicadores foi calculada com base no mês de novembro de 2018.

(2) Não foi possível dar início ao programa de tele dermatologia no HDEF. EFE por motivos afins à investigação.

O valor do índice de desempenho global de 2018 apresentado foi calculado pelo hospital, tendo por base os bilhetes de identidade disponibilizados pela ACSS e ARS-Centro e os dados de fecho do ano de 2018 existentes. Este valor não corresponde ao disponibilizado pelo portal SICA, dado que à data de encerramento das contas, alguns indicadores não apresentavam valores e outros não apresentavam valores reais.

3. EXECUÇÃO FINANCEIRA DOS CONTRATOS-PROGRAMA

Quadro 91: Execução dos Contrato-Programa

Contrato Programa (Ano)	Total contratado	Valor faturado (de acordo com estimativa de proveitos)	Acréscimo registado	Adiantamentos Recebidos	Saldo
2018	26.143.180,38 €	23.387.669,34 €	1.089.554,28 €	26.056.710,12 €	1.579.486,50 €
2017	25.010.631,47 €	23.477.214,67 €	1.866.350,76 €	25.519.480,14 €	175.914,71 €
2016	25.091.141,03 €	24.137.677,67 €	- €	24.567.423,88 €	429.746,21 €
2015	23.983.204,84 €	23.071.843,06 €	- €	23.659.487,90 €	587.644,84 €
2014	27.226.424,12 €	26.200.268,72 €	- €	26.666.625,00 €	466.356,28 €
2013	24.966.898,54 €	23.662.227,40 €	- €	24.321.900,67 €	659.673,27 €
2012	30.075.879,48 €	30.075.879,48 €	- €	29.836.735,56 €	239.143,92 €
2011	26.238.598,81 €	25.596.765,96 €	- €	26.238.598,81 €	641.832,85 €
2010	28.825.050,66 €	26.450.256,00 €	- €	25.450.255,69 €	1.000.000,31 €
2009	26.043.300,48 €	23.749.563,96 €	- €	23.749.563,96 €	- €
2008	25.030.264,86 €	22.346.297,03 €	- €	22.346.297,03 €	- €
					3.301.510,43 €

Os registos contabilísticos, no âmbito do Contrato-Programa de 2018, foram feitos de acordo com as orientações da Circular Normativa nº 6/2019/DFI/ACSS de 21-03-2019, tendo em vista a consolidação da conta corrente com a ACSS. Posto isto, como podemos constatar pelo quadro anterior, existe um saldo credor da ACSS contas do hospital.

4. CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS COM ENTIDADES SNS

Quadro 92: Saldos com entidade do SNS

Entidade terceira	NIF	Faturação emitida em 2018 ¹⁾	Saldo a 31 de dezembro de 2018	
			Saldo devedor	Saldo credor
ACSS, I.P. - Adm. Central do Sistema de Saúde	508188423	24.356.824,08 €	6.440.042,23 €	4.934.185,78 €
Administração Regional de Saúde do Centro, IP	503122165	57.874,77 €	741.783,86 €	2.815.472,41 €
Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, EPE	510103448	0,00 €	240.868,31 €	689.035,30 €
Instituto Português Sangue e Transplantação, IP	502423943	0,00 €	0,00 €	243.746,65 €
TOTAL		24.414.698,85 €	7.422.694,40 €	8.682.440,14 €

1) Faturação emitida pelo HDFF, EPE às entidades pertencentes ao Sistema Nacional de Saúde durante o ano de 2017;

NOTA: Apenas foram considerados os saldos de balanço que excediam o valor de € 100.000,00;

5. INVESTIMENTOS

Quadro 93: Investimentos superiores a €100.000

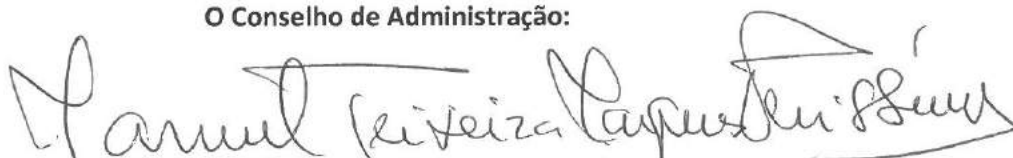
Investimento	Total Investimento	Período	Autorização	Cofinanciado?	Execução Financeira 2018
Plataforma de atendimento e prestação digital de serviços ao utente	465.788,44 €	2018 - 2020	13/04/2018	Sim	157.668,78 €

CAPÍTULO VI – PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

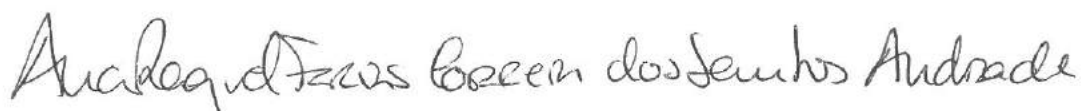
Nos termos legais e estatutários, o Conselho de Administração do HDFF, EPE vem propor que o resultado líquido do exercício de 2018, no valor de -2.225.698,21 euros, sejam transferidos para resultados transitados.

Figueira da Foz, 11 de junho de 2019

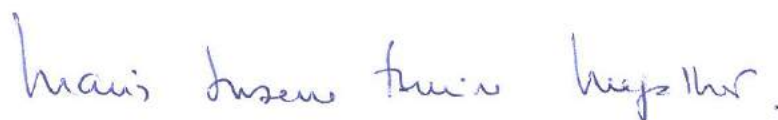
O Conselho de Administração:



Prof. Doutor Manuel Teixeira Marques Veríssimo



Dr.ª. Ana Raquel Farias Correia dos Santos Andrade



Dr.ª. Maria Susana Ferreira Magalhães

Enf.º Rui Miguel Dias da Cruz

CAPÍTULO VII – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. BALANÇO

Hospital Distrital da Figueira da Foz, EPE Balanço Individual em 31 de dezembro de 2018 Ativo

Em Euros			
Designação	Notas	2018	2017*
Ativo Não Corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	9.296.665,00	8.909.097,28
Propriedades de investimento	8	99.102,55	100.338,67
Ativos intangíveis	3	195.044,67	39.845,65
Ativos biológicos			
Investimentos financeiros			
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis			
Accionistas / Sócios / Associados			
Outros ativos financeiros	18.4	40.504,36	33.450,36
Ativos por impostos diferidos			
Total dos Ativos Não Correntes:		9.631.316,58	9.082.731,96
Ativo Corrente			
Inventários	10	754.834,66	735.540,47
Ativos biológicos			
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis			
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis			
Clientes, contribuintes e utentes	18.1	3.681.191,01	3.646.918,67
Estado e outros entes públicos	18.2	92.604,54	59.646,33
Accionistas / Sócios / Associados			2.050.000,00
Outras contas a receber	18.3	4.545.287,12	2.808.935,67
Diferimentos	18.8	24.431,02	20.303,01
Ativos financeiros detidos para negociação			
Outros ativos financeiros			
Ativos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos	23	445.598,07	438.829,74
Total dos Ativos Correntes:		9.543.946,42	9.760.173,89
Total do Ativo:		19.175.263,00	18.842.905,85

* Informação obtida através da conversão para o SNC-AP

Fonte: SICG

A Contabilista Certificada

Américo

O Conselho de Administração

[Assinatura]

res

Hospital Distrital da Figueira da Foz, EPE
Balanço Individual em 31 de dezembro de 2018
Património Líquido e Passivo

Em Euros			
Designação	Notas	2018	2017*
Património Líquido			
Património / Capital	23.1	29.100.000,00	29.100.000,00
Acções (quotas) próprias			
Outros instrumentos de património líquido			
Prémios de emissão			
Reservas	23.2	1.808.181,35	1.808.181,35
Resultados transitados	23.3	-27.912.308,36	-29.873.938,70
Ajustamentos em ativos financeiros			
Excedentes de revalorização			
Outras variações no património líquido	23.4	2.380.472,09	2.310.647,93
Resultado Líquido do Período		-2.225.698,21	(1.502.178,14)
Dividendos antecipados			
Interesses que não controlam			
Total do Património Líquido:		3.150.646,87	1.842.712,44
Passivo			
Passivo Não Corrente			
Provisões	15	263.517,17	364.980,19
Financiamentos obtidos			
Fornecedores de investimentos			
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Passivos por impostos diferidos			
Outras contas a pagar			
Total do Passivo Não Corrente:		263.517,17	364.980,19
Passivo Corrente			
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos		0,00	31.374,78
Fornecedores	18.6	2.848.891,86	5.056.216,21
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	18.7	4.600.377,03	3.590.292,46
Estado e outros entes públicos	18.2	771.297,27	740.447,52
Accionistas / Sócios / Associados			
Financiamentos obtidos			
Fornecedores de investimentos		774.925,01	492.115,58
Outras contas a pagar	18.5	6.765.607,79	6.724.766,67
Diferimentos			
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
Total do Passivo Corrente:		15.761.098,96	16.635.213,22
Total do Passivo:		16.024.616,13	17.000.193,41
Total do Património Líquido e Passivo:		19.175.263,00	18.842.905,85

* Informação obtida através da conversão para o SNC-AP

Fonte: SICG

A Contabilista Certificada

Américo

O Conselho de Administração

[Assinatura]

2. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Hospital Distrital da Figueira da Foz, EPE Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Em Euros			
RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2018	2017*
Impostos, contribuições e taxas	14	951.866,51	958.824,11
Vendas			
Prestações de serviços e concessões	13	25.251.893,15	26.658.044,33
Transferências e Subsídios correntes obtidos	14	1.760.923,26	100.329,37
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	23.5	(5.431.930,19)	(5.025.659,02)
Fornecimentos e serviços externos	23.6	(4.300.879,42)	(4.198.201,30)
Gastos com o pessoal	23.7	(20.072.191,50)	(18.935.494,01)
Transferências e subsídios concedidos			
Prestações Sociais			
Imparidade de Inventários (perdas / reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	9	(198.140,00)	(123.761,91)
Provisões (aumentos / reduções)	15	99.000,01	(83.283,38)
Imparidade de investimentos não depreciáveis / amortizáveis (perdas / reversões)			
Aumentos / reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos	14	731.573,07	448.355,72
Outros gastos e perdas	23.8	(271.106,69)	(675.406,60)
Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento		(1.478.991,80)	(876.252,69)
Gastos / reversões de depreciação e de amortização		(709.244,32)	(616.268,15)
Imparidade de investimentos depreciáveis / amortizáveis (perdas / reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		(2.188.236,12)	(1.492.520,84)
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	
Juros e gastos similares suportados	23.9	(29.996,32)	(2.577,28)
Resultado antes de impostos		(2.218.232,44)	(1.495.098,12)
Imposto sobre o rendimento		(7.465,77)	(7.080,02)
Resultado líquido do período		(2.225.698,21)	(1.502.178,14)

* Informação obtida através da conversão para o SNC-AP

Fonte: SICCC

A Contabilista Certificada

O Conselho de Administração

Ante-Roliz

[Assinatura]

3. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Handwritten notes and signatures in the top right corner.

Hospital Distrital da Figueira da Foz, EPE Demonstração Individual dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro de 2018			
Designação	Nota	2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		25.777.387,64	31.671.768,92
Recebimentos de contribuintes		0,00	
Recebimentos de utentes		838.152,71	749.349,94
Pagamentos a fornecedores		(12.282.021,71)	(7.457.236,23)
Pagamentos ao pessoal		(19.868.798,81)	(18.854.199,43)
Caixa gerada pelas operações		(5.535.280,17)	6.109.683,20
Outros recebimentos/pagamentos		782.070,10	(5.366.231,07)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1):		(4.753.210,07)	743.452,13
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(929.055,32)	(350.573,27)
Ativos intangíveis		(59.435,03)	(7.034,39)
Propriedades de investimento			
Investimentos financeiros		(16.358,19)	(14.582,21)
Outros ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Propriedades de investimento			
Investimentos financeiros		9.632,98	
Outros ativos			
Subsídios ao investimento			
Transferências de capital			9.024,73
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2):		(995.215,56)	(363.165,14)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realização de capital e de outros instrumentos de capital próprio		5.597.506,00	
Cobertura de prejuízos			
Doações			7.842,00
Outras operações de financiamento		187.831,20	
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares		(30.143,24)	(13,40)
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3):		5.755.193,96	7.828,60
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		6.768,33	388.115,59
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		438.829,74	50.714,15
Caixa e seus equivalentes no fim do período		445.598,07	438.829,74
Conciliação entre caixa e seus equivalentes e saldos de gerência			
Caixa e seus equivalentes no início do período			
Equivalentes a caixa no início do período			
Variações cambiais de caixa no início do período			
Saldo da gerência anterior		438.829,74	50.714,15
De execução orçamental			
De operações de tesouraria			
Caixa e seus equivalentes no fim do período			
Equivalentes a caixa no fim do período			
Variações cambiais de caixa no fim do período			
Saldo para a gerência seguinte		445.598,07	438.829,74
De execução orçamental		445.598,07	438.829,74
De operações de tesouraria			

Fonte: SICC

A Contabilista Certificada

Handwritten signature of the Certified Accountant.

O Conselho de Administração

Handwritten signature of the Board of Administration and a stamp.

Hospital Distrital da Figueira da Foz, EPE
Demonstração Individual das Alterações no Património Líquido

Fonte: SICG

O Conselho de Administração

Am-241

131 RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS 2018

Hospital Distrital da Figueira da Foz E.P.E.

0. ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DO SNC-AP – DIVULGAÇÃO TRANSITÓRIA

Em 2018 o HDFF, EPE apresentou pela primeira vez as demonstrações financeiras de acordo com as Normas de Contabilidade Públicas expressas no Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), publicado do Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro.

A adoção do SNC-AP implicou um conjunto de ajustamentos ao último balanço preparado de acordo com o normativo anterior (SNC). Assim, foi necessário:

- Reconhecer todos os ativos e passivos cujo reconhecimento é exigido pelas Normas de Contabilidade Pública;
- Reconhecer itens como ativos apenas se os mesmos foram permitidos pelas Normas de Contabilidade Pública;
- Reclassificar itens que foram reconhecidos de acordo com o SNC numa categoria, mas de acordo com as Normas de Contabilidade Pública pertencem a outra categoria;
- Aplicar as Normas de Contabilidade Públicas na mensuração de todos os ativos e passivos reconhecidos.

Segundo o Manual de Implementação, emitido pela Comissão de Normalização Contabilística, as primeiras demonstrações financeiras preparadas de acordo com o SNC-AP incluem o ano anterior como informação comparativa, através de uma mera conversão dos saldos para as contas e rubricas das mesmas, uma vez que não é necessário reexpressar estes valores.

Quadro 94: Reconciliação para o balanço de abertura de acordo com o SNC-AP - Ativo

Designação	Valores conforme normativo anterior 31/12/2017 ⁽¹⁾	Reconhecimento	Desreconhecimento	Critério de mensuração	Imparidades /reversões	Outros	Retificações	Reclassificações	SNC-AP 01/01/2018
Ativo Não Corrente									
Ativos fixos tangíveis	8.909.097,28								8.909.097,28
Propriedades de investimento	100.338,67								100.338,67
Ativos intangíveis	39.845,65								39.845,65
Ativos biológicos									
Investimentos financeiros									
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis									
Accionistas / Sócios / Associados									
Outros ativos financeiros	33.450,36								33.450,36
Ativos não correntes detidos para venda									
Ativos por impostos diferidos									
Total dos Ativos Não Correntes:	9.082.731,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.082.731,96
Ativo Corrente									
Inventários	735.540,47								735.540,47
Ativos biológicos									
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis									
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis									
Clientes, contribuintes e utentes	3.646.918,67				-22.488,58				3.624.430,09
Estado e outros entes públicos	59.646,33								59.646,33
Accionistas / Sócios / Associados	2.050.000,00								2.050.000,00
Outras contas a receber	2.809.653,30				-61.208,94			-717,63	2.747.726,73
Diferimentos							20.303,01		20.303,01
Ativos financeiros detidos para negociação									
Outros ativos financeiros									
Caixa e depósitos	438.829,74								438.829,74
Total dos Ativos Correntes:	9.740.588,51	0,00	0,00	0,00	-83.697,52	0,00	0,00	19.585,38	9.676.476,37
Total do Ativo:	18.823.320,47	0,00	0,00	0,00	-83.697,52	0,00	0,00	19.585,38	18.759.208,33

⁽¹⁾ O normativo anterior utilizado foi o SNC.

Fonte: SIC

Quadro 95: Reconciliação para o balanço de abertura de acordo com o SNC-AP – Património Líquido e Passivo

Em Euros									
Designação	Valores conforme normativo anterior 31/12/2017 ⁽¹⁾	Reconhecimento	Desreconhecimento	Critério de mensuração	Imparidades /reversões	Outros	Retificações	Reclassificações	SNC-AP 01/01/2018
Património Líquido									
Património / Capital	29.100.000,00								29.100.000,00
Ações (quotas) próprias									
Outros instrumentos de capital próprio									
Prémios de emissão									
Reservas	1.928.025,24							-119.843,89	1.808.181,35
Resultados transitados	-29.873.938,70				-83.697,52				-29.957.636,22
Ajustamentos em ativos financeiros									
Excedentes de revalorização								119.843,89	2.310.647,93
Outras variações no património líquido	2.190.804,04								
Resultado Líquido do Período	-1.502.178,14								-1.502.178,14
Dividendos antecipados									
Interesses que não controlam									
Total do Património Líquido:	1.842.712,44	0,00	0,00	0,00	-83.697,52	0,00	0,00	0,00	1.759.014,92
Passivo									
Passivo Não Corrente									
Provisões	364.980,19								364.980,19
Financiamentos obtidos									
Fornecedores de investimentos									
Responsabilidades por benefícios pós-emprego									
Passivos por impostos diferidos									
Outras contas a pagar									
Total do Passivo Não Corrente:	364.980,19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	364.980,19
Passivo Corrente									
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos								31.374,78	31.374,78
Fornecedores	5.078.536,23							-22.320,02	5.056.216,21
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	3.590.292,46								3.590.292,46
Estado e outros entes públicos	740.447,52								740.447,52
Accionistas / Sócios / Associados									
Financiamentos obtidos									
Fornecedores de investimentos								492.115,58	492.115,58
Outras contas a pagar	7.206.351,63							-481.584,96	6.724.766,67
Diferimentos									
Passivos financeiros detidos para negociação									
Outros passivos financeiros									
Total do Passivo Corrente:	16.615.627,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.585,38	16.635.213,22
Total do Passivo:	16.980.608,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.585,38	17.000.193,41
Total do Património Líquido e Passivo:	18.823.320,47	0,00	0,00	0,00	-83.697,52	0,00	0,00	19.585,38	18.759.208,33

⁽¹⁾ O normativo anterior utilizado foi o SNC.

Fonte: SICG

No processo de transição para o SNC-AP, uma das alterações que ocorreu no Balanço foi o reconhecimento de perdas por imparidade relativas ao Estado, com exceção das entidades do SNS. Posto isto, foram alteradas as rubricas “Clientes, contribuintes e utentes” e “Outras contas a receber” nos Ativos Correntes por contrapartida de “Resultados transitados” no Património Líquido. Este ajuste ficou refletido na conta “564 – Ajustamentos de transição para o SNC-AP”, conta criada especificamente para este efeito.

As restantes variações ocorreram por via de alterações de reclassificação de rubricas, nomeadamente:

- Transferência de 22.320,02€ de “Fornecedores” para “Outras contas a pagar”, uma vez que, no normativo anterior, os fornecedores incluí as dívidas de credores por honorários clínicos e em SNC-AP este valor é considerado em outros credores;

- O modelo de Balanço apresentado na NCP 1 contempla uma linha para os “Fornecedores de Investimento”, onde se inclui as rubricas 2711 e 2712. Houve então transferência no montante de 492.115,58€ de “Outras contas a pagar” para “Fornecedores de investimento”;
- Outra alteração por via da alteração do modelo de Balanço segundo a NCP 1 foi a inclusão de “Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos”, onde se inclui as contas 202 e 206. Assim, houve uma transferência no montante de € 31.374,78 de “Outras contas a pagar” para “Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos”;
- No normativo anterior, o valor referente aos diferimentos está agrupado numa conta de passivo em “Outras contas a pagar”. Houve então a necessidade de reclassificar transferindo do passivo “Outras contas a pagar” para o ativo “Diferimentos” o montante de € 20.303,01;
- Em 2017, o património líquido inclui em “Reservas” a rubrica “Transferências de ativos” passando em 2018 para “Outras variações no património líquido”, o que se traduz numa transferência de € 119.843,89;
- Em SNC as “Outras contas a receber” considera o saldo devedor da conta 278 e as “Outras contas a pagar” considera o saldo credor, no entanto, em 2018, com a implementação do SNC-AP estas rubricas passaram a considerar o saldo de contas específicas. Posto isto, houve a necessidade de transferir os saldos devedores da conta 27892 do ativo “Outras contas a receber” para o passivo “Outras contas a pagar”, no montante de 717,63€.

9

10

11

12

A nível da Demonstração de Resultados houve necessidade de reclassificar itens que foram reconhecidos de acordo com o SNC numa categoria, mas de acordo com as Normas de Contabilidade Pública pertencem a outra categoria. Posto isto, a reconciliação da Demonstração de Resultados a 31 de dezembro de 2017 apresenta-se da seguinte forma:

Quadro 96: Reconciliação da Demonstração de Resultados conforme normativo anterior e SNC-AP 31/12/2017

Em Euros									
Designação	Valores conforme normativo anterior 31/12/2017 ⁽¹⁾	Reconhe- cimento	Desreconhe- cimento	Critério de mensuração	Imparidades /reversões	Outros	Retificações	Reclassifi- cações	SNC-AP 31/12/2017
Impostos, contribuições e taxas								958.824,11	958.824,11
Vendas									0,00
Prestações de serviços e concessões	27.410.877,30							(752.832,97)	26.658.044,33
Transferências e Subsídios correntes obtidos	100.329,37								100.329,37
Variação nos inventários da produção									0,00
Trabalhos para a própria entidade									0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(5.025.659,02)								(5.025.659,02)
Fornecimentos e serviços externos	(4.200.782,58)							2.581,28	(4.198.201,30)
Gastos com o pessoal	(18.935.494,01)								(18.935.494,01)
Transferências e subsídios concedidos									0,00
Prestações Sociais									0,00
Imparidade de inventários (perdas / reversões)									0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	(123.761,91)								(123.761,91)
Provisões (aumentos / reduções)	(83.283,38)								(83.283,38)
Imparidade de investimentos não depreciáveis / amortizáveis (perdas / reversões)									0,00
Aumentos / reduções de justo valor									0,00
Outros rendimentos e ganhos	654.346,86							(205.991,14)	448.355,72
Outros gastos e perdas	(675.402,60)							(4,00)	(675.406,60)
Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento	(878.829,97)								(876.252,69)
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	(616.268,15)								(616.268,15)
Imparidade de investimentos depreciáveis / amortizáveis (perdas / reversões)									0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	(1.495.098,12)								(1.492.520,84)
Juros e rendimentos similares obtidos	0,00								0,00
Juros e gastos similares suportados	0,00							(2.577,28)	(2.577,28)
Resultado antes de impostos	(1.495.098,12)								(1.495.098,12)
Imposto sobre o rendimento	(7.080,02)								(7.080,02)
Resultado líquido do período	(1.502.178,14)								(1.502.178,14)

Fonte: SICCC

⁽¹⁾ O normativo anterior utilizado foi o SNC.

- A estrutura da Demonstração de Resultados segundo o Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de Setembro contempla uma linha para "Impostos, contribuições e taxas", onde se inclui os rendimentos respeitantes a taxas moderadoras. Posto isto, houve então uma transferência de 958.824,11 de "Prestação de serviços e concessões" para "Impostos, contribuições e taxas";
- Em SNC-AP a conta de prestação de serviços e concessões contempla os rendimentos com o reembolso dos medicamentos cedidos pela instituição, no âmbito do Programa de Financiamento Centralizado da Hepatite C crónica, o que traduz numa transferência de € 205.991,14 de "Outros rendimentos e ganhos" para "Prestações de serviços e concessões".

- Ao contrário do anterior normativo, o SNC-AP em “Fornecimentos e Serviços Externos” não contempla gastos com serviços bancários e outros não especificados. Com isto, houve necessidade de transferir € 2.581,28 de “Fornecimentos e Serviços Externos” para “Juros e gastos similares suportados” (€ 2.577,28) e para “Outros gastos e perdas” (€ 4,00).



anex. 2.

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE, PERÍODO DE RELATO E REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

1.1. Identificação da entidade e período

O Hospital Distrital da Figueira da Foz, EPE, criado através do Decreto-Lei n.º 233/2005 de 29 de dezembro, constitui uma entidade pública empresarial dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

O HDFF, EPE tem a sua sede em Gala, freguesia de S. Pedro, concelho da Figueira da Foz e possui o número fiscal de contribuinte 506 361 527.

O HDFF, EPE presta cuidados de saúde hospitalares, que tem enquadramento no CAE 86100 – atividades dos estabelecimentos de saúde com internamento, sendo a sua tutela o Ministério da Saúde e Finanças.

Subsequentemente ao Decreto-Lei n.º 18/2017, de 10 de fevereiro que veio revogar o Decreto-Lei n.º 233/2005, de 29 de dezembro e respetivas alterações introduzidas, que determina a constituição do Hospital Distrital da Figueira da Foz, EPE e os seus estatutos, aplicam-se também as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, que revogou o Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro e a Lei n.º 27/2002, de 08 de novembro.

O relato financeiro deste documento respeita ao período findo de 31 de dezembro de 2018.

As notas não divulgadas no presente capítulo e referenciadas no Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro correspondem a situações não aplicáveis ao HDFF, EPE.

1.2. Referencial contabilístico e demonstrações financeiras

a) Referencial contabilístico

O Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, aprovou o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, doravante designado SNC-AP. O HDFF, EPE aderiu a 01 de janeiro de 2018 a este novo referencial contabilístico, dando assim cumprimento ao artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 85/2016, de 21 de dezembro, que procede à alteração do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.

No decorrer do exercício, não existiram quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação das disposições previstas neste normativo e que pudessem por em causa a imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

b) Comparabilidade

A não obrigatoriedade de reexpressar o comparativo com o SNC-AP implica a perda de comparabilidade entre 2017 e 2018, sendo a mesma retomada com as demonstrações financeiras de 2019. A Comissão de Normalização Contabilística concluiu que a apresentação do ano 2017, de acordo com os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) relativas ao subsistema da contabilidade financeira, imporia custos superiores aos benefícios a obter.

c) Caixa e Depósitos

A caixa e seus equivalentes englobam o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem e investimentos financeiros a curto prazo, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

O HDFF, EPE classifica os juros e dividendos pagos como atividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como atividades de investimento.

- A 31 de dezembro de 2018 todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso;
- A rubrica de caixa e depósitos bancários é constituída pelos seguintes saldos:

Quadro 97: Decomposição de Caixa e Depósitos Bancários

Em Euros				
Rubricas	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	1.635,38	96.177.668,29	96.176.251,23	3.052,44
Depósitos à Ordem				
IGCP	437.194,36	33.000.929,23	32.995.577,96	442.545,63
Novo Banco, S.A.	0,00	103.835,76	103.835,76	0,00
Total Caixa e Depósitos Bancários:	438.829,74	129.282.433,28	129.275.664,95	445.598,07
Dos quais: Depósitos Bancários no Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SICG

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

2.1. Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico.

Os montantes constantes nas demonstrações financeiras encontram-se expressos em Euros, salvo indicação do contrário.

O HDFF, EPE mantém o seu arquivo contabilístico em conformidade legal de forma adequada e segura. O seu sistema informático encontra-se parametrizado de acordo com exigências relativas à preparação e elaboração de informação de natureza económica e financeira.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do regime de acréscimo no qual os itens são reconhecidos como ativos, passivos, património líquido, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura concetual, em conformidade com as características qualitativas da relevância, fiabilidade, compreensibilidade, oportunidade, comparabilidade, verificabilidade e ainda a materialidade, a relação custo-benefício e o equilíbrio entre as características qualitativas.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCP requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos.

As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam uma base aceitável para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes.

As notas que se seguem visam desenvolver e comentar os valores incluídos no Balanço e Demonstração de Resultados e/ou divulgar factos ou situações que, não tendo expressão naquelas demonstrações financeiras, influenciam ou podem vir a influenciar a posição financeira do Hospital.

2.2. Outras políticas contabilísticas relevantes

a) Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição que compreende o seu preço de compra, incluindo os direitos de importação e os impostos de compra não reembolsáveis, após dedução dos descontos e abatimentos, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condição necessárias, para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida, e a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado, deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Na transição para as NCP, o HDFF, EPE decidiu considerar como custo dos ativos fixos tangíveis o seu valor reavaliado determinado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparável em termos gerais ao custo, mensurado de acordo com a NCP 5.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas, se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o HDFF, EPE.

Os custos de assistência diária ou de reparação e manutenção são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos de acordo com o regime de acréscimo.

O HDFF, EPE procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas segundo o método da linha reta, após a dedução do seu valor residual (quando aplicável), de acordo com os períodos de vida útil esperada dos bens, definidos no Classificador Complementar 2 em anexo ao DL n.º 192/2015, de 11 de Setembro.

As vidas úteis, método de depreciação e valor residual dos bens são revistos anualmente. O efeito das alterações a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre o recebimento e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecidos como rendimentos ou gastos no período. No caso de alienação de bens revalorizados, o montante incluído em excedentes de revalorização é transferido para resultados transitados.

b) Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados pelo seu custo de aquisição, incluindo os direitos de importação e os impostos sobre as compras não reembolsáveis, após dedução dos descontos comerciais e abatimentos e qualquer custo diretamente atribuível de preparação do ativo para o seu uso pretendido, deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade. O custo de um ativo intangível gerado internamente é a soma dos dispêndios incorridos desde a data em que o ativo intangível primeiramente satisfaz os critérios de reconhecimento definidos no parágrafo 4 da NCP 3.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos intangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o HDFF, EPE ou faça parte do custo de um ativo intangível que satisfaça os critérios de reconhecimento.

Os custos de atividades de arranque, formação, atividades de publicidade e promocionais e dispêndios com a mudança de local ou reorganização são reconhecidas como gastos à medida que são incorridos de acordo com o regime de acréscimo.

O HDFF, EPE procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Uma entidade deve avaliar se a vida útil de um ativo intangível é ou finita ou indefinida e, se for finita, a duração de, ou o número de unidades de produção ou de unidades similares constituintes dessa vida útil. A quantia depreciável de um ativo intangível com uma vida útil finita deve ser imputada numa base sistemática durante a sua vida útil. As depreciações dos ativos intangíveis são calculadas segundo o método da linha recta, após a dedução do seu valor residual (quando aplicável), de acordo as vidas úteis definidas no Classificador Complementar 2, em anexo ao DL n.º 192/2015, de 11 de setembro.

c) Locações

O HDFF, EPE classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da substância da transação e não da forma do contrato. Uma locação é classificada como locação financeira se ela transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade. Uma locação é classificada como locação operacional se ela não transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade.

- **Locações operacionais**

Os pagamentos/recebimentos efetuados pelo HDFF, EPE à luz dos contratos de locação operacional são registados nos gastos/rendimentos dos períodos a que dizem respeito numa base linear.

- **Locações financeiras**

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como ativo e passivo pelo justo valor da propriedade locada, ou se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os custos directos iniciais do locatário são adicionados à quantia reconhecida como ativo.

Os pagamentos mínimos da locação financeira são repartidos pelo encargo financeiro e pela redução do passivo pendente. Os encargos financeiros são imputados a cada período durante o prazo de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo.

d) Investimentos Financeiros

Os outros investimentos financeiros encontram-se registados pelo valor de custo deduzido das respetivas perdas por imparidade quando aplicável.

e) Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento encontram-se registadas pelo seu valor de custo, incluindo os custos de transação e os custos incorridos subsequentemente para adicionar a, substituir partes de, ou prestar manutenção a uma propriedade, deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

f) Imposto sobre o Rendimento do Período

O imposto sobre o rendimento do período é calculado com base no resultado tributável do HDFF, EPE e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no resultado tributável (o qual difere do resultado contabilístico) do HDFF, EPE, de acordo com as regras fiscais aprovadas à data de balanço no local da sede.

O HDFF, EPE encontra-se sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC") à taxa de 21% sobre a matéria coletável.

A tributação é acrescida de Derrama municipal de 1,5% sobre o lucro tributável, resultando numa taxa de imposto agregada de 22,5%.

Adicionalmente, o lucro tributável que exceda os € 1.500.000 são sujeitos a Derrama estadual às seguintes taxas:

- 3% para lucros tributáveis entre € 1.500.000 e € 7.500.000;
- 5% para lucros tributáveis entre € 7.500.000 e € 35.000.000; e
- 7% para lucros tributáveis superiores a € 35.000.000.

Em 2018, o HDFF, EPE não é sujeito a derrama estadual.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos relevados contabilisticamente e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados, e periodicamente avaliados, utilizando as taxas de tributação aprovadas à data de balanço, não se procedendo ao respectivo desconto financeiro.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos somente quando for provável que lucros tributáveis estarão disponíveis contra os quais as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

Na data de cada balanço, é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos no sentido de as reconhecer ou ajustar, em função da expectativa atual da sua recuperação futura.

Os prejuízos fiscais apurados a partir de 1 de janeiro de 2012 até 31 de dezembro de 2013 podem ser reportados por um período de 5 anos. Os prejuízos fiscais gerados em exercícios iniciados em ou após de 1 de janeiro de 2014 podem ser reportados por um período de 12 anos.

Adicionalmente, a dedução de prejuízos fiscais reportáveis está limitada a 70% do lucro tributável, sendo esta regra aplicável às deduções efectuadas nos períodos de tributação iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014, independentemente do período de tributação em que tenham sido apurados.

O imposto sobre o rendimento é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios, são reconhecidos em resultados, no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

g) Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de transformação e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e condições atuais. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos custos estimados de acabamento e os custos para realizar a venda, troca ou distribuição.

A fórmula de custeio das saídas de armazém (consumos) é o custo médio ponderado.

O HDFF, EPE reduz o custo dos inventários (*write down*) para o seu valor realizável líquido sempre que esses ativos estão escriturados por quantias superiores àquelas que previsivelmente resultariam da sua venda ou uso.

A quantia de qualquer abate de inventários, assim como qualquer outra perda, é reconhecida como gasto no período em que ocorre.

h) Créditos a Receber

Os créditos a receber são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizadas ao custo ou custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva, sendo apresentadas em balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base nos critérios definidos pelo HDFF, EPE para reconhecer ou não a existência de uma imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço.

As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

i) Caixa e Equivalentes de Caixa

A caixa e seus equivalentes englobam o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem e investimentos financeiros a curto prazo, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

j) Efeitos das alterações em taxas de câmbio

As transações em moeda estrangeira são convertidas para euros à taxa de câmbio em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas nos resultados.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio da data da transação.

Os ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

As diferenças de câmbio resultantes da liquidação de itens monetários ou do relato de itens monetários a taxas diferentes das que foram inicialmente registadas durante o período, ou relatadas em demonstrações financeiras anteriores, são reconhecidas nos resultados do período em que ocorrem.

Quando um ganho ou uma perda num item não monetário é reconhecido diretamente no capital próprio, qualquer diferença de câmbio incluída nesse ganho ou perda é reconhecida diretamente no capital próprio.

Quando um ganho ou uma perda com um item não monetário é reconhecido nos resultados, qualquer diferença de câmbio incluída nesse ganho ou perda é reconhecida nos resultados.

k) Provisões

São reconhecidas provisões quando:

- O HDFF, EPE tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um acontecimento passado;
- É provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação; e,
- É possível efetuar uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão, de acordo com a estimativa das respectivas responsabilidades futuras.

l) Ativos e Passivos Contingentes

O HDFF, EPE não reconhece ativos e passivos contingentes. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos ou potencial de serviço.

Os ativos são divulgados, quando for provável um influxo de benefícios económicos ou potencial de serviço.

m) Reconhecimento de Gastos e Rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros ativos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

n) Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é qualquer contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento de capital próprio de uma outra entidade.

O reconhecimento e desreconhecimento de um ativo ou passivo financeiro no HDFF, EPE é efetuado em conformidade com o que se encontra definido na NCP 18.

o) Acontecimentos Após a Data de Balanço

As demonstrações financeiras apresentadas refletem os eventos subsequentes ocorridos até à data de encerramento das contas.

Os eventos ocorridos após a data do balanço sobre condições que existiam são considerados na preparação das demonstrações financeiras.

Os acontecimentos materiais que após a data do balanço que não dão lugar a ajustamentos são divulgados na Nota 17.

p) Imparidades

Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidade. Para tal, a entidade define os acontecimentos e circunstâncias que devem conduzir ao reconhecimento ou reversão da perda por imparidade.

Para os ativos financeiros que apresentam indicadores de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

2.3. Principais Estimativas e Julgamentos

As NCP requerem que sejam efetuadas estimativas e julgamentos no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos.

Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos gastos e rendimentos reais.

As principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos são discutidos nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados pelo HDFF, EPE e a sua divulgação.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo HDFF, EPE, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido.

O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do HDFF, EPE e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

2.4. Principais Pressupostos relativos ao Futuro

Não foram identificadas pelo Conselho de Administração do HDFF, EPE situações que sejam suscetíveis de provocar ajustamentos materiais nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano seguinte ou mesmo que coloquem em causa a continuidade do HDFF, EPE.

2.8. Erros materiais de períodos anteriores

Em 2015 o HDFF, EPE apresentou pela primeira vez as suas demonstrações financeiras em SNC, no entanto não desreconheceu as despesas de investigação e desenvolvimento, que com a implementação deste normativo deixaram de ser consideradas ativos intangíveis e passaram a ser consideradas gastos. Em 2018, com a implementação do SNC-AP, procedeu-se ao desreconhecimento dos bens contabilizados na referida rubrica, dando cumprimento ao estabelecido na NCP 3.

17
sh
S
cuiz

3. ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis encontram-se registados pelo seu custo de aquisição, incluindo os direitos de importação e os impostos sobre as compras não reembolsáveis, após dedução dos descontos comerciais e abatimentos e qualquer custo diretamente atribuível de preparação do ativo para o seu uso pretendido, deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Um ativo intangível deve ser mensurado inicialmente pelo custo de acordo com os parágrafos 27 a 38 da NCP 3. Quando um ativo intangível for adquirido através de uma transação sem contraprestação, o seu custo inicial à data de aquisição deve ser mensurado pelo seu justo valor nessa data.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos intangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o HDFF, EPE ou faça parte do custo de um ativo intangível que satisfaça os critérios de reconhecimento.

Os custos de atividades de arranque, formação, atividades de publicidade e promocionais e dispêndios com a mudança de local ou reorganização são reconhecidas como gastos à medida que são incorridos de acordo com o regime de acréscimo.

O HDFF, EPE procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Uma entidade deve avaliar se a vida útil de um ativo intangível é ou finita ou indefinida e, se for finita, a duração de, ou o número de unidades de produção ou de unidades similares constituintes dessa vida útil. A quantia depreciável de um ativo intangível com uma vida útil finita deve ser imputada numa base sistemática durante a sua vida útil. As depreciações dos ativos intangíveis são calculadas segundo o método da linha recta, após a dedução do seu valor residual (quando aplicável), de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

Quadro 98: Períodos de vida útil esperada dos ativos intangíveis

Descrição	Número de Anos
Programas de computador e sistemas de informação	0 - 4

Fonte: GHAF

Esta rubrica é analisada como segue:

Quadro 99: Decomposição de Ativos Intangíveis

Descrição	Início do período			Final do período				
	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada
Projetos de desenvolvimento	245.789,41	232.961,27	0,00	12.828,14	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador e sistemas de informação	948.469,65	921.452,14	0,00	27.017,51	1.143.259,26	948.214,59	0,00	195.044,67
Total	1.194.259,06	1.154.413,41	0,00	39.845,65	1.143.259,26	948.214,59	0,00	195.044,67

Fonte: SICG

Os movimentos na rubrica de ativos intangíveis durante o ano 2018 são analisados como segue:

Quadro 100: Variações de Ativos Intangíveis

Descrição	Projetos de desenvolvimento	Programas de computador e sistemas de informação	Total
1 Quantia Escriturada Inicial	12.828,14	27.017,51	39.845,65
2 Variações			0,00
2.1 Adições	0,00	194.789,61	194.789,61
Internas			0,00
Compra		194.789,61	194.789,61
Cessão			0,00
Transferência ou troca			0,00
Doação, herança, legado ou perdido a favor do Estado			0,00
Doação em pagamento			0,00
Locação Financeira			0,00
Fusão, cisão, reestruturação			0,00
Outros			0,00
2.2 Transferências Internas à Entidade			0,00
2.3 Revalorizações			0,00
2.4 Reversões de Perdas por Imparidade			0,00
2.5 Perdas por imparidade			0,00
2.6 Amortizações do Período	0,00	-26.762,45	-26.762,45
2.7 Diferenças Cambiais			0,00
2.8 Diminuições	-12.828,14	0,00	(12.828,14)
Alienação a título oneroso			0,00
Transferência ou Troca			0,00
Fusão, cisão, reestruturação			0,00
Outros	-12.828,14		-12.828,14
3 Quantia Escriturada Final	0,00	195.044,67	195.044,67

Fonte: SICG

A diminuição de € 12.828,14 na rubrica de projetos de desenvolvimento diz respeito ao desreconhecimento das despesas de investigação e desenvolvimento, que em SNC-AP deixaram de ser consideradas ativos intangíveis e passaram a ser consideradas gastos, dando cumprimento ao estabelecido na NCP 3.

5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição que compreende o seu preço de compra, incluindo os direitos de importação e os impostos de compra não reembolsáveis, após dedução dos descontos e abatimentos, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condição necessárias, para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida, e a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no

qual este está localizado, deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o HDFF, EPE. Os custos de assistência diária ou de reparação e manutenção são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos de acordo com o regime de acréscimo.

O HDFF, EPE procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas após a data em que os bens se encontram disponíveis para utilização, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil máximo constante no Classificador Complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, do SNC-AP.

Os períodos de vida útil utilizados para os ativos fixos tangíveis são os seguintes:

Quadro 101: Períodos de vida útil esperada dos ativos fixos

Descrição	Número de Anos
Terrenos e recursos naturais	-
Edifícios e outras construções	3 - 80
Equipamento básico	2 - 8
Equipamento de transporte	4 - 10
Equipamento administrativo	3 - 8
Outros ativos fixos tangíveis	1 - 8

Fonte: GHAF

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre o recebimento e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecidos como rendimentos ou gastos no período. No caso de alienação de bens revalorizados, o montante incluído em excedentes de revalorização é transferido para resultados transitados.

Esta rubrica é analisada como segue:

Quadro 102: Decomposição de Ativos Fixos Tangíveis

Descrição	Início do período			Final do período				
	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada
Bens de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Terrenos e recursos naturais	23.767,72	0,00	0,00	23.767,72	23.767,72	0,00	0,00	23.767,72
Edifícios e outras construções	10.698.199,58	3.025.534,32	0,00	7.672.665,26	10.758.491,55	3.316.084,92	0,00	7.442.406,63
Equipamento básico	8.753.670,22	7.833.605,19	0,00	920.065,03	9.499.028,24	7.972.277,44	0,00	1.526.750,80
Equipamento de transporte	129.766,77	77.562,12	0,00	52.204,65	161.766,77	87.622,39	0,00	74.144,38
Equipamento administrativo	3.172.860,51	3.030.565,64	0,00	142.294,87	3.182.955,43	3.051.212,57	0,00	131.742,86
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis	228.902,45	226.953,98	0,00	1.948,47	227.264,61	225.563,28	0,00	1.701,33
Ativos fixos tangíveis em curso	96.151,28	0,00	0,00	96.151,28	96.151,28	0,00	0,00	96.151,28
Total	23.103.318,53	14.194.221,25	0,00	8.909.097,28	23.949.425,60	14.652.760,60	0,00	9.296.665,00

Fonte: SICCC

Os movimentos na rubrica de ativos fixos tangíveis durante o ano 2018 são analisados como segue:

Quadro 103: Variações de Ativos Fixos Tangíveis

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
1 Quantia Escriturada Inicial	23.767,72	7.672.665,26	920.065,03	52.204,65	142.294,87	0,00	1.948,47	96.151,28	8.909.097,28
2 Variações									0,00
2.1 Adições	0,00	60.291,97	933.053,08	32.000,00	49.483,14	0,00	1.681,98	0,00	1.076.510,17
Internas									0,00
Compra	0,00	60.291,97	933.053,08	32.000,00	49.483,14	0,00	1.681,98	0,00	1.076.510,17
Cessão									0,00
Transferência ou troca									0,00
Expropriação									0,00
Dação em pagamento									0,00
Locação financeira									0,00
Fusão, cisão, reestruturação									0,00
Outros									0,00
2.2 Transferências Internas à Entidade									0,00
2.3 Revalorizações									0,00
2.4 Reversões de Perdas por Imparidade									0,00
2.5 Perdas por imparidade									0,00
2.6 Depreciações do Período	0,00	(290.550,50)	(318.691,88)	(10.060,27)	(60.013,88)	0,00	(1.929,12)	0,00	(681.245,75)
2.7 Diferenças Cambiais									0,00
2.8 Diminuições	0,00	0,00	(7.675,43)	0,00	(21,27)	0,00	0,00	0,00	(7.696,70)
Alienação a título oneroso									0,00
Transferência ou Troca									0,00
Devolução ou reversão									0,00
Fusão, cisão, reestruturação									0,00
Outros	0,00	0,00	(7.675,43)	0,00	(21,27)	0,00	0,00	0,00	(7.696,70)
3 Quantia Escriturada Final	23.767,72	7.442.406,63	1.526.750,80	74.144,38	131.742,86	0,00	1.701,33	96.151,28	9.296.665,00

Fonte: SICCC

As principais adições do período de 2018 referem-se à aquisição de equipamento básico, edifícios e outras construções e equipamento administrativo.

Relativamente às contas de Ativos Fixos Tangíveis, importa destacar os seguintes aspetos:

- A rubrica “Edifícios e outras construções” reflete as benfeitorias realizadas até à data no edifício da sede do Hospital, dado que o mesmo não se encontra registado nos ativos fixos tangíveis, bem como o novo edifício no qual se encontram instalados os serviços de urgência e consulta externa.

- Os incrementos registados nas rubricas de ativos fixos tangíveis durante o ano de 2018, de € 1.076.510, decorrem exclusivamente dos investimentos realizados, dos quais, face ao peso global na estrutura de investimentos, podemos destacar a aquisição de equipamento de Ortopedia e Urologia para o bloco operatório, compras no âmbito dos projetos “Figueira Respira +” e “Hospitalização Domiciliária”, aquisição de um magnetómetro para o serviço de Cirurgia Geral, compra de mesa operatória e de um ventilador para a Unidade de Cirurgia de Ambulatório.
- A rubrica de equipamentos de transporte é constituída pelas seguintes viaturas:
 - ✓ “Opel Astra” (88-CP-07)
 - ✓ “Volvo” (79-CT-52)
 - ✓ “Mercedes” (85-BS-30)
 - ✓ “Peugeot” (90-MU-56)
 - ✓ “Ford” (13-TV-99)
 - ✓ “Nissan” (45-VS-89)

Durante o exercício de 2018 não foram efetuadas reavaliações aos ativos fixos tangíveis.

Não existem ativos fixos tangíveis em poder de terceiros ou em propriedade alheia, encontrando-se afetos às atividades desenvolvidas pelo Hospital.

O edifício principal onde se encontra instalado o Hospital pertence ao Estado Português, sendo ocupado pelo HDFF, EPE para o exercício das suas atividades.

O Conselho de Administração solicitou à Direção de Serviços de Gestão Patrimonial da DGTF a transferência de propriedade do imóvel para o património da instituição, não tendo a resposta obtida ido de encontro às pretensões do HDFF, EPE, pelo que se prevê a manutenção deste património imobiliário na esfera direta do Estado.

8. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

As propriedades de investimento encontram-se registadas pelo seu valor de custo, incluindo os custos de transação e os custos incorridos subsequentemente para adicionar a, substituir partes de, ou prestar manutenção a uma propriedade, deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Esta rubrica é analisada como segue:

Quadro 104: Propriedades de Investimento

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Total
1 Quantia Escriturada Inicial	38.637,69	61.700,98	100.338,67
2 Variações			0,00
2.1 Adições	0,00	0,00	0,00
Internas			0,00
Compra			0,00
Cessão			0,00
Transferência ou troca			0,00
Doação, herança, legado ou perdido a favor do Estado			0,00
Dação em pagamento			0,00
Locação Financeira			0,00
Fusão, cisão, reestruturação			0,00
Outros			0,00
2.2 Transferências Internas à Entidade			0,00
2.4 Reversões de Perdas por Imparidade			0,00
2.5 Perdas por imparidade			0,00
2.6 Amortizações do Período	0,00	-1.236,12	-1.236,12
2.7 Diferenças Cambiais			0,00
2.8 Diminuições	0,00	0,00	0,00
Alienação a título oneroso			0,00
Transferência ou Troca			0,00
Fusão, cisão, reestruturação			0,00
Outros			0,00
3 Quantia Escriturada Final	38.637,69	60.464,86	99.102,55
4 Gastos do exercício	0,00	0,00	0,00
5 Rendimentos do exercício	0,00	0,00	0,00
Rendas			0,00
Outros			0,00

Fonte: SICG

Os valores inscritos nesta rubrica dizem respeito à celebração de um contrato de dação em cumprimento, no ano de 2017, sendo que a obrigação de pagamento ficou integralmente cumprida com a dação dos seguintes imóveis:

- Prédio urbano;
- Garagem;
- Dois terrenos para construção.

As quantias incluídas na demonstração de resultados, em gastos do exercício, respeitam a valores pagos de Imposto Municipal sobre Imóveis e despesas com o condomínio.

9. IMPARIDADE DE ATIVOS

Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros e sempre que possa ser medido de forma fiável.

Para os ativos financeiros que apresentam indicadores de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de perda de valor resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial.

Em 31 de dezembro de 2018 foram reconhecidas as seguintes imparidades na rubrica de clientes, contribuintes e utentes:

Quadro 105: Imparidade de Ativos

Classe de ativos	Natureza do ativo	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável	Modelo utilizado
Clientes, contribuintes e utentes	Ativo gerador de caixa	7.177.579,60	3.496.388,59	3.681.191,01	Valor de uso

Fonte: SICG

A Instituição procede à análise periódica da cobrabilidade de dívidas a receber de terceiros. Para efeitos de constituição de imparidades de ativos, consideram-se as dívidas de terceiros que estejam em mora há mais de um ano e cujo risco de incobrabilidade seja devidamente justificado.

Em termos da obtenção dos montantes reconhecidos, o mesmo é elaborado com base nos valores apresentados na rubrica 215 – Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa, para créditos em mora há mais de 12 meses.

Quadro 106: Movimentação de Perdas por Imparidade de Clientes, contribuintes e utentes

Descrição	Saldo Inicial	Perdas	Utilizações	Reversões	Saldo Final
Imparidade de Clientes, contribuintes e utentes	3.298.248,59	203.805,18	0,00	5.665,18	3.496.388,59

Fonte: SICG

Nesse sentido, durante o exercício de 2018, procedeu-se ao reforço das provisões para cobertura de dívidas em mora há mais de um ano, no montante de € 203.805,18.

No decurso do ano de 2018 o HDFF, EPE procedeu à reversão do desreconhecimento de imparidades anteriormente constituídas, no montante de € 5.665,18.

les
af
f.

10. INVENTÁRIOS

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos custos de venda.

que

A fórmula de custeio das saídas de armazém (consumos) é o custo médio ponderado.

O HDFF, EPE reduz o custo dos inventários (write down) para o seu valor realizável líquido sempre que esses ativos estão escriturados por quantias superiores àquelas que previsivelmente resultariam da sua venda ou uso.

Esta rubrica é analisada como segue:

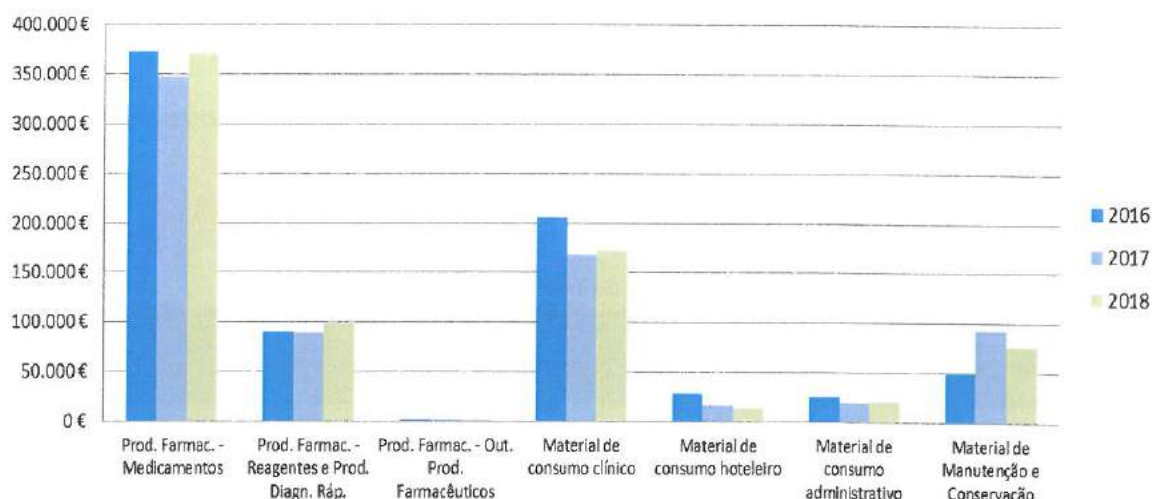
Quadro 107: Movimentação das Rubricas de Inventários

Descrição	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Total
Quantia escriturada inicial	735.540,47	735.540,47
Compras líquidas	5.456.741,54	5.456.741,54
Consumos/gastos	5.431.930,19	5.431.930,19
Variações nos inventários da produção		0,00
Perdas por imparidade		0,00
Reversões de perdas por imparidade		0,00
Outras reduções de inventários	6.703,67	6.703,67
Outros aumentos de inventários	1.186,51	1.186,51
Quantia escriturada final	754.834,66	754.834,66

Ponte: SICC

Em termos comparativos, o valor dos inventários finais, apresenta a seguinte evolução para o período 2016-2018:

Gráfico 24: Evolução das Rubricas de Inventários 2016-2018



Fonte: SICCC

Durante o exercício de 2018 foram reconhecidos como Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas um total de € 5.431.930,19 (em 2017 foram € 5.025.659,02).

13. RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES COM CONTRAPRESTAÇÃO

Os rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo.

Os rendimentos reconhecidos no período provenientes de prestações de serviços têm a seguinte decomposição:

Quadro 108: Rendimento de Transações com Contraprestação

Descrição	2018
Prestações de serviços e concessões	
SNS - SERVIÇO NAC. SAÚDE (Contrato Programa EPE)	24.289.392,42
Prestações de Saúde de Financiamento Vertical (ACSS)	469.934,73
Outras entidades responsáveis	492.566,00
Total:	25.251.893,15

Fonte: SICCC

O valor contabilizado no período de € 25.251.893,15 inclui o valor da prestação de serviços da responsabilidade financeira de entidades externas ao SNS (inclusive o valor da estimativa dos serviços prestados em 2018 e não faturados), a prestação de serviços da responsabilidade financeira da ACSS, IP abrangida pelo Contrato-Programa para 2018 e pelas convenções internacionais.

14. RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÃO

Os rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo.

Os rendimentos provenientes de transações sem contraprestação reconhecidos no exercício findo de 31 de dezembro de 2018, têm a seguinte decomposição:

Quadro 109: Rendimento de Transações sem Contraprestação

Descrição	2018
Taxas	951.863,10
Multas e outras penalidades	3,41
Transferências	1.659.420,96
Subsídios	101.502,30
Reversões	104.665,19
Outros rendimentos e ganhos	
Rendimentos suplementares	82.691,70
Descontos de pronto pagamento obtidos	5.847,61
Ganhos em inventários	1.186,51
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	445.575,10
Outros	
Correções relativas a períodos anteriores	123.366,29
Excesso de estimativa para impostos	3.142,93
Imputação de subsídios e transferências para investimentos	63.820,93
Outros não especificados	5.942,00
Total:	3.549.028,03

Fonte: SICCC

Os maiores rendimentos obtidos no exercício por parte do HDFF, EPE respeitam às transferências obtidas, no âmbito da contabilização dos custos de contexto do Contrato-Programa de 2018, e as taxas moderadoras. Nos outros rendimentos e ganhos estão essencialmente incluídos rendimentos provenientes de sinistros, de correções relativas a períodos anteriores, de excesso de estimativa de impostos e da imputação de subsídios para o investimento.

15. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

São reconhecidas provisões quando:

- O HDFF, EPE tem uma obrigação presente, legal ou construtiva como resultado de um acontecimento passado;
- É provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação; e,
- É possível efetuar uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão, de acordo com a estimativa das respetivas responsabilidades futuras.

O HDFF, EPE não contabiliza ativos e passivos contingentes. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos. Os ativos são divulgados, quando for provável um influxo de benefícios económicos.

a) Provisões

De acordo com a Portaria n.º 898/2000, de 28 de setembro, a constituição de provisões deve respeitar apenas às situações a que estejam associados riscos em que não se trate apenas de uma simples estimativa de um passivo certo, a sua contabilização pretende registar perdas potenciais e tem como objetivo corrigir o resultado de um exercício e de um custo correspondente a riscos ou despesas a pagar de ocorrência e de montante, em geral, incerto.

À data de 31 de dezembro de 2018 existem processos judiciais intentados contra o HDFF, EPE, no montante global de € 263.517,17 que é convicção da Administração, atendendo aos pressupostos e antecedentes das ações judiciais, às expectativas dadas pelos advogados que patrocinam o HDFF, EPE e às demais circunstâncias que envolvem os processos, que poderão resultar em responsabilidades para o HDFF, EPE, justificando-se o registo de provisões para Processos Judiciais em Curso.

As provisões acumuladas constituídas pela Instituição apresentam, no exercício de 2018, os seguintes movimentos:

Quadro 110: Movimentação de Provisões no exercício de 2018

Descrição	Processos judiciais em curso	Total
1 Quantia escriturada inicial	364.980,19	364.980,19
2 Aumentos	0,00	0,00
Reforços		0,00
Aumentos da quantia descontada		0,00
Outros aumentos		0,00
3 Diminuições	101.463,02	101.463,02
Utilizações	2.463,01	2.463,01
Reversões	99.000,01	99.000,01
Outras diminuições		0,00
4 Quantia escriturada final	263.517,17	263.517,17

Fonte: SICC

O quadro anterior demonstra a evolução registada no decurso do ano de 2018, salientando-se a diminuição por via da utilização de € 2.463,01, uma vez que o HDFF, EPE foi condenado no processo

em causa, e reversão de € 99.000,01, por via do término de dois processos judiciais, no decorrer no último ano.

A instituição considera como suficiente, o nível de provisões atualmente constituídas para fazer face a possíveis responsabilidades no âmbito de processos judiciais em que a Instituição é interveniente.

A natureza das obrigações contabilizadas como Provisões apresenta-se do seguinte modo:

Quadro 111: Natureza das obrigações – processos judiciais em curso

Natureza da obrigação	Valor
Créditos Laborais / Promoção na Carreira	135.000,00
Créditos Laborais	16.072,36
Negligência Médica	112.444,81
Total	263.517,17

O HDFF, EPE desconhece o momento esperado para a conclusão dos processos em curso.

b) Passivos e ativos contingentes

Foram identificadas dois processos em tribunal contra HDFF, EPE como passivos contingentes, que visam a reclamação de direitos na carreira de enfermagem e direitos laborais, dada a baixa probabilidade de ser exigido um exfluxo de recursos e a impossibilidade de ser feita uma estimativa suficientemente fiável da quantia da obrigação.

17. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE RELATO

As demonstrações financeiras que incluem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração das Alterações no Património Líquido e o Anexo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração do HDFF, EPE, no dia 11 de junho de 2019.

Não são conhecidos à data quaisquer acontecimentos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2018.

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Estes investimentos encontram-se mensurados pelo custo de aquisição deduzidos de quaisquer perdas de imparidade.

A 31 de dezembro de 2018, os instrumentos financeiros apresentam-se do seguinte modo:

Quadro 112: Ativos financeiros

Descrição	Quantia escriturada inicial	Aumentos		Diminuições		Quantia escriturada final
		Compras	Outros	Alienações	Outros	
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado						
Clientes, contribuintes e utentes	3.624.430,09	0,00	26.185.158,37	0,00	26.128.397,45	3.681.191,01
Estado e outros entes públicos	59.646,33	0,00	53.074,74	0,00	20.116,53	92.604,54
Outras contas a receber	2.747.726,73	0,00	29.892.373,08	0,00	28.094.812,69	4.545.287,12
Diferimentos	20.303,01	0,00	33.064,09	0,00	28.936,08	24.431,02
Outros ativos financeiros	33.450,36	16.686,98	0,00	0,00	9.632,98	40.504,36
Caixa e depósitos	438.829,74	0,00	129.282.433,28	0,00	129.275.664,95	445.598,07

Fonte: SICG

Quadro 113: Passivos financeiros

Descrição	Quantia escriturada inicial	Aumentos		Diminuições		Quantia escriturada final
		Aquisições	Outros	Liquidações	Outros	
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado						
Fornecedores	5.056.216,21		10.511.933,14		12.719.257,49	2.848.891,86
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	3.590.292,46		26.690.624,04		25.680.539,47	4.600.377,03
Estado e outros entes públicos	740.447,52		9.287.241,87		9.256.392,12	771.297,27
Outras contas a pagar	6.724.766,67		22.121.425,23		22.080.584,11	6.765.607,79

Fonte: SICG

18.1. CLIENTES, CONTRIBUINTES E UTENTES

A rubrica de clientes, contribuintes e utentes teve a seguinte evolução:

Quadro 114: Clientes, contribuintes e utentes

Clientes, contribuintes e utentes	2016	2017	2018
Clientes c/c	7.716.127,58	3.328.893,12	3.416.841,13
Clientes títulos a receber	0,00	0,00	0,00
Contribuintes	0,00	0,00	0,00
Utentes	256.903,06	272.102,41	264.225,70
Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	3.126.497,49	3.260.474,21	3.496.512,77
Perdas por imparidade acumuladas	(3.090.789,16)	(3.214.551,07)	(3.496.388,59)
Total:	8.008.738,97	3.646.918,67	3.681.191,01

Fonte: SICG

O quadro seguinte reflete os movimentos contabilísticos efetuados durante o exercício de 2018 relativos à passagem dos documentos de conta corrente para “Clientes de Cobrança Duvidosa”.

De 2017 para 2018 registou-se um aumento do valor dos clientes de cobrança duvidosa no montante de € 152.341,04.

Quadro 115: Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa

Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
Clientes	1.023.392,08	11.854,73	11.188,55	1.024.058,26
Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
Utentes	2.320.779,65	152.206,02	531,16	2.472.454,51
Total:	3.344.171,73	164.060,75	11.719,71	3.496.512,77

Fonte: SICC

Os movimentos relacionados com perdas por imparidade acumuladas encontram-se discriminados na nota 9.

18.2. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

A rubrica de Estado e Outros Entes Públicos é analisada como segue:

Quadro 116: Estado e Outros Entes Públicos duvidosa

Descrição	2016	2017	2018
Ativo			
Pagamentos por conta	0,00	12.026,81	0,00
Pagamento especial por conta	0,00	47.619,52	85.524,52
Retenções na fonte efetuadas por terceiros	0,00	0,00	7.080,02
	0,00	59.646,33	92.604,54
Passivo			
Imposto estimado	19.938,74	7.080,02	14.545,79
Retenção de impostos sobre rendimentos	308.527,93	306.535,83	320.202,47
IVA Regularizações	736,00	0,00	0,00
IVA A pagar	582,87	1.516,65	9.526,48
Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	437.952,56	425.315,02	427.022,53
	767.738,10	740.447,52	771.297,27

Fonte: SICC

Em 31 de dezembro de 2018 não existia qualquer dívida do Hospital Distrital da Figueira da Foz, EPE em mora ao Estado ou a outros Entes Públicos.

O valor passivo da rubrica de “Estado e Outros Entes Públicos” apresenta um saldo no montante de € 771.297,27, conforme anteriormente indicado.

As dívidas anteriormente indicadas, resultam da normal atividade da Instituição, sendo que se procederá à sua liquidação nos respetivos prazos legais.

18.3. OUTRAS CONTAS A RECEBER

A rubrica de outros créditos a receber é analisada como segue:

Quadro 117: Outras contas a receber

Descrição	2016	2017	2018
Adiantamentos	6.112,93	5.039,31	5.478,42
Devedores por acréscimos de rendimentos	4.951.855,80	2.506.642,33	4.291.589,60
Outros devedores	301.243,76	297.254,03	248.219,10
	5.259.212,49	2.808.935,67	4.545.287,12

Fonte: SICC

Os adiantamentos evidenciados em 31 de dezembro de 2017, respeitam a adiantamentos efetuados ao pessoal e ascendem ao montante de € 5.478,42.

O HDFF, EPE tem envidado esforços no sentido de providenciar, com elevado grau de cumprimento, o respeito pelo princípio da especialização do exercício.

Encontram-se refletidos na rubrica de devedores por acréscimo de rendimentos, as estimativas dos valores a faturar à ACSS, I.P., por conta dos Contratos Programa de 2017 e 2018, em conformidade com as orientações dadas pelo Conselho Diretivo da ACSS, a estimativa da prestação de serviços a facturar às instituições de saúde de origem dos doentes operados no âmbito do SIGIC externo e da restante atividade não faturada da responsabilidade de terceiros.

Quadro 118: Devedores por acréscimos de rendimentos

Descrição	2018
Devedores por acréscimos de rendimentos	
ACSS, IP	3.358.314,04
Instituições do SNS - ARS	7.891,20
Instituições do SNS - EPE	312.227,15
Instituições do SNS - SPA	0,00
Outras Instituições Ministério da Saúde	5.346,40
Outros Clientes	607.810,81
	4.291.589,60

Fonte: SICC

18.4. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Relativamente à rubrica de outros ativos financeiros, esta compreende a participação no fundo de Compensação do Trabalho (FCT), que se trata de um fundo de capitalização individual, destinado ao pagamento parcial (até 50%) da compensação por cessação do contrato de trabalho dos profissionais.

Em 2018 verificou-se um aumento da mesma no montante de € 16.686,98 e uma diminuição de €9.632,98, sendo esta relativa à restituição dos valores possíveis, desde 01 de outubro de 2013 até 18 de dezembro de 2018, sobre todos os trabalhadores cujos contratos de trabalho cessaram por caducidade ou por denúncia.

18.5. OUTRAS CONTAS A PAGAR

A rubrica de outras contas a pagar é analisada como segue:

Quadro 119: Outras contas a pagar

Descrição	2016	2017	2018
Corrente			
Pessoal	16.669,01	14.364,64	13.194,44
Credores por acréscimos de gastos	2.875.905,70	3.082.301,07	3.321.959,44
Credores por subscrições não liberadas	0,00	0,00	0,00
Cauções	19.774,60	0,00	0,00
Outros devedores e credores	3.069.501,39	3.277.705,13	3.025.871,97
Devedores e credores por transferências e empréstimos bonificados	378.492,31	350.395,83	404.581,94
	6.360.343,01	6.724.766,67	6.765.607,79

Fonte: SICCC

No passivo da Instituição, encontram-se refletidas à data de 31 de dezembro de 2018, montantes referentes a remunerações a pagar aos Órgãos Sociais e de Gestão (€ 3.960,06) e a outras operações com pessoal (€ 9.234,38).

Não existem responsabilidades do HDFF, EPE por garantias ou avales prestados.

Quadro 120: Credores por acréscimos de gastos

Descrição	2018
Credores por acréscimos de gastos	
Remunerações a liquidar	2.874.780,83
Juros a liquidar e outros gastos financeiros	0,00
Outros acréscimos de gastos	447.178,61
	3.321.959,44

Fonte: SICCC

18.6. FORNECEDORES

A rubrica de fornecedores é analisada como segue:

Quadro 121: Fornecedores

Descrição	2016	2017	2018
Fornecedores	3.450.081,93	5.056.216,21	2.848.891,86
	3.450.081,93	5.056.216,21	2.848.891,86

Fonte: SICCC

O HDFF, EPE possui as seguintes dívidas a terceiros com mais de 5 anos:

Quadro 122: Dívidas a terceiros com mais de 5 anos

Entidade	Valor em dívida
Inst. Nac. Saúde Dr. Ricardo Jorge, IP Centro Genet. Medica	410,60
Instituto Português Sangue e Transplantação, IP	60.603,05
ACSS, I.P. - ADM. CENTRAL DO SISTEMA DE SAÚDE	138.823,32
Administração Regional de Saúde do Centro, IP	1.912.309,47
SERVIÇOS SOCIAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	28.152,00
SOFTLIMITS, SA	31.424,81
	2.171.723,25

Fonte: SICCC

A maioria das dívidas respeitam a entidades do SNS em que o HDFF, EPE também possui créditos a receber.

De referir que, não foram prestadas quaisquer garantias reais pelo HDFF, EPE para cobertura de dívidas a terceiros.

18.7. ADIANTAMENTO DE CLIENTES, CONTRIBUINTES E UTENTES

A rubrica de adiantamento de clientes, contribuintes e utentes é analisada como segue:

Quadro 123: Adiantamento de clientes, contribuintes e utentes

Descrição	2016	2017	2018
Clientes	7.286.384,18	3.588.374,68	4.598.192,04
Contribuintes	3.483,98	1.917,78	2.184,99
Utentes	0,00	0,00	0,00
	7.289.868,16	3.590.292,46	4.600.377,03

Fonte: SICC

Os valores mais expressivos desta rubrica respeitam a adiantamentos efetuados pelo cliente ACSS, IP por conta dos Contrato Programa dos exercícios de 2018 e anteriores.

18.8. DIFERIMENTOS

A rubrica Diferimentos apresenta um saldo de € 24.431,02, relativo a gastos a reconhecer com o seguro de acidentes de trabalho, no valor de € 21.107,18 e com o fornecedor Konica Minolta, no valor de € 3.323,84.

19. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os benefícios dos empregados incluem benefícios de curto prazo, tais como salários, ordenados e contribuições para a Caixa Geral de Aposentações ou Segurança Social, férias anuais pagas e ausências por doença pagas, gratificações e outros prémios e benefícios não monetários.

Todos os trabalhadores do HDFF, EPE foram remunerados de acordo com as suas funções durante o exercício. As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito de férias e subsídios de férias relativo ao período vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago no mês de junho do período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo.

20. DIVULGAÇÕES DE PARTES RELACIONADAS

Não existiram transações em 2018 entre partes relacionadas.

A quantia total das remunerações e compensações dadas ao Conselho de Administração, enquanto pessoas chaves da gestão, e membros próximos da sua família, é apresentada no quadro seguinte:

Quadro 124: Remunerações de pessoas chaves da gestão e membros próximos da família

Cargo	Pessoas chave de gestão**		Membros próximos da família	
	Número de pessoas	Remuneração Anual 2018	Número de pessoas	Remuneração Anual 2018
Presidente	1	43.757,76 €	-	-
Vogal Executivo	1	35.809,13 €	-	-
Enfermeira Diretora	1	36.204,91 €	-	-
		115.771,80 €		

*Conselho de Administração em funções até 13/09/2018

Fonte: SGRH

Cargo	Pessoas chave de gestão**		Membros próximos da família	
	Número de pessoas	Remuneração Anual 2018	Número de pessoas	Remuneração Anual 2018***
Presidente	1	27.329,90 €	-	-
Vogal Executiva	1	16.943,37 €	-	-
Diretora Clínica	1	19.983,63 €	1	31.113,64 €
Enfermeiro Diretor	1	16.953,37 €	1	8.480,77 €
		81.210,27 €		

**Atual Conselho de Administração que iniciou funções a 14/09/2018

Fonte: SGRH

*** Remunerações processadas entre setembro e dezembro de 2018

De acordo com o Estatuto de Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007 de 27 de março, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 2/2012, de 25 de Janeiro, entretanto alterado pelo Decreto-Lei n.º 39/2016, de 28 de julho e tendo em conta a Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 14 de fevereiro com as adaptações da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2012, de 21 de fevereiro e a Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 26 de março, alterada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/2012, de 21 de novembro, 4582013, de 19 de Julho, e 48/2013, de 29 de Julho, que atribui ao Hospital Distrital da Figueira da Foz, EPE a classificação C, e tendo em conta a percentagem efetiva do valor padrão aplicável, a remuneração dos membros do Conselho de Administração, com exceção do Presidente e da Diretora Clínica em exercício de funções a partir de 14/09/2018, é a seguinte:

Presidente (em exercício de funções até 13/09/2018):

- Remuneração de 3.719,08 euros, 14 vezes por ano;

- Despesas de representação de 1.301,68 euros, 12 vezes por ano;
- Remuneração total ilíquida 5.020,76 euros.

Vogais (excepto a Diretora Clínica que iniciou funções a partir de 14/09/2018):

- Remuneração de 2.975,83 euros, 14 vezes por ano;
- Despesas de representação de 1.190,33 euros, 12 vezes por ano;
- Remuneração total ilíquida de 4.166,16 euros.

De acordo com o n.º 3 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 123/2018, de 27 de setembro, o Presidente e a Diretora Clínica foram autorizados a optar pelo vencimento do lugar de origem, nos termos do n.º 8 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, e conforme publicado no Diário da República, 1.ª série, de 25 de janeiro, sendo a sua remuneração a seguinte:

Presidente:

- Remuneração de 5.282,99 euros, 14 vezes por ano;
- Despesas de representação de 1.301,68 euros, 12 vezes por ano;
- Remuneração total ilíquida de 6.584,67 euros.

Diretora Clínica:

- Remuneração de 3.676,62 euros, 14 vezes por ano;
- Despesas de representação de 1.190,33 euros, 12 vezes por ano;
- Remuneração total ilíquida de 4.866,95 euros.

A estes valores aplicam-se as reduções remuneratórias constantes da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho e aplicaram-se as reduções da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro e da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro até à sua reversão integral. As remunerações dos membros do Conselho de Administração não podem exceder os montantes existentes à data de 01-03-2012, nos termos do n.º 21 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 9 de fevereiro.

As remunerações apresentadas relativas aos membros próximos da família das pessoas chave da gestão respeitam às que decorrem do seu vínculo laboral e das funções que exercem no HDFF, EPE, não tendo ocorrido qualquer alteração no período de relativo e após o início das funções do atual Conselho de Administração.

Para além destas remunerações, as pessoas chaves da gestão e os membros próximos da sua família, beneficiam do subsídio de refeição, em conformidade com o estabelecido legalmente. Aos membros do Conselho de Administração é igualmente atribuído um *plafond* para gastos com comunicações e para combustíveis e portagens facultado exclusivamente aos membros viaturas atribuídas, dentro dos limites definidos no Estatuto do Gestor Público.

As remunerações e benefícios dos membros do Conselho de Administração encontram-se divulgadas no site do Setor Empresarial do Estado e no sítio da internet do HDFF, EPE.

23. OUTRAS DIVULGAÇÕES

23.1. CAPITAL SUBSCRITO

O HDFF, EPE foi transformado em entidade pública empresarial (EPE) pelo Decreto-Lei n.º 233/2005 de 29 de dezembro, com um montante de capital estatutário de € 19.950.000,00, tendo-se verificado durante o ano de 2010 um reforço no montante de € 1.000.000,00.

O capital estatutário do HDFF, EPE é detido pelo Estado e pode ser aumentado ou reduzido por Despacho Conjunto dos Ministros das Finanças e da Saúde.

No decorrer do ano de 2014 verificaram-se dois aumentos do capital estatutário no valor total de €6.100.000,00, passando de €20.950.00,00 para €27.050.000,00.

Em 2017, ocorreu um reforço do capital estatutário no valor € 2.050.000,00 para pagamento de dívida vencida, sendo este valor realizado apenas em 2018, de acordo com o despacho n.º 1265/17 – SET, do Senhor Secretário de Estado do Tesouro.

No final do exercício de 2018 o capital estatutário do HDFF, EPE encontra-se integralmente subscrito e realizado pelo Estado Português.

À semelhança do verificado no ano de 2017, o HDFF, EPE encerrou o ano de 2018 com capitais próprios positivos, no montante global de € 3.150.646,87.

23.2. RESERVAS

De acordo com o Decreto-Lei n.º 233/2005, de 29 de dezembro, e consequentes alterações, e tal como está previsto nos estatutos do HDFF, EPE, a reserva legal é constituída obrigatoriamente com uma percentagem não inferior a 20% dos resultados de cada exercício apurado de acordo com as normas contabilísticas vigentes.

A reserva legal pode ser utilizada para cobrir eventuais prejuízos de exercício.

A rubrica de Reservas compreende Reservas Legais valor de € 1.674.074,17 e Estatutárias no valor de € 134.134,18.

23.3. RESULTADOS TRANSITADOS

A variação dos Resultados Transitados inclui a aplicação do Resultado Líquido do período de 2017 no montante de € - 1.502.178,14 e pela entrada de capital para cobertura de prejuízos transitados, para pagamento de dívida vencida no valor de € 3.547.506.

23.4. OUTRAS VARIAÇÕES NO PATRIMONIO LIQUIDO

A variação da rubrica de Outras Variações no Património Líquido decorre dos movimentos ocorridos no exercício relacionados com o reconhecimento dos rendimentos por conta dos subsídios ao investimento (€ 63.821) e por conta do reconhecimento dos rendimentos do Programa de Incentivo à Integração de Cuidados (€ - 187.831).

Os subsídios recebidos para investimentos são registados em Outras Variações no Capital Próprio no momento do seu recebimento. Posteriormente são diluídos temporalmente em contrapartida da rubrica de outros rendimentos e ganhos, em função das amortizações anuais dos investimentos subsidiados.

Os projetos financiados, e pelos quais foram registados em anos anteriores os subsídios obtidos, são:

- Instituto da Qualidade em Saúde para os Projetos de Certificação dos Serviços de Imuno-hemoterapia, Imagiologia e Esterilização, valores que foram recebidos diretamente do PIDDAC em 2002 e 2003;
- Co-financiamento pelo Programa do Medicamento Hospitalar do projeto de “Consolidação do Sistema de Gestão do Medicamento”;
- Projetos aprovados pelo Programa Operacional de Saúde – Saúde XXI;
- Programa Operacional da Região Centro – Mais Centro; e
- Programa de Incentivo à Integração de Cuidados.

23.5. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

A demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas relativo ao exercício de 2018 apresenta-se no quadro seguinte:

Quadro 125: Apuramento do CMVMC

Descrição	2018
Produtos Farmacêuticos	3.136.320,89
Material de Consumo Clínico	1.775.084,01
Material de Consumo Hoteleiro	93.410,55
Material de Consumo Administrativo	33.414,36
Material de Manutenção e Conservação	393.700,38
CMVMC:	5.431.930,19

Fonte: SICC

23.6. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de fornecimentos e serviços externos é analisada como segue:

Quadro 126: Desagregação das rubricas de Fornecimentos e Serviços Externos

Descrição	2018
Fornecimentos e Serviços Externos	
Subcontratos	919.427,20
Serviços Especializados	
Trabalhos Especializados	1.161.297,04
Publicidade e Propaganda	4.665,15
Vigilância e Segurança	145.744,48
Honorários	568.638,81
Comissões	0,00
Conservação e Reparação	448.201,11
Outros serviços especializados	0,00
Materiais de consumo	
Pecas, ferramentas e Utensílios de Desgaste Rápido	3.943,23
Livros de Documentação Técnica	79,90
Material de escritório	286,97
Outros materiais de consumo	0,00
Energia e Fluidos	
Electricidade	247.799,29
Combustíveis	12.642,08
Água	82.928,58
Outros	0,00
Deslocações, Estadas e Transportes	
Deslocações e Estadas	1.862,22
Transportes de Pessoal	0,00
Transportes de Mercadorias	1.300,48
Transportes de Doentes	148.657,85
Serviços Diversos	
Rendas e Alugueres	62.715,61
Comunicação	78.079,67
Seguros	9.663,11
Contencioso e Notariado	4.430,41
Despesas de Representação de serviços	341,60
Limpeza, Higiene e Conforto	392.717,54
Outros Serviços	5.457,09
Total:	4.300.879,42

Fonte: SICC

Handwritten marks and signature in the top right corner, including a large stylized 'M' or 'D' shape, a signature, and the word 'CUEP'.

23.7. GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de gastos com pessoal é analisada como segue:

Quadro 127: Desagregação da rubrica de Gastos com o pessoal

Descrição	2018
Gastos com o Pessoal	
Remunerações dos Órgãos Sociais e de Gestão	221.185,81
Remunerações do Pessoal	
Remunerações Base do Pessoal	10.848.456,81
Subsídio de Férias	970.938,79
Subsídio de Natal	912.297,95
Despesas de representação	4.914,15
Subsídio de refeição	618.454,48
Gratificações	0,00
Abonos variáveis e eventuais	2.592.767,83
Benefícios Pós-Emprego	0,00
Indemnizações	2.846,29
Encargos sobre Remunerações	3.705.102,90
Seguro Acid. Trabalho Doenças Prof.	124.028,16
Gastos de ação social	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	31.211,14
Outros encargos sociais	39.987,19
Total:	20.072.191,50

Fonte: SICC

23.8. OUTROS GASTOS E PERDAS

A rubrica de outros gastos e perdas é analisada como segue:

Quadro 128: Desagregação da rubrica de Outros Gastos e Perdas

Descrição	2018
Outros gastos e perdas	
Impostos e taxas	16.748,65
Perdas em inventários	6.703,67
Gastos e perdas nos restantes investimentos financeiros	1,00
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	24.286,48
Outros	
Correções relativas a períodos anteriores	138.093,86
Quotizações	4.000,00
Outros não especificados	81.146,18
Gastos e perdas por juros e outros encargos	
Juros tributários	126,85
Total:	271.106,69

Fonte: SICC

23.9. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

A rubrica de Juros e gastos similares suportados é analisada como segue:

Quadro 129: Desagregação da rubrica de Juros e gastos similares suportados

Descrição	2018
Gastos e perdas por juros e outros encargos	
Juros e encargos correntes de dívida pública	7.952,64
Outros gastos e perdas de financiamento	22.043,68
Total:	29.996,32

Fonte: SICC

23.10. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Dívidas ao Estado e à Segurança Social

Em 31 de dezembro de 2018 o HDFF, EPE não tinha em mora quaisquer débitos ao Estado ou a Instituições de Segurança Social.

Outras divulgações exigidas por diplomas legais

Dando cumprimento ao estipulado na alínea b) do n.º 1 do artigo 66º-A do Código das Sociedades Comerciais os honorários faturados durante 2018 pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas respeitam à revisão legal das contas no âmbito das suas funções de Fiscal Único.

CAPÍTULO IX – DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

1. DEMONSTRAÇÕES PREVISIONAIS

1.1. Orçamento e plano orçamental plurianual

Rubrica	Designação	Euros						
		Orçamento 2018			Plano orçamental plurianual			
		Períodos anteriores	Período	Soma	2019	2020	2021	2022
	Receita corrente							
R1	Receita fiscal	0,00	0,00	0,00				
R11	Impostos Diretos	0,00	0,00	0,00				
R12	Impostos Indiretos	0,00	0,00	0,00				
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00	0,00				
R3	Taxas, multas e outras penalidades	0,00	907.996,00	907.996,00				
R4	Rendimentos de propriedade	0,00		0,00				
R5	Transferências correntes	0,00	101.700,00	101.700,00				
R51	Administrações públicas	0,00	101.700,00	101.700,00				
R511	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00				
R512	Administração Central - Outras entidades	0,00	101.700,00	101.700,00				
R513	Segurança Social	0,00	0,00	0,00				
R514	Administração Regional	0,00	0,00	0,00				
R515	Administração Local	0,00	0,00	0,00				
R52	Exterior - U E	0,00	0,00	0,00				
R53	Outras	0,00	0,00	0,00				
R6	Venda de bens e serviços	0,00	25.886.718,00	25.886.718,00				
R7	Outras Receitas Correntes	0,00	80.247,00	80.247,00				
	Receita de capital							
R8	Venda de bens de investimento	0,00	111.700,00	111.700,00				
R9	Transferências de capital	0,00	2.578.268,00	2.578.268,00				
R91	Administrações públicas	0,00	0,00	0,00				
R911	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00				
R912	Administração Central - outras entidades	0,00	0,00	0,00				
R913	Segurança Social	0,00	0,00	0,00				
R914	Administração Regional	0,00	0,00	0,00				
R915	Administração Local	0,00	0,00	0,00				
R92	Exterior - U E	0,00	2.575.213,00	2.575.213,00				
R93	Outras	0,00	3.055,00	3.055,00				
R10	Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00				
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	0,00	0,00	0,00				
	Receita efetiva [1]	0,00	29.666.629,00	29.666.629,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Receita não efetiva [2]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R12	Receita com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00				
R13	Receita com passivos financeiros	0,00	0,00	0,00				
	Receita total [3]=[1]+[2]	0,00	29.666.629,00	29.666.629,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SICC e SIGO

Euros

Rubrica	Designação	Orçamento 2015			Plano orçamental plurianual			
		Períodos anteriores	Período	Soma	2019	2020	2021	2022
	Despesa corrente							
D1	Despesa com o pessoal							
D11	Remunerações certas e permanentes		11.919.861,00	11.919.861,00	61.647,00			
D12	Adidos variáveis ou eventuais		1.926.139,00	1.926.139,00				
D13	Segurança Social		3.541.872,00	3.541.872,00				
D2	Aquisição de bens e serviços		7.552.866,00	7.552.866,00	2.075,00			
D3	Juros e outros encargos		3.616,00	3.616,00				
D4	Transferências correntes							
D41	Administrações públicas							
D411	Administração Central - Estado			0,00				
D412	Administração Central - Outras entidades			0,00				
D413	Segurança Social			0,00				
D414	Administração Regional			0,00				
D415	Administração Local			0,00				
D42	Instituições sem fins lucrativos			0,00				
D43	Famílias			0,00				
D44	Outras			0,00				
D5	Subsídios			0,00				
D6	Outras Despesas Correntes		13.469,00	13.469,00				
	Despesa de capital							
D7	Investimento		3.693.413,00		201.627,00			
D8	Transferências de capital							
D81	Administrações públicas							
D811	Administração Central - Estado			0,00				
D812	Administração Central - Outras entidades			0,00				
D813	Segurança Social			0,00				
D814	Administração Regional			0,00				
D815	Administração Local			0,00				
D82	Instituições sem fins lucrativos			0,00				
D83	Famílias			0,00				
D84	Outras			0,00				
D9	Outras despesas de capital			0,00				
	Despesa efetiva [4]	0,00	29.652.236,00	29.652.236,00	268.349,00	0,00	0,00	0,00
	Despesa não efetiva [5]	0,00	14.393,00	14.393,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D10	Despesa com ativos financeiros		14.393,00	14.393,00				
D11	Despesa com passivos financeiros			0,00				
	Despesa total [6] = [4] + [5]	0,00	29.666.629,00	29.666.629,00	268.349,00	0,00	0,00	0,00
	Saldo total [3] - [6]	0,00	0,00	0,00	-268.349,00	0,00	0,00	0,00
	Saldo global [1] - [4]	0,00	14.393,00	14.393,00	-268.349,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIC e SIGO

1.2 Plano plurianual de investimentos

Objetivo	Número do projeto	Designação do projeto	Rubrica Orçamental	Forma de realização	Fontes de financiamento				Datas		Fases de execução	Realizado em períodos anteriores	Estimativa de realização do período t-1	Pagamentos					Total previsto	Euros	
					RG	RP	UE	EMPR	Início	Fim				Ano t	Ano t+1	Ano t+2	Ano t+3	Ano t+4			Outros
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]	[14]	[15]	[16]	[17]	[18]	[19]	[20]	[21]=[13]+...+[20]	
MELHORIA DOS MECANISMOS DE COMUNICAÇÃO COM OS UTENTES E ACOMPANHANTES, GARANTINDO-LHES VÁRIOS MEIOS DE ACESSO, MAIS RÁPIDOS E EFICAZES, QUEM DENTRO QUEM NO EXTERIOR DO HOSPITAL	09945	PLATAFORMA DE ATENDIMENTO E PRESTAÇÃO DIGITAL DE SERVIÇOS AO UTENTE	011	0		9.247,00	52.400,00		02/01/2018	31/10/2019	0				61.647,00					61.647,00	
			02	0		461,00	2.614,00		02/01/2018	31/10/2019	0				3.075,00					3.075,00	
			07	0		69.868,00	395.921,00		02/01/2018	31/10/2019	0				282.162,00	203.627,00				485.789,00	
CONSTRUÇÃO DE UM NOVO BLOCO OPERATORIO, DOTADO DE RECURSOS HUMANOS, TECNOLÓGICOS E MATERIAIS, APTO PARA A PRESTAÇÃO, AO MELHOR NÍVEL DE CUIDADOS CIRÚRGICOS E AMBISTÉSICOS ESPECIALIZADOS PARA CIRURGIA CONVENCIONAL E CIRURGIA AMBULATÓRIA E IGUALMENTE PARA EXAMES QUE EXIJAM UM ELEVADO NÍVEL DE ASSEPSIA E EM ANESTESIA GERAL AOS DOENTES DA SUA ÁREA DE INFLUÊNCIA (E TAMBÉM A OUTROS QUE VENHAM A SER CONTRATUALIZADOS) TENDO COMO OBJECTIVO GERAL O TRATAMENTO, A RECUPERAÇÃO PLENIA E O INCREMENTO DA QUALIDADE DE VIDA DOS MESMOS.	09951	REMODELACÃO DO BLOCO OPERATORIO CENTRAL DO HOSPITAL DISTRITAL DA FIGUEIRA DA FOZ. EPE	07	B		415.115,00	2.351.375,00		02/01/2018	30/12/2019	1			2.767.500,00					2.767.500,00		
Total					0,00	494.201,00	2.803.310,00	0,00			Total	0,00	0,00	3.075.662,00	268.349,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.298.011,00	

Fonte: SICO

Forma de execução:
 0 – não iniciado
 1 – em curso
 2 – concluído
 3 – em curso
 4 – em curso
 5 – em curso
 6 – em curso
 7 – em curso
 8 – em curso

Fontes de financiamento:
 01 – Recurso próprio
 02 – Recurso próprio
 03 – Recurso próprio
 04 – Recurso próprio
 05 – Recurso próprio
 06 – Recurso próprio
 07 – Recurso próprio
 08 – Recurso próprio
 09 – Recurso próprio
 10 – Recurso próprio
 11 – Recurso próprio
 12 – Recurso próprio
 13 – Recurso próprio
 14 – Recurso próprio
 15 – Recurso próprio
 16 – Recurso próprio
 17 – Recurso próprio
 18 – Recurso próprio
 19 – Recurso próprio
 20 – Recurso próprio
 21 – Recurso próprio
 22 – Recurso próprio
 23 – Recurso próprio
 24 – Recurso próprio
 25 – Recurso próprio
 26 – Recurso próprio
 27 – Recurso próprio
 28 – Recurso próprio
 29 – Recurso próprio
 30 – Recurso próprio
 31 – Recurso próprio
 32 – Recurso próprio
 33 – Recurso próprio
 34 – Recurso próprio
 35 – Recurso próprio
 36 – Recurso próprio
 37 – Recurso próprio
 38 – Recurso próprio
 39 – Recurso próprio
 40 – Recurso próprio
 41 – Recurso próprio
 42 – Recurso próprio
 43 – Recurso próprio
 44 – Recurso próprio
 45 – Recurso próprio
 46 – Recurso próprio
 47 – Recurso próprio
 48 – Recurso próprio
 49 – Recurso próprio
 50 – Recurso próprio
 51 – Recurso próprio
 52 – Recurso próprio
 53 – Recurso próprio
 54 – Recurso próprio
 55 – Recurso próprio
 56 – Recurso próprio
 57 – Recurso próprio
 58 – Recurso próprio
 59 – Recurso próprio
 60 – Recurso próprio
 61 – Recurso próprio
 62 – Recurso próprio
 63 – Recurso próprio
 64 – Recurso próprio
 65 – Recurso próprio
 66 – Recurso próprio
 67 – Recurso próprio
 68 – Recurso próprio
 69 – Recurso próprio
 70 – Recurso próprio
 71 – Recurso próprio
 72 – Recurso próprio
 73 – Recurso próprio
 74 – Recurso próprio
 75 – Recurso próprio
 76 – Recurso próprio
 77 – Recurso próprio
 78 – Recurso próprio
 79 – Recurso próprio
 80 – Recurso próprio
 81 – Recurso próprio
 82 – Recurso próprio
 83 – Recurso próprio
 84 – Recurso próprio
 85 – Recurso próprio
 86 – Recurso próprio
 87 – Recurso próprio
 88 – Recurso próprio
 89 – Recurso próprio
 90 – Recurso próprio
 91 – Recurso próprio
 92 – Recurso próprio
 93 – Recurso próprio
 94 – Recurso próprio
 95 – Recurso próprio
 96 – Recurso próprio
 97 – Recurso próprio
 98 – Recurso próprio
 99 – Recurso próprio
 100 – Recurso próprio

Handwritten signatures and initials:
 - Top right: "Rel" (likely Relatário)
 - Middle right: "F. F." (likely Figueira da Foz)
 - Bottom right: "Quir" (likely Quirino)

2.DEMONSTRAÇÕES DE RELATO



Saúde

HOSPITAL DISTRITAL DA FIGUEIRA DA FOZ, E.

Data Inicio: 01-01-2018

Data Fim: 31-12-2018

DDORC - Demonstração do Desempenho Orçamental

Rubricas Pagamentos	Fontes de Financiamento						N-1
	Rec. Próprias	Rec. Gerais	Financ. UE	Empréstimos	Fundos Alheios	Total	
Despesa corrente	26.444.038,66€	5.369.331,15€	0,00€	0,00€	0,00€	31.813.369,81€	0,00€
D1 Despesas com o pessoal	19.434.395,49€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	19.434.395,49€	0,00€
D1.1 Remunerações Certas e Permanentes	13.111.508,08€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	13.111.508,08€	0,00€
D1.2 Abonos Variáveis ou Eventuais	2.512.148,05€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	2.512.148,05€	0,00€
D1.3 Segurança Social	3.810.739,36€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	3.810.739,36€	0,00€
D2 Aquisição de bens e serviços	6.732.889,81€	5.353.491,98€	0,00€	0,00€	0,00€	12.086.381,79€	0,00€
D3 Juros e outros encargos	30.144,24€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	30.144,24€	0,00€
D4 Transferências correntes	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
D4.1 Administrações Públicas	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
D4.1.1 Administração Central - Estado	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
D4.1.2 Administração Central - Outras entidades	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
D4.1.3 Segurança Social	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
D4.1.4 Administração Regional	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
D4.1.5 Administração Local	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
D4.2 Instituições sem fins lucrativos	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
D4.3 Famílias	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
D4.4 Outras	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
D5 Subsídios	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
D6 Outras despesas correntes	246.609,12€	15.839,17€	0,00€	0,00€	0,00€	262.448,29€	0,00€
Despesa de capital	766.425,98€	222.064,37€	0,00€	0,00€	0,00€	988.490,35€	0,00€
D7 Investimento	766.425,98€	222.064,37€	0,00€	0,00€	0,00€	988.490,35€	0,00€
D8 Transferência de capital	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
D8.1 Administrações Públicas	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
D8.1.1 Administração Central - Estado	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
D8.1.2 Administração Central - Outras entidades	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
D8.1.3 Segurança Social	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
D8.1.4 Administração Regional	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
D8.1.5 Administração Local	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
D8.2 Instituições sem fins lucrativos	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
D8.3 Famílias	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
D8.4 Outras	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
D9 Outras despesas de capital	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
Despesa efetiva [5]	27.210.464,64€	5.591.395,52€	0,00€	0,00€	0,00€	32.801.860,16€	0,00€
Despesa não efetiva [6]	6.725,21€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	6.725,21€	0,00€
D10 Despesa com ativos financeiros	6.725,21€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	6.725,21€	0,00€
D11 Despesa com passivos financeiros	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
Soma [7] = [5] + [6]	27.217.189,85€	5.591.395,52€	0,00€	0,00€	0,00€	32.808.585,37€	0,00€
Operações de tesouraria [C]	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	446.752,45€	446.752,45€	0,00€
Saldo para a gerência seguinte	439.487,59€	6.110,48€	0,00€	0,00€	0,00€	445.598,07€	0,00€
Operações orçamentais [8] = [4] - [7]	439.487,59€	6.110,48€	0,00€	0,00€	0,00€	445.598,07€	0,00€
Operações de tesouraria [D] = [A] + [B] - [C]	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
Saldo Global [2] - [5]	445.951,27€	-5.591.395,52€	0,00€	0,00€	0,00€	-5.145.444,25€	0,00€
Despesa primária	27.180.320,40€	5.591.395,52€	0,00€	0,00€	0,00€	32.771.715,92€	0,00€
Saldo corrente	1.024.546,05€	-5.369.331,15€	0,00€	0,00€	0,00€	-4.344.785,10€	0,00€
Saldo de capital	-578.594,76€	-222.064,37€	0,00€	0,00€	0,00€	-800.659,13€	0,00€
Saldo Primário	476.095,51€	-5.591.395,52€	0,00€	0,00€	0,00€	-5.115.300,01€	0,00€
Receita total [1] + [2] + [3]	27.656.677,44€	5.597.506,00€	0,00€	0,00€	0,00€	33.254.183,44€	0,00€
Despesa Total [5] + [6]	27.217.189,85€	5.591.395,52€	0,00€	0,00€	0,00€	32.808.585,37€	0,00€

DDORC - Demonstração do Desempenho Orçamental

Rubricas Recebimentos	Fontes de Financiamento						N-1
	Rec. Próprias	Rec. Gerais	Financ. UE	Empréstimos	Fundos Alheios	Total	
Saldo de gestão anterior	261,53€	0,00€	0,00€	0,00€	438.568,21€	438.829,74€	0,00€
Operações Orçamentais [1]	261,53€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	261,53€	0,00€
Devolução do saldo oper. orçamentais	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
Recebimento do saldo oper. orçamentais devolvido por entidades terceiras	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
Operações de tesouraria [A]	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	438.568,21€	438.568,21€	0,00€
Recetta Corrente	27.468.584,71€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	27.468.584,71€	0,00€
R1 Recetta Fiscal	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R1.1 Impostos diretos	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R1.2 Impostos indiretos	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R2 Contribuições para a segurança social, CGA e ADSE	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R3 Taxas, multas e outras penalidades	838.152,71€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	838.152,71€	0,00€
R4 Rendimentos de propriedade	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R5 Transferências Correntes	89.456,60€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	89.456,60€	0,00€
R5.1 Administrações Públicas	89.456,60€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	89.456,60€	0,00€
R5.1.1 Administração Central - Estado	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R5.1.2 Administração Central - Outras entidades	89.456,60€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	89.456,60€	0,00€
R5.1.3 Segurança Social	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R5.1.4 Administração Regional	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R5.1.5 Administração Local	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R5.2 Exterior - U.E.	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R5.3 Outras	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R6 Venda de bens e serviços	26.493.687,80€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	26.493.687,80€	0,00€
R7 Outras receitas correntes	47.287,60€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	47.287,60€	0,00€
Recetta de Capital	167.831,20€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	167.831,20€	0,00€
R8 Venda de bens de investimento	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R9 Transferências de Capital	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R9.1 Administrações Públicas	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R9.1.1 Administração Central - Estado	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R9.1.2 Administração Central - Outras entidades	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R9.1.3 Segurança Social	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R9.1.4 Administração Regional	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R9.1.5 Administração Local	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R9.2 Exterior - U.E.	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R9.3 Outras	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R10 Outras receitas de capital	167.831,20€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	167.831,20€	0,00€
R11 Reposições não abatidas aos pagamentos	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
Recetta Efetiva [2]	27.656.415,91€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	27.656.415,91€	0,00€
Recetta não efetiva [3]	0,00€	5.597.506,00€	0,00€	0,00€	0,00€	5.597.506,00€	0,00€
R12 Recetta com ativos financeiros	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R13 Recetta com passivos financeiros	0,00€	5.597.506,00€	0,00€	0,00€	0,00€	5.597.506,00€	0,00€
Soma [4] = [1]+[2]+[3]	27.656.677,44€	5.597.506,00€	0,00€	0,00€	0,00€	33.254.183,44€	0,00€
Operações de Tesouraria [B]	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	8.184,24€	8.184,24€	0,00€

Data Início:

01-01-2018

Data Fim:

31-12-2018

DOREC - Demonstração de Execução Orçamental da Receita

Classificações Orçamentais Detalhadas	Previsões corrigidas	Previsões por liquidar	Receitas por cobrar de períodos anteriores	Receitas liquidadas	Liquidações anuladas	Receitas cobradas brutas	Reembolsos e restituições	
							Emitidos	Pagos
Receta Corrente	28.069.560,76€	-5.254.298,31€	5.702.266,13€	27.791.716,00€	170.123,06€	27.468.687,62€	97,91€	97,91€
R3.1.5 - Administração Local	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R3 - Taxas, multas e outras penalidades	1.259.236,30€	417.344,79€	3.837,80€	838.143,76€	90,05€	838.152,71€	0,00€	0,00€
R3.1.2 - Administração Central - Outras entidades	101.700,00€	4.169,90€	5,00€	97.535,10€	0,00€	89.456,60€	0,00€	0,00€
R7 - Outras Receitas Correntes	55.705,00€	-95.626,45€	127.374,44€	24.005,51€	48,50€	47.287,60€	0,00€	0,00€
R6 - Venda de bens e serviços	26.652.919,46€	-5.580.186,55€	5.571.048,89€	24.833.041,63€	169.084,51€	26.493.765,71€	97,91€	97,91€
Receta de Capital	8.475.306,10€	2.699.967,90€	0,00€	5.785.337,20€	0,00€	5.785.337,20€	0,00€	0,00€
R1.3 - Receita com Passivos financeiros	5.597.506,00€	0,00€	0,00€	5.597.506,00€	0,00€	5.597.506,00€	0,00€	0,00€
R9.2 - Exterior - U.E.	2.575.213,00€	2.575.213,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R1.0 - Outras receitas de capital	0,00€	-187.831,10€	0,00€	187.831,10€	0,00€	187.831,10€	0,00€	0,00€
R8 - Venda de bens de investimento	111.700,00€	111.700,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R9.1.2 - Administração Central - outras entidades	187.831,10€	187.831,10€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R3.3 - Outras	3.055,00€	3.055,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
Outras Receitas	261,53€	0,00€	0,00€	261,53€	0,00€	261,53€	0,00€	0,00€
R1.4 - Saldo da gestão anterior - operações orçamentais	261,53€	0,00€	0,00€	261,53€	0,00€	261,53€	0,00€	0,00€
Total	36.545.127,29€	-2.564.330,41€	5.702.266,13€	33.277.314,73€	170.123,06€	33.254.281,36€	97,91€	97,91€

DOREC - Demonstração de Execução Orçamental da Receita

Classificações Orçamentais Detalhadas	Receitas cobradas líquidas			Receitas diferidas	Receitas por cobrar no final do período	Liquidações de períodos futuros			
	Períodos anteriores	Período corrente	Total			(n + 1)	(n + 2)	(n + 3)	(n + 4)
Receita Corrente	164.060,19€	27.304.523,5€	27.468.584,71€	0,00€	5.357.957,94€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R.1.1.5 - Administração Local	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R.3 - Taxas, multas e outras penalidades	3.833,60€	834.319,11€	838.152,71€	0,00€	3.738,80€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R.5.1.2 - Administração Central - Outras entidades	0,00€	89.456,60€	89.456,60€	0,00€	8.073,50€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R.7 - Outras Receitas Correntes	23.556,55€	23.731,05€	47.287,60€	0,00€	274,40€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R.6 - Venda de bens e serviços	136.670,04€	26.357.017,76€	26.493.687,80€	0,00€	5.845.871,18€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
Receita de Capital	0,00€	5.785.337,20€	5.785.337,20€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R.13 - Receita com Passivos Financeiros	0,00€	5.597.506,00€	5.597.506,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R.9.2 - Exterior - U E	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R.10 - Outras receitas de capital	0,00€	187.831,20€	187.831,20€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R.8 - Venda de bens de investimento	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R.9.1.2 - Administração Central - outras entidades	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R.9.3 - Outras	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
Outras Receitas	0,00€	261,53€	261,53€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
R.14 - Saldo da gestão anterior - operações orçamentais	0,00€	261,53€	261,53€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
Total	164.060,19€	33.090.123,2€	33.254.183,44€	0,00€	5.357.957,94€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€


 2018-2

DODES - Demonstração de Execução Orçamental da Despesa

Classificação: orçamentais detalhadas	Despesas por períodos anteriores	Dotações Corrigidas	Canais	Descontos	Dotações Disponíveis	Cabeamentos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas brutas	Reposições abatidas aos pagamentos		Despesas pagas líquidas		
										Emitidas [10]	Recebidas [11]	Períodos anteriores [12]	Período corrente [13]	Total [14] = [12] + [13]
Despesa Corrente	8.661.995,54€	31.366.574,43€	0,00%	0,00%	-5.649.136,10€	38.014.710,53%	38.014.710,53%	38.014.710,53%	31.813.425,62€	25,79%	59,79%	5.625.090,99%	26.178.378,63%	31.813.569,11€
D1.1 - Remunerações certas e permanentes	3.940,00€	13.268.827,50€	0,00%	0,00%	153.359,43€	13.115.468,14%	13.115.468,14%	13.115.468,14%	13.111.508,09%	0,00%	0,00%	2.962,91€	13.107.545,17%	13.111.508,09%
D1.2 - Abonos variáveis ou eventuais	99,71€	2.512.131,00%	0,00%	0,00%	-263,57%	2.512.414,57%	2.512.414,57%	2.512.414,57%	2.512.148,05%	0,00%	0,00%	99,71%	2.512.048,34%	2.512.148,05%
D1.3 - Segurança social	336.791,84€	3.828.122,00%	0,00%	0,00%	-378.217,27%	4.154.334,73%	4.154.334,73%	4.154.334,73%	3.810.739,96%	0,00%	0,00%	308.039,04%	3.805.099,42%	3.810.739,96%
D2 - Aquisição de bens e serviços	8.315.830,67%	12.465.856,45%	0,00%	0,00%	-5.466.840,79%	17.932.677,61%	17.932.677,61%	17.932.677,61%	12.086.381,37%	0,00%	0,00%	5.517.098,08%	6.710.283,71%	12.096.331,37%
D3 - Juros e outros encargos	39,31€	39.187,09%	0,00%	0,00%	23,02%	39.163,40%	39.163,40%	39.163,40%	39.144,24%	0,00%	0,00%	39,31%	39.184,54%	39.144,24%
D6 - Outras Despesas Correntes	5.253,86€	262.450,00%	0,00%	0,00%	-7.203,04%	269.653,04%	269.653,04%	269.653,04%	262.503,08%	59,79%	59,79%	5.253,09%	257.194,42%	262.448,37%
Despesa de Capital	475.040,48€	4.179.591,64%	0,00%	0,00%	2.419.527,40%	1.759.763,66%	1.759.763,66%	1.759.763,66%	1.044.848,54%	9,632,99%	9,632,99%	460.919,94%	532.295,62%	995.215,56%
D10 - Despesa com ativos financeiros	1.229,17%	17.540,00%	0,00%	0,00%	9.296,83%	8.243,17%	8.243,17%	8.243,17%	16.538,19%	9,632,99%	9,632,99%	1.229,17%	5.466,14%	6.725,21%
D7 - Investimento	473.820,31€	4.161.711,45%	0,00%	0,00%	2.410.230,64%	1.751.480,79%	1.751.480,79%	1.751.480,79%	988.400,34%	0,00%	0,00%	460.090,77%	527.799,51%	988.400,34%
Total	9.137.035,06%	36.544.653,64%	0,00%	0,00%	-3.229.608,70%	39.774.474,53%	39.774.474,53%	39.774.474,53%	33.848.278,16%	9,632,79%	9,632,79%	6.107.010,14%	36.711.514,44%	32.808.585,27%

Ass: 2

Handwritten signatures and initials.

DODES - Demonstração de Execução Orçamental da Despesa

Classificação orçamental detalhada	Compromissos a transitar [15]=[7]-[8]	Obrigações a pagar [16]=[8]-[14]	Compromissos assumidos para períodos futuros					Obrigações para períodos futuros				
			(n-1)	(n-2)	(n-3)	(n-4)	Períodos seguintes	(n-1)	(n-2)	(n-3)	(n-4)	Períodos seguintes
Despesa Corrente	0.00€	6.201.340,79€	65.574,79€	10.707,22€	0.00€	0.00€	0.00€	0.00€	0.00€	0.00€	0.00€	0.00€
D1.1 - Remunerações certas e permanentes	0.00€	3.560,00€	0.00€	0.00€	0.00€	0.00€	0.00€	0.00€	0.00€	0.00€	0.00€	0.00€
D1.2 - Abonos variáveis on account	0.00€	266,52€	0.00€	0.00€	0.00€	0.00€	0.00€	0.00€	0.00€	0.00€	0.00€	0.00€
D1.3 - Segurança social	0.00€	341.594,37€	0.00€	0.00€	0.00€	0.00€	0.00€	0.00€	0.00€	0.00€	0.00€	0.00€
D2 - Aquisição de bens e serviços	0.00€	5.846.295,82€	65.574,79€	10.707,22€	0.00€	0.00€	0.00€	0.00€	0.00€	0.00€	0.00€	0.00€
D3 - Juros e outros encargos	0.00€	19,24€	0.00€	0.00€	0.00€	0.00€	0.00€	0.00€	0.00€	0.00€	0.00€	0.00€
D6 - Outras Despesas Correntes	0.00€	7.201,75€	0.00€	0.00€	0.00€	0.00€	0.00€	0.00€	0.00€	0.00€	0.00€	0.00€
Despesa de Capital	0.00€	764.548,00€	0.00€	0.00€	0.00€	0.00€	0.00€	0.00€	0.00€	0.00€	0.00€	0.00€
D10 - Despesa com ativos financeiros	0.00€	1.557,96€	0.00€	0.00€	0.00€	0.00€	0.00€	0.00€	0.00€	0.00€	0.00€	0.00€
D7 - Investimento	0.00€	762.990,04€	0.00€	0.00€	0.00€	0.00€	0.00€	0.00€	0.00€	0.00€	0.00€	0.00€
Total	0.00€	6.965.889,10€	65.574,79€	10.707,22€	0.00€	0.00€	0.00€	0.00€	0.00€	0.00€	0.00€	0.00€

Handwritten signatures and initials:
 - Top right: A large signature.
 - Middle right: Initials "F.F."
 - Bottom right: Initials "A.C.R."

Demonstração de execução do plano plurianual de investimentos

Objetivo	Número do projeto	Designação do projeto	Rubrica Orçamental	Forma de realização	Fontes de financiamento				Datas		Montante previsto				Montante executado			Nível de execução financeira anual (%)	Nível de execução global (%)
					RG	RP	UE	EWPR	Início	Fim	Ano t	Anos seguintes	Total	Anos anteriores	Ano t	Total			
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]	[14]	[15]	[16]	[17]	[18]	[19]	
MELHORIA DOS MECANISMOS DE COMUNICAÇÃO COM OS UTENTES E ACOMPANHANTES, GARANTINDO-LHES VÁRIOS MEIOS DE ACESSO, MAIS RÁPIDOS E EFICAZES, QUEM DENTRO QUEIR NO EXTERIOR DO HOSPITAL	09945	PLATAFORMA DE ATENDIMENTO E PRESTAÇÃO DIGITAL DE SERVIÇOS AO UTENTE	D11	O)		9.247,0	52.400,0		02/01/2018	31/12/2019		61.647,0				0,0	0%	7%	
			D2	O)		451,0	2.614,0		02/01/2018	31/12/2019		3.075,0					0,0	0%	0%
			D7	O)		69.858,0	395.921,0		02/01/2018	31/12/2019		262.161,0	203.627,0	465.789,0				0,0	0%
CONSTRUÇÃO DE UM NOVO BLOCO OPERATORIO, DOTADO DE RECURSOS HUMANOS, TECNOLÓGICOS E MATERIAIS, APTO PARA A PRESTAÇÃO, AO MELHOR NÍVEL DE CUIDADOS CIRÚRGICOS E ANESTÉSICOS ESPECIALIZADOS (PARA CIRURGIA CONVENCIONAL E CIRURGIA AMBULATORIAL) E IGUALMENTE PARA EXAMES QUE EXIJAM UM ELEVADO NÍVEL DE ASEPSIA E EM ANESTESIA GERAL AOS DENTES DA SUA ÁREA DE INFLUÊNCIA (E TAMBÉM A OUTROS QUE VENHAM A SER CONTRATUALIZADOS) TENDO COMO OBJECTIVO GERAL O TRATAMENTO, A RECUPERAÇÃO PIENA E O INCREMENTO DA QUALIDADE DE VIDA DOS MESMO(S).	09951	REMODELACÃO DO BLOCO OPERATORIO CENTRAL DO HOSPITAL DISTRI TAL DA FIGUEIRA DA FOZ, EPE	D7	E)		415.125,0	2.352.235,0		02/01/2018	30/12/2019	2.767.500,0			2.767.500,0		0,0	0%	0%	
Total					0,0	494.701,0	2.803.310,0	0,0	Total		3.029.562,0	268.349,0	3.298.011,0	0,0	0,0	0,0	0%	0,0	

Fonte de financiamento:
 (10) Tercel, S.A.
 (11) Tercel, S.A.
 (12) Tercel, S.A.
 (13) Tercel, S.A.
 (14) Tercel, S.A.
 (15) Tercel, S.A.
 (16) Tercel, S.A.
 (17) Tercel, S.A.
 (18) Tercel, S.A.
 (19) Tercel, S.A.

185

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS 2018

Hospital Distrital da Figueira da Foz, E.P.E.

2018

CAPÍTULO X – ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

1. ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA RECEITA

Rubricas	Tipo	Receita					Observações
		Previsões iniciais	Alterações Orçamentais			Previsões corrigidas	
			Inscrições/reforços	Diminuições/anulações	Créditos especiais		
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]=[3]+[4]-[5]+[6]	[8]
R3 - Taxas, multas e outras penalidades	M	907.996,00	351.240,30			1.259.236,30	
R5.1.2 - Administração Central - Outras entidades	P	101.700,00	101.700,00	101.700,00		101.700,00	
R5.1.5 - Administração Local	P		101.700,00	101.700,00		0,00	
R6 - Venda de bens e serviços	M	25.886.718,00	766.201,46			26.652.919,46	
R7 - Outras Receitas Correntes	P	80.247,00		24.542,00		55.705,00	
R8 - Venda de bens de investimento		111.700,00				111.700,00	
R9.1.2 - Administração Central - outras entidades	P		187.831,10			187.831,10	
R9.2 - Exterior - U E		2.575.213,00				2.575.213,00	
R9.3 - Outras		3.055,00				3.055,00	
R10 - Outras receitas de capital	P		187.831,10	187.831,10		0,00	
R13 - Receita com Passivos financeiros	M		5.597.506,00			5.597.506,00	
R14 - Saldo da gestão anterior - operações orçamentais	P		261,53			261,53	
Total		29.666.629,00	7.294.271,49	415.773,10	0,00	36.545.127,39	

Euros

Tipo: Planificação orçamental - Múltipla alteração modificativa

Fonte: SICG

Handwritten signatures and initials:


Handwritten initials

2. ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA DESPESA

3.

Rubricas	Tipo	Despesa					Observações
		Previsões iniciais	Alterações Orçamentais			Previsões corrigidas	
			Inscrições/reforços [4]	Diminuições/anulações [5]	Créditos especiais [6]		
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]=[3]+[4]-[5]+[6]	[8]
D1.1 - Remunerações certas e permanentes	P/M	12.919.861,00	1.866.038,56	1.517.072,00		13.268.827,56	
D1.2 - Abonos variáveis ou eventuais	P	1.926.139,00	589.535,00	3.523,00		2.512.151,00	
D1.3 - Segurança social	P	3.541.872,00	482.605,00	198.355,00		3.826.122,00	
D2 - Aquisição de bens e serviços	P/M	7.553.866,00	8.957.397,85	4.045.427,00		12.465.836,85	
D3 - Juros e outros encargos	P	3.616,00	28.175,00	1.604,00		30.187,00	
D6 - Outras Despesas Correntes	P	13.469,00	248.981,00			262.450,00	
D7 - Investimento	P/M	3.693.413,00	969.257,45	500.959,00		4.161.711,45	
D10 - Despesa com ativos financeiros	P	14.393,00	3.187,00			17.580,00	
Total		29.666.629,00	13.145.176,86	6.266.940,00	0,00	36.544.865,86	

Tipo: P Alteração permutativa; M Alteração modificativa

Fonte: SICCC

Handwritten signature in blue ink.

4. OPERAÇÕES DE TESOURARIA

5.

		Euros			
Código das Contas	Designação	Saldo inicial	Recebimentos	Pagamentos	Saldo final
07.1.1 / 07.2.1	Recebimentos / pagamentos por Intermediação de fundos	0,00	0,00	0,00	0,00
07.1.2.1.1 / 07.2.2.1.1	Autarquias Locais	0,00	0,00	0,00	0,00
07.1.2.1.2 / 07.2.2.1.2	Entidade Contabilística Estado	0,00	0,00	0,00	0,00
07.1.2.1.3 / 07.2.2.1.3	Região Autónoma Açores	0,00	0,00	0,00	0,00
07.1.2.1.4 / 07.2.2.1.4	Região Autónoma Madeira	0,00	0,00	0,00	0,00
07.1.2.1.5 / 07.2.2.1.5	Outras entidades beneficiárias	0,00	0,00	0,00	0,00
07.1.2.2 / 07.2.2.2	Receita não Fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00
07.1.3 / 07.2.3	Constituição e reforço/devolução de caucões e garantias	0,00	0,00	0,00	0,00
07.1.4 / 07.2.4	Cobrança/Entrega de recursos próprios europeus	0,00	0,00	0,00	0,00
07.1.5 / 07.2.5	Receção/receitas de receitas próprias – duplo cabimento	0,00	0,00	0,00	0,00
07.1.6 / 07.2.6	Retenções - Transição para o SNC-AP	438.568,21	0,00	438.568,21	0,00
07.2.8	Conversão de operações de tesouraria em receita orçamental	0,00	0,00	0,00	0,00
07.1.9 / 07.2.9	Outras receitas/despesas de operações tesouraria	0,00	8.184,24	8.184,24	0,00
Total		438.568,21	8.184,24	446.752,45	0,00

Fonte: S/CC

Aut-2

[Handwritten signatures]

5. CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA

5.1 Situação dos contratos

Na elaboração deste modelo, foram considerados todos os contratos celebrados em 2018 ou em períodos anteriores cujo valor é superior a 5.000€. Nas situações de renovação/adicional ao contrato inicial, os pagamentos acumulados referem-se apenas à execução financeira do último período.

Sendo o primeiro ano em que é necessário reportar a monitorização da contratação administrativa e respectiva execução financeira, e face às limitações dos sistemas de informação disponíveis para o acompanhamento anual de todos os contratos, constatamos a existência de suprimentos de erros e omissões numa minoria de contratos.

Tendo em consideração que, a aplicação de registos contabilísticos SICC não disponibiliza informação relativa à gestão dos contratos, foi necessário recolher os documentos de despesa associados a cada contrato da aplicação GHAF (Gestão Hospitalar de Aproveitamento e Farmácia), para apurar o valor dos pagamentos a relatar e que se encontram associados a cada contrato.

Entidade	Objeto	Data	Valor do contrato	Preço contratual	Votos de Títulos de Contas		Pagamentos no período					Pagamentos acumulados			Observações	
					Número do registro	Data	Títulos normais	Benefício do projeto	Títulos a mais	Títulos a menos	Títulos a mais	Títulos a menos	Títulos a menos			
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]	[14]	[15]	[16]	[17]
ALCON PORTUGAL - PROD. EQUIP. OFTALMOLOGICOS	ARTIGOS PARA OFTALMOLOGIA	05/01/2017	76.253,36	64.993,32	-	-	31/01/2018	64.993,32	-	64.993,32	-	-	64.993,32	-	-	Última renovação em contrato anual
IL BRAUN MEDICAL, LDA	ARTIGOS CIRURGICOS SUTURA MECANICA E OUTROS	21/08/2017	8.469,65	8.469,65	-	-	23/02/2018	8.469,65	-	8.469,65	-	-	8.469,65	-	-	Última renovação em contrato anual
ENHAC TECNICA - MAT. CIRURGICO/LDA	ARTIGOS CIRURGICOS SUTURA MECANICA E OUTROS	21/09/2017	7.230,00	6.604,32	-	-	31/03/2018	6.604,32	-	6.604,32	-	-	6.604,32	-	-	Última renovação em contrato anual
MEDTRONIC	ARTIGOS CIRURGICOS SUTURA MECANICA E OUTROS	21/08/2017	33.830,00	41.588,36	-	-	31/03/2018	41.588,36	-	41.588,36	-	-	41.588,36	-	-	Última renovação em contrato anual
ZIMMER BIOMET PORTUGAL UNIPessoal LDA	PROTESES DE JOELHO ANCA E JOELHO	03/03/2017	27.359,66	28.924,10	-	-	21/02/2018	10.543,83	-	10.543,83	-	-	10.543,83	-	-	Última renovação em contrato anual
PAPPO - EMPRESA DE GESTAO ARQUIVO, S.A.	GESTAO DO ARQUIVO CLINICO (HMA/2008)	02/01/2017	12.081,60	14.823,47	-	-	31/07/2018	4.017,20	-	4.017,20	-	-	4.017,20	-	-	Última renovação em contrato anual
SUCKEN SERVIÇO DE UTILIZAÇÃO COMUM HOSPITALS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO DE RESÍDUOS	08/02/2018	106.534,98	13.038,00	-	-	28/06/2018	70.026,83	-	70.026,83	-	-	70.026,83	-	-	Última renovação em contrato anual
ADONIS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRATAMENTO DE ROUPA	08/02/2018	308.971,48	379.973,47	-	-	30/05/2018	160.941,88	-	160.941,88	-	-	160.941,88	-	-	Última renovação em contrato anual
WERNER PORTUGAL, LDA	ADQUIÇÃO DE REAGENTES PARA CONGELAMENTO	27/02/2017	46.240,00	54.289,20	-	-	31/03/2018	54.289,20	-	54.289,20	-	-	54.289,20	-	-	Última renovação em contrato anual
ADONIS	MATERIAL DE PROTESES - ORTOPEdia	21/01/2017	703.20,00	74.538,60	-	-	21/02/2018	60.842,90	-	60.842,90	-	-	60.842,90	-	-	Última renovação em contrato anual
ZIMMER BIOMET PORTUGAL UNIPessoal LDA	MATERIAL DE PROTESES - ORTOPEdia	21/01/2017	75.444,10	78.974,93	-	-	31/03/2018	78.974,93	-	78.974,93	-	-	78.974,93	-	-	Última renovação em contrato anual
MAC MATERIAL DE UTILIDADE CLINICA, LDA	CONSUMÍVEIS PARA A CIRURGIA FRENOLARIA DO PE	17/01/2018	30.419,50	21.635,27	-	-	30/08/2018	11.290,44	-	11.290,44	-	-	11.290,44	-	-	Última renovação em contrato anual
CEADAP - CENTRO DIAGNOSTICO ANATOMICO	FRAMES DE ANATOMIA PATOLOGICA	07/06/2017	98.744,00	98.744,00	-	-	21/02/2018	78.739,00	-	78.739,00	-	-	78.739,00	-	-	Última renovação em contrato anual
UNICLINICA S.A.	ANALISES CLINICAS	28/06/2017	19.763,11	19.763,11	-	-	28/01/2017	17.341,73	-	17.341,73	-	-	17.341,73	-	-	Última renovação em contrato anual
BERGATA EQUIPAMENTOS, LDA	MATERIAL DE ASSISTENCIA TECNICA E	19/01/2018	89.850,00	24.538,50	-	-	21/02/2018	12.269,28	-	12.269,28	-	-	12.269,28	-	-	Última renovação em contrato anual
SANBIBIOS VOLUMETRICOS FLEUMA DA FOZ	TRANSPORTE INOUGENTE DE DORTES	18/02/2018	132.078,00	132.078,00	-	-	18/02/2018	107.436,46	-	107.436,46	-	-	107.436,46	-	-	Última renovação em contrato anual
SÁ LIMPA - SOC. DE LIMPEZA UNI. - LDA	SERVICOS DE LIMPEZA E LIMPEZA	26/04/2018	301.800,30	348.348,30	-	-	31/03/2018	258.277,70	-	258.277,70	-	-	258.277,70	-	-	Última renovação em contrato anual
RONZIGUI - RONDAS E SEGURANCA, LDA	SERVICOS DE SEGURANCA E SEGURANCA HUMANA E A	17/04/2017	148.578,96	148.578,96	-	-	30/08/2017	24.208,68	-	24.208,68	-	-	24.208,68	-	-	Última renovação em contrato anual
VMS SEGURANCA LDA	SERVICOS DE SEGURANCA E VIGILANCA HUMANA	02/08/2018	296.737,92	291.387,64	-	-	30/01/2018	24.265,64	-	24.265,64	-	-	24.265,64	-	-	Última renovação em contrato anual
GENERAL - COMPA. DE CAL. RESTAURANTES E ALIMENTACAO, S.A.	FORNECIMENTO DE BEBIDAS CONGELADAS	17/02/2018	678.694,90	834.683,65	-	-	30/09/2018	245.178,66	-	245.178,66	-	-	245.178,66	-	-	Última renovação em contrato anual
FORNICA PRINCIPA BUSINESS SOLUTIONS PORTUGAL, LDA	SERVICOS DE IMPRESSAO, COPIA, DIGITALIZACAO E FAX	08/01/2017	29.528,00	38.442,44	-	-	28/01/2017	36.048,30	-	36.048,30	-	-	36.048,30	-	-	Última renovação em contrato anual
HEGUSA ABS SCS - SOCIEDADE PORTUGUESA	ADQUIÇÃO DE REAGENTES PARA HEMATOLOGIA	04/05/2018	31.190,00	38.363,70	-	-	21/02/2018	8.063,88	-	8.063,88	-	-	8.063,88	-	-	Última renovação em contrato anual
BIOMERIE PORTUGUESA, LDA	ADQUIÇÃO DE REAGENTES PARA HEMATOLOGIA	07/02/2018	31.890,00	38.669,70	-	-	21/02/2018	18.698,46	-	18.698,46	-	-	18.698,46	-	-	Última renovação em contrato anual
BIOMERIE PORTUGUESA, LDA	ADQUIÇÃO DE REAGENTES PARA HEMATOLOGIA	21/02/2018	41.866,00	51.433,66	-	-	30/01/2018	22.206,61	-	22.206,61	-	-	22.206,61	-	-	Última renovação em contrato anual
GRUPO PORTUGAL, LDA	ADQUIÇÃO DE REAGENTES PARA HEMATOLOGIA	27/02/2018	21.591,50	25.640,55	-	-	30/01/2018	13.536,78	-	13.536,78	-	-	13.536,78	-	-	Última renovação em contrato anual
PRIMAÇON - PORTUGAL DIAGNOSTICO MEDICOS, LDA	ADQUIÇÃO DE REAGENTES PARA HEMATOLOGIA	27/02/2018	25.087,01	25.087,01	-	-	30/01/2018	17.512,38	-	17.512,38	-	-	17.512,38	-	-	Última renovação em contrato anual
ALCON PORTUGAL - PROD. EQUIP. OFTALMOLOGICOS	LENTE INTRAOCULARES	15/06/2018	36.389,00	39.081,14	-	-	30/01/2018	4.915,24	-	4.915,24	-	-	4.915,24	-	-	Última renovação em contrato anual
SALUSTEOTECNOLOGIA DE LABORATORIO, LDA	REAGENTES PARA ANÁLISES CLÍNICAS	05/07/2017	17.280,30	21.340,65	-	-	21/02/2018	13.365,35	-	13.365,35	-	-	13.365,35	-	-	Última renovação em contrato anual
INSTITUTO PORTUGUES DE SANGUE E TRANSPLANTACAO	REAGENTES PARA ANÁLISES CLÍNICAS	17/01/2018	31.140,00	34.061,46	-	-	21/02/2018	4.112,00	-	4.112,00	-	-	4.112,00	-	-	Última renovação em contrato anual
ACCORIO MEDICAL, UNIPessoal LDA	ADQUIÇÃO DE REAGENTES PARA HEMATOLOGIA	05/06/2018	12.133,60	12.133,60	-	-	21/02/2018	737,58	-	737,58	-	-	737,58	-	-	Última renovação em contrato anual
SANICOL FARMACEUTICA, LDA	ADQUIÇÃO DE REAGENTES PARA HEMATOLOGIA	07/08/2018	7.689,44	7.689,44	-	-	21/02/2018	1.899,20	-	1.899,20	-	-	1.899,20	-	-	Última renovação em contrato anual
VISA-PA, LDA	ADQUIÇÃO DE REAGENTES PARA HEMATOLOGIA	27/08/2018	11.430,37	14.060,36	-	-	10/09/2018	1.671,66	-	1.671,66	-	-	1.671,66	-	-	Última renovação em contrato anual
CARDIO SUSTENTUM - EQUIPAMENTO MEDICO, LDA	PROJETO DE RESTRUTURACAO DO CORACAO	13/06/2018	38.570,00	47.544,10	-	-	28/02/2018	35.255,00	-	35.255,00	-	-	35.255,00	-	-	Última renovação em contrato anual
CARDIO SUSTENTUM - EQUIPAMENTO MEDICO, LDA	PROJETO DE RESTRUTURACAO DO CORACAO	13/06/2018	12.860,00	15.744,00	-	-	30/01/2018	15.744,00	-	15.744,00	-	-	15.744,00	-	-	Última renovação em contrato anual
STRIVE PORTUGAL PRODUTOS MEDICOS, LDA	PROJETO DE RESTRUTURACAO DO CORACAO	13/06/2018	28.654,64	35.491,21	-	-	30/01/2018	35.491,21	-	35.491,21	-	-	35.491,21	-	-	Última renovação em contrato anual
MARU CLINIC E ESPECIALIDADES MEDICAS, S.A.	FRAMES DE MEDICINA NUCLEAR	07/03/2018	33.000,00	33.000,00	-	-	28/08/2018	8.278,00	-	8.278,00	-	-	8.278,00	-	-	Última renovação em contrato anual

INTER UNIC E ALL

2018

5.2 Adjudicações por procedimento

Tipo de contrato	Adjudicações por tipo de procedimento														Total
	Concurso público		Concurso limitado por prévia qualificação		Procedimento de negociação		Diálogo concorrencial		Ajuste direto		Restantes modalidades de adjudicação*				
Número de contratos [1]	Preço contratual [2]	Número de contratos [3]	Preço contratual [4]	Número de contratos [5]	Preço contratual [6]	Número de contratos [7]	Preço contratual [8]	Número de contratos [9]	Preço contratual [10]	Número de contratos [11]	Preço contratual [12]	Número de contratos [13]	Preço contratual [14]		
Empreitadas de Obras públicas	1	28.404,39 €	0	- €	0	- €	0	- €	16	75.838,75 €	0	- €	17	104.243,14 €	
Aquisição de serviços	5	631.123,74 €	0	- €	0	- €	0	- €	184	1.430.716,50 €	6	389.376,70 €	195	2.451.216,94 €	
Locação ou aquisição de bens móveis	12	381.466,59 €	0	- €	0	- €	0	- €	573	3.505.197,36 €	38	708.321,61 €	623	4.594.985,56 €	
Concessão de obras públicas	0	- €	0	- €	0	- €	0	- €	0	- €	0	- €	0	- €	
Concessão de serviços públicos	0	- €	0	- €	0	- €	0	- €	0	- €	0	- €	0	- €	
Sociedade	0	- €	0	- €	0	- €	0	- €	0	- €	0	- €	0	- €	
Outros	0	- €	0	- €	0	- €	0	- €	0	- €	0	- €	0	- €	

* Inclui procedimentos ao abrigo de acordo quadro e catálogo

Fonte: GHAF

Assinatura

6. TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS

6.1. Transferências e subsídios – despesa

Tipo de despesa	Disposições legais [1]	Finalidade [2]	Entidade beneficiária [3]	Despesas orçamentadas [4]	Despesas autorizadas [5]	Despesas pagas [6]	Despesas autorizadas e não pagas [7]=[5]-[6]	Devolução de transferências/subsídios ocorrida no exercício [8]	Observações [9]
Transferências correntes									
Total das transferências correntes				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências de capital									
Total das transferências de capital				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Subsídios							0,00		
Total subsídios				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Fonte: SICCC

Aut-2



6.2 Transferências e subsídios - receita

Tipo de receita	Disposições legais (1)	Finalidade (2)	Entidade financiadora (3)	Receita prevista (4)	Receita recebida (5)	Receita prevista e não recebida [6] = (4) - (5)	Devolução de transferências/ subsídios ocorrida no exercício (7)	Observações (8)
Transferências correntes								
050307 - Serviços e fundos autónomos	Despacho n.º 5561/2014, de 23 de abril	Financiamento da atividade da VMER	Instituto Nacional de Emergência Médica	101.700,00	89.456,60	12.243,40	0,00	
Total transferências correntes				101.700,00	89.456,60	12.243,40	0,00	
Transferências de capital								
100308 - Serviço e Fundos Autónomos	DI n.º 18/2017, de 10 de fevereiro (artigo 25.º)	Financiamento dos projetos de investimento de integração de Cuidados de Saúde (PIC), integrados no Contrato- Programa de 2018	ACSS - Administração Central do Sistema de Saúde		187.831,20	-187.831,20		No orçamento inicial não foi previsto qualquer valor para esta rubrica.
100801 - Famílias				3.055,00		3.055,00		Valor previsto relativo a doações.
100901 - União Europeia - Instituições				2.575.213,00		2.575.213,00		Valor previsto relativo ao financiamento por fundos comunitários de projetos com candidaturas aprovadas mas que não tiveram execução no ano de 2018.
Total transferências de capital				2.578.268,00	187.831,20	2.390.436,80	0,00	
Subsídios								
Total de subsídios				0,00	0,00	0,00	0,00	

Fonte: SICCC

7. OUTRAS DIVULGAÇÕES

A demonstração de Encargos contratuais que se apresenta, inclui os contratos celebrados em 2018 ou em períodos anteriores, em que exista a probabilidade de gerar encargos para as entidades no ano 2019 ou em anos futuros.

Número do Contrato	CPV	NIF do For.	N.º do Compromisso	Valor do Compr.	Data de celebração	Contrato			Visto do Tribunal de Contas			Classificação orçamental	Rubrica	Data do Primeiro Pagamento	Pagamentos no Ano (N)	Pagamentos Previstos até Final do Ano N	Pagamentos Acumulados até (N-1)	Pagamentos previstos para anos futuros				
						Preço Base	Preço Contratual - Com IVA	Preço Contratual - Sem IVA	Data de Conclusão (Inicial)	Data de Conclusão (Revisão)	Número do Registo	Fonte de Financiamento						[19]	[20]	[21]	[22]	[23]
1214/2016	33096500	501006120	194 (1214) 268 (214)	51.423,61 (1214) 7.116,56 (214)	20/02/2017	41.600,00	50.971,20	41.440,00	28/02/2018	28/02/2019	-	511	02 - Aquisição de bens e serviços	31/10/2018	93.446,30	0,00	0,00	8.495,12	-	-	-	-
1208/2016	33096500	504282923	186 (2018)	339.688,06	02/03/2017	510.000,00	418.062,36	339.888,06	01/03/2017	28/02/2018	-	511	02 - Aquisição de bens e serviços	31/10/2018	383.222,76	0,00	0,00	34.838,55	-	-	-	-
8007/2017	85111800	503622933	1419 277 766 747 1585 1437	146,00 580,00 149,00 110,00 310,00 318,00	02/05/2017	7.440,00	2.480,00	2.480,00	30/04/2018	30/04/2020	-	511	02 - Aquisição de bens e serviços	31/10/2018	4.119,39	0,00	0,00	2.480,00	876,67	-	-	-
8002/2017	85111800	500758686	811 810 746 742 1604 1566	13.451,45 14.374,78 2.277,04 3.912,47 2.205,00 2.296,88 5.707,24 2.298,54 2.448,14 3.188,47	29/05/2017	71.005,76	39.761,11	19.761,11	01/06/2017	31/05/2018	-	511	02 - Aquisição de bens e serviços	29/06/2017	19.761,11	0,00	9.880,55	19.761,11	9.880,55	-	-	-

Fonte: SICEP, SICP GMAF

CAPÍTULO X – CONTABILIDADE DE GESTÃO

O presente capítulo tem como objetivo a divulgação da informação do sistema de contabilidade de gestão, dando cumprimento à NCP 27.

Quadro 130: Resultados por funções

Em Euros	
	2018
Rendimentos Diretos	25.404.958,86
Gastos Incorporados	30.556.655,31
Resultado Bruto do Período	(5.151.696,45)
Rendimentos Gerais	3.395.962,32
Impostos e taxas	951.866,51
Transferências e subsídios correntes obtidos	1.760.923,26
Reversões	104.665,19
Outros rendimentos e ganhos	578.507,36
Gastos não Incorporados	469.964,08
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	13.903,36
Fornecimentos e serviços externos	101.815,07
Gastos com o pessoal	330.715,35
Outros gastos	23.530,30
Resultado Líquido do Período	(2.225.698,21)

Fonte: SICC

Quadro 131: Resultados por funções

Em Euros

Produtos/serviço	Rendimentos	Gastos	Resultado Bruto	Tipo de unidades	Nº de unidades	Rendimento médio por unidade	Gasto médio por unidade
Internamento	9.901.212,26	12.322.241,63	(2.421.029,37)	Nº de Doentes Tratados	5.771	1.715,68	2.135,20
				Nº de dias de internamento	42.736	231,68	288,33
Consulta Externa	4.080.023,94	6.528.923,17	(2.448.899,23)	Nº de Consultas	95.897	42,55	68,08
Urgência	3.652.657,15	7.510.843,70	(3.858.186,55)	Nº de Atendimentos	74.686	48,91	100,57
Hospital de Dia	1.429.010,84	1.333.726,59	95.284,25	Nº de Sessões	8.405	170,02	158,68
				Nº de Doentes Tratados	2.801	510,18	476,16
Cirurgia de Ambulatório	4.747.988,56	2.804.850,19	1.943.138,37	Nº de Intervenções	5.063	937,78	553,99
				Nº Doentes Intervencionados	3.535	1.343,14	793,45
Cuidados Domiciliários	50.258,25	56.070,04	(5.811,79)	Nº de Visitas	965	52,08	58,10
				Nº Doentes Visitados	128	392,64	438,05
Actos Complementares de Diagnóstico e Terapêutica	49.529,04	0,00	49.529,04	N.º de Exames Ponderados	n.d.	-	-
Secções Administrativas	1.493.763,22	0,00	1.493.763,22	-	-	-	-
Serviços de Apoio Geral	515,60	0,00	515,60	-	-	-	-
Total	25.404.958,86	30.556.655,31	(5.151.696,45)				

Fonte: SICC

Quadro 132: Custos por atividade/função

Em Euros

Gastos	Atividade/Função						
	Internamento	Consulta Externa	Urgência	Hospital de Dia	Cirurgia de Ambulatório	Cuidados Domiciliários	TOTAL
Gastos Diretos	7.540.950,55	3.847.559,28	5.380.634,71	833.164,86	888.011,60	29.349,76	18.519.670,76
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	740.244,54	1.024.212,59	320.624,06	457.703,73	347.410,47	4.464,38	2.894.659,77
Fornecimentos e serviços externos	161.762,09	556.226,46	498.694,45	53.601,94	38.341,71	2.422,11	1.311.048,76
Gastos com o pessoal	6.413.726,16	2.095.141,72	4.399.422,98	257.143,41	447.052,29	22.120,98	13.634.607,54
Outros gastos	225.217,76	171.978,51	161.893,22	64.715,78	55.207,13	342,29	679.354,69
Gastos Indiretos	4.781.291,08	2.681.363,89	2.130.208,99	500.561,73	1.916.838,59	26.720,28	12.036.984,55
Total de Gastos Incorporados	12.322.241,63	6.528.923,17	7.510.843,70	1.333.726,59	2.804.850,19	56.070,04	30.556.655,31

Fonte: SICC

13
14
15

1. **CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS**
2. **RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO**
3. **DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTOS EM ATRASO EM 31/12/2018**
4. **DECLARAÇÃO DE PAGAMENTOS EM ATRASO EM 31/12/2018**
5. **DECLARAÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS EM 31/12/2018**

by
afp
f.



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Hospital Distrital da Figueira da Foz, E.P.E. (adiante designada por Entidade), que compreendem o balanço em trinta e um de dezembro de dois mil e dezoito (que evidencia um total de 19.175.263,00 euros e um total de património líquido de 3.150.646,87 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 2.225.698,21 euros), a demonstração dos resultados por natureza, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção "Bases para a opinião com reservas", as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Entidade em trinta e um de dezembro de dois mil e dezoito, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Bases para a opinião com reservas

Os rendimentos associados às prestações de serviços do Serviço Nacional de Saúde são contabilizados com base em estimativas resultantes das condições acordadas com a Administração Central do Sistema de Saúde (ACSS) no âmbito dos Contratos-Programa celebrados anualmente e na informação disponível relativa à produção realizada, sendo ajustados em conformidade com instruções emitidas pela ACSS no encerramento do exercício. Considerando que os ajustamentos realizados em consequência das referidas instruções "*não prejudicarão os acertos a efetuar aquando do encerramento do Contrato Programa*" e que até à data do presente relatório ainda não se encontra encerrada a validação das estimativas referentes aos Contratos-Programa de 2014 a 2018, não nos podemos pronunciar quanto a eventuais ajustamentos daí resultantes.

Do procedimento de auditoria efetuado de confirmação externa de saldos de terceiros resultou a obtenção de respostas com divergências face aos registos contabilísticos da Entidade que ascendem a cerca de 712 mil euros, não tendo a sua conciliação permitido concluir sobre os impactos que daí podem decorrer, motivo pelo qual não nos podemos pronunciar quanto a eventuais ajustamentos que poderiam ser considerados necessários nas rubricas de "*Clientes, contribuintes e utentes*", "*Outros contas a receber*", "*Fornecedores*" e "*Outras contas a pagar*".

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de

Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Ênfases

As demonstrações financeiras são apresentadas pela primeira vez de acordo com Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP). Conforme divulgado no Anexo, e conforme previsto no Manual de Implementação do SNC-AP, a Entidade não reexpressou os comparativos, pelo que a informação relativa ao ano anterior (comparativo) tem por base o Sistema de Normalização Contabilística (SNC).

O total do Património Líquido ascende a 3.150.646,87 euros, quando o Capital subscrito da Entidade é de 29.100.000 euros, encontrando-se a Entidade em situação de perda de metade do capital social. Tendo as demonstrações financeiras sido preparadas no pressuposto da continuidade das operações, admite-se que o princípio da continuidade, como entidade pública empresarial, será assegurado pelo Estado.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria



incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais

Auditamos as demonstrações orçamentais anexas da Entidade que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 33.254.183,44 euros), a demonstração da execução orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga líquida de reposições de 32.808.585,37 euros) e a demonstração de execução do plano plurianual de investimentos relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais no âmbito da prestação de contas da entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, exceto quanto ao seguinte:

As receitas por cobrar inscritas na demonstração da execução orçamental da receita são inferiores ao montante das contas a receber registadas na contabilidade financeira, excluindo o efeito das imparidades, em cerca de 1.500 mil euros, no entanto, e de acordo com a NCP 26, as liquidações são registadas em paralelo com o registo das contas a receber na contabilidade financeira.

Tendo em consideração a limitação acima expressa no parágrafo "Bases para a opinião com reservas" no que respeita à conciliação de saldos de terceiros, e considerando que de acordo com a NCP 26 as obrigações são registadas em paralelo com o registo das contas a pagar na contabilidade financeira, não nos podemos pronunciar quanto a eventuais ajustamentos que poderiam ser considerados necessários nas rubricas relacionadas com as obrigações evidenciadas na demonstração da execução orçamental da despesa.



Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e demonstrações orçamentais, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Aveiro, 14 de junho de 2019



CFA - Cravo, Fortes, Antão & Associados, SROC, Lda. (n.º 87)
Representada por Avelino Azevedo Antão (ROC n.º 589)



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

A S. Exas Ministro das Finanças, Ministro da Saúde, e

Exmo. Conselho de Administração da Entidade

Hospital Distrital da Figueira da Foz, E.P.E.

Nos termos da Lei e do mandato que V. Exas. nos conferiram, cumpre-nos apresentar à vossa apreciação o relatório da nossa ação fiscalizadora exercida durante o exercício findo em trinta e um de dezembro de dois mil e dezoito e o parecer sobre o relatório de gestão, o balanço, a demonstração de resultados, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa, o anexo às demonstrações financeiras e as demonstrações orçamentais relativos àquele exercício, que nos foram apresentados pelo Conselho de Administração da Entidade.

No âmbito das nossas funções:

- a) Acompanhámos o desenvolvimento da atividade social da Entidade através, nomeadamente, da leitura das atas das reuniões do Conselho de Administração, bem como mediante sessões de trabalho com os responsáveis das principais áreas funcionais;
- b) Analisámos também a informação documental, contabilística e de gestão, disponibilizada pelos serviços e verificámos a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte;
- c) Verificámos a existência e relevação contabilística dos ativos e passivos pertencentes ou assumidos pela Entidade, em particular quanto à adequação das políticas contabilísticas e bases de mensuração critérios valorimétricos adotados, que se encontram suficientemente expressos no anexo às demonstrações financeiras;
- d) Emitimos os pareceres que nos foram solicitados pelo Conselho de Administração no âmbito das nossas competências;
- e) Desenvolvemos os demais procedimentos de revisão de contas que considerámos adequados nas circunstâncias e, em consequência;
- f) Elaborámos, na qualidade de Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, a Certificação Legal das Contas, e que para todos os efeitos faz parte integrante deste mesmo Relatório.

Como corolário da atividade que desenvolvemos e, em especial, da apreciação dos documentos de prestação de contas, constatámos que:

- a) O Relatório do Conselho de Administração satisfaz os requisitos exigidos pela Lei;
- b) Dando cumprimento ao disposto do n.º 1 do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, verificámos que se encontram apresentadas no Relatório de Governo Societário, de forma atual e completa, todas as matérias reguladas no capítulo II do referido diploma;
- c) Conforme disposto no artigo 65.º do Código das Sociedades Comerciais o relatório de gestão e as contas do exercício devem ser assinados por todos os membros da administração, constatando-se que um dos membros não as assinou, estando a justificação enunciada no Relatório e Contas de 2018;
- d) Conforme mencionado no Relatório de Gestão e Contas do exercício de 2018, foi atualizado o manual de procedimentos e controlo interno referente à área da contratação pública, tendo em consideração as determinações emanadas através do Despacho n.º 851-A/2017, de 13 de janeiro. Constatámos que ainda se encontravam em fase de implementação os procedimentos necessários ao integral cumprimento das disposições legais referentes à contratação pública e determinações do referido despacho, pelo que recomendamos que sejam reforçadas as diligências consideradas necessárias.

Acautelando o anteriormente exposto, não tomámos conhecimento de quaisquer violações da Lei ou do contrato de sociedade.

Ponderado tudo o que antecede e a observância legal e estatutária somos de

PARECER

Que a tutela:

- a) Aprove o Relatório do Conselho de Administração e as Contas do exercício de dois mil e dezoito apresentados pelo Conselho de Administração com as reservas constantes da Certificação Legal das Contas;
- b) Aprove a proposta de aplicação dos resultados constante do mesmo Relatório.



Finalmente, o Fiscal Único não quer deixar de assinalar que no exercício das suas funções contou com a melhor colaboração do Conselho de Administração e dos Serviços, que sempre lhe deram o apoio conveniente ao exercício das suas funções.

Aveiro, 14 de junho de 2019

O Fiscal Único

CFA - Cravo, Fortes, Antão & Associados, SROC., Lda. (n.º 87)
Representada por Avelino Azevedo Antão (ROC nº 589)

Recebimentos em atraso

Declaração de recebimentos em atraso existentes em 31/12/2018

Ministério: SAÚDE

Entidade: HOSPITAL DISTRITAL FIGUEIRA DA FOZ, EPE

Montante total de recebimentos em atraso: € 5.686.330,68

N.º	Ano	Classificação Económica	Devedor NF	Devedor Designação	Descrição	Montante	Sanções aplicáveis pelo atraso no pagamento
1	1980	07.02.99	500069514	COMPANHIA DE SEGUROS ALLIANZ PORTUGAL, S.A.	RECETA PRÓPRIA	6,14€	
2	1980	07.02.99	500268169	COMP SEGUROS SOC PORTUGUESA SEGUROS	RECETA PRÓPRIA	97,12€	
3	1980	07.02.99	500506990	COMP SEGUROS O TRABALHO	RECETA PRÓPRIA	249,10€	
4	1980	07.02.99	500940231	COMP SEGUROS TRANQUILIDADE S.A	RECETA PRÓPRIA	115,23€	
5	1981	07.02.99	500069514	COMPANHIA DE SEGUROS ALLIANZ PORTUGAL, S.A.	RECETA PRÓPRIA	6,16€	
6	1981	07.02.99	500268169	COMP SEGUROS SOC PORTUGUESA SEGUROS	RECETA PRÓPRIA	5,11€	
7	1981	07.02.99	500506990	COMP SEGUROS O TRABALHO	RECETA PRÓPRIA	100,41€	
8	1981	07.02.99	500940231	COMP SEGUROS TRANQUILIDADE S.A	RECETA PRÓPRIA	299,54€	
9	1982	07.02.99	500069514	COMPANHIA DE SEGUROS ALLIANZ PORTUGAL, S.A.	RECETA PRÓPRIA	13,72€	
10	1982	07.02.99	500506990	COMP SEGUROS O TRABALHO	RECETA PRÓPRIA	89,27€	
11	1982	07.02.99	500940231	COMP SEGUROS TRANQUILIDADE S.A	RECETA PRÓPRIA	82,03€	
12	1983	07.02.99	500506990	COMP SEGUROS O TRABALHO	RECETA PRÓPRIA	19,45€	
13	1983	07.02.99	500940231	COMP SEGUROS TRANQUILIDADE S.A	RECETA PRÓPRIA	59,50€	
14	1984	07.02.99	500268169	COMP SEGUROS SOC PORTUGUESA SEGUROS	RECETA PRÓPRIA	16,71€	
15	1984	07.02.99	500506990	COMP SEGUROS O TRABALHO	RECETA PRÓPRIA	210,24€	
16	1984	07.02.99	500528586	ZURICH - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.	RECETA PRÓPRIA	11,23€	
17	1984	07.02.99	500940231	COMP SEGUROS TRANQUILIDADE S.A	RECETA PRÓPRIA	286,02€	
18	1984	07.02.99	980080813	COMP SEGUROS GENERALI ASSICURAZIONI	RECETA PRÓPRIA	93,52€	
19	1985	07.02.99	500069514	COMPANHIA DE SEGUROS ALLIANZ PORTUGAL, S.A.	RECETA PRÓPRIA	71,83€	
20	1985	07.02.99	500268169	COMP SEGUROS SOC PORTUGUESA SEGUROS	RECETA PRÓPRIA	90,87€	
21	1985	07.02.99	500506990	COMP SEGUROS O TRABALHO	RECETA PRÓPRIA	122,21€	
22	1985	07.02.99	500528586	ZURICH - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.	RECETA PRÓPRIA	49,53€	
23	1985	07.02.99	500940231	COMP SEGUROS TRANQUILIDADE S.A	RECETA PRÓPRIA	479,84€	
24	1986	07.02.99	500069514	COMPANHIA DE SEGUROS ALLIANZ PORTUGAL, S.A.	RECETA PRÓPRIA	12,46€	
25	1986	07.02.99	500268169	COMP SEGUROS SOC PORTUGUESA SEGUROS	RECETA PRÓPRIA	6,23€	
26	1986	07.02.99	500506990	COMP SEGUROS O TRABALHO	RECETA PRÓPRIA	79,79€	
27				ZURICH - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.	RECETA PRÓPRIA		

207

27	1986	07.02.99	500528586	SEGUROS, S.A.	RECETA PRÓPRIA	8,96€
28	1986	07.02.99	500940231	COMP SEGUROS TRANQUILIDADE S.A.	RECETA PRÓPRIA	188,18€
29	1987	07.02.99	500069514	COMPANHIA DE SEGUROS ALLIANZ PORTUGAL, S.A.	RECETA PRÓPRIA	70,08€
30	1987	07.02.99	500268169	COMP SEGUROS SOC PORTUGUESA SEGUROS	RECETA PRÓPRIA	14,96€
31	1987	07.02.99	500506990	COMP SEGUROS O TRABALHO	RECETA PRÓPRIA	1.225,55€
32	1987	07.02.99	500528586	ZURICH - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.	RECETA PRÓPRIA	2.628,86€
33	1987	07.02.99	500940231	COMP SEGUROS TRANQUILIDADE, S.A.	RECETA PRÓPRIA	243,22€
34	1988	07.02.99	500069514	COMPANHIA DE SEGUROS ALLIANZ PORTUGAL, S.A.	RECETA PRÓPRIA	201,73€
35	1988	07.02.99	500268169	COMP SEGUROS SOC PORTUGUESA SEGUROS	RECETA PRÓPRIA	85,94€
36	1988	07.02.99	500506990	COMP SEGUROS O TRABALHO	RECETA PRÓPRIA	15,98€
37	1988	07.02.99	500528586	ZURICH - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.	RECETA PRÓPRIA	95,27€
38	1988	07.02.99	500940231	COMP SEGUROS TRANQUILIDADE S.A.	RECETA PRÓPRIA	6,48€
39	1988	07.02.99	500069514	COMPANHIA DE SEGUROS ALLIANZ PORTUGAL, S.A.	RECETA PRÓPRIA	68,34€
40	1989	07.02.99	500268169	COMP SEGUROS SOC PORTUGUESA SEGUROS	RECETA PRÓPRIA	2.319,86€
41	1989	07.02.99	500506990	COMP SEGUROS O TRABALHO	RECETA PRÓPRIA	911,33€
42	1989	07.02.99	500940231	COMP SEGUROS TRANQUILIDADE S.A.	RECETA PRÓPRIA	342,73€
43	1989	07.02.99	506361527	VÁRIOS DEVEDORES	RECETA PRÓPRIA	280,07€
44	1990	07.02.99	500069514	COMPANHIA DE SEGUROS ALLIANZ PORTUGAL, S.A.	RECETA PRÓPRIA	81,30€
45	1990	07.02.99	500268169	COMP SEGUROS SOC PORTUGUESA SEGUROS	RECETA PRÓPRIA	53,87€
46	1990	07.02.99	500940231	COMP SEGUROS TRANQUILIDADE S.A.	RECETA PRÓPRIA	56,36€
47	1990	07.02.99	506361527	VÁRIOS DEVEDORES	RECETA PRÓPRIA	26,44€
48	1991	07.02.99	500069514	COMPANHIA DE SEGUROS ALLIANZ PORTUGAL, S.A.	RECETA PRÓPRIA	14,47€
49	1991	07.02.99	500268169	COMP SEGUROS SOC PORTUGUESA SEGUROS	RECETA PRÓPRIA	70,84€
50	1991	07.02.99	500528586	ZURICH - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.	RECETA PRÓPRIA	3.029,00€
51	1991	07.02.99	500940231	COMP SEGUROS TRANQUILIDADE, S.A.	RECETA PRÓPRIA	49,38€
52	1991	07.02.99	501689168	COMP SEGUROS LUSITANA, S.A.	RECETA PRÓPRIA	26,94€
53	1991	07.02.99	506361527	VÁRIOS DEVEDORES	RECETA PRÓPRIA	14,47€
54	1992	07.02.99	500069514	COMPANHIA DE SEGUROS ALLIANZ PORTUGAL, S.A.	RECETA PRÓPRIA	2.249,20€
55	1992	07.02.99	500268169	COMP SEGUROS SOC PORTUGUESA SEGUROS	RECETA PRÓPRIA	186,94€
56	1992	07.02.99	500506990	COMP SEGUROS O TRABALHO	RECETA PRÓPRIA	14.222,94€
57	1992	07.02.99	500528586	ZURICH - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.	RECETA PRÓPRIA	39,80€
58	1992	07.02.99	500940231	COMP SEGUROS TRANQUILIDADE S.A.	RECETA PRÓPRIA	1.224,04€
59	1992	07.02.99	501689168	COMP SEGUROS LUSITANA, S.A.	RECETA PRÓPRIA	2.002,47€
60	1992	07.02.99	506361527	VÁRIOS DEVEDORES	RECETA PRÓPRIA	659,35€
61	1992	07.02.99	980060613	COMP SEGUROS GENERALI ASSICURAZIONI	RECETA PRÓPRIA	63,34€
62	1993	07.02.99	500069514	COMPANHIA DE SEGUROS ALLIANZ PORTUGAL, S.A.	RECETA PRÓPRIA	586,99€
63	1993	07.02.99	500268169	COMP SEGUROS SOC PORTUGUESA SEGUROS	RECETA PRÓPRIA	12.547,80€
64	1993	07.02.99	500506990	COMP SEGUROS O TRABALHO	RECETA PRÓPRIA	597,94€

47

				TRABALHO		
85	1993	07.02.99	500528586	ZURICH - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.	RECETA PRÓPRIA	284,60€
86	1993	07.02.99	500940231	COMP SEGUROS TRANQUILIDADE, S.A.	RECETA PRÓPRIA	206,29€
87	1993	07.02.99	501689168	COMP SEGUROS LUSITANA, S.A.	RECETA PRÓPRIA	108,14€
88	1993	07.02.99	506361527	VÁRIOS DEVEDORES	RECETA PRÓPRIA	42,08€
89	1993	07.02.99	980060613	COMP SEGUROS GENERALI ASSICURAZIONI	RECETA PRÓPRIA	79,81€
70	1994	07.02.99	500068514	COMPANHIA DE SEGUROS ALLIANZ PORTUGAL, S.A.	RECETA PRÓPRIA	209,90€
71	1994	07.02.99	500268169	COMP SEGUROS SOC. PORTUGUESA SEGUROS	RECETA PRÓPRIA	6.249,81€
72	1994	07.02.99	500506990	COMP SEGUROS O TRABALHO	RECETA PRÓPRIA	11.304,96€
73	1994	07.02.99	500528586	ZURICH - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.	RECETA PRÓPRIA	1.108,24€
74	1994	07.02.99	500940231	COMP SEGUROS TRANQUILIDADE, S.A.	RECETA PRÓPRIA	3.728,78€
75	1994	07.02.99	501689168	COMP SEGUROS LUSITANA, S.A.	RECETA PRÓPRIA	175,58€
76	1994	07.02.99	506361527	VÁRIOS DEVEDORES	RECETA PRÓPRIA	516,48€
77	1994	07.02.99	512004048	COMP SEGUROS AÇOREANA	RECETA PRÓPRIA	89,64€
78	1994	07.02.99	980060613	COMP SEGUROS GENERALI ASSICURAZIONI	RECETA PRÓPRIA	1.988,24€
79	1995	07.02.99	500032343	ASSOCIAÇÃO NAVAL 1º MAIO	RECETA PRÓPRIA	498,83€
80	1995	07.02.99	500068514	COMPANHIA DE SEGUROS ALLIANZ PORTUGAL, S.A.	RECETA PRÓPRIA	533,82€
81	1995	07.02.99	500268169	COMP SEGUROS SOC. PORTUGUESA SEGUROS	RECETA PRÓPRIA	1.994,34€
82	1995	07.02.99	500506990	COMP SEGUROS O TRABALHO	RECETA PRÓPRIA	1.269,79€
83	1995	07.02.99	500528586	ZURICH - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.	RECETA PRÓPRIA	2.883,65€
84	1995	07.02.99	500940231	COMP SEGUROS TRANQUILIDADE, S.A.	RECETA PRÓPRIA	4.476,59€
85	1995	07.02.99	506361527	VÁRIOS DEVEDORES	RECETA PRÓPRIA	651,77€
86	1995	07.02.99	512004048	COMP SEGUROS AÇOREANA	RECETA PRÓPRIA	114,50€
87	1995	07.02.99	980060613	COMP SEGUROS GENERALI ASSICURAZIONI	RECETA PRÓPRIA	79,73€
88	1996	07.02.99	500032343	ASSOCIAÇÃO NAVAL 1º MAIO	RECETA PRÓPRIA	229,60€
89	1996	07.02.99	500068514	COMPANHIA DE SEGUROS ALLIANZ PORTUGAL, S.A.	RECETA PRÓPRIA	2.816,10€
90	1996	07.02.99	500268169	COMP SEGUROS SOC. PORTUGUESA SEGUROS	RECETA PRÓPRIA	5.546,33€
91	1996	07.02.99	500506990	COMP SEGUROS O TRABALHO	RECETA PRÓPRIA	410,38€
92	1996	07.02.99	500528586	ZURICH - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.	RECETA PRÓPRIA	188,66€
93	1996	07.02.99	500940231	COMP SEGUROS TRANQUILIDADE, S.A.	RECETA PRÓPRIA	5.204,22€
94	1996	07.02.99	501689168	COMP SEGUROS LUSITANA, S.A.	RECETA PRÓPRIA	376,32€
95	1996	07.02.99	506361527	VÁRIOS DEVEDORES	RECETA PRÓPRIA	2.295,79€
96	1996	07.02.99	980060613	COMP SEGUROS GENERALI ASSICURAZIONI	RECETA PRÓPRIA	52,92€
97	1997	07.02.99	500068514	COMPANHIA DE SEGUROS ALLIANZ PORTUGAL, S.A.	RECETA PRÓPRIA	139,07€
98	1997	07.02.99	500268169	COMP SEGUROS SOC. PORTUGUESA SEGUROS	RECETA PRÓPRIA	4.409,59€
99	1997	07.02.99	500506990	COMP SEGUROS O TRABALHO	RECETA PRÓPRIA	32,27€
100	1997	07.02.99	500528586	ZURICH - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.	RECETA PRÓPRIA	45,04€
101	1997	07.02.99	500940231	COMP SEGUROS TRANQUILIDADE, S.A.	RECETA PRÓPRIA	942,51€

107

102	1997	07.02.99	506361527	VÁRIOS DEVEDORES	RECETA PRÓPRIA	1.864,18€
103	1998	07.02.05	508188423	ACSS, I.P. - ADM CENTRAL DO SISTEMA DE SAÚDE	RECETA PRÓPRIA	64,25€
104	1998	07.02.99	500069514	COMPANHIA DE SEGUROS ALLIANZ PORTUGAL, S.A.	RECETA PRÓPRIA	4,33€
105	1998	07.02.99	501688168	COMP SEGUROS LUSITANA, S.A.	RECETA PRÓPRIA	1,34€
106	1998	07.02.99	503454109	AXA PORTUGAL - COMPANHIA DE SEGUROS S.A.	RECETA PRÓPRIA	270,04€
107	1998	07.02.99	506361527	VÁRIOS DEVEDORES	RECETA PRÓPRIA	17.186,44€
108	1998	07.02.99	980090613	COMP SEGUROS GENERALI ASSICURAZIONI	RECETA PRÓPRIA	42,72€
109	1999	07.02.05	503122165	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO CENTRO, I.P.	RECETA PRÓPRIA	986,54€
110	1999	07.02.05	508188423	ACSS, I.P. - ADM CENTRAL DO SISTEMA DE SAÚDE	RECETA PRÓPRIA	28.811,54€
111	1999	07.02.99	500268189	COMP SEGUROS SOC. PORTUGUESA SEGUROS	RECETA PRÓPRIA	273,33€
112	1999	07.02.99	500528586	ZURICH - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.	RECETA PRÓPRIA	510,80€
113	1999	07.02.99	506361527	VÁRIOS DEVEDORES	RECETA PRÓPRIA	38.537,56€
114	2000	07.02.05	503122165	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO CENTRO, I.P.	RECETA PRÓPRIA	45,86€
115	2000	07.02.05	508188423	ACSS, I.P. - ADM CENTRAL DO SISTEMA DE SAÚDE	RECETA PRÓPRIA	9.294,73€
116	2000	07.02.99	500032343	ASSOCIAÇÃO NAVAL 1º MAIO	RECETA PRÓPRIA	306,46€
117	2000	07.02.99	500069514	COMPANHIA DE SEGUROS ALLIANZ PORTUGAL, S.A.	RECETA PRÓPRIA	109,49€
118	2000	07.02.99	500528586	ZURICH - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.	RECETA PRÓPRIA	80,58€
119	2000	07.02.99	500940231	COMP SEGUROS TRANQUILIDADE, S.A.	RECETA PRÓPRIA	241,42€
120	2000	07.02.99	506361527	VÁRIOS DEVEDORES	RECETA PRÓPRIA	127.001,06€
121	2000	07.02.99	512004048	COMP SEGUROS AÇOREANA	RECETA PRÓPRIA	25,94€
122	2001	07.02.05	503122165	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO CENTRO, I.P.	RECETA PRÓPRIA	58.061,94€
123	2001	07.02.05	508188423	ACSS, I.P. - ADM CENTRAL DO SISTEMA DE SAÚDE	RECETA PRÓPRIA	2.265,07€
124	2001	07.02.99	500032343	ASSOCIAÇÃO NAVAL 1º MAIO	RECETA PRÓPRIA	6.538,46€
125	2001	07.02.99	500069514	COMPANHIA DE SEGUROS ALLIANZ PORTUGAL, S.A.	RECETA PRÓPRIA	471,92€
126	2001	07.02.99	500506990	COMP SEGUROS O TRABALHO	RECETA PRÓPRIA	102,55€
127	2001	07.02.99	500528586	ZURICH - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.	RECETA PRÓPRIA	94,98€
128	2001	07.02.99	501688168	COMP SEGUROS LUSITANA, S.A.	RECETA PRÓPRIA	43,39€
129	2001	07.02.99	503454109	AXA PORTUGAL - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.	RECETA PRÓPRIA	226,53€
130	2001	07.02.99	506361527	VÁRIOS DEVEDORES	RECETA PRÓPRIA	108.117,55€
131	2001	07.02.99	512004048	COMP SEGUROS AÇOREANA	RECETA PRÓPRIA	35,53€
132	2001	07.02.99	980090613	COMP SEGUROS GENERALI ASSICURAZIONI	RECETA PRÓPRIA	2,33€
133	2001	07.02.99	504525050	ESIA - INTER-ATLÂNTICO, COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.	RECETA PRÓPRIA	1,11€
134	2001	07.02.99	880048658	COMPANHIA DE SEGUROS AEGION	RECETA PRÓPRIA	4,00€
135	2002	07.02.05	503122165	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO CENTRO, I.P.	RECETA PRÓPRIA	4.878,54€
				ACSS, I.P. - ADM CENTRAL	RECETA PRÓPRIA	

136	2002	07.02.05	508188423	DO SISTEMA DE SAÚDE		7.107,90€
137	2002	07.02.99	500032343	ASSOCIAÇÃO NAVAL 1º MAIO	RECETA PRÓPRIA	6.644,55€
138	2002	07.02.99	500069514	COMPANHIA DE SEGUROS ALLIANZ PORTUGAL, S.A.	RECETA PRÓPRIA	130,46€
139	2002	07.02.99	500506990	COMP SEGUROS O TRABALHO	RECETA PRÓPRIA	5.211,27€
140	2002	07.02.99	500528586	ZURICH - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.	RECETA PRÓPRIA	237,19€
141	2002	07.02.99	501689168	COMP SEGUROS LUSTANIA, S.A.	RECETA PRÓPRIA	35,61€
142	2002	07.02.99	506361527	VÁRIOS DEVEDORES	RECETA PRÓPRIA	132.208,34€
143	2003	07.02.05	503122165	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO CENTRO, IP	RECETA PRÓPRIA	27.404,34€
144	2003	07.02.05	506361527	VÁRIOS DEVEDORES	RECETA PRÓPRIA	236.750,34€
145	2003	07.02.05	508188423	ACSS, IP - ADM. CENTRAL DO SISTEMA DE SAÚDE	RECETA PRÓPRIA	1.354,94€
146	2003	07.02.99	500032343	ASSOCIAÇÃO NAVAL 1º MAIO	RECETA PRÓPRIA	3.761,11€
147	2003	07.02.99	500069514	COMPANHIA DE SEGUROS ALLIANZ PORTUGAL, S.A.	RECETA PRÓPRIA	30,70€
148	2003	07.02.99	500528586	ZURICH - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.	RECETA PRÓPRIA	98,43€
149	2003	07.02.99	506361527	VÁRIOS DEVEDORES	RECETA PRÓPRIA	249,70€
150	2003	07.02.99	980080613	COMP SEGUROS GENERALI ASSICURAZIONI	RECETA PRÓPRIA	1,27€
151	2004	07.02.05	503122165	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO CENTRO, IP	RECETA PRÓPRIA	4.133,67€
152	2004	07.02.05	506361527	VÁRIOS DEVEDORES	RECETA PRÓPRIA	182.708,54€
153	2004	07.02.05	508188423	ACSS, IP - ADM. CENTRAL DO SISTEMA DE SAÚDE	RECETA PRÓPRIA	690,63€
154	2004	07.02.99	500032343	ASSOCIAÇÃO NAVAL 1º MAIO	RECETA PRÓPRIA	945,10€
155	2004	07.02.99	500069514	COMPANHIA DE SEGUROS ALLIANZ PORTUGAL, S.A.	RECETA PRÓPRIA	131,60€
156	2004	07.02.99	500528586	ZURICH - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.	RECETA PRÓPRIA	3.540,42€
157	2004	07.02.99	500842639	SAMS - SINDICATO BANCÁRIOS ZONA CENTRO	RECETA PRÓPRIA	312,61€
158	2004	07.02.99	506361527	VÁRIOS DEVEDORES	RECETA PRÓPRIA	1.176,70€
159	2004	07.02.99	512004048	COMP SEGUROS AÇOREANA	RECETA PRÓPRIA	35,80€
160	2005	07.02.05	503122165	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO CENTRO, IP	RECETA PRÓPRIA	19.770,00€
161	2005	07.02.05	506361527	VÁRIOS DEVEDORES	RECETA PRÓPRIA	138.062,10€
162	2005	07.02.05	508188423	ACSS, IP - ADM. CENTRAL DO SISTEMA DE SAÚDE	RECETA PRÓPRIA	3.839,09€
163	2005	07.02.99	500032343	ASSOCIAÇÃO NAVAL 1º MAIO	RECETA PRÓPRIA	350,00€
164	2005	07.02.99	500069514	COMPANHIA DE SEGUROS ALLIANZ PORTUGAL, S.A.	RECETA PRÓPRIA	122,60€
165	2005	07.02.99	500528586	ZURICH - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.	RECETA PRÓPRIA	1.162,70€
166	2005	07.02.99	500940231	COMP SEGUROS TRANQUILIDADE S.A.	RECETA PRÓPRIA	2.389,79€
167	2005	07.02.99	506361527	VÁRIOS DEVEDORES	RECETA PRÓPRIA	569,02€
168	2005	07.02.99	512004048	COMP SEGUROS AÇOREANA	RECETA PRÓPRIA	4.340,85€
169	2006	07.02.05	503122165	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO CENTRO, IP	RECETA PRÓPRIA	9.299,72€
170	2006	07.02.05	506361527	VÁRIOS DEVEDORES	RECETA PRÓPRIA	122.301,45€
171	2006	07.02.05	508188423	ACSS, IP - ADM. CENTRAL DO SISTEMA DE SAÚDE	RECETA PRÓPRIA	4.587,29€
172	2006	07.02.99	500032343	ASSOCIAÇÃO NAVAL 1º MAIO	RECETA PRÓPRIA	885,90€
173	2006	07.02.99	500069514	COMPANHIA DE SEGUROS	RECETA PRÓPRIA	3.300,12€

17

174	2006	07.02.99	500528586	ALLIANZ PORTUGAL, S.A. ZURICH - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.	RECETA PRÓPRIA	17.389,48€
175	2006	07.02.99	500918880	FIDELIDADE - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.	RECETA PRÓPRIA	68,70€
176	2006	07.02.99	506361527	VÁRIOS DEVEDORES	RECETA PRÓPRIA	2.765,89€
177	2006	07.02.99	512004048	COMP SEGUROS AÇOREANA	RECETA PRÓPRIA	202,20€
178	2007	07.02.05	500746427	IASFA	RECETA PRÓPRIA	1.236,60€
179	2007	07.02.05	503122165	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO CENTRO, IP	RECETA PRÓPRIA	6.500,90€
180	2007	07.02.05	506361527	VÁRIOS DEVEDORES	RECETA PRÓPRIA	126.229,42€
181	2007	07.02.05	508188423	ACSS, I.P. - ADM. CENTRAL DO SISTEMA DE SAÚDE	RECETA PRÓPRIA	21.472,86€
182	2007	07.02.05	510103445	CENTRO HOSPITALAR E UNIVERSITÁRIO DE COIMBRA, EPE	RECETA PRÓPRIA	16.462,70€
183	2007	07.02.99	500032343	ASSOCIAÇÃO NAVAL 1º MAIO	RECETA PRÓPRIA	1.986,70€
184	2007	07.02.99	500068514	COMPANHIA DE SEGUROS ALLIANZ PORTUGAL, S.A.	RECETA PRÓPRIA	30,00€
185	2007	07.02.99	500528586	ZURICH - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.	RECETA PRÓPRIA	106,00€
186	2007	07.02.99	500918880	FIDELIDADE - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.	RECETA PRÓPRIA	5.329,05€
187	2007	07.02.99	501545778	FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE REMO	RECETA PRÓPRIA	6.685,28€
188	2007	07.02.99	503454109	AXA PORTUGAL - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.	RECETA PRÓPRIA	954,00€
189	2007	07.02.99	506361527	VÁRIOS DEVEDORES	RECETA PRÓPRIA	1.765,56€
190	2007	07.02.99	512004048	COMP SEGUROS AÇOREANA	RECETA PRÓPRIA	318,00€
191	2008	07.02.05	503122165	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO CENTRO, IP	RECETA PRÓPRIA	2.443,38€
192	2008	07.02.05	506361527	VÁRIOS DEVEDORES	RECETA PRÓPRIA	106.072,53€
193	2008	07.02.05	508188423	ACSS, I.P. - ADM. CENTRAL DO SISTEMA DE SAÚDE	RECETA PRÓPRIA	188.960,41€
194	2008	07.02.05	510103448	CENTRO HOSPITALAR E UNIVERSITÁRIO DE COIMBRA, EPE	RECETA PRÓPRIA	17.903,24€
195	2008	07.02.99	500032343	ASSOCIAÇÃO NAVAL 1º MAIO	RECETA PRÓPRIA	624,70€
196	2008	07.02.99	500068514	COMPANHIA DE SEGUROS ALLIANZ PORTUGAL, S.A.	RECETA PRÓPRIA	106,00€
197	2008	07.02.99	500528586	ZURICH - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.	RECETA PRÓPRIA	5.066,49€
198	2008	07.02.99	500842639	SAMS - SINDICATO BANCÁRIOS ZONA CENTRO	RECETA PRÓPRIA	12.120,02€
199	2008	07.02.99	500918880	FIDELIDADE - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.	RECETA PRÓPRIA	2.884,60€
200	2008	07.02.99	501545778	FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE REMO	RECETA PRÓPRIA	2.381,74€
201	2008	07.02.99	503454109	AXA PORTUGAL - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.	RECETA PRÓPRIA	2.446,88€
202	2008	07.02.99	506361527	VÁRIOS DEVEDORES	RECETA PRÓPRIA	1.910,39€
203	2008	07.02.99	512004048	COMP SEGUROS AÇOREANA	RECETA PRÓPRIA	106,00€
204	2008	07.02.99	512078653	SOCIEDADE GESTÃO REZ. ED. SAÚDE AÇORES, S.A.	RECETA PRÓPRIA	3.604,50€
205	2009	07.02.05	503122165	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO CENTRO, IP	RECETA PRÓPRIA	1.054,70€
206	2009	07.02.05	506361527	VÁRIOS DEVEDORES	RECETA PRÓPRIA	11.287,68€
207	2009	07.02.05	508188423	ACSS, I.P. - ADM. CENTRAL DO SISTEMA DE SAÚDE	RECETA PRÓPRIA	261.986,67€
208	2009	07.02.05	510103448	CENTRO HOSPITALAR E UNIVERSITÁRIO DE	RECETA PRÓPRIA	2.357,40€

sp7.

COIMBRA, EPE						
209	2009	07.02.99	500069514	COMPANHIA DE SEGUROS ALLIANZ PORTUGAL, S.A.	RECETA PRÓPRIA	313,80€
210	2009	07.02.99	500528588	ZURICH - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.	RECETA PRÓPRIA	1.085,75€
211	2009	07.02.99	500746427	IASFA	RECETA PRÓPRIA	31.988,79€
212	2009	07.02.99	500842639	SAMS - SINDICATO BANCÁRIOS ZONA CENTRO	RECETA PRÓPRIA	53.037,09€
213	2009	07.02.99	500918880	FIDELIDADE - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.	RECETA PRÓPRIA	1.529,20€
214	2009	07.02.99	501545778	FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE REMO	RECETA PRÓPRIA	1.614,39€
215	2009	07.02.99	506361527	VÁRIOS DEVEDORES	RECETA PRÓPRIA	5.716,99€
216	2009	07.02.99	508188423	ACSS, I.P. - ADM. CENTRAL DO SISTEMA DE SAÚDE	RECETA PRÓPRIA	25.167,99€
217	2009	07.02.99	510103448	CENTRO HOSPITALAR E UNIVERSITÁRIO DE COIMBRA, EPE	RECETA PRÓPRIA	29.874,39€
218	2009	07.02.99	512078653	SOCIEDADE GESTÃO REC. EQ. SAÚDEAÇORES, S.A.	RECETA PRÓPRIA	2.464,75€
219	2009	07.02.99	980060813	COMP. SEGUROS GENERALI ASSICURAZIONI	RECETA PRÓPRIA	108,00€
220	2010	07.02.05	503122165	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO CENTRO, I.P.	RECETA PRÓPRIA	4.180,12€
221	2010	07.02.05	506361527	VÁRIOS DEVEDORES	RECETA PRÓPRIA	23.516,05€
222	2010	07.02.05	508188423	ACSS, I.P. - ADM. CENTRAL DO SISTEMA DE SAÚDE	RECETA PRÓPRIA	306.081,53€
223	2010	07.02.05	512078653	SOCIEDADE GESTÃO REC. EQ. SAÚDEAÇORES, S.A.	RECETA PRÓPRIA	425,90€
224	2010	07.02.99	500069514	COMPANHIA DE SEGUROS ALLIANZ PORTUGAL, S.A.	RECETA PRÓPRIA	391,20€
225	2010	07.02.99	500842639	SAMS - SINDICATO BANCÁRIOS ZONA CENTRO	RECETA PRÓPRIA	112.012,22€
226	2010	07.02.99	500918880	FIDELIDADE - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.	RECETA PRÓPRIA	108,00€
227	2010	07.02.99	501545778	FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE REMO	RECETA PRÓPRIA	1.444,73€
228	2010	07.02.99	501689168	COMP. SEGUROS LUSITANA, S.A.	RECETA PRÓPRIA	108,00€
229	2010	07.02.99	506361527	VÁRIOS DEVEDORES	RECETA PRÓPRIA	2.107,33€
230	2010	07.02.99	508188423	ACSS, I.P. - ADM. CENTRAL DO SISTEMA DE SAÚDE	RECETA PRÓPRIA	117,15€
231	2010	07.02.99	510103448	CENTRO HOSPITALAR E UNIVERSITÁRIO DE COIMBRA, EPE	RECETA PRÓPRIA	20.187,92€
232	2010	07.02.99	980060813	COMP. SEGUROS GENERALI ASSICURAZIONI	RECETA PRÓPRIA	73,20€
233	2010	07.02.99	980420636	ZURICH INSURANCE PLC - SUCURSAL EM PORTUGAL	RECETA PRÓPRIA	108,00€
234	2011	07.02.05	503122165	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO CENTRO, I.P.	RECETA PRÓPRIA	332,64€
235	2011	07.02.05	506361527	VÁRIOS DEVEDORES	RECETA PRÓPRIA	18.789,85€
236	2011	07.02.05	508188423	ACSS, I.P. - ADM. CENTRAL DO SISTEMA DE SAÚDE	RECETA PRÓPRIA	285.228,57€
237	2011	07.02.05	512078653	SOCIEDADE GESTÃO REC. EQ. SAÚDEAÇORES, S.A.	RECETA PRÓPRIA	596,20€
238	2011	07.02.99	500032343	ASSOCIAÇÃO NAVAL 1º MAIO	RECETA PRÓPRIA	216,00€
239	2011	07.02.99	500069514	COMPANHIA DE SEGUROS ALLIANZ PORTUGAL, S.A.	RECETA PRÓPRIA	162,00€
240	2011	07.02.99	500842639	SAMS - SINDICATO BANCÁRIOS ZONA CENTRO	RECETA PRÓPRIA	1.600,29€
241	2011	07.02.99	500918880	FIDELIDADE - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.	RECETA PRÓPRIA	2.783,04€
242	2011	07.02.99	501545778	FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE REMO	RECETA PRÓPRIA	640,33€
243	2011	07.02.99	501689168	COMP. SEGUROS LUSITANA, S.A.	RECETA PRÓPRIA	432,00€
				ADMINISTRAÇÃO	RECETA PRÓPRIA	

244	2011	07.02.99	503122165	REGIONAL DE SAÚDE DO CENTRO, IP		60.036,55€
245	2011	07.02.99	503454109	AXA PORTUGAL - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.	RECETA PRÓPRIA	4.403,07€
246	2011	07.02.99	506361527	VÁRIOS DEVEDORES	RECETA PRÓPRIA	216,00€
247	2011	07.02.99	508188423	ACSS, IP - ADM. CENTRAL DO SISTEMA DE SAÚDE	RECETA PRÓPRIA	12.644,55€
248	2011	07.02.99	510103448	CENTRO HOSPITALAR E UNIVERSITÁRIO DE COIMBRA, EPE	RECETA PRÓPRIA	2.147,24€
249	2011	07.02.99	512004048	COMP. SEGUROS AÇOREANA	RECETA PRÓPRIA	2.963,64€
250	2011	07.02.99	980060613	COMP. SEGUROS GENERALI ASSICURAZIONI	RECETA PRÓPRIA	531,98€
251	2011	07.02.99	980420636	ZURICH INSURANCE F.O. SUOJRSAL EM PORTUGAL	RECETA PRÓPRIA	4.243,25€
252	2012	07.02.05	506361527	VÁRIOS DEVEDORES	RECETA PRÓPRIA	16.970,69€
253	2012	07.02.05	508188423	ACSS, IP - ADM. CENTRAL DO SISTEMA DE SAÚDE	RECETA PRÓPRIA	398.884,14€
254	2012	07.02.05	510103448	CENTRO HOSPITALAR E UNIVERSITÁRIO DE COIMBRA, EPE	RECETA PRÓPRIA	7.296,98€
255	2012	07.02.05	512078653	SOCIEDADE GESTÃO REC. EQ. SAÚDE AÇORES, S.A.	RECETA PRÓPRIA	10.506,36€
256	2012	07.02.99	500069514	COMPANHIA DE SEGUROS ALLIANZ PORTUGAL, S.A.	RECETA PRÓPRIA	4.411,40€
257	2012	07.02.99	500840231	COMP. SEGUROS TRANQUILIDADE, S.A.	RECETA PRÓPRIA	36,90€
258	2012	07.02.99	501545778	FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE BEMO	RECETA PRÓPRIA	491,73€
259	2012	07.02.99	501688168	COMP. SEGUROS LUSTANIA, S.A.	RECETA PRÓPRIA	432,00€
260	2012	07.02.99	503122165	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO CENTRO, IP	RECETA PRÓPRIA	5.206,36€
261	2012	07.02.99	503454109	AXA PORTUGAL - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.	RECETA PRÓPRIA	324,00€
262	2012	07.02.99	506361527	VÁRIOS DEVEDORES	RECETA PRÓPRIA	237,40€
263	2012	07.02.99	508188423	ACSS, IP - ADM. CENTRAL DO SISTEMA DE SAÚDE	RECETA PRÓPRIA	3.162,82€
264	2012	07.02.99	510103448	CENTRO HOSPITALAR E UNIVERSITÁRIO DE COIMBRA, EPE	RECETA PRÓPRIA	905,96€
265	2012	07.02.99	512004048	COMP. SEGUROS AÇOREANA	RECETA PRÓPRIA	581,80€
266	2012	07.02.99	980060613	COMP. SEGUROS GENERALI ASSICURAZIONI	RECETA PRÓPRIA	2.838,55€
267	2012	07.02.99	980420636	ZURICH INSURANCE F.O. SUOJRSAL EM PORTUGAL	RECETA PRÓPRIA	1.836,00€
268	2013	07.02.05	503122165	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO CENTRO, IP	RECETA PRÓPRIA	975,06€
269	2013	07.02.05	506361527	VÁRIOS DEVEDORES	RECETA PRÓPRIA	143,32€
270	2013	07.02.05	508188423	ACSS, IP - ADM. CENTRAL DO SISTEMA DE SAÚDE	RECETA PRÓPRIA	207.954,46€
271	2013	07.02.05	512078653	SOCIEDADE GESTÃO REC. EQ. SAÚDE AÇORES, S.A.	RECETA PRÓPRIA	1.652,19€
272	2013	07.02.99	503122165	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO CENTRO, IP	RECETA PRÓPRIA	1.500,00€
273	2013	07.02.99	508188423	ACSS, IP - ADM. CENTRAL DO SISTEMA DE SAÚDE	RECETA PRÓPRIA	1.604,80€
274	2014	07.02.05	503122165	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO CENTRO, IP	RECETA PRÓPRIA	124,37€
275	2014	07.02.05	506361527	VÁRIOS DEVEDORES	RECETA PRÓPRIA	28.438,27€
276	2014	07.02.05	508188423	ACSS, IP - ADM. CENTRAL DO SISTEMA DE SAÚDE	RECETA PRÓPRIA	245.962,07€
				CENTRO HOSPITALAR E	RECETA PRÓPRIA	

277	2014	07.02.05	510103448	UNIVERSITÁRIO DE COIMBRA, EPE		31,00€
278	2014	07.02.05	512078653	SOCIEDADE GESTÃO REG. EQ. SAÚDE AÇORES, S.A.	RECETA PRÓPRIA	4.278,32€
279	2014	07.02.99	500069514	COMPANHIA DE SEGUROS ALLIANZ PORTUGAL, S.A.	RECETA PRÓPRIA	220,32€
280	2014	07.02.99	500918880	FIDELIDADE - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.	RECETA PRÓPRIA	1.629,29€
281	2014	07.02.99	500940231	COMP. SEGUROS TRANQUILIDADE, S.A.	RECETA PRÓPRIA	29.552,23€
282	2014	07.02.99	501689168	COMP. SEGUROS LUSITANA, S.A.	RECETA PRÓPRIA	864,00€
283	2014	07.02.99	503454109	AXA PORTUGAL - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.	RECETA PRÓPRIA	56,18€
284	2014	07.02.99	506361527	VÁRIOS DEVEDORES	RECETA PRÓPRIA	2.744,40€
285	2014	07.02.99	508188423	ACSS, LP - ADM. CENTRAL DO SISTEMA DE SAÚDE	RECETA PRÓPRIA	336,14€
286	2014	07.02.99	512004046	COMP. SEGUROS ACREANA	RECETA PRÓPRIA	220,32€
287	2014	07.02.99	980060613	COMP. SEGUROS GENERALI ASSICURAZIONI	RECETA PRÓPRIA	193,91€
288	2014	07.02.99	980420636	ZURICH INSURANCE P.L.C. - SUCURSAL EM PORTUGAL	RECETA PRÓPRIA	909,82€
289	2014	07.02.99	509822940	CENTRO HOSPITALAR TONDELA-VISEU, EPE	RECETA PRÓPRIA	2.049,29€
290	2015	07.02.05	506361527	VÁRIOS DEVEDORES	RECETA PRÓPRIA	54.165,80€
291	2015	07.02.05	508188423	ACSS, LP - ADM. CENTRAL DO SISTEMA DE SAÚDE	RECETA PRÓPRIA	277.514,66€
292	2015	07.02.05	512078653	SOCIEDADE GESTÃO REG. EQ. SAÚDE AÇORES, S.A.	RECETA PRÓPRIA	14.679,79€
293	2015	07.02.99	500069514	COMPANHIA DE SEGUROS ALLIANZ PORTUGAL, S.A.	RECETA PRÓPRIA	1.141,25€
294	2015	07.02.99	500918880	FIDELIDADE - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.	RECETA PRÓPRIA	621,41€
295	2015	07.02.99	501689168	COMP. SEGUROS LUSITANA, S.A.	RECETA PRÓPRIA	865,97€
296	2015	07.02.99	506361527	VÁRIOS DEVEDORES	RECETA PRÓPRIA	2.875,50€
297	2015	07.02.99	980060613	COMP. SEGUROS GENERALI ASSICURAZIONI	RECETA PRÓPRIA	343,64€
298	2015	07.02.99	980420636	ZURICH INSURANCE P.L.C. - SUCURSAL EM PORTUGAL	RECETA PRÓPRIA	496,24€
299	2015	07.02.99	509822940	CENTRO HOSPITALAR TONDELA-VISEU, EPE	RECETA PRÓPRIA	190,55€
300	2016	07.02.05	503122165	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO CENTRO, LP	RECETA PRÓPRIA	75,23€
301	2016	07.02.05	506361527	VÁRIOS DEVEDORES	RECETA PRÓPRIA	26.743,75€
302	2016	07.02.05	508188423	ACSS, LP - ADM. CENTRAL DO SISTEMA DE SAÚDE	RECETA PRÓPRIA	296.674,13€
303	2016	07.02.05	510103448	CENTRO HOSPITALAR UNIVERSITÁRIO DE COIMBRA, EPE	RECETA PRÓPRIA	32.997,74€
304	2016	07.02.05	512078653	SOCIEDADE GESTÃO REG. EQ. SAÚDE AÇORES, S.A.	RECETA PRÓPRIA	387,22€
305	2016	07.02.05	514993871	CENTRO HOSPITALAR DO OESTE, EPE	RECETA PRÓPRIA	9.832,03€
306	2016	07.02.99	500069514	COMPANHIA DE SEGUROS ALLIANZ PORTUGAL, S.A.	RECETA PRÓPRIA	202,82€
307	2016	07.02.99	501689168	COMP. SEGUROS LUSITANA, S.A.	RECETA PRÓPRIA	240,90€
308	2016	07.02.99	503122165	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO CENTRO, LP	RECETA PRÓPRIA	956,73€
309	2016	07.02.99	503454109	AXA PORTUGAL - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.	RECETA PRÓPRIA	100,91€
310	2016	07.02.99	506361527	VÁRIOS DEVEDORES	RECETA PRÓPRIA	4.790,12€
311	2016	07.02.99	508188423	ACSS, LP - ADM. CENTRAL DO SISTEMA DE SAÚDE	RECETA PRÓPRIA	8,40€
312	2016	07.02.99	512004046	COMP. SEGUROS	RECETA PRÓPRIA	245,02€

27

N.º	Ano	Data	N.º de Documento	Entidade	Recibo	Valor
313	2016	07.02.99	980420636	AÇOREANA ZURICH INSURANCE PLC- SUCURSAL EM PORTUGAL	RECETA PRÓPRIA	486,61€
314	2017	04.01.08	508186423	ACSS, IP - ADM. CENTRAL DO SISTEMA DE SAÚDE	RECETA PRÓPRIA	4,20€
315	2017	06.03.07	506361527	VÁRIOS DEVEDORES	RECETA PRÓPRIA	5,00€
316	2017	07.02.05	500069514	COMPANHIA DE SEGUROS ALLIANZ PORTUGAL, S.A.	RECETA PRÓPRIA	202,41€
317	2017	07.02.05	500918880	FIDELIDADE - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.	RECETA PRÓPRIA	85,91€
318	2017	07.02.05	501689168	COMP. SEGUROS LUSITANA, S.A.	RECETA PRÓPRIA	272,80€
319	2017	07.02.05	506361527	VÁRIOS DEVEDORES	RECETA PRÓPRIA	63.395,17€
320	2017	07.02.05	508186423	ACSS, IP - ADM. CENTRAL DO SISTEMA DE SAÚDE	RECETA PRÓPRIA	333.964,75€
321	2017	07.02.05	510103448	CENTRO HOSPITALAR E UNIVERSITÁRIO DE COIMBRA, EPE	RECETA PRÓPRIA	53.359,60€
322	2017	07.02.05	512004048	COMP. SEGUROS AÇOREANA	RECETA PRÓPRIA	530,05€
323	2017	07.02.05	980420636	ZURICH INSURANCE PLC- SUCURSAL EM PORTUGAL	RECETA PRÓPRIA	1.159,03€
324	2017	07.02.05	514993871	CENTRO HOSPITALAR DO OESTE, EPE	RECETA PRÓPRIA	15.124,46€
325	2017	07.02.05	508822940	CENTRO HOSPITALAR TONDELA-VISEU, EPE	RECETA PRÓPRIA	15.914,82€
326	2017	07.02.99	500069514	COMPANHIA DE SEGUROS ALLIANZ PORTUGAL, S.A.	RECETA PRÓPRIA	175,82€
327	2017	07.02.99	506361527	VÁRIOS DEVEDORES	RECETA PRÓPRIA	516,45€
328	2017	07.02.99	508479285	COORDEIRO VENDING- SERVIÇOS DE VENDING LDA	RECETA PRÓPRIA	5.239,80€
329	2017	07.02.99	512004048	COMP. SEGUROS AÇOREANA	RECETA PRÓPRIA	268,23€
330	2017	07.02.99	980420636	ZURICH INSURANCE PLC- SUCURSAL EM PORTUGAL	RECETA PRÓPRIA	1.583,11€
331	2018	04.01.08	506361527	VÁRIOS DEVEDORES	RECETA PRÓPRIA	46,20€
332	2018	06.03.07	506361527	VÁRIOS DEVEDORES	RECETA PRÓPRIA	4.967,80€
333	2018	07.02.05	500069514	COMPANHIA DE SEGUROS ALLIANZ PORTUGAL, S.A.	RECETA PRÓPRIA	3.802,32€
334	2018	07.02.05	501689168	COMP. SEGUROS LUSITANA, S.A.	RECETA PRÓPRIA	513,44€
335	2018	07.02.05	503122165	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO CENTRO, IP	RECETA PRÓPRIA	136.817,09€
336	2018	07.02.05	506361527	VÁRIOS DEVEDORES	RECETA PRÓPRIA	22.606,74€
337	2018	07.02.05	980420636	ZURICH INSURANCE PLC- SUCURSAL EM PORTUGAL	RECETA PRÓPRIA	2.111,85€
338	2018	07.02.05	600022605	TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA RG. DA FZ	RECETA PRÓPRIA	14,10€
339	2018	07.02.99	503122165	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO CENTRO, IP	RECETA PRÓPRIA	8.901,78€
340	2018	07.02.99	506361527	VÁRIOS DEVEDORES	RECETA PRÓPRIA	57,69€
341	2018	07.02.99	508479285	COORDEIRO VENDING- SERVIÇOS DE VENDING, LDA	RECETA PRÓPRIA	4.368,50€
342	2018	07.02.99	507399870	FARMÁCIA SANTA ANA	RECETA PRÓPRIA	3,69€

Observações:

Nas situações em que o saldo é negativo para um determinado ano, classificação económica e entidade, pelo facto dos créditos a clientes superarem o valor das faturas, não foram considerados esses documentos.

P a g a m e n t o s e m a t r a s o

Declaração de pagamentos em atraso existentes em 31/12/2018

Ministério: SAÚDE

Entidade: HOSPITAL DISTRITAL FIGUEIRA DA ROZ, EPE

Montante total de pagamentos em atraso: € 3.269.321,79

Nº	Ano	Classificação Económica	Fornecedor NF	Fornecedor Designação	Descrição	Montante	Implicações do atraso no pagamento
1	2000	06.02.03.A0	503122165	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO CENTRO, IP	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	164.461,94€	
2	2001	06.02.03.A0	503122165	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO CENTRO, IP	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	189.970,96€	
3	2002	06.02.03.A0	503122165	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO CENTRO, IP	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	300.455,89€	
4	2002	02.02.22.B0.00	503122165	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO CENTRO, IP	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	78,62€	
5	2003	06.02.03.A0	503122165	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO CENTRO, IP	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	255.056,00€	
6	2003	02.02.22.B0.00	503122165	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO CENTRO, IP	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	165,29€	
7	2004	06.02.03.A0	503122165	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO CENTRO, IP	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	99.814,27€	
8	2004	06.02.03.A0	508188423	ACSS, IP - ADM CENTRAL DO SISTEMA DE SAÚDE	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	15.172,00€	
9	2005	06.02.03.A0	502423943	INSTITUTO PORTUGUÊS SANGUE E TRANSPLANTAÇÃO, IP	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	60.603,05€	
10	2005	06.02.03.A0	503122165	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO CENTRO, IP	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	222.551,27€	
11	2005	06.02.03.A0	506361527	VÁRIOS FORNECEDORES	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	410,60€	
12	2005	06.02.03.A0	508188423	ACSS, IP - ADM CENTRAL DO SISTEMA DE SAÚDE	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	14.082,00€	
13	2006	06.02.03.A0	503122165	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO CENTRO, IP	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	200.658,94€	
14	2006	06.02.03.A0	508188423	ACSS, IP - ADM CENTRAL DO SISTEMA DE SAÚDE	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	14.304,00€	
15	2007	06.02.03.A0	503122165	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO CENTRO, IP	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	147.647,99€	
16	2007	06.02.03.A0	508188423	ACSS, IP - ADM CENTRAL DO SISTEMA DE SAÚDE	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	16.754,50€	
17	2007	06.02.03.A0	510103448	CENTRO HOSPITALAR E UNIVERSITÁRIO DE COIMBRA, EPE	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	6,00€	
18	2006	06.02.03.A0	503122165	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO CENTRO, IP	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	55.131,40€	
19	2008	06.02.03.A0	508188423	ACSS, IP - ADM CENTRAL DO SISTEMA DE SAÚDE	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	12.765,82€	
20	2008	01.03.10.00	600000000	SERVIÇOS SOCIAIS DA	SERVIÇOS SOCIAIS DA AP	14.078,00€	

NUM.	ANO	DATA	NUMERO	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	DESCRIÇÃO	VALOR
21	2009	06.02.03.A0	503122165	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO CENTRO, IP	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	19.625,80€
22	2009	06.02.03.A0	508188422	ACSS, IP - ADM. CENTRAL DO SISTEMA DE SAÚDE	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	13.731,00€
23	2009	01.03.10.C0	600082628	SERVIÇOS SOCIAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SERVIÇOS SOCIAIS DA AP	14.076,00€
24	2010	06.02.03.A0	508188423	ACSS, IP - ADM. CENTRAL DO SISTEMA DE SAÚDE	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	14.133,00€
25	2010	06.02.03.A0	510103448	CENTRO HOSPITALAR E UNIVERSITÁRIO DE COIMBRA, EPE	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	217,00€
26	2011	06.02.03.A0	503122165	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO CENTRO, IP	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	6.217,03€
27	2011	06.02.03.A0	507781350	SOFTLIMITS, SA	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	31.424,81€
28	2011	06.02.03.A0	508188423	ACSS, IP - ADM. CENTRAL DO SISTEMA DE SAÚDE	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	12.060,00€
29	2012	06.02.03.A0	503122165	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO CENTRO, IP	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	309,92€
30	2012	06.02.03.A0	508188423	ACSS, IP - ADM. CENTRAL DO SISTEMA DE SAÚDE	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	14.007,00€
31	2013	06.02.03.A0	503122165	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO CENTRO, IP	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	267.185,84€
32	2013	02.02.14.A0.00	508188423	ACSS, IP - ADM. CENTRAL DO SISTEMA DE SAÚDE	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	11.514,00€
33	2013	02.02.22.B0.00	503122165	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO CENTRO, IP	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	978,25€
34	2014	02.02.14.A0.00	508188423	ACSS, IP - ADM. CENTRAL DO SISTEMA DE SAÚDE	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	25.524,96€
35	2014	02.02.22.B0.00	503122165	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO CENTRO, IP	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	1.609,26€
36	2014	02.02.22.B0.00	510103448	CENTRO HOSPITALAR E UNIVERSITÁRIO DE COIMBRA, EPE	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	898,76€
37	2014	02.02.22.D0.00	503122165	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO CENTRO, IP	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	1.858,48€
38	2014	02.02.22.A0.00	510103448	CENTRO HOSPITALAR E UNIVERSITÁRIO DE COIMBRA, EPE	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	371.818,37€
39	2014	02.01.09.A0.00	510103448	CENTRO HOSPITALAR E UNIVERSITÁRIO DE COIMBRA, EPE	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	103,61€
40	2014	02.02.22.H0.00	510103448	CENTRO HOSPITALAR E UNIVERSITÁRIO DE COIMBRA, EPE	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	13.081,23€
41	2015	06.02.03.A0	503122165	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO CENTRO, IP	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	5.719,37€
42	2015	06.02.03.A0	510103448	CENTRO HOSPITALAR E UNIVERSITÁRIO DE COIMBRA, EPE	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	885,32€
43	2015	02.02.14.A0.00	508188423	ACSS, IP - ADM. CENTRAL DO SISTEMA DE SAÚDE	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	25.568,16€
44	2015	02.02.22.B0.00	503122165	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO CENTRO, IP	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	9.228,45€
45	2015	02.02.22.B0.00	510103448	CENTRO HOSPITALAR E UNIVERSITÁRIO DE COIMBRA, EPE	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	4.001,94€
46	2015	02.02.22.A0.00	510103448	CENTRO HOSPITALAR E UNIVERSITÁRIO DE COIMBRA, EPE	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	94.584,86€
				CENTRO HOSPITALAR E	AQUISIÇÃO DE BENS E	

47	2015	02.02.22.H0.00	510103448	UNIVERSITÁRIO DE COIMBRA, EPE	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	11.061,44€
48	2015	02.01.11	510103448	CENTRO HOSPITALAR E UNIVERSITÁRIO DE COIMBRA, EPE	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	6.484,40€
49	2016	06.02.03.A0	510103448	CENTRO HOSPITALAR E UNIVERSITÁRIO DE COIMBRA, EPE	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	65,40€
50	2016	02.02.14.A0.00	506188423	ACSS, IP - ADM. CENTRAL DO SISTEMA DE SAÚDE	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	25.630,80€
51	2016	02.02.22.A0.00	510103448	CENTRO HOSPITALAR E UNIVERSITÁRIO DE COIMBRA, EPE	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	51.060,30€
52	2016	02.01.11	510103448	CENTRO HOSPITALAR E UNIVERSITÁRIO DE COIMBRA, EPE	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	1.147,24€
53	2017	06.02.03.A0	503122165	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO CENTRO, IP	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	155.175,74€
54	2017	02.02.14.A0.00	506188423	ACSS, IP - ADM. CENTRAL DO SISTEMA DE SAÚDE	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	25.758,24€
55	2017	02.02.22.B0.00	510103448	CENTRO HOSPITALAR E UNIVERSITÁRIO DE COIMBRA, EPE	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	444,68€
56	2017	02.02.22.A0.00	510103448	CENTRO HOSPITALAR E UNIVERSITÁRIO DE COIMBRA, EPE	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	56.335,43€
57	2017	02.02.22.H0.00	510103448	CENTRO HOSPITALAR E UNIVERSITÁRIO DE COIMBRA, EPE	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	3.063,84€
58	2017	02.01.11	510103448	CENTRO HOSPITALAR E UNIVERSITÁRIO DE COIMBRA, EPE	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	3.192,32€
59	2018	02.02.03	506361527	VÁRIOS FORNECEDORES	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	354,10€
60	2018	02.02.18.C0.00	980456517	FUJIFILM EUROPE GMBH - SUCCURSAL EM PORTUGAL	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	5.630,53€
61	2018	07.01.09.B0.B0	506361527	VÁRIOS FORNECEDORES	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	147,60€
62	2018	06.02.03.A0	506361527	VÁRIOS FORNECEDORES	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	57,70€
63	2018	02.02.14.A0.00	506188423	ACSS, IP - ADM. CENTRAL DO SISTEMA DE SAÚDE	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	2.146,70€
64	2018	02.02.14.A0.00	506188423	ACSS, IP - ADM. CENTRAL DO SISTEMA DE SAÚDE	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	12.880,20€
65	2018	02.02.22.B0.00	502423943	INSTITUTO PORTUGUÊS SANGUE E TRANSPLANTAÇÃO, IP	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	59.364,60€
66	2018	02.02.22.B0.00	502423943	INSTITUTO PORTUGUÊS SANGUE E TRANSPLANTAÇÃO, IP	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	37.199,40€
67	2018	02.02.22.A0.00	502423943	INSTITUTO PORTUGUÊS SANGUE E TRANSPLANTAÇÃO, IP	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	10,40€
68	2018	02.02.22.A0.00	506361527	VÁRIOS FORNECEDORES	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	2.844,50€
69	2018	02.02.22.A0.00	506361527	VÁRIOS FORNECEDORES	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	273,90€
70	2018	02.02.22.A0.00	510103448	CENTRO HOSPITALAR E UNIVERSITÁRIO DE COIMBRA, EPE	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	9.963,72€
71	2018	02.02.22.A0.00	510103448	CENTRO HOSPITALAR E UNIVERSITÁRIO DE COIMBRA, EPE	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	24.345,18€
72	2018	02.01.09.A0.00	502423943	INSTITUTO PORTUGUÊS SANGUE E TRANSPLANTAÇÃO, IP	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	2.786,00€
73	2018	02.01.09.A0.00	502423943	INSTITUTO PORTUGUÊS SANGUE E TRANSPLANTAÇÃO, IP	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	2.076,00€
74	2018	02.01.09.A0.00	506361527	VÁRIOS FORNECEDORES	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	132,00€

47

					CAPITAL	
75	2018	02.01.09.A0.00	506361527	VÁRIOS FORNECEDORES	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	946,73€
76	2018	02.02.22.H0.00	510103448	CENTRO HOSPITALAR E UNIVERSITÁRIO DE COIMBRA, EPE	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	4.907,57€
77	2018	02.01.11	510103448	CENTRO HOSPITALAR E UNIVERSITÁRIO DE COIMBRA, EPE	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	5.436,92€
78	2018	02.01.09.C0.00	506361527	VÁRIOS FORNECEDORES	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	166,05€
79	2018	02.01.06.C0.00	503122165	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO CENTRO, IP	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	69,40€
80	2018	02.02.20.E0.00	506361527	VÁRIOS FORNECEDORES	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	4.736,53€
81	2018	07.01.10.B0.B0	506361527	VÁRIOS FORNECEDORES	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	1.748,69€
82	2018	07.01.10	507979745	NATRIUM	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	34.866,94€

Observações

Nas situações em que o saldo é negativo para um determinado ano, classificação económica e entidade, pelo facto das notas de crédito superarem o valor das faturas, não foram considerados esses documentos.

Lisboa, 31 de Janeiro de 2019.

**Declaração de compromissos plurianuais existentes em 31/12/2018**Ministério: **SAÚDE**Entidade: **HOSPITAL DISTRITAL FIGUEIRA DA FOZ, EPE**Montante total de compromissos plurianuais: **€ 3.356.475,79**

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 15.º da LCPA, declaro que todos os compromissos plurianuais existentes em 31 de Dezembro de 2018, se encontram devidamente registados na base de dados central da entidade responsável pelo controlo da execução orçamental, pelos seguintes montantes globais:

Ano	Montante
2019	2.552.122,14€
2020	804.353,65€

Observações

Encargos a suportar com compromissos plurianuais que se encontram "Em execução", "em correção" ou "em reprogramação".

Lisboa, 31 de Janeiro de 2019.